

Sociedade e Estado

Volume 31 – Número Especial

Sociedade e Estado 30 anos

Copyright © 2016
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christiane Girard F. Nunes

Chefe do Departamento de Sociologia: Lourdes M. Bandeira

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Editora responsável: Lourdes M. Bandeira

Editores-adjuntos: Ana Cristina M. Collares e Joaze Bernardino-Costa

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Aline Brandão e Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão e diagramação: Paralelo 15

www.editoraparalelo15.com.br / editor@editoraparalelo15.com.br

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

facebook.com/Sociedade e Estado

Indexadores e bases de dados:

CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economia; Directory of Open Access Journals (DOAJ); DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciElo- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>

SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 31 – Número Especial

Sociedade e Estado 30 anos

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Edson Silva de Farias (UnB), Maria Stela Grossi Porto (UnB), Mariza Veloso Motta Santos (UnB) e Sadi Dal Rosso (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (EHESS/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Nottingham Trent University/ING),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (UNICAMP),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Fernanda Sobral, Roque Laraia, Christiane Machado Coelho, Maria Stela Grossi Porto, Maria Francisca Pinheiro Coelho, Danilo Nolasco Marinho, Eliane Maria Monteiro da Fonte, Roberto Dutra Torres Junior, Lourdes M. Bandeira, Michelangelo Trigueiro.

Apoio:



Sumário

Apresentação. *Sociedade e Estado*: 907
uma contribuição às ciências sociais
Lourdes M. Bandeira & Maria Francisca Pinheiro Coelho

Dossiê

Revista *Sociedade e Estado*, 30 anos

Relato de pesquisa: 917
O nascimento de uma revista acadêmica
João Gabriel Teixeira & Maria Lucia Maciel

Três olhares, um só foco: 921
a sociologia na Universidade de Brasília
Maria Francisca Pinheiro Coelho, Lourdes M. Bandeira & Mariza Veloso

Sociedade e Estado (S&E): trinta anos 939
de produção científica e pioneirismo na
difusão do conhecimento em sociologia no Brasil
Ana Cristina Collares, Sergio B. F. Tavoraro & Tânia Mara C. Almeida

Aulas inaugurais

Habermas e Heidegger: uma discórdia filosófica. 955
Reflexões sobre os *Cadernos negros* de Heidegger
Barbara Freitag Rouanet

Entre a educação e a ciência: 969
um percurso acadêmico-institucional
Fernanda A. da F. Sobral

A ciência como vocação: prática e objeto de estudo 981
Ana Maria Fernandes

Artigos

Planejamento urbano, arquitetura e urbanismo: 989
a serviços de uma outra geografia?
Brasilmar Ferreira Nunes (em memória)
Christiane Girard Ferreira Nunes & Norma Lacerda

Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação 1 003
Helena Bomeny

A teoria marxista da dependência: 1 029
papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília
Sadi Dal Rosso & Raphael Lana Seabra

Sociologia e história na obra de José de Souza Martins 1 051
William Héctor Gómez Soto

O que as teorias do reconhecimento têm a dizer 1 071
sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil
Celi Regina Jardim Pinto

Normas para publicação 1 095

Apresentação.

Sociedade e Estado: uma contribuição às ciências sociais

Lourdes M. Bandeira*
& Maria Francisca Pinheiro Coelho**

* Editora da revista, professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

** Colaboradora convidada desta edição. Professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

A *Revista Sociedade e Estado* faz 30 anos! Uma data comemorativa enseja sempre um momento de congratulação e reconhecimento. Essa experiência de celebração traz em si também uma memória coletiva que se traduz em história, objeto da homenagem. No caso de uma revista acadêmica, além de abarcar um registro vívido de um tempo, expresso em suas escolhas temáticas e linha editorial, também constitui parte da história de sua instituição de origem.

Por meio de uma revista acadêmica, a instituição criadora está presente em sua expressão mais ativa na produção e difusão da ciência. Pode-se até usar a imagem de ser a revista o retrato da instituição, pois cada número representa o tecido de um tempo e de fenômenos precisos. Um *flash*, pode-se assim nominar! Cada edição é uma nova foto que reunidas compõem uma narrativa daquele tempo, que, por sua vez, conecta-se com outros tempos, ultrapassando o limite datado.

Como prognóstico de sucesso, a linha de tempo em um meio de difusão do conhecimento como uma revista acadêmica é bastante extensa. Perpassa muitos acontecimentos, pesquisas e contribuições, indo muito além de trajetórias individuais. É um fazer e refazer permanentes. Essa linha de tempo se distribui em um passado que a constituiu, um presente no qual compartilha experiências acadêmicas e um futuro em termos projetivos. Nesse sentido, os 30 anos da revista *Sociedade e Estado* representam boa parte dessa linha do tempo. Já se pode considerar que chegou a idade adulta.

No quadro das grandes universidades brasileiras, a Universidade de Brasília, fundada em 1962, é uma das mais novas, sendo também novos os seus departamentos e cursos de pós-graduação. Foram os professores pioneiros do Departamento de Sociologia da UnB que criaram a revista *Sociedade e Estado*, em 1986, um ano antes da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a nova Constituição Brasileira, em 1988. O tema da transição política brasileira para a democracia está presente no

primeiro número da revista, como descrito pelos professores que foram também os primeiros editores da revista.

Transcorridas hoje três décadas, encontram-se e interagem na história da *Sociedade e Estado* três gerações: a geração pioneira; alguns de seus formandos de pós-graduação, hoje professores do Departamento, contemporâneos de outros professores que ingressaram, com formação em outras universidades; e a de um grupo expressivo de novos professores, com pós-graduação em distintos centros de excelência.

Essas três gerações de professores fazem parte da trajetória da revista, com um número expressivo das gerações mais antigas participando dessa edição comemorativa dos 30 anos. Eles detêm a memória e reproduzem a história do Departamento de Sociologia da UnB, recriando assim novas trajetórias e projetos acadêmicos.

O Departamento de Sociologia possui uma identidade construída no intercâmbio dessas gerações com sólidas bagagens teóricas, com vocação para reflexões com liberdade de pensamento, porém são as suas diferenças que permitem o diálogo. Convém observar que uma das principais características do Departamento provém do próprio legado autônomo e inovador da UnB, de estar sempre aberta a novos ideais, sem predisposições a verdades absolutas nem sectarismos, mas sempre atenta aos fatos e problemas.

A história de uma instituição e de sua revista acadêmica é tecida ao longo do tempo. Nesse sentido, se constitui em um projeto inacabado. Como foi dito, a trajetória da revista *Sociedade e Estado* é parte da vida do Departamento de Sociologia, mas ultrapassa seu momento atual, por congregar a experiência passada, presente e futura. A revista se constitui em elo de ligação permanente entre esses três tempos. Na realidade são dois diálogos: o existente entre o passado e o presente e o projetivo entre o presente e o futuro. Os projetos da revista para o futuro estão em aberto, mas alguns deles podemos prever, dando continuidade aos anteriores, como se estivesse cerzido na revista um destino, que encontra caminhos para atingir seus objetivos.

Nas edições atuais, *Sociedade e Estado* incorpora novas tecnologias, mas requer muito tempo de dedicação e trabalho de um corpo editorial atento, habilidoso e competente, sempre conhecedor de novas pesquisas e temáticas. Na composição da revista três professores do Departamento fazem parte do corpo editorial; cinco, do Comitê Editorial; e do Conselho Editorial aproximadamente duas dezenas de eminentes pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente.

Como ser editora da revista *Sociedade e Estado*? A experiência de ser por três vezes editora diz muito de seus desafios e dificuldades, como relata Lourdes Bandeira, à frente da editoria da revista por mais de dez anos. Ela descreve que ao completar três décadas de existência, a revista registra o pensamento, a memória e a produção acadêmica no âmbito da sociologia brasileira e de uma época; e, ao mesmo tempo, contribui para a consolidação do campo acadêmico da sociologia e, por extensão, das ciências sociais no Brasil. Fomenta publicações de diversos pesquisadores/as tanto nacionais como internacionais, assim como atualiza percursos acadêmicos relativos à produção de teses do programa, contribuindo para a divulgação de futuros/as pesquisadores/as.

Todavia, no decorrer destas três décadas, muitas dificuldades se interpuseram na continuidade da revista que foram claramente percebidas na estruturação de sua editoria. Contar com a expectativa de uma longa existência para uma publicação acadêmica, nos tempos atuais, demanda a presença de uma editoria experiente e consistente. Nem sempre isso é muito evidente na compreensão de como funcionam as hierarquias de gênero de uma revista, seja no âmbito interno ou institucional.

Nos últimos anos, o ingresso de novos/as professores/as na universidade pública, e falando especificamente no Departamento de Sociologia da UnB, produziu novas segmentações. O SOL, como é chamado pela sigla o Departamento de Sociologia, é composto majoritariamente por jovens professores/as doutores/as, predominantemente do sexo masculino, cujas condições de trabalho exigidas pela revista não canalizam seus interesses imediatos.

Foi, predominantemente, com a colaboração de um corpo de professores que se disponibilizou que a revista manteve sua excelência, sobretudo porque ser membro do corpo editorial requer além de tempo, reconhecimento e legitimidade. Não é fácil lidar com a trajetória profissional junto aos pares, com a gestão institucional e as agências de fomento. Pois, são estas últimas, sobretudo, que acabam por proporcionar os recursos financeiros significativos para a manutenção da revista.

No decorrer destas três décadas, muitas atividades atribuídas ao corpo editorial – não é o caso de expô-las ao conhecimento aqui – exigiram um bom volume de trabalho e de dedicação, sobretudo, frente à tomada de decisão junto às demandas que são geometricamente desproporcionais às condições matérias, reais e efetivas de publicação. Trata-se de uma revista com classificação de excelência: Qualis A1, atribuída pela Capes, desde 2013. Na UnB existem apenas duas revistas acadêmicas com esta classificação.

Não há evidências sobre as transformações em curso na desproporção entre homens e mulheres no desempenho do exercício profissional nas universidades. As diferenças vão além da condição entre os gêneros. Estão presentes também entre o grupo de mulheres, evidenciando a diversidade de experiências, gerações, identidades e subjetividades. Em outras palavras, tais diferenças também se refletem na atuação editorial e não se pode menosprezá-las, pois se estabelecem relações de poder simbólico, nem sempre claras.

De acordo com Lourdes Bandeira, essas diferenças e outras que ela nominou de “disputa” relativa ao campo, aparecem também nas demandas para publicação de artigos e extrapolam, consideravelmente, o campo disciplinar da sociologia e das ciências sociais *stricto sensu*. Às vezes, outras áreas disciplinares que nem interagem com a sociologia reivindicam a publicação de seus artigos. Recusar é sempre difícil, embora os critérios sejam explícitos no site da revista. Os artigos propostos, quando na condição temática de fronteira com a sociologia, demandam procedimentos do corpo editorial, que precisa submetê-los as regras formais (dois pareceristas). Quando há divergência entre os dois pareceres dados, passa-se a demandar um terceiro, afim de que se possa tomar a decisão.

Algumas dificuldades surgem na solicitação dos pareceres. Alguns pareceristas nem sempre cumprem os prazos definidos, embora o tempo seja indicado no momento de envio do pedido de parecer. Nos aspectos formais e institucionais, quando uma revista acadêmica é pensada, no geral, dimensiona-se sua dimensão de profissionalização e de uma cultura organizacional. Os interesses que a mobilizam dizem respeito mais a visibilidade da produção acadêmica e de seus/as respectivos/as autores/as por meio da publicação no campo disciplinar de artigos, trabalhos resultados de pesquisa, entrevistas, ensaios etc. Da parte do corpo editorial como um todo, nem sempre fica evidente a lembrança sobre a necessidade de conhecer procedimentos editoriais, contatos com profissionais especializados, como revisor, gráfico, programador, designer gráfico, entre outros.

Ademais, percebe-se que na UnB ainda não se conhece uma política consolidada de apoio institucional para publicação de revistas acadêmicas. Não há uma cultura organizacional ou de gestão para tratar das publicações universitárias. Paradoxos existem, a saber: se os/as professores/as assim como os programas de pós-graduação são avaliados pelas agências de fomento e pela Capes, pela produção, em suas dimensões qualitativa-quantitativas, seria óbvio que medidas e estratégias de incentivo a publicações fossem promovidas na instituição. Isso não ocorre, ao contrário, a equipe editorial tem se defrontado, a cada número, com dificuldades e poucos recursos institucionais, ficando o/a editor/a à mercê da boa vontade da burocracia.

Este número especial da *Sociedade e Estado* se compõe de três partes: de um dossiê temático sobre a revista, com três artigos; de três aulas inaugurais ministradas nos últimos anos por ex-professoras do Departamento; e de um conjunto de cinco artigos. Há uma interface entre os artigos do dossiê e as aulas inaugurais com os artigos da terceira parte que têm a UnB como objeto de reflexão.

João Gabriel Teixeira e Maria Lucia Maciel, primeiros editores da revista *Sociedade e Estado*, contribuem com o relato de pesquisa: “O nascimento de uma revista acadêmica” e descrevem os desafios da construção de uma revista acadêmica. O texto se concentra mais no primeiro número da revista e na contribuição dos artigos dos diversos autores ao debate brasileiro vigente sobre a realização da Assembleia Nacional Constituinte. O contexto político era de inserção da universidade nesse debate, com a criação de um Centro de Estudo sobre a Constituinte, no qual o Departamento de Sociologia teve um papel ativo. Era o alvorecer da chamada Nova República e a UnB tinha acabado de eleger o primeiro reitor por eleições diretas, Cristovam Buarque.

O artigo “Três olhares: um só foco”, de Maria Francisca Pinheiro Coelho, Lourdes Maria Bandeira e Mariza Veloso procura situar o lugar de relevância das ciências sociais no projeto original da UnB, como ponto de interação entre as diferentes áreas das ciências. Descreve também sobre a história do Departamento de Sociologia e o momento político de protestos estudantis vivido pela UnB em meados dos anos 1970. Relata o perfil dos/as primeiros/as professores/as, a composição das turmas de pós-graduação, destacando as preocupações, temas e objetos de estudo mais recorrentes. Procura relacionar o *ethos* da diversidade e pluralidade do corpo docente do Departamento de Sociologia com os ideais formadores da UnB.

O artigo “*Sociedade e Estado (S&E)*: trinta anos de produção científica e pioneirismo na difusão do conhecimento em sociologia no Brasil”, de Ana Cristina Collares, Sergio B. F. Tavoraro e Tânia Mara C. De Almeida, faz um histórico da revista e do seu perfil, descreve as composições editoriais, dossiês temáticos e autorias estrangeiras. Informa sobre os meios eletrônicos de acesso à revista, os temas de pesquisa e estudo e seleciona os artigos mais acessados durante esses trinta anos. Destaca o objetivo central da revista em colaborar com a atualização e o fomento do debate sociológico à luz de pesquisas desenvolvidas em centros de excelência acadêmica em todo mundo, construindo estatísticas dos assuntos mais abordados pela revista.

A aula inaugural de Barbara Freitag Rouanet, ministrada no Departamento de Sociologia, em 24 de setembro de 2015, foi sobre a discórdia filosófica entre Habermas e Heidegger, tendo a autora utilizado para fundamentar os elementos centrais da divergên-

cia entre os dois filósofos os *Cadernos Negros de Heidegger* que vieram a público em recentes anos. A aula inaugural de Fernanda A. da F. Sobral proferida em 27 de abril de 2016 foi sobre o tema da educação e ciência. Fernanda Sobral abordou o tema com base em sua experiência acadêmica e institucional na Universidade de Brasília e em outros centros de ciência e tecnologia nos quais trabalhou como pesquisadora da área. A aula inaugural de Ana Maria Fernandes foi ministrada no segundo semestre de 2016 e teve como tema a ciência como vocação, como prática e objeto de estudo. A professora discorreu sobre sua experiência de elaborar uma tese no exterior sobre a história da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Relatou sua pesquisa e os recursos utilizados no levantamento de dados no Brasil.

O artigo “Planejamento urbano, arquitetura e urbanismo: a serviços de uma outra geografia? Brasilmar Ferreira Nunes (em memória)” trata-se de um texto inédito do nosso colega que nos deixou em abril de 2016. É um texto inicial sobre as grandes metrópoles da atualidade produtos da globalização que interagem entre si como grandes centros do capitalismo financeiro, com autonomia em relação aos Estados-nações. O artigo é introduzido por Christiane Girard Ferreira Nunes e depois comentado pela arquiteta urbanista Norma Lacerda. Trata-se de um ensaio sobre uma de suas últimas reflexões, a relevância das grandes megalópoles no contexto da globalização. O quadro caleidoscópico nas metrópoles é também o espaço físico fabricado por indivíduos que o habitam e o usam no seu dia a dia.

O artigo de Helena Bomeny, “Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação” dialoga com a primeira parte do dossiê dessa revista ao abordar os ideais fundadores da Universidade e os desafios de sua criação nos anos 1960. A autora pesquisou a documentação do acervo Darcy Ribeiro depositado na UnB e fez uma leitura da correspondência entre Darcy e um grupo de intelectuais no período compreendido entre 1958 e 1968. Esse período definiu o próprio curso da universidade, sinalizando a dimensão especial conferida ao projeto da UnB frente às demais instituições de ensino superior no Brasil.

O artigo “A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília”, de Sadi Dal Rosso e Raphael Lana Seabra, resulta de uma pesquisa sobre o espaço de produção da teoria da dependência na UnB, com base nas contribuições de quatro professores: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambera e André Gunder Frank. Os autores do artigo argumentam que o estudo da contribuição desses cientistas sociais e a retomada atual dos estudos da teoria da dependência abrem um novo marco de reconsideração e interpretação dos principais elementos teóricos e analíticos dessa teoria para o estudo do desenvolvimento capitalista.

William Héctor Gómez Soto, no artigo “Sociologia e história na obra de José de Souza Martins”, faz um inventário das contribuições deste sociólogo no campo da sociologia rural e das populações no campo. O autor do artigo analisa a sociologia de José de Souza Martins com foco em sua perspectiva teórica e no método dialético utilizado. Em seus estudos, Martins combinaria sociologia e história, o que conferiria uma das principais características de sua sociologia, ou seja, seu enraizamento nas condições históricas e nas peculiaridades da sociedade brasileira.

O artigo “O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil”, de Celi Regina Jardim Pinto, tem como objetivo analisar essas manifestações com base nos pressupostos dessas teorias. Com esse fim, examina as contribuições de Nancy Fraser, Axel Honneth e Judith Butler. Segundo a análise da autora do texto, nas manifestações de rua de 2013 a ausência de sujeitos coletivos organizados resultou em uma dispersão e em uma fragmentação dessas mobilizações, resultando em uma demanda por reconhecimento antipolítica e individualizada.

De certa forma, como mencionado, a maior parte dos artigos que compõem essa edição especial da revista mantêm um diálogo entre si, no qual a referência principal é a Universidade de Brasília, seus desafios e peculiaridades. Por fim, gostaríamos de agradecer a todas as participações neste número da revista que é também seu último número impresso em papel, devido aos custos presentes de produção.

Sabemos que muitos ainda preferem as edições no papel, mas essas mudanças são sinais dos tempos. Alguns professores que foram convidados a escrever não puderam participar, mas estão presentes nos acontecimentos narrados aqui. Todos, sem exceção, participaram efetivamente da construção do Departamento de Sociologia e da ciência produzida na instituição. Seus nomes estão também registrados nas páginas e na história da revista *Sociedade e Estado*.

Dossiê:
Revista Sociedade e Estado,
30 anos

Relato de pesquisa: o nascimento de uma revista acadêmica

Recebido: 02.09.16

Aprovado: 03.11.16

João Gabriel Teixeira
& Maria Lucia Maciel*

A *Revista Sociedade e Estado* completa 30 anos. Vale a pena registrar um pouco de sua história. Os autores agradecem ao seu conselho editorial pela oportunidade de rememorar a sua gênese e persistência, nomeados que foram para essa função pelos atuais editores da revista em virtude de terem sido os principais mentores das ideias que levaram à sua criação.

Decorria o ano de 1986, no alvorecer da Nova República e da eleição do economista Cristovam Buarque para reitoria da UnB. Ao mesmo tempo, planejava-se a consolidação do SOL como Departamento de Sociologia autônomo e a implantação de seu doutorado.

Os autores eram ambos recém-doutores, ingressos no SOL para atuar no sentido de consolidar os seus programas de ensino na graduação e na pós-graduação e desenvolver projetos de pesquisa de interesse prático. Esses logo se delinearão tendo em vista os acontecimentos políticos desde a posse de José Sarney como presidente da transição democrática. Um dos projetos, com subvenção da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)¹, visava o acompanhamento e a análise das discussões e deliberações da Assembleia Constituinte nos campos de ciência, tecnologia e educação, coordenado por Maria Lucia Maciel e envolvendo, como parte da formação, alunos de doutorado, mestrado e graduação².

Acontecia também a implementação do Programa Nacional de Desburocratização, então com *status* de ministério, liderado pelo ministro Paulo Lustosa. Este solicitou aos pesquisadores do SOL um programa de ações políticas no sentido de fomentar a discussão sobre os desdobramentos das propostas políticas em discussão no Congresso Nacional, já no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte. Foi assinado convênio entre o Ministério e a UnB com vistas à realização das tarefas deliberadas, do qual João Gabriel foi o executor, já na condição de chefe do Departamento.

Por outro lado, a UnB criou o Centro de Estudos sobre a Constituinte (Ceac), no qual a equipe do SOL teve participação preponderante, até mesmo para a publicação de

* João Gabriel L. C. Teixeira, pesquisador associado do Programa Avançado em Cultura Contemporânea (PACC) da Faculdade Letras/UFRJ; professor assistente aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Maria Lucia Maciel, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFRJ/Ibict, coordenadora do Laboratório Interdisciplinar em Informação e Conhecimento (Liinc), editora da *Liinc em Revista* e diretora do Instituto Ciência Hoje.

1. Com sede no Rio de Janeiro, a Finep foi criada em julho de 1967 para financiar a elaboração de estudos para projetos e programas de desenvolvimento econômico, mas também para atuar no aperfeiçoamento da tecnologia nacional. Com a criação do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em março de 1985, a Finep ficou vinculada à pasta.

2. Maria Isabel Tavares Mendes,

Maria Francisca Pinheiro Coelho, Eliane Veras, Wanderly F. Costa, Cristina Frutuoso Teixeira.

3. M. L. Maciel; M. I. T. Mendes; W. F. Costa. *Ciência e tecnologia na Constituinte. Cadernos Ceac*. v. 1, 1987; M. L. Maciel. *Universidade e ciência*. v. 1, 1987, 1988. Mais tarde, já nas páginas da *Sociedade e Estado*, a mesma equipe fez um balanço do trabalho na Constituinte: M. L. Maciel; A. M. Fernandes; B. V. Schmidt. *Educação, ciência e tecnologia: da Constituinte ao Plano Collor. Sociedade e Estado*, v. 5, p. 5-24, 1990; M. L. Maciel. *Constituinte e transição. Sociedade e Estado*, v. 5, p. 193-200, 1990.

pesquisas e de análises nos *Cadernos Ceac*, publicados pela UnB³. As ações políticas desenvolvidas pelo SOL abrangeram a realização de dois seminários nacionais, sobre vários temas do interesse do ministério, tais como Constituinte, universidade, sociedade, movimentos sociais e cidadania. Entre as atividades, incluíram-se apresentações musicais e shows com vistas à mobilização da comunidade universitária para a discussão de demandas e soluções.

Foi planejada a publicação de quatro livros pela Editora da Universidade de Brasília.

O primeiro foi uma coletânea de artigos sobre o Estado e políticas de desenvolvimento, organizado pela professora Vilma Figueiredo. O segundo e o terceiro foram transcrições dos anais do Seminário Nacional sobre a Universidade Brasileira e a Constituinte e outro do Seminário de Reflexão sobre a Construção da Cidadania. Quanto ao quarto livro, decidiu-se pela publicação de uma coletânea de trabalhos produzidos por pesquisadores da UnB sobre Estado, cidadania e movimentos sociais, que veio a se constituir no título do primeiro número da *Revista Sociedade e Estado*.

Segue um breve relato sobre o sumário do primeiro número da *Revista Sociedade e Estado*, feito por Maria Lucia Maciel, e que mostra a pertinência dos temas debatidos, na época, considerando o contexto brasileiro de elaboração da nova Constituição, o envolvimento da UnB nesse processo e a liderança do Departamento de Sociologia. Esse primeiro número resultou das contribuições garimpadas entre estudiosos da UnB e abrange uma diversidade de áreas no âmbito das Humanidades, tais como o serviço social, a ciência política, a antropologia, a sociologia, a economia, o direito e a comunicação.

Interessante observar, nesta primeira publicação, que a variedade de áreas e subáreas não impede a convergência na atenção sociopolítica aos temas destacados nos artigos e à centralidade do foco na relação entre sociedade e Estado, que sempre foi e continua sendo a razão de ser da nossa publicação.

Assim, o eixo comum dos artigos é a ideia de que tanto os conceitos como a realidade de “cidadania”, “Estado” e “direitos” variam historicamente segundo a composição de forças de cada momento. A contradição – ou o fosso – entre as percepções na sociedade dos direitos e necessidades do cidadão e a prática das políticas governamentais no Brasil é constatação comum a todos os estudos apresentados, independentemente de seus pontos de partida teóricos e metodológicos.

Fica implícito – quando não está explícito –, no conjunto, que a cidadania plena só pode ser resultado de um processo de conquista, o qual pressupõe um grau cada

vez maior de organização e conscientização da sociedade civil. Nesse sentido, fica claro que o nosso número inaugural – de 1986 – continua muito atual.

É o caso, por exemplo, da discussão desenvolvida por Potyara A. Pereira, mostrando como o uso habitual de termos como igualdade, cidadania e direitos civis podem escamotear diferenças socioeconômicas que o Estado de bem-estar preserva. Vicente Faleiros continua o debate aplicando especificamente ao período da redemocratização o debate sobre deslocamentos entre Estado e movimentos sociais na luta pelos direitos fundamentais do cidadão.

Em trabalhos mais empíricos, mas que alimentam a discussão teórica esboçada acima, vemos a diversidade das áreas de ciências humanas alimentando uma convergência em torno de uma visão crítica da relação entre sociedade e Estado. Assim, Walder de Góes, cientista político, retoma nas entrelinhas a demonstração de que a conciliação entre forças políticas conflitantes continua sendo a norma que rege a atuação do Estado brasileiro.

No texto “Sem lenço e sem documento”, Mariza Peirano, em abordagem original derivada do olhar antropológico, discute a simbologia do “papel” na percepção da cidadania – e da identidade.

José Geraldo de Souza Júnior mostra como a identidade constitui também um problema jurídico, cultural e ideológico ao discutir o “lugar” da cultura afro-brasileira na questão da cidadania.

O sociólogo e cientista político Benício Viero Schmidt focaliza a saúde como mercadoria – a ser produzida, circulada, distribuída e consumida – e como parte das “condições gerais de produção”, e retoma, em certo sentido, as contradições destacadas nos outros artigos.

A relação contraditória entre a política estatal e a percepção dos trabalhadores na área rural é destacada por Vilma Figueiredo e Caetano F. de Araújo, que discutem o lugar das novas tecnologias no campo.

Duas contribuições de economistas discutem políticas de emprego – Ricardo Lima, sobre as políticas salariais e Lívio de Carvalho, sobre o ponto de vista da eficácia econômica, complementando, de certa forma, o artigo anterior.

Por fim, o estudo de José Salomão D. Amorim coloca em debate o controle e a pressão – do Estado e/ou da sociedade – sobre formas de comunicação que represen-

tam, por um lado, a matriz hegemônica na formação das consciências e, por outro, um direito do cidadão.

Aquela proposta foi aprovada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia como o número I da *Revista Sociedade e Estado* – revista semestral do Departamento de Sociologia. Na sequência, publicou-se uma plêiade de trabalhos significativos sobre a área de concentração da pós-graduação em sociologia da UnB (Estado e sociedade e, posteriormente, sociedade e transformação), ao longo de 30 anos, dedicada ao esclarecimento, em última análise, das múltiplas relações que se estabelecem entre a sociedade e o Estado brasileiro. De certo modo, essa estrutura da revista se mantém até hoje.

Uma avaliação panorâmica da enorme tarefa realizada demonstra a resiliência e persistência do empreendimento além da dedicação contínua dos docentes do SOL no sentido de sua realização. Muitos colaboraram nessa empreitada ao longo de três décadas. Os empenhos de Lourdes Bandeira e Edson Farias, professores do SOL, foram essenciais para a sua consolidação. Os autores desta memória do SOL foram apenas fundadores e executores de um desafio que se transformou numa história de sucesso. *Sociedade e Estado* é uma revista acadêmica consolidada, com ampla repercussão sobre a comunidade das ciências sociais no Brasil e alhures. Portanto, há o que comemorar.

Três olhares, um só foco: a sociologia na Universidade de Brasília*

Recebido: 09.11.16

Aprovado: 23.01.17

Maria Francisca Pinheiro Coelho,
Lourdes M. Bandeira
& Mariza Veloso**

Introdução

A história do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília pode ser reconstruída com base em três eixos narrativos: (i) o lugar das ciências sociais, no interior delas a sociologia, no projeto de criação de uma universidade pública na nova capital do país – Brasília. A Universidade de Brasília, vinculada à Fundação Universidade de Brasília, teve como seu primeiro reitor o antropólogo Darcy Ribeiro; (ii) a constituição de um *corpus* acadêmico voltado para as mudanças sociais. As disciplinas temáticas e os professores buscavam compreender as tensões vividas em um cenário político que anunciava, por um lado, a persistência de comandos tradicionais e, por outro, a existência de uma sociedade civil sintonizada com um projeto de mudanças. Atuar neste cenário era o desafio da sociologia na UnB; e, por fim, (iii) a relação entre Brasília e o *ethos* de produção da sociologia, os compromissos e a atuação das futuras gerações.

A direção das mudanças no país orientava o pensamento de Darcy Ribeiro:

O Brasil não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como um problema. Esta é a tarefa da Universidade de Brasília (Ribeiro, 1986a: 5).

Mais de cinco décadas se passaram, sem que a UnB e a sociologia perdessem os vínculos com o projeto inovador da Universidade. Em 2014, quando da decisão do Instituto de Ciências Sociais de se transferir do centro do Minhocão – como é chamado o Instituto Central de Ciências (ICC), principal prédio da UnB e agregador de seu patrimônio histórico e acadêmico – para um novo e moderno edifício, a professora Mariza Veloso foi voto vencido:

Como podemos abandonar o lugar primordial reservado às ciências sociais no coração do ICC e que resultou de uma distinção do papel central dessas ciências no projeto fundador da UnB?

* As autoras do texto ingressaram na UnB nos anos de 1970. Mariza Veloso na graduação de ciências sociais, em 1974, Lourdes M. Bandeira e Maria Francisca Pinheiro Coelho na pós-graduação em sociologia, em 1975. Muitos dos registros, relatos e memórias aqui apresentados se confundem com a própria história da instituição. O mestrado de sociologia foi criado em 1970 e o doutorado em 1983. Em 2016, a pós-graduação de sociologia completou 46 anos e a *Revista Sociedade e Estado*, 30 anos.

** Maria Francisca Pinheiro Coelho é professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Lourdes M. Bandeira é professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Mariza Veloso é professora associada III do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Estudiosa do patrimônio histórico do Brasil e do projeto original da UnB, Veloso ressalta a importância das ciências sociais na concepção acadêmica da Universidade. Recorda que a decisão de situar as ciências sociais no coração do ICC não foi aleatória, mas para iluminar as ideias e os rumos a serem adotados pela Universidade:

A centralidade das ciências sociais no projeto acadêmico original da UnB levou a que essas ocupassem o lugar tradicional da filosofia, assumindo então o protagonismo para viabilizar a produção de conhecimento empírico e teórico sobre a realidade brasileira. Por esta razão, deveriam constar do currículo básico dos mais diferentes cursos da UnB. As ciências sociais fizeram assim parte das inovações e utopias inerentes ao próprio projeto de criação da UnB.

O saudosismo do voto da professora tinha uma base concreta que pode ser comprovada ainda hoje pela missão atribuída à sociologia de integrar o currículo dos mais diversos cursos, por meio da oferta da disciplina obrigatória de Introdução à sociologia. As ciências sociais deveriam integrar as diversas áreas do conhecimento, como fora previsto no desenho pedagógico proposto pelos fundadores da UnB. Em sua arquitetura original, o Minhocão, com seus mil metros de extensão, congregaria as principais áreas do conhecimento, onde estudantes não apenas circulariam, mas teriam um lugar de intensa convivência.

As irmãs siamesas: as ciências sociais e a UnB

De algum modo, a história das ciências sociais na UnB se confunde com a história da instituição. A Universidade de Brasília foi fundada em 21 de abril de 1962, no espírito de mudanças e utopias da nova capital. A UnB fazia parte dos ideais então hegemônicos da intelectualidade brasileira, que tinha como pressupostos a universalidade do conhecimento, o intenso intercâmbio internacional e a certeza de que o sonho de uma sociedade mais justa estaria próximo. Segundo Darcy Ribeiro,

A UnB é a ambição mais alta da inteligência brasileira, este é o nosso sonho maior, esta é a utopia de quem entre nós tem cabeça para pensar este país e senti-lo com o coração [...]. Agora ela renasce e renasce porque o Brasil renasceu em liberdade (Ribeiro, 1986b: 6).

Ana Maria Costa, Deis Siqueira e Lourdes Maria Bandeira (1992: 3) enfatizam o papel do Instituto Central de Ciências no projeto da Universidade de Brasília:

O Instituto Central de Ciências (ICC) foi pensado não apenas para congregiar as ciências humanas, biológicas e exatas, mas os/as estudantes, os/as funcionários/as, professores/as e pesquisadores/as, enfim, os/as passageiros/as daquela nova experiência científico-cultural. Nova porque integra e integradora, de estudantes de várias áreas do conhecimento, compartilhando espaço, ideia e ideais, cursos, equipamentos, vida, cultura, lazer e cotidiano, simultaneamente. Portanto, a possibilidade de construção de uma outra “universalidade” (Costa, Siqueira & Bandeira, 1992: 3).

O tempo universitário na UnB era vivido não como uma cadeia curricular a ser cumprida, mas pela busca do conhecimento, ao mesmo tempo em que a formação da cidadania, os contados humanos, a criatividade e o lúdico eram a simbiose que matizava aquele cotidiano. Com o golpe militar, em 1964, a UnB sofreu várias intervenções. Contaram-se quatro intervenções principais na vida institucional da recém-inaugurada universidade: em 1964, durante o golpe, com a invasão da universidade por tropas militares; em 1965, com a expulsão de 13 professores, que resultou no pedido de demissão de mais de 200 professores; em 1968, no segundo semestre, devido à mobilização estudantil, quando um aluno foi baleado; e em 1977, em decorrência da greve geral dos estudantes pela criação de entidades estudantis livres.

Os anos de 1976 e 1977 foram de intensa mobilização estudantil na UnB, motivada pela defesa de eleições livres para as entidades estudantis. Em 20 de maio de 1976, nos últimos dias da gestão do reitor Amadeu Cury, este cancelou as eleições estudantis para o Diretório Universitário, alegando que a campanha continha ofensas ao governo e à universidade. Cinco dias depois, seu vice-reitor, José Carlos de Almeida Azevedo, foi nomeado reitor.

Na gestão de Azevedo, intensificou-se a repressão às mobilizações estudantis. Em julho de 1976, realizou-se na UnB a XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), momento de grande repercussão no cenário das lutas pelas liberdades e de resistência ao regime militar.

As mobilizações na UnB continuaram em 1977, com suspensões e expulsões de estudantes. Em 3 de maio, foi deflagrada uma greve geral dos estudantes, ampliando-se para a pós-graduação. No dia 3 de junho, a Polícia Militar invadiu a UnB e permaneceu no *campus* até novembro. Apesar do recesso decretado pelo reitor para o mês de junho, a greve recomeçou logo após a volta do recesso. Com a retomada do movimento, em agosto, novas prisões foram efetivadas:

Ao fim do grande recesso, o saldo da repressão contabilizava os seguintes números: 9 estudantes cumpriram 30 dias de cadeia,

cerca de 80 foram presos por 2 dias, mais de 200 foram intimados a depor, 14 estavam indiciados na Lei de Segurança Nacional, 30 estavam expulsos e 34 suspensos das atividades acadêmicas. Somavam-se, a isso, as 16 punições de 19 de maio, as 7 expulsões e 34 prisões de 1976 (Ramaiana Ribeiro, 2009: 160).

Um dos 30 estudantes expulsos da UnB era aluno da pós-graduação de sociologia. No período da greve, foi criada a Associação de Docentes da UnB, a ADUnB. No dia primeiro de agosto de 1977, 150 dos 730 professores da UnB assinaram a Ata de Fundação da Associação e divulgaram uma nota dirigida ao reitor José Carlos de Azevedo que reivindicava a imediata retirada dos policiais do *campus*. Passados três dias, foram realizadas mais de 200 prisões no *campus*. Pela manhã, os estudantes estavam em uma assembleia geral no Ceubinho, como é chamada a entrada norte do ICC, quando foram cercados pela polícia, presos e levados em camburões. Entre os presos estavam filhos de ministros, de parlamentares e de altos funcionários da República.

O clima na UnB era de guerra. Policiais mandavam alunos para as salas de aulas ou ficavam na porta das salas aguardando os alunos. Muitos professores não ministraram as aulas. Assim, o ano de 1977 chega ao fim com os estudantes mobilizados e sem que a greve seja formalmente decretada como terminada.

Na década de 1980, com a transição política do país, a UnB também fez sua transição democrática com a escolha, em 1984, do primeiro reitor pelas eleições diretas, o professor doutor em economia Cristovam Buarque. Encerrava-se assim um ciclo e iniciava-se outro, com novos desafios e perspectivas.

As respostas da UnB às frequentes intervenções militares fortaleceram o perfil de vanguarda da instituição no conjunto das universidades públicas federais e de seus cursos de ciências sociais. Apenas para citar alguns exemplos da marca proativa da UnB, pode-se listar algumas ações. O primeiro Diretório Central dos Estudantes Livre do país – após a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos diretórios estudantis, em 1968, entidades que, de certa forma, mantinham-se vinculadas à estrutura do Estado – foi criado na UnB, como conquista da greve dos estudantes em 1977. A ADUnB foi uma das primeiras associações fundadas nas universidades federais. Até então, os servidores federais não podiam ter associações nem sindicatos. Foi também em Brasília que se construiu o primeiro sindicato dos servidores públicos federais. As primeiras reuniões dos professores da UnB para a criação de sua associação foram realizadas às escondidas nas catacumbas – como são chamadas as salas que ficam no subsolo do Minhocão. Registra-se também que no regime militar e nos primeiros anos da abertura política, a UnB sediou encontros

nacionais emblemáticos: como o da SBPC, em 1976; o da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1984; e o da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 1986.

A ousadia dos fundadores da UnB de criarem a Fundação Universidade de Brasília como instituição autônoma no conjunto das universidades públicas federais e a capacidade de resistência da instituição às constantes intervenções durante o regime militar são suas marcas indeléveis. A UnB foi criada como fundação a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exercia sobre as universidades públicas federais. A UnB deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como empresa, mas como serviço público e autônomo.

Anos depois, já na década de 1990, e com a marca de uma tendência sindicalista uniformizadora da estrutura das instituições de ensino públicas federais, houve uma reestruturação e unificação das universidades federais com a aprovação da isonomia de carreira e salarial. Com essas mudanças, a UnB perdeu sua autonomia, nivelando-se ao conjunto das universidades federais. Esse processo resultou de uma reivindicação do próprio movimento docente nacional, o que levou à descaracterização da UnB como fundação. Com a isonomia, independentemente do nível de vida dos estados e das regiões, houve uma unificação da carreira e dos salários dos professores das universidades públicas federais.

A estrutura e a organização das ciências sociais constituem importante chave para a compreensão da trajetória da sociologia na UnB. Por isso, retomar algumas datas parece ser fundamental. O curso de ciências sociais foi criado no mesmo ano de fundação da UnB, 1962, mas foi muito atingido e desestruturado com as intervenções e demissões ocorridas. Em 1969, houve um processo de reestruturação do curso com a vinda do antropólogo Roque de Barros Laraia:

A UnB começou o seu processo de renascimento, abalada ainda pela crise política de 1965, quando perdeu a maior parte de seus professores competentes. Foi em 1969 que cheguei em Brasília com o encargo de extinguir o Departamento de Ciência Política e o de Antropologia e Sociologia e formar o novo Departamento de Ciências Sociais (Laraia, 1995: 17).

Quando o professor Roque Laraia chegou na UnB, o Instituto de Ciências Humanas possuía os seguintes departamentos: Antropologia e Sociologia, Ciência Política, Filosofia e História e, por fim, Economia. Existiam os cursos de graduação em filosofia, história e economia. A geografia, então vinculada às geociências, passou a integrar as ciências humanas.

Desde o início, o professor Roque Laraia teve a certeza de que o curso de ciências sociais dependia majoritariamente da sociologia, por isso o grupo de sociólogos contratados era bem maior do que o de antropólogos. Os novos professores admitidos vieram principalmente de Minas Gerais e poucos do Rio de Janeiro, como o próprio professor Roque Laraia e o professor Júlio César Melatti, provenientes do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quando decidiu vir para Brasília, o professor Roque Laraia convidou alguns colegas do Rio, mas, naquelas circunstâncias, apenas o professor Melatti aceitou:

O salário em Brasília era três vezes e meio o que ganhávamos no Rio, mas ninguém quis vir. Eu vim para ficar dois anos. O único que topou vir comigo foi o Melatti. Viemos no mesmo voo. Carioca, ele não queria nem saber, nem imaginar como era Brasília¹.

1. Laraia, 2015. Entrevista concedida à Maria Francisca Pinheiro Coelho, no Departamento de Antropologia, na Universidade de Brasília, em 12 de junho de 2015.

Os professores Roque Laraia e Júlio César Melatti são assim os pais refundadores das ciências sociais na UnB, responsáveis pela reestruturação desse novo período e encarregados das novas contratações:

Com o novo quadro docente foi possível criar, de imediato, o curso de graduação em ciências sociais que recebeu a adesão de muitos alunos que o aguardavam, enquanto faziam outros cursos (Laraia, 1995: 16).

Os professores pioneiros desse período são: Fernando Correia Dias, Maria Ignês Bastos Melo, Maria das Mercês Niquini Gomes, Élbio Gonzáles, Gláucio Ary Dillon Soares, Hécio Ulhôa Saraiva, José Carlos Brand de Aleixo, Vânia Mara Franco Drummond. Posteriormente foram incorporados David Fleischer, Vilma Figueiredo e Barbara Freitag, esta por indicação de Florestan Fernandes. A partir de 1972, destaca-se o papel do professor Roberto Cardoso de Oliveira.

Em 1970, com o apoio da Fundação Ford, foi possível criar o mestrado em sociologia: “isso foi feito, paradoxalmente, em um momento em que outros centros de sociologia do país sofriam uma forte perseguição política” (Laraia, 1995: 16). O mestrado de sociologia, portanto, foi criado no âmbito do Departamento de Ciências Sociais, antes mesmo da criação do Departamento de Sociologia.

O mestrado disciplinar em sociologia não deixou de representar o sentido transformador de uma época, direcionado pela sensibilidade e responsabilidade de um grupo de professores levados a pensar, por um lado, “soluções” para o país, e, por outro, a constituir um território fértil à produção do conhecimento. Havia muito entusiasmo e excelência da docência na graduação e, por extensão, na pós-graduação,

onde prevaleciam jovens plenos de expectativas e ideais. O papel do professor era o de semeador de ideias no processo de fecundação do conhecimento.

Na época, configurava-se uma dada resistência – tanto por parte de professores e estudantes, como por parte da administração dos departamentos – às pressões de órgãos externos [de fomento] nacionais e internacionais que almejavam definir um “perfil de produtividade” e de “competência” na pós-graduação, baseados em dados estatísticos. A resistência ocorreu não apenas como ação política, mas, sobretudo, para assegurar a autonomia e a liberdade de cátedra.

O fato de o mestrado em sociologia ter sido criado antes do Departamento de Sociologia possibilitou que as primeiras turmas do mestrado tivessem aulas com professores da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política. Por essa razão, também, muitos dos alunos selecionados foram arguidos por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. As primeiras seleções para o mestrado foram realizadas com a presença desses professores nos estados dos próprios candidatos.

Tempo de buscas:
as temáticas dos cursos,
os professores e os objetos de estudo

O curso de pós-graduação em sociologia na UnB tornou-se atrativo para muitos estudantes pela novidade que representava Brasília à época, pelo quadro de professores contratados, sua competência, e pela própria temática do mestrado: sociologia do desenvolvimento. Essa temática possibilitava pensar o Brasil tanto em suas dinâmicas interiores particulares como nas relações de “dependência” com os chamados “países desenvolvidos”. Dito de outro modo, esse era um campo de interesse da sociologia no Brasil, nos idos dos anos 1960-1970:

[...] Brasil [que] estava dividido não apenas economicamente entre os muitos desprovidos e os poucos privilegiados, mas demograficamente entre os habitantes dos espaços urbanos e os que lutavam pela permanência ou pela saída no e do mundo rural. As divisões brasileiras permaneceram em muitas frentes, exceto na demográfica. Mais de 80% da população opera hoje no universo de valores urbanos (Bomeny, 2008: 2).

Se, por um lado, a sociologia do desenvolvimento e a sociologia rural atraíam os estudantes, por outro, a sociologia política, a sociologia urbana e a sociologia da educação também constituíam demandas importantes, por permitirem problematizar as estruturas de poder vigentes na sociedade brasileira, a situação das elites,

além de outros problemas sociais. De acordo com Darcy Ribeiro, as tensões sociais possibilitavam reatualizar seus significados:

Nesta tarefa de desvendamento das causas ocultas e ocultadas de nosso atraso nacional é que temos sido mais coniventes. É gritante o descaso acadêmico pela elaboração e difusão de um discurso através do qual o nosso povo se explique e aceite. As classes dominantes dizem, com toda a altivez, que a culpa do atraso não é delas. Estaria no clima, na mistura de raças: tanto calor, tantos mulatos. Nada vale todos os saberes científicos que aí estão a dizerem há tantas décadas que nenhum fator natural, climático ou racial é explicativo do desempenho de um povo. Dentro da pupila de nossas classes patronais e patriciais continua persistente este olhar racista, raivoso, azedando a convivência entre os brasileiros (Ribeiro, 1986b: 10).

Relatos de alunos e pós-graduandos recompõem a memória dos primeiros anos do mestrado em sociologia na UnB. Lourdes M. Bandeira ingressou no mestrado em 1975, por meio de uma seleção realizada em São Paulo, cujo responsável foi o professor David Fleischer. Apresentou um projeto relacionado à sociologia da educação, que resultou em sua dissertação sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional (Senac), instituição de educação profissional. Tinha concluído a graduação – bacharelado em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – em dezembro de 1973. Maria Francisca Pinheiro Coelho ingressou no mesmo ano e foi selecionada em Fortaleza pelos professores Roque de Barros Laraia e Hécio Ulhoua Saraiva. Seu ensaio na seleção intitulou-se “Tentativas de confronto entre modelos explicativos do desenvolvimento brasileiro”, publicado um ano depois no primeiro número da *Revista de Ciências Sociais*, da universidade Federal do Ceará (Pinheiro, 1976).

A turma do mestrado em sociologia que entrou em 1975 tinha 15 alunos, a maior em relação às seleções anteriores. Lourdes Bandeira relembra o impacto que lhe causou o novo curso:

O momento de ingresso na UnB me causou certo “pânico”. Em 1976, os muitos comentários sobre o reitor da época, Luís Carlos de Almeida Azevedo, o Capitão-de-Mar-e-Guerra, como era conhecido, traziam a imagem do olho panóptico de Foucault ao refletir o clima geral de perseguição e de ameaça nos corredores da universidade. Existia um sistema de estreito controle não apenas disciplinar, sobretudo acadêmico, em relação a alunos e professores (permanência, tempo, manifestações, notas, circulação, convivência frequente no *campus* etc. etc.), que gerava um pânico permanente.

De acordo com Lourdes Bandeira, mesmo diante desse clima de insegurança, a convivência estudantil era extremamente cordial e afetiva. O coordenador do Programa de Pós-Graduação era então o professor Gláucio Ari Dillon Soares,

um professor forte, quase imponente, com formação quantitativa, nos Estados Unidos, rigoroso e atento. Nós, estudantes, não sabíamos muito como circular pelo *campus* com desenvoltura naqueles tempos tão difíceis.

Os pós-graduandos vinham de diferentes estados, uma vez que se tratava do momento de expansão dos cursos de pós-graduação, depois da reforma do ensino superior, ocorrida em 1968. Na Sociologia, relata Lourdes Bandeira, as matérias e os professores mais proeminentes na época eram: Vilma Figueiredo que ministrava Sociologia do desenvolvimento e Teoria sociológica; Maurício Vinhas de Queiroz que dava as disciplinas Movimentos messiânicos no campo, como o Contestado, em Santa Catarina, o Movimento operário e Estudos marxistas. “O professor era um homem forte e excêntrico, grande conhecedor da obra de Marx.” O professor Gentil Dias ensinava Sociologia rural. O professor Fernando Correia Dias ministrava Sociologia brasileira e Sociologia urbana. A professora Barbara Freitag ensinava Teoria sociológica clássica.

Com a professora Barbara, sofríamos forte influência dos autores da escola de Frankfurt. Tínhamos de ler Habermas, Marcuse e Adorno, assim como estudamos em profundidade Antônio Gramsci. Eu mesma não tinha tido contato com os autores da Escola de Frankfurt, durante a graduação, na UFRGS, uma vez que o curso se voltava para os autores mais clássicos – Durkheim, Weber e Marx, conhecidos zombeteiramente como “os três porquinhos”. A professora Barbara era ousada em seus cursos, pois como tinha uma circulação internacional, centrava os cursos também na análise marxista e fazia uso de *O Capital* na edição consolidada em alemão, sem a ortodoxia que caracterizava as análises militantes à época. Também demonstrava sua ousadia em enfrentar o autoritarismo da reitoria, o que sempre fez com galhardia, até o dia em que “deixou” ou “teve de deixar” a UnB, no segundo semestre de 1977.

A professora Maria Helena Lerda ministrava Sociologia das migrações e, juntamente com Pedro Demo, respondia pelas disciplinas metodológicas, enquanto o professor David Fleischer oferecia os cursos de técnicas de pesquisa. O professor Lauro Campos, do Departamento de Economia, também ministrava disciplinas sobre a leitura de *O Capital*. As metodologias compunham uma área de muita densidade em termos de carga horária, com excelentes professores. Somente nos anos de 1990 foi

introduzido o curso de Teoria sociológica contemporânea, cuja primeira professora foi Vilma Figueiredo. Essa disciplina posteriormente passou a ser ministrada pela professora Mariza Veloso, por muitos semestres consecutivos.

Comparativamente com o de hoje, o curso de mestrado era estruturado em outras bases e tinha uma oferta maior nas disciplinas teóricas e obrigatórias. O período de tempo de realização do curso também era maior, podendo o/a aluno/a se formar em até oito semestres. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), evidentemente, mantinha outra relação com os programas de pós-graduação, bem diferente da instrumentalização hoje vigente. No curso de graduação, por exemplo, era muito comum que os alunos concluíssem com dupla opção – sociologia e antropologia.

Em virtude de seu corpo docente, o Departamento de Sociologia se caracterizava pela densa carga de teoria. O uso da bibliografia era centrado nos estudos marxistas e no estruturalismo, seguindo um modelo que refletia a experiência europeia (marxista, sobretudo). Por outro lado, a presença de autores americanos, embora mais reduzida, também estava presente, sobretudo autores como Talcott Parsons e Robert Merton. Outros autores também eram estudados, como Karl Mannheim, Georg Simmel e Marcel Mauss.

Os professores da graduação, com poucas exceções, eram os mesmos da pós-graduação e introduziam os mesmos autores. Os autores brasileiros mais estudados eram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Costa Pinto e Octavio Ianni. Querendo ou não, a USP continuava sendo a referência – o horizonte –, tanto no ensino da sociologia nacional como na pesquisa. Influências também emanavam do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Vale lembrar que o sistema de pós-graduação que estava sendo instalado resultava da Reforma Universitária do Ensino Superior, promulgada pela Lei n.º 5.540, de 1968. A reforma baseava-se no modelo americano, com a criação do sistema de disciplinas, departamentalização e divisão em semestres. Procurava-se construir os *campi* longe do centro dinâmico das cidades, para que não houvesse a mobilização de estudantes ou qualquer outro tipo de ajuntamento. Um dos mentores da reforma universitária foi o professor da UnB Milton Sucupira, eminente professor da Faculdade de Educação.

Tendo como referência a experiência da sociologia na UnB dos anos de 1970, podemos salientar como fatos institucionais, os seguintes:

1. A preocupação com a institucionalização da sociologia enquanto disciplina acadêmico-científica. Nesse sentido, as escolas sociológicas mais presentes nesse processo de consolidação eram, prioritariamente, a marxista, e, secundariamente, as escolas durkheimiana e o funcionalismo americano. Esse ponto pode ser bem ilustrado pela síntese proposta por André Botelho, ao resumir o pensamento de Glaucia Villas Boas:

[...] deve ser explicitada uma distinção analítica fundamental que sustenta os argumentos sobre a sociologia brasileira da mudança social: a distinção entre “construção de nação” e “construção de sociedade”. Para Glaucia Villas Boas, as interpretações de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, ao contrário da produção sociológica dos anos 1950, operam, tanto cognitivamente, quanto politicamente a partir e dentro do paradigma da nação, da singularidade ontológica divisada nas origens, da particularidade que nos une e distingue dos “outros”, o que lhes permite dar conta da construção de uma “identidade nacional” e de suas diferenças, mas não da construção de uma “sociedade moderna”, da questão das desigualdades sociais que o paradigma universalista permite evidenciar e da sua mudança, mesmo que provocada. E é essa indistinção entre “nação” e “sociedade” que concorreria para a criação e manutenção do “mito” da ambiguidade do brasileiro, já que leva a que se confundam – nem sempre ingenuamente – valores de uma sociedade tradicional, do ponto de vista do paradigma sociológico e ethos brasileiro (Botelho, 2009: 5).

2. O estudo da sociologia francesa, alemã, americana e latino-americana. A França era uma referência como produtora de bibliografias. Depois vinham os autores Max Weber, Karl Mannheim, com a sociologia do conhecimento, e posteriormente Georg Simmel, com a sociologia urbana e a Escola de Chicago. Posteriormente, vêm autores como Pierre Bourdieu, com a teoria da reprodução (1975), que fez grande sucesso na academia, assim como Michel Foucault com *Vigiar e punir*. (1975), *Microfísica do poder* (1979).

3. O surgimento de departamentos, os quais tendiam a estar articulados aos cursos de graduação de suas respectivas disciplinas e aos cursos de pós-graduação.

4. A criação de cursos de pós-graduação e a organização de comunidades científicas especializadas, caracterizando a etapa da *Big Science*.

5. A fundação da comunidade acadêmico-científica com a importância dada ao modelo de interação vigente no estabelecimento do clima in-

terno de comunidades científicas específicas e em suas possibilidades de interação com outras comunidades científicas (com padrões de estratificação, padrões normativos e padrões de comunicação).

A emergência da sociologia no Brasil tinha se dado sob a égide do paradigma estrutural-funcionalista, da consecução de um padrão de institucionalização e de prática do ensino e da pesquisa em sociologia, de modo similar ao ocorrido nos centros sociológicos dos países centrais, sobretudo França e Estados Unidos. A concepção e o fundamento dessa abordagem tiveram sua expressão na teoria da modernização e em sua análise do processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

As disciplinas na graduação e na pós-graduação em sociologia na Universidade de Brasília tinham forte embasamento nas teorias. Salienta a professora Mariza Veloso:

Os cursos de teoria sociológica, especialmente a sociologia clássica, sempre tiveram grande importância na graduação e na pós-graduação na UnB. Igualmente importantes eram as disciplinas relacionadas ao núcleo de métodos e técnicas de pesquisa.

No bojo da crise social e política vivenciada pelos países da América do Sul nas décadas de 1960 e 1970, com a instalação de regimes militares na região, verificou-se uma crise de retração da sociologia. Paradoxalmente, como forma de resistência, ocorreu uma diversificação da sociologia latino-americana, caracterizada pela crise institucional da sociologia provocada pela repressão política e cultural dos regimes militares. No interior da crise de hegemonia da chamada sociologia científica, deu-se a emergência de alternativas teóricas, como as chamadas sociologias nacionais, tal como a teoria da dependência e a da marginalidade social, tratadas por autores latinos, dentre os quais Anibal Quijano, Jorge Graciarena, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra. Grosso modo, essa conjuntura perdurou na sociologia brasileira do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980.

Com a emergência do ciclo autoritário dos anos 1960-1970 – que coloca um fim às experiências democrático-desenvolvimentistas –, a questão educacional e científico-tecnológica adquiriu novos contornos. As políticas educacionais e científicas repressivas e recessivas dos governos autoritários levaram a uma quebra da autonomia universitária. Por sua vez, as cassações, prisões e diáspora intelectual-acadêmica restringiram as possibilidades de expansão do conhecimento e do ensino da sociologia.

Além das lutas estudantis, outras forças sociais atuantes contribuíram para o desgaste e o fim do regime militar no Brasil, entre elas as greves operárias do ABCD

paulista, da cidade de Contagem em Minas Gerais e o Movimento pela Anistia, que reivindicava a volta dos exilados e a liberdade dos presos políticos. O Movimento pela Anistia foi composto particularmente por mulheres, esposas, mães, familiares dos exilados e presos políticos. O ponto alto das mobilizações pela volta da democracia foi o Movimento das *Diretas-Já!*, em 1984, quando ocorreram grandes mobilizações populares, envolvendo milhões de pessoas nas principais capitais e cidades do país.

No meio acadêmico, foi criada a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 1978, e reativada a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), fundada em 1948. Emergiram também nesse momento as agências internacionais de fomento, como a Fundação Ford, que passou a conceder bolsas e a financiar programas de inclusão social – mulheres/gênero, negros e índios – que, de alguma maneira, acabaram por influenciar o rumo e os avanços de análises sociológicas. No campo do ativismo político, surgiram novos sujeitos e consolidaram-se as lutas por identidades, emergindo o movimento de mulheres, de negros, sobretudo, com novas temáticas que iriam se afirmar, apesar das resistências institucionais. As lutas indenitárias passaram a constituir novos temas da sociologia.

Os ventos de Brasília, o ethos da sociologia e as gerações

A sociologia da UnB tem algo em particular que lhe acompanha desde sua implantação na instituição: em todos os relatos sobre as características do Departamento de Sociologia, nos relatórios da Capes ou nas descrições sobre o perfil do corpo docente, são ressaltadas como qualidades a heterogeneidade do lugar de origem dos professores e a diversidade de sua formação, com ênfase na pós-graduação em diferentes países. Essa diversidade proporcionaria uma pluralidade de abordagens, a abertura para o diálogo e o pensamento crítico. Favorece também a multiplicidade de perspectivas analíticas e de objetos de estudo, que impulsionam a produção de um conhecimento sociológico apoiado em sólidas bases epistemológicas e metodológicas.

A heterogeneidade dos lugares de origem e a diversidade de formação da pós-graduação do corpo docente do Departamento de Sociologia da UnB aproximam o *ethos* do sociólogo da UnB ao do tipo social do estrangeiro construído por Georg Simmel: como o do habitante móvel, aquele que não nasceu aqui, mas que veio para ficar. Esse habitante móvel consegue olhar com mais distanciamento o seu redor e o outro. O morador de Brasília já tem essa característica naturalmente, mas, para o corpo docente da UnB, esse traço geral dos que vivem aqui se apresenta

como uma qualidade a mais, um atributo da profissão, definido pela capacidade de se aproximar e se distanciar de seus objetos de estudo.

A objetividade é a lição sociológica maior do ensaio “O estrangeiro”, de Georg Simmel (1983), visto não no sentido do viajante que não se fixa em nenhum lugar, mas da pessoa que chega hoje e amanhã fica. Do estrangeiro como forma específica de interação social. Na reflexão do autor, a objetividade se define como a liberdade, o valor maior na produção científica, por seu compromisso intrínseco com a verdade:

O indivíduo objetivo não está amarrado a nenhum compromisso que poderia prejudicar sua percepção, entendimento e avaliação do que é dado (Simmel, 1983: 185).

A proximidade e a distância se apresentam assim como forma de relação social comum a todas as pessoas, mas no tipo social do estrangeiro ganham o traço particular da objetividade.

O perfil do corpo docente da Sociologia da UnB, sua densa e sólida formação acadêmica, favorece a postura reflexiva e a convivência entre diferentes escolas e enfoques sociológicos. Pelo menos é o que se percebe na geração fundadora do Departamento de Sociologia e que se deseja como legado para as novas gerações. A Escola Sociológica de Brasília, se assim pode-se chamá-la, não tem laços estabelecidos com determinadas tendências nem se submete a componentes ou a tendências peculiares de grupos. Está sempre aberta a novos olhares e perspectivas, sem abrir mão da base factual, o fundamento empírico das ciências sociais. Em Brasília, a produção da sociologia tem uma tendência à objetividade e à diversidade. Objetividade que não envolve simplesmente passividade e afastamento, mas uma estrutura particular composta de distância e proximidade.

Essa imagem um tanto idealizada do habitante de Brasília – que não tem raízes em uma tradição – é uma visão aproximada do traço peculiar da produção das ciências sociais na UnB. Trata-se de um conhecimento que se caracteriza pela multiplicidade de temas e abordagens, portanto avesso, nas origens, às ortodoxias, e sempre aberto a rever princípios e orientações.

O perfil do estrangeiro foi o papel atribuído ao professor Roque de Barros Laraia ao desembarcar em Brasília, em 1969. Em suas palavras, foi-lhe pedido para “refazer o desfeito”. A proporção de proximidade e distância deu àqueles professores pioneiros e à geração formada por eles o traço das ciências sociais produzidas na Universidade de Brasília. Proporcionou-lhes também a característica do usuário do

livre pensar, que se expressa na busca do desvendamento sociológico da realidade, sem preconceitos nem juízo de valor:

O cientista social na UnB é o estrangeiro que não sabe se fica, mas nunca vai embora, e essa condição lhe possibilita desvendar Brasília (Coelho, 2010: 62).

Quando a geração de pós-graduandos da década de 1970 ingressou na UnB, além da exigência de uma formação teórica sólida com a leitura dos clássicos e contemporâneos da sociologia, contribuiu muito para a definição dos temas de estudos da época a conjuntura política do país: o ressurgimento das mobilizações contra a ditadura militar, o movimento da anistia em 1979, marcadamente feminino, o movimento operário, com as greves em ascensão. As questões da sociologia se relacionavam aos temas de mudança social. Os trabalhos produzidos naquele momento trazem a marca daquele período político brasileiro que prenunciava o fim do regime militar.

Comparações entre o passado e o presente são importantes, mas não esgotam as particularidades e possibilidades de cada momento. As ações individuais e coletivas não se conformam completamente às influências e circunstâncias de um tempo nem são por ele enquadradas. Embora as ideias de uma época influenciem a produção do conhecimento sociológico e sejam motivações para a ação, há sempre a possibilidade do inusitado e do surpreendente.

As ideias conformam um tempo, mas a prevenção contra qualquer tipo de determinismo evita o enquadramento da produção sociológica. Nas palavras de Mannheim (1951), quando se fala de geração se refere sempre ao espírito de um tempo, a um sentido coletivo, mas existe sempre a possibilidade do “contemporâneo do não contemporâneo”, como forma de vivência no presente de um passado que se foi. Mesmo em uma geração que compartilha um destino coletivo existem diferentes unidades de geração. Pode-se também prever no presente tendências do futuro, como a vanguarda de um tempo.

Nessa relação entre passado e presente, pode-se avaliar que certos valores do passado são datados, mas que outros podem iluminar práticas no presente. O depoimento, em 1995, de um jovem professor do Departamento de Sociologia, por ocasião das comemorações dos 25 anos do programa de pós-graduação em sociologia, elucida bem um valor do passado que se quer preservar no presente: o do convívio entre gerações.

Sua análise representa uma introjeção do sentido institucional e coletivo da geração fundadora do Departamento de Sociologia e de seu papel para as gerações mais jovens, como exemplo de convivência e ensinamento. O professor falava do quanto aprendia com a convivência entre os pares. Seu depoimento se constitui em uma lição para os dias de hoje. Ao se referir ao convívio das gerações, o professor Eurico Cursino dos Santos, jovem professor na época, tinha como foco as reuniões do Departamento:

Nelas, as paixões e as vaidades encontram-se com as consequências dos compromissos que cada um assume com os valores da instituição científica. E as figuras de mestres estão sempre lá, lembrando-nos da possibilidade de atribuirmos um sentido honesto às sequelas de nossas opções. Ainda mais, advertindo-nos da oportunidade de fazermos isso em grupo, respeitando e tolerando o outro, como rezam os melhores valores, para que a relação entre o indivíduo e a instituição possa modelar a ambos com o mínimo de conflitos (Santos, 1995, p. 104-105).

Pode-se argumentar que, na história do Departamento de Sociologia da UnB, apesar dos conflitos inerentes a toda instituição, houve sempre uma convivência respeitável e dialógica entre os pares, independente de orientações teóricas e opções políticas, principalmente dos mais antigos em relação aos novos. Do mesmo modo, a convivência entre professores e alunos e entre os alunos sempre foi intensa e amistosa. Digno de registro era a frequência de alunos das ciências sociais na Biblioteca Central, onde se encontravam, estudavam juntos e compartilhavam ideias. O espírito de solidariedade era um traço característico de professores e alunos de ciências sociais. Os professores frequentavam assiduamente o Departamento, ocupando suas salas para estudar, trabalhar e atender alunos. A presença de todos em um efetivo intercâmbio favorecia trocas afetivas e acadêmicas entre os colegas.

Como foi mencionado, a história das ideias fundadoras da UnB coincidem com as da construção de Brasília e com o *ethos* das ciências sociais produzidas na instituição. Além do projeto acadêmico de autonomia, o concreto da UnB compõe também com a arquitetura modernista de Oscar Niemeyer, integra o espaço urbano, a paisagem da Asa Norte e tem como vista o Lago Paranoá, cuja existência possibilita a vivência nesse lugar do Planalto Central: “Ainda ontem eu e a lua tomávamos banho no lago”, cantou em poesia o Lago Paranoá o poeta cearense Augusto Pontes, formado em jornalismo pela UnB, onde foi professor da comunicação.

Referências

BOMENY, Helena. Sociologia como missão: fazer ciência fazendo história? Rio de Janeiro: CPDOC, 2008. 9f. Resenha de: VILLAS BOAS, Glauca. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.

BOTELHO, André. Universal e particular na sociologia brasileira da mudança social. *Sociologias*, n. 21, Porto Alegre Jan.-Jun. 2009.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Brasília e a geração UnB nas ciências sociais. *Revista Darcy*, v. 4, Universidade de Brasília, Ago.-Set. 2010.

COSTA, Ana Maria; SIQUEIRA, Deis; BANDEIRA, Lourdes. UnB: Tempo e espaço do resgate do naufrágio e do sonho. Texto premiado e publicado nos *Anais dos 30 anos comemorativos da UnB*. Brasília, Out. 1992.

FOULCAULT, Michel. *Vigiar e punir. O nascimento da prisão*. Lisboa: Edições 70, 1975.

———. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GRUPIONI, Luís Donisete B.; GRUPIONI, Maria Denise F. Depoimento de Darcy Ribeiro. *BIB/Anpocs*, n. 44, p.3-135, Rio de Janeiro, Jul.-Dez. 1977.

LARAIA, Roque de Barros. Entrevista. Concedida a COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Brasília, jun., 2015.

———. 25 anos: uma história. *Sociedade e Estado*, v. 20, p. 17-18, 1995.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: ———. *Sociologia do conhecimento*. v. 2, p. 115-174. Porto: RÉ-S-Editora, 1951.

PINHEIRO, Maria Francisca Sales. Tentativas de confronto entre modelos explicativos de desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, v. 1, p. 30-38, Fortaleza, 1976.

RAMAIANA RIBEIRO, Antonio. *UnB 1977: o início do fim*. Brasília: Paralelo 15, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *UnB, invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1986a.

———. *Universidade para quê? "Série UnB"*. Brasília: Editora UnB, 1986b.

SANTOS, Eurico A. G. C. A sociologia e seus mestres. *Sociedade e Estado*. Edição comemorativa dos 25 anos da Pós-Graduação em Sociologia. v. 20, p. 103-105, 1995.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Sociologia*, p. 182-188. São Paulo: Ática, 1983.

VILLAS BOAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Sociedade e Estado (S&E): trinta anos de produção científica e pioneirismo na difusão do conhecimento em sociologia no Brasil

Recebido: 15.12.16

Aprovado: 20.01.17

Ana Cristina Collares,
Sergio B. F. Tavolaro
& Tânia Mara C. Almeida*

* Professor/as do Departamento de Sociologia/UnB e editor/as adjunto/as da *Sociedade e Estado* nos últimos anos. Os nomes encontram-se dispostos por ordem alfabética. Respectivos endereços eletrônicos: <anacollares@unb.br>; <sergiotavolaro@unb.br>; <taniamaraca@unb.br>.

Breve histórico e perfil da S&E

A revista *Sociedade e Estado (S&E)* é um periódico editado regularmente desde 1986 pelo Departamento de Sociologia (SOL) e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de uma revista científica de alta qualificação e prestígio, com uma coleção que soma trinta e um volumes anuais, 69 números e duas edições comemorativas (1993 e 1995) no período que se estende de junho de 1986 a dezembro de 2016. Semestral até dezembro de 2004, sua publicação tornou-se quadrimestral a partir de 2005. A importância da revista, aliada a seu forte impacto nas ciências sociais brasileiras, em especial no âmbito da sociologia, são amplamente reconhecidos. Em alguma medida, narrar um pouco dessa história equivale, portanto, a também dar a conhecer informações relevantes a respeito da constituição e do desenvolvimento da área no país.

O objetivo central da *S&E* tem sido colaborar para a atualização e o fomento do debate sociológico à luz de pesquisas desenvolvidas em centros de excelência acadêmica em todo o mundo. Com esse propósito, a revista tem publicado manuscritos originais de autores/as promissoras/es e renomados/as nas seguintes categorias: estudos teóricos, estudos metodológicos, revisões críticas de literatura, relatos de pesquisa, ensaios, notas técnicas, traduções de trabalhos estrangeiros relevantes, anais, resenhas e notícias. Além desses manuscritos, que se encontraram reunidos ora em dossiês temáticos ora sortidos por fluxo contínuo de submissão, há, desde, 2004 a divulgação de resumos de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) defendidas previamente à publicação de cada número.

No ano de 2013, a *S&E* obteve a classificação mais elevada de um periódico nacional em sua área de conhecimento, o Qualis A1, conferido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mais uma evidência de sua relevância na comunidade científica nacional. Conta, ainda, com conceituação elevada do Qualis/Capes em várias outras áreas da produção científica: comunicação/informação, antropologia/arqueologia, ciências políticas/relações internacionais, psicologia, serviço social, administração pública e de empresas/ciências contábeis/turismo, artes/música, ciências ambientais, direito e outras. A bem da verdade, sua prestigiada reputação ultrapassa o universo acadêmico brasileiro: a *S&E* já se consolida como periódico científico relevante na América Latina, em Portugal, na Espanha; com o auxílio de meios digitais de informação, a revista encaminha-se para outros círculos acadêmicos graças ao aumento de submissões de manuscritos e publicações em espanhol, inglês e francês. Essa honrosa classificação foi-lhe atribuída de modo coetâneo à nova nota obtida pelo PPGSOL na avaliação dos programas de pós-graduação em sociologia de 2013 pela Capes, ocasião em que ascendeu ao conceito 6. Por si só, esse fato demonstra a importância da *S&E* na retomada da excelência do PPGSOL.

Comprometida com a agilidade da difusão de sua produção, a *S&E* preocupou-se com a inserção em grandes bases de indexação especializadas; cabe observar que todo esse processo sempre primou pelo tratamento criterioso e organizado dos artigos. Nos últimos anos, a indexação da revista em um extenso conjunto de bases de dados, muitos dos quais internacionalmente reconhecidos, tornou-se uma de suas metas orientadoras. A título de ilustração, mencionamos as seguintes: Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer), Citas Latino-americanas de Sociología y Economía (Clase), Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Dataindex), Ebsco Publishin, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Scopus-Elsevier.

Note-se que todos os números de *Sociedade e Estado* publicados desde 2000 encontram-se disponibilizados no SciELO, base consultada pelas agências de fomento e avaliação dos periódicos brasileiros, a partir da qual também são reunidas as informações que alimentam os principais *rankings* de classificação de periódicos científicos brasileiros. Nesse quesito, vale frisar que, em 2013, a *S&E* já ocupava a quinta posição entre os periódicos nacionais da área de ciências sociais (a qual inclui a subárea de ciência política e também de economia) mais acessados pela base Scopus. Todos os números da revista, desde 2002, podem também ser acessados no seu sítio eletrônico, no endereço (periodicos.unb.br/index.php/estado),

e estamos em processo de disponibilização de todos os números antigos da revista no referido sítio.

Conforme há pouco sugerido, em tempos recentes, a *S&E* ensejou inúmeros esforços para aprofundar sua inserção nos meios virtuais. Desde 2012, ganhou uma versão eletrônica (ISSN 1980-5462) em coexistência com a tradicional versão impressa (ISSN 0102-6992). Seguindo uma tendência generalizada em outros periódicos nacionais e internacionais, sem prejuízo da qualidade da revista, é provável que apenas aquela seja mantida, a partir de 2017. A atualização visual por meio de projetos gráficos criativos e convidativos à leitura assim como a divulgação da revista através de links eletrônicos e redes sociais tornaram-se objeto de atenção especial de sua equipe editorial. Nessa exata direção, em 2016, o processo de submissão de manuscritos tornou-se integralmente eletrônico, através do portal de periódicos da UnB <<http://periodicos.bce.unb.br>>. Não menos importante, parte dos números recentes da *S&E* passou a ser disponibilizada não apenas no facebook da revista <<https://pt-br.facebook.com/Revista-Sociedade-e-Estado-547927178580898/>> como também através de um link específico na página virtual do Departamento de Sociologia da UnB <www.sol.unb.br>. Enfim, a revista tem procurado atingir, de maneira ágil e abrangente, um público leitor cada vez maior.

Nestes 30 anos, produzida sem qualquer finalidade lucrativa, a *S&E* tem sido majoritariamente apoiada com recursos oriundos do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Capes, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Ministério da Educação (MEC), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Funatec) e da própria UnB (por diversos de seus braços institucionais). Em geral, o aporte desses recursos ocorreu por meio de concorrência em editais públicos de fomento a periódicos científicos ou via projetos específicos para custear parte de suas despesas. Fiel à sua missão originária, o acesso à versão virtual da *S&E* permanece aberto e gratuito.

De maneira análoga, a versão impressa vem sendo distribuída sem ônus ao público interessado, o qual inclui, além de leitores individuais, bibliotecas, centros de estudo, entidades governamentais, organizações não governamentais e instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras. Os números que ainda não nos foi possível digitalizar e inserir em meio eletrônico, ou seja, aqueles publicados antes do ano 2000, podem ser acessados por meio de consulta direta ao acervo impresso da própria revista. Vale a pena registrar que, em alguns momentos destas três décadas, foram realizadas parcerias com editoras respeitadas pela comunidade acadêmica para a publicação de alguns fascículos, dentre elas a Relume-Dumará, a Editora da UnB (EdUnB) e a Paralelo 15.

Estatutariamente, o funcionamento ordinário, o perfil editorial e a programação dos números da *S&E* ficam a cargo de três instâncias responsáveis por sua gestão: a direção, o comitê editorial e o conselho editorial. Observe-se que reuniões periódicas são realizadas com todos os membros da editoria e do comitê editorial para avaliar as propostas de dossiês, e discutir outros assuntos referentes à revista. Além disso, uma equipe de estudantes estagiários/as e de prestadores/as de serviços (pessoas físicas e jurídicas) são constantemente mobilizados para a realização de tarefas que visam o bom andamento dos procedimentos rotineiros, suas diversas etapas de preparação assim como a finalização das edições.

Merecem destaque e agradecimento especiais a colaboração e parceria estabelecidas com colegas de diversas instituições do Brasil e também do exterior, que durante todos estes anos atenderam nossas solicitações para a apreciação de manuscritos, de modo anônimo e voluntário. A revista recebe em torno de 30 manuscritos por fluxo contínuo ao mês, 360 por ano; e cada um deles passa por uma triagem inicial dos editores. Em geral, cerca de 60% dos artigos recebidos são encaminhados para a avaliação dos/as pareceristas logo após a averiguação de que se encaixam em escopo, em qualidade e nas regras definidas no estatuto da revista. Essa etapa é necessária devido ao grande volume de artigos recebidos mensalmente. Do conjunto de submissões aceitas à avaliação, aproximadamente cinco textos mensais são inicialmente rejeitados por questões de forma e/ou conteúdo. É importante sublinhar que os artigos dos dossiês também são submetidos ao mesmo processo de avaliação às cegas por pares. Desde longa data, a escolha de avaliadoras(es) passou a levar em conta a titulação mínima de doutorado, sua especialidade temática e a disponibilidade de tempo para a emissão dos pareceres. Uma vez concluídos, os pareceres são repassados aos/às autores/as a fim de que as propostas iniciais possam ser aprimoradas, completando assim um circuito fecundo para a produção do conhecimento científico. Com grande frequência, as editorias da *S&E* recebem *feedbacks* positivos de autoras(es) em relação à leitura rigorosa dos pareceristas e, estes/as, por sua vez, à elevada qualidade dos manuscritos submetidos.

A celeridade de todo o processo de confecção de cada fascículo da *S&E* é outro aspecto que mobiliza a atenção da equipe editorial. A ambição da revista é reduzir ao máximo o tempo despendido desde a submissão até a publicação do manuscrito; no momento, quando aprovado, a média tem sido em torno de dez meses. Contudo, manter esse padrão não tem sido tarefa fácil. Graças ao aumento do interesse de autores/as em publicar na *S&E*, especialmente a partir de 2013 (quando a revista alcançou a classificação A1 pelo Qualis/Capes), grande esforço vem sendo realizado para garantir a rapidez e atualização desse processo geral. Além disso, o maior volume de manuscritos submetidos e aprovados levou ao aumento significativo da quan-

tidade de páginas e de artigos publicados na revista, passando de oito para uma média de dez trabalhos em cada número.

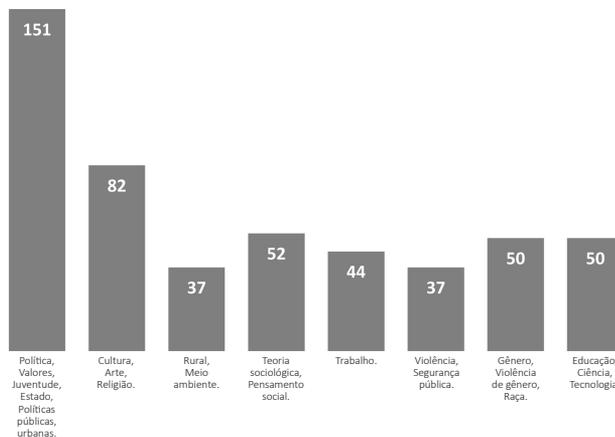
Tanto nos dossiês, quanto nos artigos de fluxo contínuo, *S&E* vem primando pela diversidade de áreas e tópicos temáticos das ciências sociais abordados. Um breve exercício de classificação dos artigos em grandes áreas é pertinente para demonstrar que

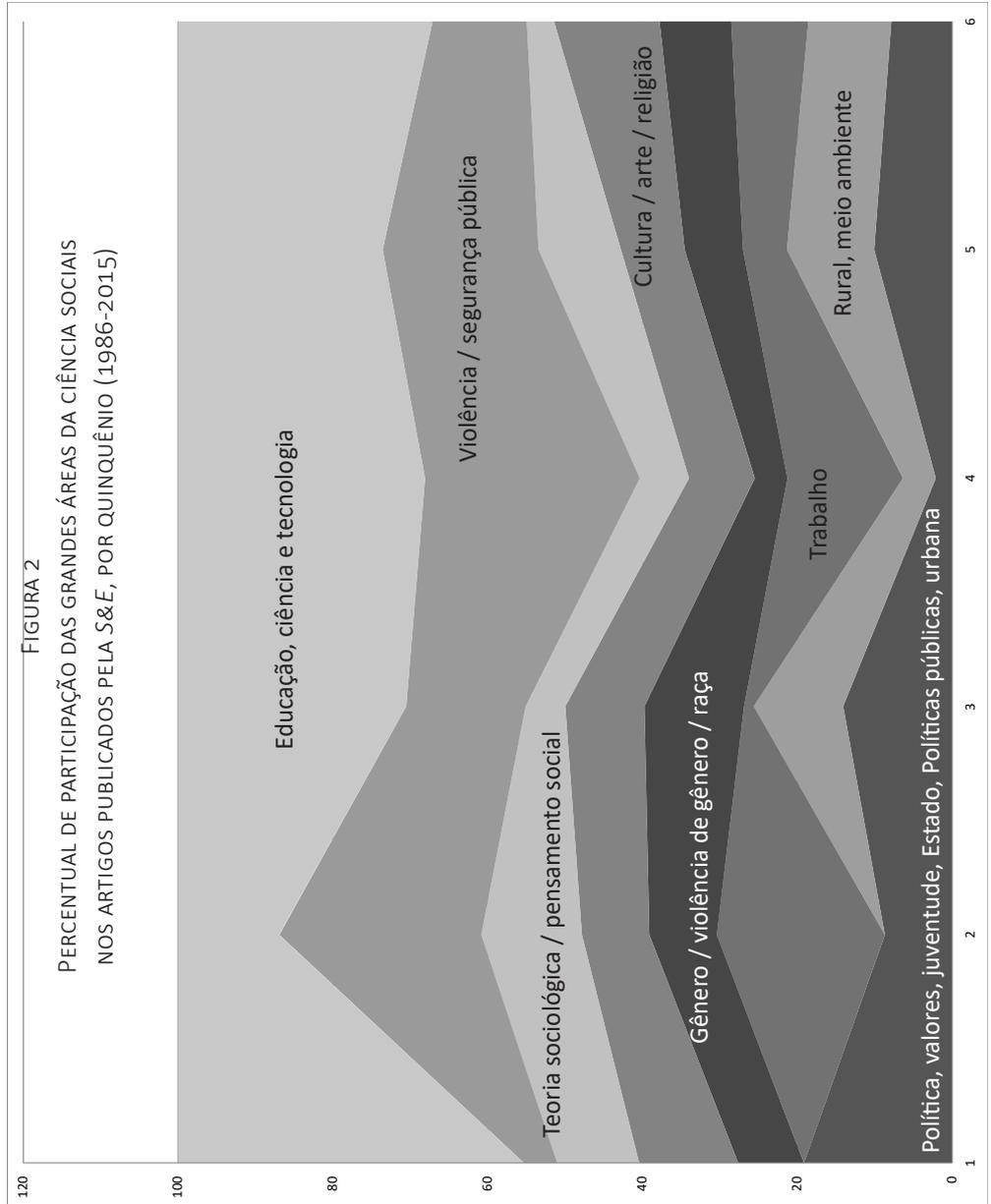
as principais áreas e questões caras à produção sociológica contemporânea foram contempladas em algum momento dentro da trajetória de publicações da *Sociedade e Estado*. A Figura 1 mostra o número total de artigos publicados em cada grande área, durante esse período. Ressaltamos que outras subdivisões seriam igualmente possíveis, e que alguns artigos se situam em mais de uma categoria, diante disso, optou-se por classificá-los conforme aquelas que correspondem às antigas, bem como às atuais linhas de pesquisa do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB.

Desde pronto, percebe-se que apesar de certa ênfase na área de Política, Valores, Estado e políticas públicas (na qual também se inclui o tópico juventude) – algo que possivelmente reflete o escopo da revista –, as publicações contemplam um importante repertório de assuntos ao longo de todo o espectro das ciências sociais. A publicação de dossiês naturalmente concentra um número maior de artigos com temáticas específicas. Mas, ao longo do tempo, como demonstra a Figura 2, que ilustra o percentual de publicações em cada área por quinquênios, observa-se uma continuidade em relação à diversidade de assuntos abordados.

Publicar um periódico científico no Brasil, com a história e o perfil de excelência que a *S&E* logrou construir ao longo desses 30 anos é um feito hercúleo. O compromisso, a persistência e o empenho ferrenho de várias gerações de docentes, pesquisadores/as, estudantes de diferentes níveis de formação e servidores/as técnico-administrativos/as encontram-se representados nas páginas de toda a coleção. Daí por que manter a regularidade e a qualidade de sua produção significa

FIGURA 1
TOTAL DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA *S&E*, EM MÉDIA, POR GRANDE ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (1986-2016)





zelar por um patrimônio não apenas do PPGSOL e do SOL, mas de um legado que extrapola os limites da UnB e se estende à substância da sociologia brasileira e latino-americana.

Composições editoriais, dossiês temáticos e autorias estrangeiras

Um aspecto importante a ser considerado na história da *Sociedade e Estado* refere-se às composições editoriais encarregadas da direção imediata da revista ao longo de sua existência. A esse respeito, talvez o traço mais notável seja a pluralidade de suas coordenações nas três décadas que se seguiram à criação da revista. Desde sua primeira coordenadora geral, a professora Maria Lúcia Maciel, até os números mais recentes, os registros documentais indicam um total de 14 editorias, todas sob a responsabilidade direta de docentes do Departamento de Sociologia da UnB. Conquanto já em seu segundo número haja registro de um Conselho Editorial composto por profissionais ligados a prestigiadas instituições científicas do país – a quem se somariam, ao que parece a partir de 1998, nomes destacados da comunidade científica estrangeira –, ao menos desde meados da década de 1990, a *S&E* passou a contar em seus comitês editoriais com a participação de docentes do próprio SOL, responsáveis por auxiliar as editorias em decisões cruciais da revista.

Destaca-se, é certo, a liderança da professora Lourdes M. Bandeira, a cargo da direção da *S&E* em diferentes momentos (entre 2002 e 2008, de 2012 a 2014, e entre 2014 a 2016). Ainda assim, na maior parte dos casos, tais participações quase sempre ocorreram em parceria com novas(os) editoras(es), de diferentes gerações de docentes, intercaladas(os) por outras lideranças do Departamento. Diante desse quadro, não parece exagero depreender que tal diversidade editorial traduziu a invariável preocupação do SOL e do PPGSOL com a permeabilidade da revista para a variedade de interesses acadêmicos, bem como de abordagens teóricas e metodológicas que avivem as ciências sociais.

Seria um erro, contudo, concluir que desse pluralismo editorial teria resultado a ausência de qualquer identidade acadêmica. Por certo, mesmo uma breve análise da coleção da *S&E* mostra facilmente que a revista já passou por várias mudanças de leiaute; mudanças também podem ser observadas em sua organização, assim como nos temas, nas abordagens teóricas e nos contornos metodológicos dos artigos que apareceram em suas páginas, desde o número inaugural. Todavia, ao invés de mero reflexo da inexistência de uma identidade editorial clara, tais modificações devem ser interpretadas como a expressão de incansáveis esforços do corpo docente com vistas ao ajuste e à atualização da *S&E* à luz dos tempos, de modo a conferir-lhe plasticidade ante as transformações

observadas no próprio mundo social tanto quanto no universo acadêmico brasileiro e internacional.

Apresentamos, no Quadro 1, informações pormenorizadas a respeito das várias composições das editorias que estiveram desde o primeiro número à frente da *Sociedade e Estado*.

Conforme anteriormente observado, outra característica marcante da *Sociedade e Estado* tem sido a publicação de dossiês temáticos que abordam questões relevantes (na academia e para além de seus contornos), compreendendo artigos elaborados por especialistas de todas as subáreas das ciências sociais. Ao longo de seus 30 anos, a revista trouxe ao público um conjunto rico e variado desses dossiês, os quais trataram de assuntos tão diversos quanto Ciência e tecnologia, Reforma do Estado, Globalização, Trabalho, Transformações urbanas, Educação, Gênero, Movimentos sociais, Questão ambiental, entre outros. Nesse exato sentido, é sintomático que, em seu primeiro número, a *S&E* tenha estreado com o dossiê Estado, cidadania e movimentos sociais. Daí se seguiriam mais de 40 organizações temáticas, na maior parte dos casos acompanhadas de artigos

QUADRO 1
COMPOSIÇÃO DAS DIFERENTES EDITORIAS
DA *S&E* AO LONGO DOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Composição Editorial	Edições
Maria Lucia Maciel (coordenadora geral)	v.1, n.1 – Jun. 1986 v.1, n.1 – Jul.-Dez. 1986 v.2, n.1-2 – Jan.-Dez. 1987 v.3, n.1-2 – Jan.-Dez. 1988
Maria Lucia Maciel e Elimar P. Nascimento (coordenação geral)	v.4, n.1 – Jan.-Jun. 1989 v.4, n.2 – Jul.-Dez. 1989 v.5, n.1 – Jan.-Jun. 1990 v.5, n.2 – Jul.-Dez. 1990
Elimar P. Nascimento (coordenador)	v.6, n.1 – Jan.-Jun. 1990
João Gabriel Teixeira (Coordenador)	v.6, n.2 – Jul.-Dez. 1991
Angélica Madeira	v.9, n.1-2 – Jan.-Dez. 1994 v.10, n.1 – Jan.-Jun. 1995 v.10, n.2 – Jul.-Dez. 1995
Maria Lucia Maciel	v.11, n.1 – Jan.-Jun. 1996 v.11, n.2 – Jul.-Dez. 1996 v.12, n.1 – Jan.-Jun. 1997
Brasilmar Ferreira Nunes	v.12, n.2 – Jul.-Dez. 1997 v.13, n.1 – Jan.-Jun. 1998 v.13, n.2 – Jul.-Dez. 1998 v.14, n.1 – Jan.-Jun. 1999 v.14, n.2 – Jul.-Dez. 1999 v.15, n.1 – Jan.-Jun. 2000
Roberto Sabato Cláudio Moreira	v.15, n.2 – Jul.-Dez. 2000 v.16, n.1-2 – Jan.-Dez. 2001 v.17, n.1 – Jan.-Jun. 2002
Lourdes M. Bandeira e Arthur Trindade Maranhão Costa	v.17, n.2 – Jul.-Dez. 2002 v.18, n.1-2 – Jan.-Dez. 2003 v.19, n.1 – Jan.-Jun. 2004 (Lourdes M. Bandeira) v.19, n.2 – Jul.-Dez. 2004 v.20, n.1 – Jan.-Abr. 2005 v.20, n.2 – Maio.-Ago. 2005 v.20, n.3 – Set.-Dez. 2005 v.21, n.1 – Jan.-Abr. 2006 v.21, n.2 – Maio.-Ago. 2006 v.21, n.3 – Set.-Dez. 2006 v.22, n.1 – Jan.-Abr. 2007 v.22, n.2 – Maio.-Ago. 2007 v.22, n.3 – Set.-Dez. 2007 v.23, n.1 – Jan.-Abr. 2008 (Lourdes M. Bandeira)
João Gabriel Teixeira e Edson Farias	v.23, n.2 – Maio.-Ago. 2008 v.23, n.3 – Set.-Dez. 2008
Edson Farias e Eloísa Martin	v.24, n.1 – Jan.-Abr. 2009 v.24, n.2 – Maio.-Ago. 2009 v.24, n.3 – Set.-Dez. 2009 v.25, n.1 – Jan.-Abr. 2010
Edson Farias	v.25, n.2 – Maio.-Ago. 2010 v.25, n.3 – Set.-Dez. 2010 v.26, n.1 – Jan.-Abr. 2011 v.26, n.2 – Maio.-Ago. 2011 v.26, n.3 – Set.-Dez. 2011

Composição Editorial	Edições
Lourdes M. Bandeira, Sergio B. F. Tavoraro e Tânia Mara C. Almeida	v.27, n.1 – Jan.-Abr. 2012 v.27, n.2 – Maio.-Ago. 2012 v.27, n.3 – Set.-Dez. 2012 v.28, n.1 – Jan.-Abr. 2013 v.28, n.2 – Maio.-Ago. 2013 v.28, n.3 – Set.-Dez. 2013 v.29, n.1 – Jan.-Abr. 2014
Lourdes M. Bandeira, Tânia Mara C. Almeida e Ana Cristina Colares	v.29, n.2 – Maio.-Ago. 2014 v.29, n.3 – Set.-Dez. 2014 v.30, n.1 – Jan.-Abr. 2015 v.30, n.2 – Maio.-Ago. 2015 v.30, n.3 – Set.-Dez. 2015 v.31, n.1 – Jan.-Abr. 2016 v.31, n.2 – Maio.-Ago. 2016

científicos variados. Vale analisar um pouco mais de perto essa importante faceta da *Sociedade e Estado*.

Em primeiro lugar, destaca-se a incrível variedade de assuntos contemplados por esses dossiês. De uma forma ou de outra, tais organizações tenderam a refletir a agenda de pesquisa e atuação do próprio corpo do-

cente do Departamento de Sociologia. Não é de estranhar, pois, que questões relacionadas à produção e dinâmica científicas tenham sido contempladas em alguns desses números; o mesmo, aliás, pode ser dito acerca de temas vinculados à problemática do mundo do trabalho, ao funcionamento do Estado, a questões relacionadas à gênero, violência, cultura e produção artística, assim como ao mundo urbano, aos movimentos sociais, ao pensamento e à teoria social, entre outros. Cada qual a seu modo, tratou, em boa medida, da reverberação de preocupações que coloriram a vida acadêmica do SOL e do PPGSOL nessas últimas três décadas.

Dito isso, não se pode perder de vista que nem sempre esses dossiês foram organizados exclusivamente por docentes do Departamento de Sociologia e/ou do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB. Ainda que em menor quantidade, alguns desses números temáticos também estiveram sob a coordenação de pesquisadoras(es) vinculadas(os) a outras instituições, às(aos) quais abriu-se a oportunidade de trazer ao público leitor artigos elaborados por especialistas nos assuntos então abordados. Bom exemplo dessa tendência parece ser o dossiê *Ciência, inovação e sociedade: novas abordagens temáticas*, publicado no volume 27, número 1, de janeiro/abril de 2012, sob a coordenação de Elizabeth Balbachevsky, docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

Outro dado relevante a respeito desses dossiês é a composição igualmente variada de autoras(es) colaboradoras(es). Se, por um lado, quase sempre esses números temáticos contaram com alguma participação de docentes e/ou pesquisadoras(es) diretamente associados ao SOL, por outro, salta aos olhos a expressiva presença de acadêmicas(os) vinculadas(os) a outras instituições de ensino e pesquisa. Por si só, esse aspecto manifesta a permanente sensibilidade das editorias em relação aos efeitos positivos da ampla circulação de ideias, bem como do intercâmbio intelectual que jamais deixou de caracterizar o dia a dia do Departamento de Sociologia da UnB. Nesse caso, um antídoto constantemente empregado para se evitar o confina-

mento da revista a círculos intelectuais restritos foi sua postura “cosmopolita”, na melhor acepção que ainda se pode conferir ao termo.

Nesse particular, destaque deve também ser feito à frequente participação de autoras(es) estrangeiras(es) nos números temáticos. Veja-se, por exemplo, o dossiê Sociologia da cultura, publicado em 1994, o qual contou com a participação de intelectuais destacados, vinculados a universidades e centros de pesquisa estrangeiros, dentre os quais Howard Winant, Vera Zolberg, George Yudice, Sergio de la Pena e Bérangère Marques-pereira. Algo análogo pode ser dito a respeito do dossiê Decolonialidade e perspectiva negra, de janeiro-abril de 2016, compreendendo trabalhos escritos por Enrique Dussel, Patricia Hill Collins, Ramón Grosfoguel, Linda Martín Alcoff e Nelson Maldonado-Torres.

Para melhor ilustrar a riqueza e variedade desses dossiês, trazemos, no Quadro 2, os temas abordados e os respectivos números em que apareceram.

QUADRO 2
DOSSIÊS PUBLICADOS E REFERÊNCIAS

Edição	Dossiê	Edição	Dossiê
v.1, n.1 – Jun. 1986	Estado, cidadania e movimentos sociais	v.16 n.1-2 – Jun.-Dez. 2001	Dádiva e solidariedades urbanas
v.5, n.2 – Jul.-Dez. 1990	Estado, ciência e tecnologia	v.17, n.1 – Jan.-Jun. 2002	Nova sociologia econômica
v.6, n.1 – jan.-Jun. 1991	Revolução, modernidade e crise	v.17, n.2 – Jul.-Dez. 2002	Inovações no campo da metodologia das ciências sociais
v.6, n.2 – Jul.-Dez. 1991	O Estado em questão: teoria e prática	v.18, n.1-2 – Jan.-Dez. 2003	Ambiente e sociedade
v.9, n.1-2 – Jan.-Dez. 1994	Sociologia da cultura	v.19, n.1 – Jan.-Jun. 2004	Ambiente e sociedade
v.10, n.1 – Jan.-Jun. 1995	Ciência e tecnologia	v.19, n.2 – Jul.-Dez. 2004	Sylvia Ostrowetsky: por uma sociologia sem ilusão
v.10, n.2 – Jul.-Dez. 1995	Violência	v.20, n.2 – Maio-Ago. 2005	Sociologia da arte hoje
Edição Comemorativa 1995	Vinte e cinco anos de PPGSOL da UnB	v.21, n.1 – Jan.-Abr. 2006	Movimentos sociais
v.11, n.1 – Jan.-Jun. 1996	Meio ambiente e globalização	v.21, n.3 – Set.-Dez. 2006	Paternidade e cidadania
v.11, n.2 – Jul.-Dez. 1996	Trabalho: crise e reconstrução	v.22, n.3 Set.-Dez. 2007	Cidade e sociedade
v.12, n.1 – Jan.-Jun. 1997	A reforma do Estado	v.23, n.2 – Maio-Ago. 2008	Pluralidade religiosa na América Latina
v.12, n.2 – Jul.-Dez. 1997	Feminismos e gêneros	v.24, n.1 – Jan.-Abr. 2009	Sustentabilidade, regulação e desenvolvimento
v.13, n.1 – Jan.-Jul. 1998	Urbano: novos olhares sociológicos	v.24, n.3 – Set.-Dez. 2009	Representações sociais: ampliando horizontes disciplinares
v.13, n.2 – Jul.-Dez. 1998	Interações: Estado, sociedade e identidades	v.25, n.2 – Maio-Ago. 2010	A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológico
v.14, n.1 – Jan.-Jun. 1999	Novos movimentos religiosos	v.26, n.1 – Jan.-Abr. 2011	Inquérito policial no Brasil
v.14, n.2 – Jul.-Dez. 1999	Educação	v.26, n.2 – Maio-Ago. 2011	Pensamento social brasileiro e latino-americano
v.15, n.1 – Jan.-Jun. 2000	Cultura e política		
v.15, n.2 – Jun.-Dez. 2000	Pensamento social brasileiro		

Edição	Dossiê	Edição	Dossiê
v.27, n.1 – Jan.-Abr. 2012	Ciência, inovação e sociedade: novas abordagens temáticas	v.29, n.2 – Maio-Ago. 2014	Gênero e feminismo(s): novas perspectivas e caminhos sociais
v.27, n.3 – Set.-Dez. 2012	Reinventar Norbert Elias	v.29, n.3 – Set.-Dez. 2014	Estudos da performance
v.28, n.2 – Maio-Ago. 2013	Interacionismo simbólico: gênese, desenvolvimento e seu impacto	v.30, n.1 – Jan.-Abr. 2015	A violência entre teoria e empiria
v.28, n.3 – Set.-Dez. 2013	Trabalho: questão teóricas e práticas	v.30, n.2 – Maio-Ago. 2015	Ciências sociais e construção de conhecimento a partir da África
v.29, n.1 – Jan.-Abr. 2014	Desafios da consolidação democrática na América Latina	v.31, n.1 – Jan.-Abr. 2016	Decolonialidade e perspectiva negra

Ainda acerca dessa participação estrangeira, deve-se salientar que, além dos dossiês, ela também ocorreu em artigos sortidos da revista, tanto como traduções previamente publicadas em periódicos ou livros estrangeiros como em trabalhos inéditos, com a devida cessão dos direitos autorais do autor e da editora de origem. Trata-se, também aqui, da preocupação demonstrada em fazer da S&E um órgão de divulgação da produção acadêmica com alcance ampliado. Essa presença foi detectada em mais de 40 números, seja em trabalhos individuais ou em coautorias, com publicações em língua portuguesa, assim como em francês, espanhol e inglês.

QUADRO 3
CONTRIBUIÇÕES DE CIENTISTAS SOCIAIS NA S&E, COM AS RESPECTIVAS EDIÇÕES DOS ARTIGOS

Edição da S&E	Autorias estrangeiras	Edição da S&E	Autorias estrangeiras
v.4, n.1 – Jan.-Jun. 1989	Martine Droulers, Jean Casimir	v.14, n.1 – Jan.-Jun. 1999	Franz Höllinger, Adriana Valle-Höllinger
v.4, n.2 – Jul.-Dez. 1989	Alain Lipietz	v.16, n.1 – Jan.-Jul. 2000	Fred Dallmayr, Diana Crane, Xan Bouzada Fernandez
v.5, n.1 – Jan.-Jun. 1990	Bérengère Marques-Pereira	v.16, n.2 – Jun.-Dez. 2001	Allain Caillé, Jean-Louis Laville, Klaus Eichner
v.6, n.1 – Jan.-Jun. 1991	Alain Caillé, Witold Morawski, Bruno Lautier	v.17, n.1 – Jan.-Jun. 2002	Guenther Roth, Monique Girard, David Stark
v.6, n.1-2 – Jul.-Dez. 1991	Pierre Rosanvallon, Pierre Salama, Jacques Valier	v.17, n.2 – Jun.-Dez. 2002	Vivianne Châtel, Z. Samandi, Stephane Malysse, Maryvonne Charmillot, Monique Haicault, Michel Villette
v.8, n.1-2 – Jan.-Dez. 1993	Walter Moser, Karl Erick Schollhammer	v.18, n.1-2 – Jan.-Dec. 2003	Enrique Leff
v.9, n.1-2 – Jan.-Dez. 1994	George Yudice, Vera Zolberg, Sergio de la Pena, Howard Winant, Bérengère Marques-Pereira	v.19, n.1 – Jan.-Jun. 2004	Michel Wieviorka
v.9, n.1 – Jan.-Jun. 1996	Mike Featherstone, Mattei Dogan	v.19, n.2 – Jun.-Dez. 2004	Dominique Copchart-Coste, Christian Azais, Sylvia Ostrowetsky
v.9, n.2 – Jul.-Dez. 1996	Francisco Zapata, Pierre Desmarez, Marcelle Stroobants	v.20, n.1 – Jan.-Abr. 2005	Florent Gaudez
v.12, n.2 – Jul.-Dez. 1997	Francine Descarries, Anette Goldberg-Salinas	v.20, n.2 – Maio-Ago. 2005	Bruno Péquignot, Vera L. Zolberg, Arturo Rodríguez Morató, Alain Quemin
v.13, n.1 – Jan.-Jul. 1998	Bruno Lautier		
v.13, n.2 – Jul.-Dez. 1998	Sergio de la Pena, Vera Zolberg		

Edição da S&E	Autorias estrangeiras	Edição da S&E	Autorias estrangeiras
v.20, n.3 – Set.-Dez. 2005	Emmanuelle Sebbah, Anne-Marie Devreux	v.27, n.3 – Set.-Dez. 2012	Cas Wouters, Enrique Pastor Seller
v.21, n.1 – Jan.-Abr. 2006	Alain Touraine, Benjamín Tejerina, Iñaki Martínez de Albeniz, Beatriz Cavia, Andrés G. Seguell, Amaia Izaola, María Isabel Domínguez, Amalia Martínez	v.28, n.1 – Jan.-Abr. 2013	Roberta Shapiro, Nathalie Heinrich
		v.28, n.2 – Maio-Ago. 2013	Abilio Vergara Figueroa
		v.28, n.3 – Set.-Dez. 2013	Danièle Linhart, Marco A. Jiménez
		v.29, n.1 – Jan.-Abr. 2014	Walter D. Mignolo, Jaime Antonio Preciado Coronado, Gurminder K. Bhambra
v.21, n.3 – Set.-Dez. 2006	Anne-Marie Devreux, Marie-Blanche Tahon, Enrique Varsi Rospigliosi, Marie-Victoire Louis	v.29, n.2 – Maio-Ago. 2014	Teresa Incháustegui Romero, María Guadalupe Huacuz Elías, Elsa Muñiz, Isaac Ariail Reed
v.22, n.1 – Jan.-Abr. 2007	Roberta Shapiro	v.29, n.3 – Set.-Dez. 2014	Richard Schechner, Richard Bauman
v.23, n.2 – Maio-Ago. 2008	Alejandro Frigerio, Hilario Wyncarczyk, Cristián Parker, Sylvie Pédrón Colombani, Renée de la Torre, Cristina Gutiérrez Zúñiga	v.30, n.1 – Jan.-Abr. 2015	Michel Wieviorka
		v.30, n.2 – Maio-Ago. 2015	Alan Mabin
		v.30, n.3 – Set.-Dez. 2015	Craig Calhoun, Michel Wieviorka
v.24, n.2 – Maio-Ago. 2009	Diana Crane	v.31, n.1 – Jan.-Abr. 2016	Ramón Grosfoguel, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Patricia Hill Collins, Linda Martín Alcof, Enrique Pastor Seller, Margarita Sánchez Millán
v.24, n.3 – Set.-Dez. 2009	Serge Moscovici, Denise Jodelet		
v.26, n.2 – Maio-Ago. 2011	Volker H. Schmidt		
v.27, n.1 – Jan.-Abr. 2012	María Concepción Delgado Parra		

Índices de acesso e comparações

No período de 2000 a 2016, os dez trabalhos mais acessados da revista, por meio da base SciELO1, estão apresentados no Quadro 4.

QUADRO 4
ARTIGOS MAIS ACESSADOS DA S&E PELO SCIELO*

Nome do artigo ou resenha, autoria, volume e número da S&E	Acessos
SCHERER-WARREN, Ilse, Das mobilizações às redes de movimentos sociais. <i>Sociedade e Estado</i> , v. 21, n. 1, Jan.-Abr. 2006.	53 867
ALVES, Paulo César. A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. <i>Sociedade e Estado</i> , v. 25, n. 1, Jan.-Abr. 2010.	49 144
KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. <i>Sociedade e Estado</i> , v. 27, n. 1, Jan.-Abr. 2012.	44 548
AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. <i>Sociedade e Estado</i> , v. 15, n. 2, Jun.-Dez. 2000.	34 968
FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. In: Dossiê: "A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica". <i>Sociedade e Estado</i> , v. 25, n. 2, Maio-Ago. 2010.	32 058
MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. <i>Sociedade e Estado</i> , v. 19, n. 1, Jan.-Abr. 2004.	30 108
ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. <i>Sociedade e Estado</i> , v. 25, n. 3, Set.-Dez. 2010.	29 377

Nome do artigo ou resenha, autoria, volume e número da S&E	Acessos
WELLER, Vivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. In: Dossiê: "A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica". <i>Sociedade e Estado</i> , v. 25, n. 2, Maio-Ago. 2010.	29 256
ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais (Resenha). <i>Sociedade e Estado</i> , v. 23, n. 1, Jan.-Abr. 2008.	28 090
JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. <i>Sociedade e Estado</i> , v. 24, n. 1, Jan.-Abr. 2009.	25 748

* Disponível em: <<http://analytics.scielo.org/w/acceses/list/articles?journal=0102-6992&collection=scl>>. Acessado em: 05 Fev. 2017.

Uma demonstração do sucesso dos esforços das várias editorias para aprimorar a divulgação da *Sociedade e Estado* e publicar artigos de qualidade que sejam, ao mesmo tempo, de interesse do público especializado é a melhoria na performance nos últimos anos, de acordo com índices criados pelos próprios indexadores de periódicos (caso, por exemplo, do índice H do Google Scholar). Conforme o h5 index, referente aos últimos cinco anos, o número mediano de citações para cada artigo publicado na *Sociedade e Estado* é 17, um número expressivo se comparado com outros periódicos classificados com esse mesmo critério. O h5 index per se da *Sociedade e Estado* é 10, o que significa que cada 10 artigos publicados nos últimos cinco anos pela revista possuem, no mínimo, 10 citações.

Outros indicadores, como aqueles utilizados pelo *Scimago Journal and Contry Rank* (SJR) também revelam um crescimento significativo ao longo dos últimos anos, tanto no número de citações como na quantidade de colaboradores internacionais e, por consequência, no prestígio internacional da revista. Gráficos referentes a esses dados podem ser vistos na própria página da revista no SciELO¹. Também pode ser constatada a ótima colocação da S&E em comparação com outros renomados periódicos brasileiros de sociologia e ciências políticas, de acordo com o reconhecido índice SJR².

Um balanço final

O levantamento e o registro de alguns dos aspectos importantes e interessantes da longa trajetória da S&E neste número comemorativo trazem satisfação e orgulho diante dos avanços observados em meio a tantos desafios que envolveram sua manutenção regular e qualificada. Nunca é demais salientar que essas conquistas são o resultado de esforços coletivos de diferentes grupos e gerações de acadêmicos/as e profissionais do PPGSOL e do Departamento de Sociologia/UnB, comprometidos com a produção e difusão das ciências sociais no país e no exterior. Recursos escassos, falta de apoio institucional em alguns períodos além de tantos outros desafios encontrados cotidianamente pelas editorias, comitês e conselhos editoriais

1. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/journalsearch>>.

2. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3312&area=3300&country=BR&type=j&year=2015>>. Acessado em: 05 Fev. 2017.

da revista, em vez de arrefecerem os ânimos, serviram de motivação para a sua consolidação.

Nestas três décadas, a *S&E* ajudou a compor a literatura formativa de um amplo universo de cientistas sociais do país, participando de bibliografias de cursos, de pesquisas, das atividades de grupos de estudos, das prateleiras de bibliotecas, de ações universitárias de extensão e, é claro, também do interesse de diletantes. Por isso, nada mais justo que esta singela homenagem à revista. Espera-se que esse resgate histórico lance algumas luzes nos anos e nas décadas que virão, e que também sirva de inspiração a outros novos periódicos na área.

Aulas inaugurais

Habermas e Heidegger: uma discórdia filosófica*. Reflexões sobre os *Cadernos negros* de Heidegger

Barbara Freitag Rouanet**

Abertura

Estou extremamente comovida e feliz em estar nesta mesa e neste novo auditório do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, para pronunciar algumas palavras para o início das aulas deste segundo semestre de 2015!

Quero, de início, exprimir os meus agradecimentos aos organizadores deste evento. Meu muito obrigada vale para a instituição (UnB/Instituto e SOL) mas se dirige especialmente às pessoas que com seu esforço e seu empenho conseguiram trazer-me aqui: abraço especial para o Brasilmar Ferreira Nunes, chefe do Departamento, para o Fabrício Neves, atual coordenador da pós-graduação, para o Sérgio Tavolaro, coordenador da graduação, Márcia Araújo, secretária do Departamento, que teve todo o trabalho logístico. Obrigadíssima à professora Maria Francisca Pinheiro Coelho, pela acolhida, para o colegiado que votou em favor de minha vinda, sem esquecer essa plateia tão interessada de alunos e ouvintes.

Estou muito contente em estar aqui com todos vocês que me fazem recordar os anos em que me esforcei em colaborar com a ideia original de Darcy Ribeiro, que queria fazer da UnB um centro irradiador de ideias científicas e teorias novas, que se difundissem pelo país afora e ajudassem a concretizar o modelo universitário renovador, apoiado em princípios de liberdade e fraternidade, inspirados no conceito de universidade de Wilhem von Humboldt, modelo este que aprendi a conhecer em Berlim, durante minha longa estadia de dez anos, naquela cidade.

Pretendo abordar neste trabalho, no tempo de fala que me foi concedido, três tópicos entre si interligados, da matéria apresentada em minha posse recente na Academia Brasileira de Filosofia (ABF), em junho de 2015, no Rio de Janeiro:

I- A controvérsia política e filosófica entre Jürgen Habermas, um dos grandes filósofos e sociólogos vivos da contemporaneidade, e Mar-

* Aula inaugural na UnB/Sociologia, em 24 de setembro de 2015. O presente texto (aqui na íntegra) foi apresentado (sob forma reduzida) em minha posse na Academia Brasileira de Filosofia, Rio de Janeiro, no dia 29 de junho de 2015, ocupando a cadeira n.º 8, anteriormente ocupada por Benedito Nunes. Este texto está substancialmente modificado, mas nele se apoiam algumas ideias centrais do que vou desenvolver a seguir.

** Professora emérita da Universidade de Brasília (UnB), onde lecionou por 30 anos. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em teoria sociológica, cidade e literatura. É membro da Academia Brasileira de Filosofia (2013). <revistasol@unb.br>.

tin Heidegger, o autor de *Sein und Zeit* (1927), que, em 1933, aderiu abertamente ao nazismo. No tópico II tentarei justificar essa escolha do tema, bem como minha opção de estudar em Frankfurt com Adorno, Horkheimer e suas equipes de assistentes, entre eles Jürgen Habermas.

II - Nesse relato retrospectivo de minha formação acadêmica (da graduação ao mestrado, doutorado e pós-doutorado), procuro justificar minha fascinação pela Teoria crítica da Escola de Frankfurt e por Berlim, deixando de lado Freiburg/i.Br e Heidelberg.

III - Essas reflexões foram desencadeadas pela publicação recentíssima (a partir de 2013) dos chamados *Cadernos negros* de Martin Heidegger, liberados para um público leitor do século XX, depois de sua morte (1976) e que somente agora estão acessíveis, em língua alemã.

A origem da discórdia filosófica entre Habermas e Heidegger

A discórdia filosófica entre Habermas e Heidegger teve origem na Alemanha Ocidental no período do pós-Guerra, ainda durante a ocupação dos aliados que, em 8 de maio de 1945, levaram o regime nazista à capitulação. A Alemanha nazista, como é sabido, exterminou mais de seis milhões de judeus, assassinou ciganos e opositores políticos do regime em campos de extermínio, sem contar os mortos da população civil dos países ocupados.

Enquanto Jürgen Habermas (1929) completava 16 anos na zona de ocupação americana e começava seus estudos de filosofia em Düsseldorf, Heidegger (1889-1976), já com 46 anos, tinha sido professor titular e mesmo reitor na Universidade de Freiburg/i.Br (1933-1934), então sob a administração dos ocupantes franceses, que passaram a administrar a região da Floresta Negra. Uma Comissão de inquérito instaurada pelo exército francês de ocupação, em 1946 (em sua maioria composta por professores universitários alemães), decidiu aposentar Heidegger compulsoriamente, proibindo-o de lecionar e publicar textos e livros por tempo indeterminado. Suspensa a proibição em 1953, Heidegger conseguiu republicar, nesta data, um ensaio sobre “A origem da metafísica”, de 1934, na *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, sem qualquer alteração do texto original e nenhuma referência ao período da Guerra, o nazismo e o antisemitismo, que tinham reinado entre 1931 a 1945. Habermas, naquela ocasião com 24 anos e recém-graduado em filosofia, escreveu um protesto no mesmo jornal, ocupando praticamente uma página inteira, reclamando da ousadia

do autor de *Sein und Zeit* e fazendo críticas contundentes à atitude de Heidegger. Habermas exigia de Heidegger pelo menos uma explicação de por que aderira ao partido nazista – National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei –, de por que jamais se manifestara contra a violência e matança dos judeus, e até 1953 nunca fizera um *mea culpa* ou um pedido de desculpas aos alemães por tê-los incentivado a seguir a política de Hitler e a praticar os crimes de guerra, pelos quais a população alemã teria de pagar um elevado preço moral e financeiro até o final do século XX. Essa crítica foi ignorada por Heidegger, que não se manifestou publicamente sobre o assunto. E autorizado a retomar seu projeto de publicar suas aulas de períodos anteriores, providenciou a reedição de seu livro (antiga tese), parte de seus seminários e textos novos (como *Carta sobre o humanismo*). No entanto, jamais voltou à sala de aula.

Em 1987, Habermas publicou uma série de “lectures”, palestras dadas nos Estados Unidos, na França e, posteriormente, publicadas também na Alemanha sob o título *O discurso filosófico da Modernidade*. Essa coletânea contém uma crítica ainda mais virulenta contra Heidegger, por jamais ter se manifestado sobre os anos sangrentos da Segunda Guerra e mais, por ter reeditado, de forma maquiada, seus seminários e aulas do período de 1924 a 1945, apagando em parte os traços mais óbvios de antissemitismo, nazismo, ou tentando deletar qualquer responsabilidade por ter – enquanto membro do partido judaico – denunciado colegas por sua ascendência judaica e cobrado da juventude de então a adesão cega e sem questionamentos ao *Wehrdienst*, ao *Arbeitsdienst* e ao *Wissensdienst* (serviços prestados à guerra, ao trabalho e ao saber, salpicado de termos nazistas). Ao criticar abertamente os pós-estruturalistas – de Foucault e Lyotard a Derrida –, Habermas acusa Heidegger de ter influenciado o surgimento dos “novos-conservadores” e reforçado sua adesão ao niilismo, ao irracionalismo e antimarxismo.

Martin Heidegger faleceu em 1976 e, após a sua morte, começaram a surgir publicações como as de Hugo Ott (*Martin Heidegger: Unterwegs zu seiner Biographie*, 1988) estudioso de documentos inéditos dos arquivos da Universidade de Freiburg; Victor Farias, que fizera um levantamento exaustivo em todos os arquivos disponíveis para escrever sua tese de doutorado “Heidegger e o Nacional-Socialismo” (1992), e, mais recentemente, o estudo de Emmanuel Faye *A introdução do nazismo na filosofia* (tradução de Luiz Paulo Rouanet, lançado em 2015). Neste livro, Faye examina um seminário realizado por Heidegger em pleno período de ascensão de Hitler, no qual seu engajamento pró-nazista fica evidente. Nesse contexto, Habermas, já renomado e conhecido por sua Teoria da ação comunicativa (1982), dispõe-se a escrever o prefácio da versão alemã do livro de Victor Farias. Se, no início de suas críticas, Habermas tentava separar o homem do filósofo Heidegger, a partir da década de

1. Cf. Rüdiger Safranski. *Ein Meister aus Deutschland. Heidegger und seine Zeit*. München-Wien: Karl Hanser Verlag, 1994.

2. Cf. Entrevista concedida à Univesp TV, disponível em: <<https://www.youtube.com/watchv=aoGfuUAKKU>>.

1980, quando novos textos heideggerianos começam a aparecer, os sinais começam a se inverter: até onde poderia ser verdade, o que já se afirmava há algum tempo, que o grande “mestre do pensamento alemão”¹ não somente era um nazista desde o começo da década de vinte, mas, possivelmente, poderia ter se inspirado em *Mein Kampf* (de Adolf Hitler, publicado em 1924)? Será que *Sein und Zeit* (publicado em 1927) poderia ter-se inspirado no texto de Hitler (*Mein Kampf*) para – em uma linguagem filosófica “nacional-socialista” – divulgar as ideias e os preconceitos nazistas do Führer!?

Minha formação acadêmica na Alemanha Ocidental (1961-1971)

Admito que meu ceticismo com relação a Heidegger teve sua origem na Alemanha, no momento em que lá cheguei (em 1961) para dar início aos meus estudos universitários. Muitos dos meus professores e colegas alemães desenvolveram certas reservas sobre a obra heideggeriana a partir dos anos 1950, o que não era o caso dos filósofos brasileiros, que até mesmo tinham estudado com o “mestre” de Todtnauberg, na Floresta Negra. Lembro-me de Benedito Nunes e de vários outros filósofos brasileiros, como Carneiro Leão, Ernildo Stein e tantos outros. Um caso especial foi o de Fausto Castilho, que dedicou 30 anos da sua vida para estudar alemão, voltou a estudar grego e latim e confessou ter sido obrigado a recriar sua competência gramatical e linguística do português para lançar a edição bilíngue de *Sein und Zeit* – *Ser e Tempo*, de Heidegger, em São Paulo (2012). Simplesmente o trabalho e estudo de toda uma vida! Procurado pela TV Univesp, Castilho não encontrou palavras para a pergunta que agora aflige a todos: a adesão de Heidegger ao “movimento” nacional-socialista durante os anos 1930-1945 e seu antissemitismo explícito teriam contaminado o seu pensamento e a sua obra? Sua filosofia teria escamoteado a percepção do Holocausto e contribuído para a “Shoa” nos campos de extermínios na Europa, comandados por Hitler?²

Durante os meus estudos de sociologia, psicologia e filosofia na Universidade de Frankfurt e mais tarde, em Berlim, na Freie Universität (1961-1967), falar de Heidegger e de sua obra não era considerado “politicamente correto”. Nossas leituras, seminários e trabalhos de curso versavam sobre temas weberianos: a sociologia das religiões, economia e sociedade, a neutralidade das ciências em geral e das ciências da sociedade em especial, a objetividade da pesquisa social e do conhecimento. Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, diretores do Institut für Sozialforschung, tinham acabado de voltar dos Estados Unidos para onde haviam fugido da perseguição nazista na década de 1930, perdendo seus cargos e suas funções, seus livros e bens, sendo obrigados a recomeçar a vida. Contudo, à luz da redemocratização

na Europa e da emergência do macarthismo nos Estados Unidos, preferiram voltar para a Alemanha, de preferência para o lado ocidental, dos vencedores ingleses, americanos e democráticos. A parte ocupada pelas tropas francesas em 1945 foi a região da Floresta Negra, onde se encontrava a Universidade de Freiburg/i.Br. e onde até essa data “reinava” Martin Heidegger. Ali ele tinha sido nomeado reitor (1933-1934). Em sua fala de posse (*Rektoratsrede*), seus cursos, suas aulas e em discursos públicos, Heidegger tentou ganhar a adesão dos estudantes em favor da “grandeza do movimento” (subentendido “o movimento nacional-socialista”) e “sua verdade intrínseca”. Como já foi mencionado, o Comitê de Desnazificação da Universidade Alemã, instalado pelos Aliados, decidiu afastar Heidegger temporariamente de sua função docente, impedindo-o de publicar sua obra. No Brasil, Heidegger foi “cassado” e proibido de escrever ou falar em público entre 1945-1951. Mesmo assim, e talvez por isso mesmo, sua obra exercia forte atração sobre descendentes de emigrantes na Argentina, no Brasil e em outros países latino-americanos, que passaram a mandar seus filhos para Freiburg depois de finda a Segunda Guerra, para respirar a aura do “mestre”³.

Pude matricular-me na Goethe Universität, em Frankfurt, em 1961, pois parte da família ainda vivia nessa região, onde encontrei facilmente uma vaga graças ao meu domínio do alemão e minhas boas notas no Brasil. Já no início de minha graduação, recebi “dicas” de colegas segundo os quais eu deveria assistir os cursos e seminários de Horkheimer, Adorno, Habermas. Entre outras ofertas fui alertada para acompanhar uma pesquisa empírica de importância, “Student und Politik”, coordenada por Adorno, Habermas e outros⁴. Essa pesquisa levantou dados sobre a consciência política dos universitários que retomaram os estudos na cidade natal de Goethe, na maioria filhos de nazistas, buscando conhecer suas motivações, seu eventual antisemitismo, seus preconceitos racistas, seu potencial democrático, revolucionário. A pesquisa estava inspirada no estudo do qual participara Adorno na Califórnia, intitulado “A personalidade autoritária” (1950), que, por sua vez, retomava as pesquisas empíricas sobre “Autoridade e família”, iniciada na década de 1930 no Institut für Sozialforschung por Horkheimer, Marcuse, Pollock, Wittvogel e outros, interrompida, com o advento do nacional-socialismo e a perseguição dos judeus na Europa.

Friedrich von Friedeburg deu continuidade a esses estudos e a suas técnicas em uma ampla pesquisa entre estudantes de Berlim ocidental, na Freie Universität, razão para muitos de nós solicitar a transferência de nossa matrícula de Frankfurt para Berlim (Ocidental), depois de Adorno (1969) e Horkheimer (1972) se aposentarem. Neste clima que deu origem aos movimentos estudantis de Rudi Dutschke e do franco-alemão Cohn-Bendit, não havia “campo” nem vez para a filosofia hermenêutica, existencialista ou niilista de Heidegger. A partir do final da década de 1950, este

3. Cf. entrevista do hoje catedrático professor Herrmann, no Philosophisches Quartett de Sloterdijk, 2011, na televisão alemã Zweites Deutsches Fernsehen. Das inúmeras biografias escritas sobre Heidegger, retomei as seguintes: (a) Walter Biemel. *Heidegger, Bildmonographien*. Hamburg: Rowohlt, Taschenbuchausgabe, 1973, em comemoração ao septuagésimo aniversário do filósofo. (b) Thomas Rentsch. *Martin Heidegger: Das Sein und der Tod. Eine kritische Einführung*. München; Zürich: Piper Verlag, 1989; (c) Rüdiger Safranski. *Ein Meister aus Deutschland. Heidegger und seine Zeit*. München-Wien: Karl Hanser Verlag, 1994.

4. Jürgen Habermas, Friedrich von Friedeburg, et alii. *Student und Politik. Eine soziologische Untersuchung zum Bewusstsein Frankfurter Studenten*. Neuwied: Hermann Luchterhand Verlag, 1961.

5. Theodor W. Adorno. *Jargon der Eigentlichkeit. Zur deutschen Ideologie*. Frankfurt/a.M.: Suhrkamp Verlag, 1964. A mesma editora publicou as obras completas do autor em vinte volumes (Th. W. Adorno. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt/a.M.: Suhrkamp Verlag, 1972-1980). Ver também a obra conjunta com Max Horkheimer. *Dialektik der Aufklärung, Philosophische Fragmente*. Amsterdã: primeira edição pirata, 1947.

6. Herbert Marcuse. *Hegels Ontologie und die Theorie der Geschichtlichkeit*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1968 (tese originalmente orientada por Heidegger).

voltou a se manifestar, reeditando suas aulas dos anos 1930-1940 e reformulando suas ideias de *Sein und Zeit* em uma “Spätphilosophie”, registrada em sua *Carta sobre o humanismo*, dirigida a um colega francês, Jean Beaufret. A leitura ocasional de “O que é a metafísica”? ou “O que é a verdade”? Questões sobre o “Sein”, “Seyn”, “Da-Sein”, “In-die-Welt-Geworfen-Sein” nos pareciam mais jogos de palavras do que propriamente preocupações autênticas em torno da reconstrução das cidades em ruínas, das famílias dizimadas na e pela guerra, da “Wiedergutmachung” (reparações materiais, espirituais, morais) dos sobreviventes do Holocausto.

Theodor W. Adorno nos divertia com suas análises linguísticas em “Jargon der Eigentlichkeit”⁵, que em verdade faziam uma crítica feroz ao jargão heideggeriano, mas que para nós, geração “pós-heideggeriana”, passavam a sensação do conto de Hans Christian Andersen: “Des Kaisers’ neue Kleider”, em que uma criança exclama inocentemente: “Mas o Imperador está nu!”

Certamente éramos uma geração irreverente e parte dela até mesmo “revolucionária” como a Rote Armee Fraktion (RAF), que marcou o “movimento de maio de 1968”, bem diferente daquele intencionado pelos nazistas. Para nós, Theodor W. Adorno passou a ser o modelo do pensamento filosófico crítico aderindo à sua “Dialética da ilustração”, “Dialética negativa”, “Aesthetische Theorie”. Ouvíamos suas falas na Rádio e na TV sobre “Theorie der Halbbildung”, “Nie wieder Auschwitz” e tentávamos obter cópias das músicas dodecafônicas nos moldes de Berg e Schönberg, que compunha para melhor entendermos sua teoria e crítica da música, como último reduto de protesto contra a sociedade contemporânea.

Max Horkheimer nos encantava com seus cursos sobre os clássicos gregos, dos pré-socráticos, aos diálogos platônicos, da *Paideia à Ética a Nicômaco*, dos autores de epopeias e tragédias, de Homero a Sófocles e Eurípides. O mundo cinzento das ruínas das cidades bombardeadas de Frankfurt ou Berlim, em fase de reconstrução, pareciam iluminar-se. Horkheimer insistia no resgate da razão e na “AUFKLÄRUNG”, que, como em português, tinha um sentido duplo: “clarear” (o mau tempo) e “esclarecer” as dúvidas que o passado recente nos impusera.

Quando Herbert Marcuse⁶ vinha da Califórnia, animava-nos durante os chamados “Universitätstage”, falando do *Homem unidimensional*, mas também de *Eros e civilização*, da retomada do amor e fazia crítica aos excessos de repressão e recalque que a cultura burguesa das sociedades capitalistas e socialistas impunham aos indivíduos da contemporaneidade. Marcuse, doutorando orientado por Heidegger, esclarecia ainda que havia trocado cartas com Heidegger (no final da década de 1940), cobrando-lhe explicações quanto ao seu envolvimento com os nazistas desde

1933 e o reconhecimento da culpa dos alemães, sugerindo que fizesse – em nome dos alemães sobreviventes – um pedido de desculpas por ter sido omissivo diante do Holocausto que marcou o assassinato de milhões de pessoas durante a Segunda Guerra Mundial. Mas, como pudemos ler em uma carta-resposta de Heidegger a Marcuse, isso não aconteceu...⁷

Na década de 1970 Habermas passou uma temporada na New School for Social Research, em Nova York, universidade onde lecionavam Hannah Arendt, Hans Jonas, Richard Bernstein, entre outros. Essa experiência valeu-lhe o reconhecimento dos filósofos americanos, dos quais se tornaria colega, amigo e interlocutor nas décadas seguintes: Richard Rorty, John Rawls, Lawrence Kohlberg, e outros, abrindo os horizontes de várias outras disciplinas, como a psicologia, a linguística, o direito, a sociologia (ver Talcott Parsons e C. W. Mills, Searle, Austin) para a Teoria crítica. Habermas voltou e permaneceu na Alemanha, onde assumiu, na década de 1980, a cátedra de filosofia no Institut für Sozialforschung e depois no Departamento de Filosofia da J. W. Goethe Universität, de Frankfurt.

Para a minha geração, Habermas e sua obra passou a ocupar um lugar central em nossas reflexões. Ele era o verdadeiro herdeiro do pensamento adornoiano, ou o filósofo que melhor absorvera os ensinamentos dos grandes mestres do pensamento crítico e avançara na reflexão inovadora da teoria da Modernidade sobre a sociedade contemporânea, pós-guerra, pós-Auschwitz.

Em sua Teoria da ação comunicativa, Habermas (1981) desenvolveu uma teoria da sociedade calcada em um novo conceito de razão, a *razão comunicativa*. A sua teoria parte de um conceito de sociedade que abrange a ótica do “sistema” (visão objetiva, externa, da sociedade) e a ótica do “mundo vivido” (visão subjetiva, interna); ao mesmo tempo, o autor procura explicar a gênese da moderna sociedade ocidental, diagnosticar suas patologias e buscar soluções para a sua supressão e superação. A Teoria da ação comunicativa vai além das teorias evolutivas simplificadoras de Comte, Spencer e Darwin por compreender os processos de transformação das formações societárias como processos coletivos de aprendizagem. À semelhança dos processos da psicogênese infantil (de Piaget), as sociedades modernas têm capacidade de aprender e alargar cada vez mais seus horizontes, reestruturando sua consciência social, moral, linguística e racional. Assim sendo, as sociedades superam processos de organização mais simples e menos eficazes em favor de processos mais universais, mediante sucessivas *descentrações*. Nessa forma de evolução são superados os princípios de organização do parentesco, do mercado (organizado em torno do trabalho e do capital), do Estado (nacional) em direção ao Estado supranacional, mediante a introdução de processos argumentativos, baseados em “dis-

7. Para Victor Farias (*Heidegger e o nazismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988) essa justificativa e desculpa nunca foram dadas (Farias, 1988: 374-375). O autor transcreve uma troca de cartas entre Heidegger e Marcuse, ex-aluno de Heidegger, que não deixam dúvidas quanto às atitudes cautelosas do mestre, depois de 1946, quando ambos discorrem sobre o envolvimento heideggeriano em favor do nazismo e seu antisemitismo disfarçado. Em carta de 20 de janeiro de 1948, Heidegger se justifica diante de seu antigo pupilo, já radicado em Berkeley, na Califórnia, com as seguintes passagens que cito abaixo:

- a. Eu esperava do Nacional-socialismo uma renovação espiritual da vida, um apaziguar das contradições sociais e uma salvação do Ocidente (Abendland) diante dos perigos do comunismo (o que tentara mencionar em sua “Rektorsrede”, durante a posse no cargo de reitor na Universidade de Freiburg) ...
- b. Em 1934, reconheci meu erro político e acabei pedindo demissão do cargo de reitor (um ano depois)...

- c. O senhor tem toda razão em criticar a falta de uma confissão pública minha contrária ao regime nazista (“Gegenbekenntnis”); mas isso teria sido a minha morte e a de minha família...
- d. Em meus cursos e em minhas aulas de 1934-1944, assumi uma posição tão inequívoca, que nenhum dos meus alunos (universitários) se viu forçado a aderir ao nazismo... o que os meus textos, uma vez publicados, comprovarão.
- e. Uma confissão depois de 1945 não me foi possível, pois os nazistas que aderiram ao movimento confessavam de um modo tão asqueroso essa sua mudança de atitude e mentalidade, que eu não queria identificar-me com eles.
- f. Diante de suas pesadas e justificadas acusações sobre o regime que matou milhões de judeus, que transformou o terror em normalidade, revertendo em seu contrário tudo o que se expressa nos conceitos verdade, liberdade e espírito, somente gostaria de acrescentar, que em lugar de “judeus” teria de estar escrito “Ost-Deutsche”, valendo assim para qualquer aliado, com a

cursos” que buscam novas soluções, chegando a novas descontrações. As novas formações societárias, cada vez mais complexas, aprendem a implementar sucessivamente princípios de universalização que permitem uma maior diferenciação e autonomização das diferentes esferas societárias.

A passagem de um patamar de estruturação em torno de um princípio de organização para o seguinte vem acompanhado de crises. A *descentração* de um padrão de organização significa, via de regra, o despreendimento de um princípio particular em favor de um princípio de maior universalidade.

Segundo Habermas, a “Modernidade” refere-se às formações societárias do nosso tempo; dos “tempos modernos”, marcados por três eventos históricos ocorridos na Europa: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Assim, Habermas localiza a “Modernidade” no tempo (século XVIII ao século XXI) e no espaço (Ocidente, ou seja, a Europa). Fazem parte dessa “Modernidade” as sociedades de classe do capitalismo liberal e “tardio” (*Spätkapitalismus*) e as sociedades de classe do socialismo de Estado (*Staatssozialismus*), duas variantes de formações societárias de classe, diferenciadas em Estado e economia.

Habermas distingue os processos de *modernização sistêmica* (racionalização do Estado político e da economia de mercado) dos processos de *modernização cultural*, que estariam se dando no interior do “mundo da vida” (*Lebenswelt*) e abrangendo as esferas de valor da moral, da ciência e da arte, das quais falava Weber. Assim, afirma que o mundo sistêmico é regido pela racionalidade instrumental, necessária para a reprodução material da vida na sociedade. O mundo sistêmico dispensa a ação comunicativa pois recorre ao *dinheiro* no interior dos subsistemas econômicos; enquanto o subsistema do Estado, recorre ao poder. É no contexto do “mundo da vida” que sobreviveu a razão comunicativa, que recorre à *argumentação e ao discurso e promove a reprodução simbólica da sociedade*. Aqui podem ser questionados os valores da arte, da moral e da ciência, nichos societários que (ainda) permitem buscar autonomia e defender a emancipação, por seu grau de liberdade historicamente conquistado. Enquanto o mundo sistêmico garante a “integração sistêmica”, o mundo da vida garante a “integração social”. No primeiro, a racionalidade e a ação instrumental são hegemônicas; no segundo, a ação e a racionalidade comunicativa ditam as regras. Como Habermas vê no sistema uma forma necessária de sobrevivência, pode-se argumentar que esses dois subsistemas da formação societária moderna têm função de “redução de complexidade” (*Luhmann*), pois não é possível renegociar todas as relações sociais permanentemente a partir da estaca zero. A introdução da perspectiva do “mundo da vida” (*Lebenswelt*) permite, através da razão comunicativa, recorrer à linguagem para argumentar contra ou a favor

de certas patologias que a sociedade (pós ou trans) moderna possa apresentar. É através da fala do dia a dia que podemos introduzir “questionamentos” e fazer valer “aspirações de validade” (*Geltungsansprüche*) sobre a verdade das afirmações, a correção (*Richtigkeit*) das regras aplicadas e a veracidade do nosso interlocutor. Não é através da mentira sobre os fatos, do desrespeito às regras do jogo ou da falta de idoneidade moral que chegaremos a corrigir e a superar as crises de nossas sociedades. Em tribunais de pequenas causas já foi demonstrado que o *entendimento* pode ser obtido entre as partes conflitantes à base de bons argumentos, “abrindo o jogo” e não escondendo a verdade, não enganando o “outro” com mentiras e omissões, e respeitando as regras já comprovadas e democraticamente estabelecidas.

Habermas propõe lutar e corrigir a Modernidade. Antes de poder ser compreendida, será necessário desmontar visões equivocadas da Modernidade, como aquelas transmitidas pelos ensaios da “Spätphilosophie” de Heidegger, que falava sem rodeios do Nacional-socialismo como de um movimento “com uma verdade e grandeza intrínsecas” em um tom de “profeta incendiário”. Nessa sua crítica e revolta contra Heidegger, o jovem Habermas já se perguntava:

Será possível que o assassinato planejado de milhões de pessoas, sobre o qual nós hoje todos estamos informados, ainda pode ser apresentado como um pequeno engano? Esse assassinato não seria um crime (“Verbrechen”) factual daqueles que o cometeram – e a má consciência de todo um povo (o alemão)? Será que não bastaram esses oito anos que tivemos desde (1945) para que pudéssemos enfrentar o risco de um debate e o esclarecimento sobre aquilo que foi, que fomos? Não seria agora a nossa tarefa esclarecer essas ações e a nossa responsabilidade com relação a este passado?

Em 1987 Habermas conclui seu ensaio contido no “O Discurso filosófico da Modernidade” com a pergunta implacável: “Como Heidegger pôde compreender a história do Ser do movimento nacional-socialista como manifestação da verdade?” Já na “Introdução” para o livro de Victor Farias *Heidegger und der Nationalsozialismus*, (1987-1992), Habermas chega à convicção de que havia uma relação íntima entre a obra e a pessoa de Martin Heidegger.

Die Schwarzen Hefte⁸

No final dos anos 1960, a editora Klostermann, de Frankfurt, comprou de Martin Heidegger os direitos autorais para a edição de uma *Gesamtausgabe*, ou seja, a edição completa de todos seus textos. No final de 2013, a editora e a imprensa livre surpreenderam o mercado livreiro divulgando uma nota segundo a qual a

diferença de que tudo que acontece desde 1945 se tornou público a todo mundo, enquanto o terror sangrento dos nazistas permaneceu segredo diante do povo alemão” (apud Victor Farias, *Heidegger und der Nationalsozialismus*, p. 374-375, tradução minha, BF).

8. Até agora (final do primeiro semestre de 2015) a Editora Vittorio Klostermann, em Frankfurt, publicou *Mein Kampf* (capa dura) em seis volumes, cada um contendo aproximadamente 400 páginas, com notas explicativas do editor Peter Trawny, no final de cada volume, e textos de segunda e quarta capa resumindo os procedimentos da transcrição, numeração e subtítulos de cada um dos 34 cadernos, como “Überlegungen” (reflexões), “Anmerkungen”, (notações), “Winke” (indicações), “Vorläufiges” (provisórios), “Notturmo” (noturno) etc.

edição estava se aproximando de seus últimos volumes. A partir de 2014, apareceram nas livrarias os volumes 94, 95, 96, 97, 98 e, possivelmente, já estão sendo lançados os volumes 99 e 100, ainda no primeiro semestre do ano de 2015. Estes últimos volumes estão saindo da gráfica sob a responsabilidade de uma comissão presidida pelo professor Peter Trawny, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Wuppertal, universidade à qual está vinculado o Instituto de Pesquisa Martin Heidegger. O anúncio de 2013 da editora chamou a atenção para um fato inesperado. Os últimos nove volumes contêm a transcrição de 34 cadernos de notas, que o próprio Martin Heidegger batizou de “Schwarze Hefte” (*Cadernos negros*). As anotações começam em 1931 e terminam com a morte de Heidegger em 1976. Esses cadernos tinham sido entregues aos editores com a ressalva de que somente poderiam ser publicados, no conjunto da *Gesamtausgabe*, depois da morte do filósofo, cuja família administrava o espólio do homem considerado o maior filósofo do século XX. Peter Trawny, o atual editor e conhecedor profundo das obras reunidas de Heidegger, deixou vazar algumas das mais chocantes passagens. Os textos já editados e impressos que chegaram ao nosso conhecimento (a público) confirmam todas as suspeitas sobre o colaboracionismo de Heidegger com os nazistas e todos os seus preconceitos raciais contra os judeus, aos quais passa a atribuir sem grandes rodeios a culpa de sua própria extinção nas câmeras de gás em Auschwitz. Nos tais cadernos, Heidegger reafirma sua concepção do “Führerstaat”, glorifica o povo alemão, como eleito para salvar a Europa (“Abendland”) esmagada entre o capitalismo anglo-saxônico e o comunismo soviético, declara o seu “Denken” como herdeiro da verdadeira filosofia, que teve suas origens nos pré-socráticos, idealiza o poeta Hölderlin, como o novo Messias, que, de certa forma, antecipou a vinda do Messias Salvador (Hitler). Enfim, Heidegger dá razão aos seus críticos e fornece os comprovantes explícitos de tudo que eles já haviam destacado à luz de sua obra anterior (impressa), entre os quais Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Hugo Ott, Victor Farias, Emmanuel Fay⁹. O que antes era suspeita, agora é certeza! O próprio Heidegger fornece, sob forma de manuscritos (secretos), as “provas” autênticas de seu envolvimento com o nazismo, usando a filosofia para mascarar suas ambições de poder.

9. cf. Hugo Ott. *Martin Heidegger. Unterwegs zu seiner Biographie*. Frankfurt; New York: Campus-Verlag, 1988; Emmanuel Faye. *Heidegger: L'introduction du nazisme dans la philosophie (autour des Séminaires inédits 1933-1935)*. Paris, Albin Michel, 2005.

Quem esperava ler nesses *Cadernos negros* um antissemitismo aberto, agressivo, sangrento, implacável, como “prova” da culpa de Heidegger, ficará decepcionado; o leitor encontrará uma linguagem tipicamente nazista, com conotações que se perdem em qualquer tradução. “Volk” não é povo, “Seyn” não é ser, “die Bewegung” não é movimento e sim o movimento de “pensar, bem entendido, ‘a verdade intrínseca do nacional-socialismo’”. Heidegger não é somente elitista, arrogante e sarcástico com quem não consegue seguir o seu pensamento, já que somente o seu pensamento é a verdadeira filosofia. É o pensamento de um mega-

lomaníaco, que não dialoga com outras teorias, filosofias e ciências. Os *Cadernos negros* não trazem a redenção, a desculpa, esperadas, nem a busca pelo perdão pelos erros, como solicitado por Marcuse ou Habermas. Os *Cadernos negros* fazem em jargão nazista a glorificação do alemão como “povo herdeiro” da grandeza do pensamento grego da Antiguidade, mais precisamente do pensamento pré-socrático (Heráclito).

Os comentaristas do *Feuilleton da Neue Züricher Zeitung*, sempre muito comedidos, somente agora se assustaram com os termos usados por Heidegger em seus *Cadernos negros*, publicando manchetes como “O negro da alma de Heidegger”, “Ainda é possível ler Heidegger?” “A última cartada do Mágico” e assim por diante. O semanário alemão *Die Zeit* reuniu em uma folha as versões mais explícitas e agressivas de Heidegger contra o que este chamou de “guerra do judaísmo mundial (“Weltjudentum”) contra os alemães ou “Rachsucht” (surtos doentios de vingança), dos aliados, demonstrando a validade do mecanismo psíquico descoberto por Freud, da projeção, ou seja, projetar no outro as próprias animosidades, agressividades e desejos de morte.

O mundo acadêmico mostrou mais competência e cautela na condenação ou defesa de Martin Heidegger (1889-1976). O mais competente, ao qual tive acesso, pareceu-me o colóquio “Heidegger et les ‘juifs’”, organizado no final de janeiro do ano de 2015, na Biblioteca Nacional de Paris, e do qual participaram integrantes da Universidade de Paris, da Universidade de Estrasburgo, da Casa da Irlanda, a TV Arte, entre outras...¹⁰

O filósofo Bernard-Henri Levy, no colóquio de encerramento do evento em Paris –“Heidegger et les ‘juifs’” –, diferentemente do alarde da imprensa e das vozes ferozes contra ou até mesmo em favor da proibição da leitura da sua obra (como preconiza Emmanuel Faye), sugere que devemos incentivar essa leitura e promover o debate, fazendo-nos pensar sobre a razão de ser da filosofia e da sociologia. A controvérsia Heidegger *versus* Habermas é um bom começo para essa boa intenção.

10. Na Alemanha, a Universidade de Siegen, a DFG organizou uma conferência internacional intitulada: *Philosophia e Política: Martin Heideggers schwarzen Hefte* (22-25 de abril de 2015).

Pós-escrito

Incluo aqui, a título de complemento e fonte dessa minha apresentação, algumas passagens dos *Cadernos negros* de Heidegger.

Citações de Heidegger do volume 94 dos *Cadernos negros* p.109 e seguintes:

Aforismas e epígrafes/fragmentos/glossário de termos tipicamente nazistas.

(1) A soberba vontade de um povo que desperta está dentro de uma grande escuridão mundial.

(2) A excepcionalidade do momento mundial cujo espaço sonoro deve fazer ressoar/ecoar a filosofia alemã.

(3) Mas para a filosofia devemos primeiramente amadurecer e este amadurecimento precisa primeiro preparar o solo, a tempestade, e o sol...

Das volkliche Geschehen (o acontecimento popular) poderia constituir um impulso nessa direção. Mas logrará alcançar esse objetivo? (o dinamismo inerente à força popular).

Pressionado para assumir o reitorado, agi pela primeira vez contra a voz interior. Nesse cargo, se o projeto se concretizar, eu poderia evitar, na melhor das hipóteses, isto ou aquilo. Para a construção – supondo que isto ainda seja possível – faltam os homens (Menschen).

Fragmento 9

Em cada combate, tornar-se mais seguro e mais flexível. O fracasso é um ensinamento. Havendo resistência, apertar os cinturões (arreios) com maior firmeza.

Fragmento 10

A grande experiência e felicidade que o Führer despertou, proporcionando ao pensamento o caminho verdadeiro e o impulso concretos. De outro modo, esse pensamento, apesar de toda a sua solidez, teria permanecido perdido em si, e dificilmente chegaria à realização. A existência literária acabou.

Fragmento 13

A nova coragem para assumir o destino “Mut zum Schicksal” como forma fundamental da verdade.

O encontro dos solitários (conspiradores?) só pode acontecer na solidão.

Fragmento 25

O Nacional-Socialismo só se transforma em um poder quando tiver atrás de todas as suas ações e afirmações ainda algo a silenciar, moldando o futuro com uma malícia. Mas se o presente fosse o já alcançado e o já querido, então sobraria apenas o horror ante a ruína (p. 114).

Fragmento 26

O Nacional-Socialismo não deve ser visto como uma verdade pronta e eterna caída do céu – assim compreendido, ele seria um erro e uma tolice.

Fragmento 29

O fim da filosofia: devemos levá-la a seu fim e com isso preparar o inteiramente outro – a meta política. Consequentemente ela é também a transformação da ciência (p. 115).

Fragmento 30

Necessitamos de uma nova concepção da universidade – que assegure politicamente uma liderança cultural (*geistig*). E para quê? Não para uma reconstrução e embelezamento do existente, mas para a destruição da universidade. Mas essa negatividade só se torna um agir quando tiver como tarefa uma nova educação (p. 116).

Uma tal concepção seria desprovida de sentido e nociva se se quisesse com sua ajuda fortalecer o existente e meramente adaptar-se aos novos tempos. Ela seria um meio de luta se o objetivo fosse preparar para a nova geração e sua verdade facilitando-lhe um caminho livre em que pudesse ser acompanhada por uma autêntica tradição.

A universidade de hoje é apenas um lugar de permanência provisório.

Fragmento 31

Endurecimento crescente no ataque.

Assegurar a supremacia em situações de emergência que ocorrem em situações de liderança compulsória, da obrigação de liderar (*führen müssen*) (p. 116).

Citações de Heidegger do volume dos Cadernos negros 97 (p. 68-69)

Hoje, 23 de janeiro de 1946, o reitor da Universidade me revelou que o Senado aprovou por unanimidade, no dia 20 de agosto de 1945, um requerimento meu (Heidegger) de aposentadoria precoce (*Emeritierung*), suspendendo, porém, minha atividade didática por um tempo indeterminado. Mais tarde, em caso de bom comportamento, essa suspensão poderia ser revogada e eu poderia retomar a minha atividade como professor. Ao mesmo tempo, foi-me aconselhado manifestar-me na “*Offentlichkeit*” (espaço público), o que incluiria também possíveis publicações. A universidade tomaria medidas para que minha casa fosse poupada, para não impedir o meu trabalho intelectual. Não caberia a mim questionar com que direito tais medidas teriam uma base legal...

O Conselho Universitário não teve mesmo a coragem de me entregar um documento escrito, decidindo que o reitor me transmitisse, oralmente, essa decisão. Apenas informei ao reitor que eu não tinha nenhuma pretensão de exercer na universidade uma função pública ou comportar-me como um ressentido. Isso não corresponderia a uma decisão que só agora amadureceu de ausentar-me de tudo que tivesse a ver com ciência ou colegiado docente – mas sim a minha ausência se baseava em meu pertencimento enraizado na relação do meu pensamento com o Ser (ser como *Seyn*). A tentativa de dizer isto está incluída no aceno (*Wink*), texto que tem como título “Pensar”.

11. Ver: Siegfried Lenz. *Deutschstunde*. Berlin, DVT, 1968.

O pensamento é a morada próxima, e o agradecimento silencioso... (os artistas cunharam o termo de “*Innere Emigration*”)¹¹.

Entre a educação e a ciência: um percurso acadêmico-institucional*

Fernanda A. da F. Sobral**

* Aula inaugural proferida em 27 de abril de 2016.

Quando recebi o convite dos meus colegas do Departamento de Sociologia para proferir uma aula inaugural sobre meu percurso acadêmico, não imaginei que esse ato de rememorar me proporcionasse tantos momentos de prazer e de emoção, com as lembranças suscitadas. Inicialmente, fiquei na dúvida sobre qual seria o eixo ou o foco dessa aula. Porém, quando colegas que trabalham na área de estudos sociais em ciência e tecnologia (C&T) me pediram para eu apresentar, num seminário internacional, uma retrospectiva desses estudos no nosso departamento, pude perceber, ao analisar a nossa produção, que tanto a linha de pesquisa que atualmente se chama Educação, ciência e tecnologia, como a minha própria trajetória tinham sido feitas por meio de uma associação entre a sociologia da educação e a sociologia da ciência. Encontrei então o eixo de minha aula. Por essa razão, a intitulei “Entre a educação e a ciência: um percurso acadêmico-institucional”. Também ficou claro que minha carreira acadêmica foi construída ao mesmo tempo em que ajudei a construir, junto com muitos colegas, uma instituição, que foi esse departamento, o programa de pós-graduação em sociologia da UnB e a nossa linha de pesquisa. E essa instituição muito me ofereceu tanto no que concerne à minha formação, como ao desempenho na minha carreira acadêmica. Ou seja, a construção foi recíproca. A relação entre indivíduo e sociedade, permeada pelas instituições, sempre me apaixonou e foi objeto de alguns cursos que dei nesse longo caminho. Mas quero ressaltar que essa construção institucional é uma obra coletiva e hoje consolidada.

** Professora/pesquisadora sênior do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UnB). Tem doutorado em sociologia na UnB e realizou pós-doutorado em Paris, na École des Hautes Études em Sciences Sociales, entre 1989 e 1990. <fernanda@unb.br>.

O casamento entre educação e conhecimento vem de longa data. Minha dissertação de mestrado, foi orientada pela professora Barbara Freitag, defendida em 1976, intitulada “Educação e mudança social: uma tentativa de crítica”, depois seria publicada como livro. Ainda que o título tenda a categorizá-la exclusivamente como estudo sobre educação, de fato trata da produção de conhecimento sobre o papel da educação no processo de transformação das sociedades. Numa perspectiva estruturalista e marxista, mostrei a influência do contexto histórico na produção sobre educação, procurando apontar os aspectos ideológicos presentes em duas categorias de estudos: nos estudos sobre mobilidade educacional, muito em voga a partir da década de 1950, quando, após a Segunda Guerra Mundial, se queria legitimar

a social democracia ameaçada pela ideologia fascista do passado e pelo socialismo soviético; e nos estudos sobre aspectos econômicos da educação, a partir da década de 1970, quando se pretendia legitimar o crescimento econômico e tecnológico nos moldes da sociedade capitalista desenvolvida. Esse momento foi marcado pelo crescimento econômico surpreendente da Alemanha e do Japão do pós-guerra, fenômeno impossível de ser explicado pelos três fatores clássicos (terra, capital e trabalho), sendo necessária a utilização do conceito de capital humano.

Dando continuidade a essas ideias, em 2001 escrevi o artigo “Educação para a competitividade ou para a cidadania social?”, no qual apresentei as concepções de educação como promotora da competitividade e da cidadania social, vigentes a partir da década de 1990, mostrando como essas concepções se refletiam na política educacional brasileira por estarem relacionadas a certas transformações da sociedade, nas quais se incluem o processo de globalização e a consolidação da democracia.

Comecei a dar aula na UnB em 1975, há 40 anos, enquanto auxiliar de ensino e ainda aluna de mestrado. Nessa época, éramos contratados para dar aulas de Introdução à sociologia, mas, em 1976, recém-mestra, fui encarregada de dar uma disciplina de Sociologia da educação, na qual tive o prazer de ter como alunas as professoras Maria Stela Porto e Mariza Veloso e o desafio de ter na minha sala alunos das mais variadas tendências políticas e ideológicas. Aprendi a ouvir e a refletir com o embate de posições, mas também a sobreviver diante deles. Ou seja, minha primeira disciplina específica foi Sociologia da educação, temática relacionada à minha dissertação. Depois de algum tempo de meu contrato como auxiliar de ensino, fui chamada para voltar ao Departamento de Ciências Sociais, como professora colaboradora, pela então chefe, professora Safira Amann, do Serviço Social, tendo apenas me tornado professora efetiva em 1978, depois de muitas lutas coletivas para acabar com essa categoria temporária de professor. Desde então, lecionei inúmeras vezes Teorias sociológicas, sobretudo clássicas, Sociologia da educação, Sociologia da ciência e tecnologia e Prática de ensino em ciências sociais, além da tradicional Introdução à sociologia.

Em 1984 entrei para o doutorado, ou seja, fui da primeira turma do doutorado e a minha tese foi a primeira defendida nessa linha de pesquisa, ainda que, em 1975, Regina Morel tenha concluído a primeira dissertação de mestrado intitulada “Considerações sobre a política científica no Brasil”, que depois se tornou livro e referência para a nossa área. Se, anteriormente, eu já apresentava um interesse implícito pela produção de conhecimento, esse se tornou mais claro durante o doutorado, quando procurei analisar as condições de produção de conhecimento ou da pesquisa nas universidades e em outras instituições de pesquisa. Por essa razão, minha tese, de-

fendida em 1988 e orientada pela professora Vilma Figueiredo, se intitulou: “Ciência, tecnologia e poder: os interesses sociais na pesquisa”, que tratou da produção e apropriação social da pesquisa biomédica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da pesquisa agrônômica na UnB, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), procurando verificar os determinantes sociais (de ordem econômica, política e ideológica) das atividades de pesquisa, observando os interesses sociais em jogo, tanto na produção como na apropriação da pesquisa, e indicando os principais beneficiados com os resultados das pesquisas, bem como os fatores intervenientes para que determinados resultados não fossem utilizados ou mesmo divulgados.

Neste sentido, trabalhei com as ideias de C&T como força produtiva, baseada em Marx, de ciência e tecnologia como dominação política a partir de Marcuse e de ciência e tecnologia como ideologia, segundo Habermas. Como o contexto maior analisado era do capitalismo dependente, constatei que, embora a interação com o setor produtivo não fosse uma forte tendência na época, a C&T, nas áreas por mim analisadas e sobretudo nas instituições estatais de pesquisa, podia ser considerada embrionária e indiretamente como forças produtivas. Ou seja, estavam reforçando a própria situação de dependência por meio da importação de produtos ou da simples adaptação de descobertas realizadas no exterior ou mesmo de produções próprias que atendiam interesses de acumulação do capital internacional. Nas universidades, nas quais se desenvolvia principalmente a pesquisa básica, havia um maior grau de autonomia. Ao mesmo tempo, a C&T também podia ser considerada como dominação política, na medida em que o Estado brasileiro procurava legitimar-se pela política e pela produção científica e tecnológica. Era o caso da produção de vacinas e de medicamentos que podem beneficiar toda a sociedade. No que concerne à visão da C&T como ideologia, foi observada uma tentativa de ofuscar uma realidade social desigual e dependente. A pesquisa agrícola da Embrapa, de grande importância nacional e internacional, por exemplo, era motivada, naquele período, principalmente pelo aumento de produtividade da agricultura, sabendo-se que muitas dessas tecnologias agrícolas produzidas não podiam ser apropriadas pelos pequenos produtores rurais, por falta de condições infraestruturais. A questão da estrutura fundiária era substituída pela modernização da agricultura (por meio das novas tecnologias), observando-se a dimensão ideológica da C&T.

Num período em que a neutralidade da ciência era quase um dogma, recebi críticas da banca examinadora que reforçou principalmente a autonomia da pesquisa e a importância da própria evolução da ciência no processo de produção de conhecimento, que não deixava de estar presente na minha tese, mas que não foi

destacada em sua devida importância, na medida em que eu estava preocupada, à luz do arcabouço teórico escolhido, em mostrar os determinantes sociais da pesquisa científica e tecnológica. Com o tempo, fui evoluindo no sentido de analisar as condições cognitivas e socioinstitucionais da produção do conhecimento e não apenas os determinantes sociais. Referente aos resultados da minha tese, publiquei três artigos: “Os entraves burocrático-políticos à pesquisa científica e tecnológica”, “A produção e a apropriação social da pesquisa científica e tecnológica”, “Estado e pesquisa agrícola no Brasil” e também um capítulo de livro sobre “Estado e modernização: a pesquisa e a extensão na agricultura”, coletânea coordenada por minha orientadora, na época uma das referências em sociologia rural no Brasil, intitulado *Estado, sociedade e tecnologia agropecuária*, a partir de resultados de uma série de pesquisas desenvolvidas desde 1986, com a participação das professoras Ana Maria Fernandes, Maria Stela Grossi Porto, do professor João Gabriel Teixeira. Os artigos apresentavam um pressuposto comum que era o fato de a produção e o uso das tecnologias serem socialmente determinados. Depois fui me afastando aos poucos da tecnologia agropecuária e me voltando mais para a análise da política científica e tecnológica e das condições da pesquisa científica e tecnológica das universidades, ou seja, a associar educação e ciência.

Assim, em 1989 e 1990, publiquei artigos sobre “Universidade e pesquisa na nova Constituição” que apresentam resultados de uma pesquisa que fiz junto com as professoras Maria Lucia Maciel, Ana Maria Fernandes e Maria Francisca Coelho entre outros, durante a Constituinte, e na qual pude acompanhar de perto as comissões de Educação e de Ciência, tecnologia e comunicação. Nessa ocasião, a discussão principal abordava a garantia de recursos públicos para as universidades públicas e também para a pesquisa básica que deveria preservar a sua autonomia. Essa questão também foi abordada em artigo elaborado por mim e pela professora Vilma Figueiredo sobre “A pesquisa nas universidades brasileiras”, no qual mostramos, por meio de dados estatísticos, que embora as universidades públicas e algumas católicas (PUCs) se destacassem por sua capacidade instalada e pelos índices de produtividade, a articulação entre a produção universitária e outros setores da sociedade era complexa e ainda tênue. O dilema básico da pesquisa universitária se referia à garantia de autonomia acadêmica e científica na sua formulação e condução e, ao mesmo tempo, à garantia de financiamento para a sua realização. Da solução adequada desse dilema iria depender a articulação dessa produção com as demandas da sociedade, questão que permanece atual.

Minhas pesquisas e publicações sempre abordaram as condições de produção de conhecimento nas quais se incluem a análise das políticas de apoio à pesquisa ou das próprias políticas de C&T. Nesse sentido, considero hoje que as condições de

produção de conhecimento devem ser consideradas como condições cognitivas ou intrínsecas ao próprio processo de conhecimento (por exemplo, a acumulação de conhecimento na área, a existência de um paradigma hegemônico ou de teorias em competição) e como condições socioinstitucionais, até certo ponto externas ao processo de conhecimento (por exemplo, certas características do contexto econômico e político, políticas governamentais de apoio ou de restrição à produção, financiamento, criação de instituições), observando que, de fato, essas condições não estão separadas, tanto que em artigos mais recentes já falo de condições sociocognitivas.

Dando continuidade, escrevi artigos nos anos 1990 sobre “A política científica e tecnológica e o projeto de desenvolvimento nacional”, fruto do meu pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, como também sobre “As políticas de educação, C&T na década de 90”, no qual apresentei vários programas governamentais e mostrei como se afinavam com as concepções de educação para a competitividade e para a cidadania social. Essa associação entre educação e ciência também está presente em artigo de 2009 sobre “Qualidade acadêmica e relevância social e econômica da educação superior”, no qual apontei o grande desafio vivenciado pela universidade: o de atender aos requisitos de qualidade enquanto mérito acadêmico de sua produção e também enquanto relevância econômica e social, dadas as condições sociocognitivas que influenciam a definição dessa qualidade complexa pela política governamental. Para tal, foram analisados documentos relativos à avaliação da graduação e pós-graduação e outros referentes às políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e relativos aos principais programas e prioridades de fomento à pesquisa, mostrando ainda que essa qualidade complexa é uma preocupação expressa na retórica de líderes de pesquisa em diferentes áreas de conhecimento quando se referem às suas práticas de pesquisa. Aliás, gostaria também de enfatizar que tudo que produzi vem de resultados de pesquisas, nas quais foram analisados documentos, dados estatísticos e entrevistas realizadas, seja com pesquisadores ou com gestores governamentais da área.

No início dos anos 2000, escrevi sobre a política de pós-graduação e sobre a importância das ciências sociais na política e no desenvolvimento da CT&I. No que concerne à pós-graduação, um dos artigos fez uma recuperação histórica da política de pós-graduação por meio da análise das principais questões colocadas pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação, mas também propôs uma discussão sobre os novos rumos, nos quais se incluem a flexibilidade, a diversidade das áreas, a interdisciplinaridade, os mestrados e os doutorados interinstitucionais. Quanto a esse último aspecto, foi com muita satisfação que vi o nosso programa de pós-graduação constituir um programa de doutorado interinstitucional com a Universidade de Tocantins, no qual dei aulas de Teorias sociológicas, participei do processo de seleção

e orientei uma das teses. Embora com muitas dificuldades, é uma das formas pelas quais podem ser reduzidas as desigualdades regionais.

Em outro artigo sobre política de pós-graduação, analisei um conjunto de informações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sobre a evolução da pós-graduação brasileira no período de 1987 a 2003, mostrando, ao final, a necessidade de se pensar essa política de forma menos homogênea e mais diversificada, visando perfis, *ethos* e culturas disciplinares diferentes como também temas multidisciplinares, respeitando vocações regionais e institucionais. Dessa forma, a pós-graduação poderia contribuir melhor para o desenvolvimento de um “modelo misto de produção científica e tecnológica”, conceito elaborado pelo professor Michelangelo Trigueiro e por mim, em artigo de 1994. Esse modelo procura unir a lógica do campo científico, ou seja, as demandas da própria evolução da ciência às demandas econômicas e sociais, reconhecendo, porém, as diferenças entre áreas, com necessidades distintas, umas mais aplicadas ou tecnológicas que outras, ou ainda, umas mais articuladas às demandas das políticas públicas e das organizações não governamentais e outras às demandas do setor produtivo.

No que se refere especificamente à pós-graduação em sociologia, em 2013 publiquei um artigo intitulado “A educação na pós-graduação em sociologia: um objeto esquecido ou escondido?”, cujo objetivo foi traçar um panorama da pós-graduação em sociologia, sobretudo no que concerne às suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, procurando verificar como o tema da educação estava inserido num espaço de dez anos, ou seja, nos anos de 1999 e 2009, a partir dos indicadores da Capes. Dessa forma, foram apresentados os temas de pesquisa que permaneceram, os temas emergentes e aqueles que desapareceram ou foram remodelados. Os temas predominantes nas linhas de pesquisa da pós-graduação em sociologia, nos dois anos considerados, foram “cultura”, “política”, “trabalho”, “políticas públicas”, “violência/conflito/criminologia”, “cidades/urbano”, “desigualdades/diversidade/diferenças”, “pensamento social”. Já as inflexões foram verificadas nos temas referentes à “agricultura, rural e agrário”, “religião” e “gênero”, que ocupavam nove linhas de pesquisa e, em 2009, passaram a preencher sete, talvez em função de sua inserção na questão das “desigualdades/diversidade/diferenças”. No caso da “educação”, verificou-se que havia sete linhas de pesquisa em 1999, número já considerado pequeno em relação ao que ocorria com as linhas de pesquisa mais frequentes, mas que ainda diminuíram para três em 2009. Deve-se registrar ainda que os temas associados à demografia, tais como “estudos de população” e “migrações” não apareceram mais nas linhas de pesquisa da sociologia no ano de 2009. Porém, novos temas foram surgindo como “meio ambiente” e “corporeidade”. No entanto, o tema da educação parece estar embutido em outras linhas de pesquisa dos cursos

de pós-graduação em sociologia que não tratam exclusivamente e especificamente de educação. A partir da leitura da descrição das linhas de pesquisa e dos projetos de pesquisa nelas incluídos, também disponíveis nos indicadores da Capes, foi possível descobrir que muitas vezes o tema da “educação” está incluído nos temas concernentes à “cultura”, “desigualdades”, “conhecimento”, “políticas públicas” e “trabalho”, alguns deles proeminentes na pós-graduação em sociologia.

Com relação aos desafios das ciências sociais no desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo, mostrei que as ciências sociais têm de se mostrar relevantes, mesmo que não sejam consideradas prioritárias na política de CT&I, analisada pelos Planos Plurianuais (PPAs), Fundos Setoriais, Estratégias Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), Institutos do Milênio e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs). Ou seja, as ciências sociais devem produzir conhecimento reflexivo, refazendo a nossa tradição, que é a de reflexão sobre as instituições e as transformações sociais em curso. A origem da sociologia se deu num contexto social em ebulição, pois surgia uma nova sociedade industrial, moderna, capitalista, na qual os clássicos da sociologia analisaram as classes sociais, a divisão de trabalho e a solidariedade, a emergência do individualismo, a constituição do Estado nacional, a substituição da religião pela ciência, a contribuição da ciência para a acumulação de capital, para a secularização da sociedade e para a reforma moral da sociedade (no caso da sociologia). Mas é importante destacar que a sociedade contemporânea está também em transformação e que as ciências sociais, juntamente com outras disciplinas, têm estudado novas relações de trabalho, fenômenos culturais, processos educacionais e de produção de conhecimento, formas de violência, questões de gênero e de raça, vários tipos de expressão das desigualdades sociais, impactos sociais da revolução científica e tecnológica. Mas esses temas nem sempre constam dos PPAs, das ENCTI ou dos Fundos Setoriais por mim analisados. Contudo, alguns desses temas tiveram financiamento dos Institutos do Milênio e INCTs e têm dado subsídios para as políticas públicas, como é o caso dos INCTs que trabalham sobre violência e segurança pública e sobre política urbana, dentre outros.

Em suma, tenho explicitado que na política de CT&I dos últimos dez a quinze anos, há uma preocupação com a interação entre o conhecimento científico e tecnológico e a sociedade, tanto na sua expressão econômica como social. Há novas formas de financiamento nas agências federais e estaduais, com editais mais aplicados e temáticos, além dos editais universais. Porém, foi observada a dificuldade ainda de implementação efetiva da interdisciplinaridade por meio dos Fundos Setoriais. Muitos deles continuaram concentrados em determinadas áreas de conhecimento, com reduzida participação das ciências humanas. Ou seja, o modelo de fomento nem

sempre considera a diversidade das áreas de conhecimento, além da concentração em determinadas regiões e instituições, e da participação insuficiente do setor produtivo e das organizações não governamentais (ONGs). Porém, tomando a concepção de Bourdieu de campo científico que rompe com a dicotomia entre ciência pura (livre das necessidades sociais) e ciência escrava ou aplicada (dependente das necessidades econômicas, políticas e sociais), ele mostra a existência de um universo intermediário que é o campo científico, um mundo social como os outros, mas que possui leis próprias de funcionamento, ainda que retraduzas demandas externas. Pode-se então construir o *logos*, não simplesmente traduzindo, mas retraduzindo o *socius*. Essa é uma das formas de inserção das ciências sociais nos novos caminhos da política de CT&I. Mas cabe também às ciências sociais lutar para que os temas sociais sejam prioritários na agenda governamental de apoio à pesquisa e, ao mesmo tempo, analisar, junto com outras disciplinas, o conteúdo social de certos campos aparentemente não sociais. Cito alguns exemplos: como pensar uma política de biocombustível para o Brasil sem considerar a questão da propriedade agrícola? Como o setor produtivo pode inovar em determinados produtos sem considerar aspectos culturais?

Também no início dos anos 2000, trabalhei sobre as condições de constituição de certos campos científicos como foi o caso da economia e da física. Verifiquei que a física se constituiu como campo científico pela pesquisa, com o apoio do CNPq, e depois da política de pós-graduação da Capes; já em relação à economia o caminho foi diferente, atraiu importância com a política de pós-graduação, além da Fundação Ford e da figura de Werner Baer da Universidade de Illinois, para a qual vários economistas brasileiros foram realizar o seu doutoramento. Mostrei também que embora a economia tenha nascido com a contabilidade e depois tenha se associado às ciências sociais, a tendência hegemônica naquele momento era de querer se tornar uma ciência exata, com a utilização de modelos matemáticos. Nesse período, embora trabalhasse principalmente com as ideias de campo científico de Bourdieu e do poder do conhecimento de Foucault, descobri a importância de certos líderes que criam, consolidam ou transformam instituições, como foi o caso na economia de Maria da Conceição Tavares com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de Delfim Neto com a Universidade de São Paulo (USP) e de Mario Henrique Simonsen na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na Física, destacaram-se líderes como Sérgio Mascarenhas na USP e Sérgio Rezende na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre outros. Ou seja, além da evolução do conhecimento e das políticas de apoio já por mim analisadas, certos atores tiveram uma importância fundamental na construção de instituições e na produção de conhecimento. Daí surgiu a ideia da pesquisa sobre “lideranças científicas” nas engenharias, na genética e na sociologia. As diferenças

entre os perfis das grandes áreas de conhecimento e a importância das lideranças científicas, apontadas em pesquisas anteriores, levaram-me a analisar as principais práticas dessas lideranças na produção do conhecimento e na definição da política científica e tecnológica. Foram observadas que as condições sociocognitivas definidas pela estrutura e pelos atores do campo, de diferentes maneiras, delineavam as práticas de produção do conhecimento científico e tecnológico e, ao mesmo tempo, apontavam as principais características das áreas de agronomia, genética e sociologia. Por outro lado, foi indicado também, como tendência, um “modelo misto de produção científica e tecnológica”, no qual estão associadas a pesquisa básica à aplicada e à inovação tecnológica, a demanda espontânea à induzida, a comunidade científica a outros atores sociais como o governo, as organizações não governamentais e o setor produtivo. Minha análise permitiu afirmar que os pesquisadores estavam construindo caminhos de atualização, sem perder totalmente as suas tradições. Desenvolviam a sua vocação cosmopolita e científica, a fim de contribuir para a evolução do conhecimento, procurando, ao mesmo tempo, solucionar determinados problemas econômicos e sociais, alguns de caráter regional, e interagir com outras instituições e outras disciplinas. Embora não estivessem necessariamente respondendo a demandas específicas, o que pode indicar uma produção “ofertista” – segundo Renato Dagnino –, estavam começando a interagir com outras instituições, além daquelas de ensino superior e também com outras disciplinas afins ao seu objeto de estudo, procurando, ao mesmo tempo, contribuir para solucionar determinados problemas econômicos e sociais, alguns de caráter regional. Afirmei então que o campo da ciência, tecnologia e inovação era híbrido, ou seja, ao mesmo tempo excelente e real, na medida em que a lógica da ciência continua avançando e que o processo de globalização e a democratização da sociedade passam a exigir, cada vez mais, uma C&T comprometida com a economia e com a responsabilidade social.

Gostaria também de mencionar as dez dissertações de mestrado e vinte teses de doutorado que orientei. Nessas orientações, também procurei associar temas educacionais aos temas relacionados à CT&I. Os temas educacionais que orientei foram vários: as propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores (PT), as representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio, as representações sociais sobre cidadania e espaço público a partir da escola de ensino médio, a constituição da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a modernização reflexiva e a avaliação no contexto das transformações do ensino superior, os desafios do ensino técnico profissionalizante, o trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas, as profissões agrárias, estas últimas na fronteira entre sociologia da educação e do trabalho. Entre os temas de educação e CT&I, podem ser citados a formação científica e tecnológica no novo modo de

produção de conhecimento, a educação a distância e as novas tecnologias da informação e comunicação, as políticas de formação em saúde no Brasil e na Argentina, as políticas de mobilidade internacional de pós-graduandos e a internacionalização do conhecimento. Sobre as políticas de CT&I, orientei algumas teses sobre os contrastes e os contrastes do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro que trata das desigualdades regionais, os Fundos Setoriais, os programas públicos de inclusão digital, os organismos internacionais para apoio à C&T. No que se refere à produção de conhecimento, os temas orientados foram a autonomia reflexiva e a produção do conhecimento na sociologia, a produção de conhecimento sobre meio ambiente nas universidades e a produção de conhecimento no âmbito dos Fundos Setoriais. Também orientei sobre a estrutura das chaves públicas e a formação do Estado eletrônico, na qual se mostra a contribuição da ciência e da tecnologia para a política e até outros temas mais distantes da minha área de pesquisa propriamente dita, como aqueles concernentes às políticas de saúde, à política sanitária para os organismos geneticamente modificados (OGMs), à cidadania nas relações afetivo-sexuais, às elites parlamentares e à questão social no Brasil e Uruguai, mas nos quais sempre foi ressaltado o papel da C&T. Atualmente, estou orientando uma tese sobre uma política educacional de formação de docentes, ou seja, sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) nas ciências sociais. Finalmente, cabe registrar que esses trabalhos resultaram numa série de livros e artigos publicados.

Devo observar que muitos dos conceitos ou das ideias construídos ao longo de minha trajetória – como o de condições sociocognitivas e o de modelo misto de desenvolvimento científico e tecnológico (junto com Michelangelo Trigueiro) – foram aprimorados por algumas dessas teses e dissertações. O trabalho de orientação, ainda que seja oneroso, não deixa de ser prazeroso, pois nesse processo se ensina, mas também se aprende muito, não apenas em termos de conteúdo, mas também nas formas de relacionamento com as pessoas. Além do fato de ser muito gratificante ver o crescimento dos orientandos. Nesse sentido, outro destaque a ser feito é que, nas minhas pesquisas, sempre contei com a participação de alunos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic), que, muitas vezes, começavam a trabalhar na pesquisa sem entender muito do assunto, mas, que, com o tempo, a partir das leituras indicadas e da pesquisa empírica, já me davam sugestões pertinentes.

Embora tenha me aposentado em 2005, nunca me considerei inativa. Continuei pesquisando, produzindo, orientando e até lecionando na pós-graduação, ainda que sem a mesma regularidade de antes. Também atuei como pesquisadora visitante no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) durante quatro anos, onde

tive uma experiência muito rica em avaliação e planejamento estratégico de CT&I. No que concerne à avaliação, foi muito interessante verificar resultados e impactos esperados e inesperados de determinadas políticas, tais como os das Olimpíadas Brasileiras de Matemática na Escola Pública (Obmep), com a participação dos ex-orientandos Gilberto Lacerda Santos e Tatiana Maranhão e do programa INCTs, no qual pude observar resultados de pesquisas realizadas e seu aproveitamento tanto pelo setor produtivo como pelo setor governamental. Ou seja, continuei analisando as políticas, porém agora mais próxima talvez de sua aplicação. Quanto ao Programa Ciência sem Fronteiras, foi feita uma proposta metodológica (sob a coordenação da professora Lea Velho, da Unicamp) para se avaliar os seus primeiros resultados, mas que não foi concretizada. Também nesse período, ainda no CGEE, fui coordenadora da elaboração do planejamento estratégico para o CNPq com a participação dos funcionários da casa e de cerca de 100 membros da comunidade científica. Por um lado, foi enriquecedor pensar coletivamente o futuro de uma agência de fomento, mas, por outro, poucos pontos levantados foram incorporados na prática. Ou seja, se condicionantes cognitivos e socioinstitucionais permitiram a produção de conhecimento avaliativo sobre um programa de formação de recursos humanos e um planejamento estratégico de uma agência de fomento, outras condições não permitiram a continuidade da avaliação e a incorporação da maioria dos resultados desse conhecimento nas ações das agências de fomento. A produção e a apropriação social do conhecimento continuaram sendo a tônica do meu percurso, ainda que com novos ingredientes e sob novas formas.

Nos últimos anos, ainda que dando continuidade às análises sobre a produção do conhecimento e sobre a política científica e tecnológica, tenho atuado mais diretamente, talvez como militante da área de CT&I, no âmbito de diversas sociedades científicas, como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), a Associação Brasileira de Estudos Sociais em Ciências e Tecnologias (Esocite), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Além de escrever sobre a importância das ciências sociais no desenvolvimento científico e tecnológico, tenho participado de vários conselhos e comissões com esse objetivo, como foi o caso no Grupo de Trabalho constituído pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas para justamente traçar uma política científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas (CHSSA) para o CNPq e enquanto representante da SBS no Grupo de Trabalho de Ciências Humanas e Sociais na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que, finalmente, depois de muitos conflitos, conseguiu aprovar uma regulamentação específica sobre ética na pesquisa para a nossa área dentro do Conep. Porém, ainda que seja um avanço essa regulamentação específica, considero que a ética na pesquisa deve ser regulamentada pelo MCT&I e não pelo Conselho Nacional de Saúde.

No âmbito da SBPC, como conselheira, tenho tido uma convivência rica com outras áreas de conhecimento que tem me permitido dialogar e entender necessidades das nossas pesquisas e também de outros campos científicos, como também as principais contribuições, o que permite ultrapassar o discurso da vitimização e mostrar a importância das CHSSA para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, como aconteceu recentemente, ao participar da discussão da elaboração da nova ENCTI, na qual pouco se fazia referência a temas afins a nossas disciplinas e que consegui apontar alguns deles. Finalmente, também espero que o conhecimento da área de CT&I e a compreensão das diferenças entre as áreas de conhecimento me permitam trabalhar melhor nas condições institucionais do apoio à pesquisa no âmbito do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, onde estou atualmente como Diretora de Pesquisa, pois educação, ciência e tecnologia fizeram a minha trajetória junto com muitos de vocês que estão aqui presentes e de outros que estão ausentes e a quem muito agradeço.

A ciência como vocação: prática e objeto de estudo*

Ana Maria Fernandes**

* Aula magna na UnB/Sociologia, segundo semestre de 2016.

Agradeço ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília o honroso convite de proferir esta aula magna do segundo semestre de 2016.

** Pós-Doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), no Programa Science, Technology and Society, em 1995. Professora titular do Departamento de Sociologia da UnB aposentada. Atualmente é pesquisadora associada sênior da Universidade de Brasília.

Esta exposição será dividida em três partes:

na primeira, recorrerei ao clássico Max Weber para definir a ciência como vocação;

na segunda, farei um breve relato de minha trajetória acadêmica; e

na terceira, discutirei alguns temas que pesquisei.

A ciência como vocação

Weber discute os múltiplos aspectos da escolha de uma carreira acadêmica, desde os critérios de acesso até as exigências da mesma. Compara a Alemanha e os Estados Unidos, criticando ambos, mais ainda os Estados Unidos, com seus critérios burocráticos e apelo ao maior número de alunos como sucesso do professor. Sabemos, entretanto, que o modelo americano de universidades baseou-se no alemão, na época o mais desenvolvido, e acrescentou a pós-graduação. Este foi o modelo inspirador de ensino superior no Brasil, como temos hoje. Talvez lá com regras mais bem definidas, principalmente aquelas sobre a ascensão.

Discute a relação entre docência e pesquisa, que nem sempre se encontram num mesmo indivíduo, e coloca a primeira como dom. A pesquisa pressupõe inspiração, mas também trabalho, método e rigor, e a consciência da impermanência das verdades/descobertas, que estão sempre avançando. Evoca também a falta de sentido nesta atividade ou nos resultados do trabalho, mas coexistindo com a paixão.

Vamos analisar isto na prática na minha carreira docente e de pesquisa.

Resumo de uma trajetória

Uma criança e adolescente que lia muito. De tapetes mágicos a romances nacionais ou não, contos, tudo que me caía nas mãos. Ao ingressar no curso de ciências sociais concorri a uma monitoria para a disciplina de Introdução à metodologia científica (IMC) que era ministrada para todos os cursos da UnB. Éramos cinco monitores e tivemos um treinamento durante o verão (havia também cursos de verão na época). A professora Maria Inês Bastos coordenou a distribuição de textos e a discussão dos mesmos. Eram textos avançados e em vários idiomas: português, espanhol, francês e inglês. Redigimos um trabalho final, o meu foi sobre “Determinismo e indeterminismo na ciência”, lindo ensaio depois de muitas leituras e compras de livros.

Quando fui aprovada como auxiliar de ensino, esta foi a disciplina que lecionei para milhares de alunos, duas turmas por semestre, quatro por ano. Eu dizia para os alunos que, provavelmente, teria lecionado para os seus pais e que, naquele momento, lecionava para os filhos. Isto, em concomitância com o mestrado em sociologia e duas filhas pequenas. Lecionei também Introdução a sociologia, Teoria sociológica, Sociologia da educação, Sociologia da ciência, Sociologia aplicada a administração ou Sociologia das organizações, seminários de teses e de dissertações.

Este retorno ao início da graduação foi para mostrar como surgiu o meu interesse pela ciência, pelo como se faz ciência, o que é ciência, qual é a hierarquia das disciplinas científicas, como elas se distinguem ou são distinguidas, no sentido da distinção de Bourdieu.

O tema da dissertação de mestrado, estudado e pesquisado, foi “Organização departamental e produção científica na Universidade de Brasília”. Muito trabalhosa, uma breve história da educação e da Reforma Universitária no Brasil, teoria das organizações para explicar a universidade e os departamentos, assim como a organização do trabalho científico nos mesmos. Aplicação de mais de 700 questionários para todos os professores da UnB, em 1975, com um retorno de 70% respondidos. Análise dos dados através do SPSS no computador central da UnB – o Galileu –, com prioridade zero, pois as principais prioridades eram a prestação de serviços para outros órgãos federais e a administração acadêmica. Eram duas caixas de cartões perfurados. Não existiam *personal computers*, nem disquetes, nem CDs, nem *pen drives*. Posso afirmar que percorri todas as fases da evolução da informática, pois, no doutorado, já utilizei alguns destes últimos avanços, como o PC e os disquetes.

A equação era complexa: aulas, mestrado, casa, filhas. ... Ascender de auxiliar de ensino para professor colaborador, não foi simples. O reitor da época, José Carlos Azevedo, tinha duas orientações básicas: não contratar ex-alunos, para evitar o fenômeno do *inbreeding*, e contratar doutores. Minha contratação foi definida pelos colegas antropólogos como o primeiro incesto do Instituto de Ciências Humanas.

Cursar o doutorado então foi uma obrigação. Fui para a Universidade de Oxford. Pretendia estudar a história da ciência no Brasil. Mas, e as fontes? Defendi um projeto acoplado a um ensaio e vim para o Brasil, por dois meses, para buscá-las. Consegui um rico material sobre as reuniões anuais da SBPC, com um professor que desistiu da tese, pesquisei arquivos na sede da SBPC, em São Paulo, arquivos também na sede da Academia Brasileira de Ciências, no Rio de Janeiro, e também consegui levar microfilmes dos arquivos da Academia. Realizei várias entrevistas com cientistas ativos nas duas associações, e também tive acesso às entrevistas realizadas por Simon Schwartzman, para seu livro *Formação da comunidade científica no Brasil* e depositadas na Fundação Getúlio Vargas. Foram dois meses muito produtivos: poderia retornar a Oxford, organizar o material e escrever a tese. A leitura de microfilmes foi terrível, assim como ler o material em português e escrever em inglês, também não foi um *piece of cake*. Escrevia num caderno, digitava, enviava para uma revisora do inglês, corrigia os erros. Durante a defesa, tive a visão das páginas e creio que memorizei todos os parágrafos.

De volta, submeti a tese ao Prêmio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em busca de leitores, pois o tema não era moda, nem objeto de distinção. Ganhei o prêmio, a publicação, duas edições e várias outras consagrações. A maior delas é que hoje integro o grupo dos duzentos cientistas brasileiros que possuem a Grã-cruz, depois de ter sido comendadora.

Creio que este reconhecimento não veio apenas do meu trabalho intelectual, mas também de uma práxis em prol da valorização da ciência no Brasil, atuando nas associações científicas como SBPC, onde fui secretária regional, conselheira e vice-presidente. Na Sociedade Brasileira de Sociologia, vice-presidente por dois mandatos, e também na Anpocs. Como habitante do Planalto Central, representava estas associações em vários eventos governamentais e de associações da sociedade civil.

A ciência no Brasil

Leiam o livro, com certeza vocês aprenderão duas ou três coisas interessantes. É uma leitura fácil e agradável, escrito, intuitivamente, em estilo de romance policial, com um certo suspense. Mantenho meu interesse pela ciência, pelos cientistas e por este estilo, que apimoro em leituras e no cinema.

Kuhn dizia que os cientistas só investigam algo que eles já sabem que encontrarão, mas o mistério, a curiosidade e a paixão certamente movem os cientistas.

As atividades administrativas sempre me encontraram, seja porque eu conhecia a estrutura da UnB, praticamente todos os professores, na lista sempre consultada para a coleta e distribuição dos questionários, depois como vice-chefe e coordenadora da pós-graduação, e então decana de Pesquisa e Pós-Graduação. Este foi o ápice da minha práxis como observadora e gestora de programas de pós-graduação e pesquisa na universidade que tinha analisado entre 1974 e 1977.

O trabalho voluntário desenvolvido nas associações científicas continuou na UnB, na direção e coordenação da Pós-Graduação no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (Ceppac), uma volta aos romances policiais, e o retorno à direção da Editora Universidade de Brasília, publicando os resultados de pesquisa dos acadêmicos da UnB, de outras universidades brasileiras e internacionais. Este é o lugar onde me encontro hoje. Creio que estou fechando com chave de ouro esta minha trajetória em prol da ciência no Brasil e, em particular, na minha universidade.

Sobre a ciência no Brasil, quero ressaltar a importância – já vislumbrada pelos primeiros cientistas, aqueles que tinham laboratórios nas residências – da criação e do fortalecimento das associações científicas (Academia Brasileira de Ciências, criada em 1922 e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1948), e da divulgação da importância desta atividade para a sociedade. Este deve ser um trabalho constante, pois apesar de muitas conquistas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Ainda não resolvemos o problema do analfabetismo, o ensino médio numa longa crise com altas taxas de evasão (50%), a universidade, além de ser majoritariamente privada, ainda inclui uma pequena percentagem dos estudantes nesta faixa etária. Apesar do sucesso da pós-graduação, temos no Brasil apenas 7,6 doutores para cada 100 mil habitantes, enquanto no Reino Unido são 42, na Austrália 35 e na Alemanha 34,4, segundo estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O financiamento para a pesquisa é ainda mais complexo. É sempre dito que, no país, temos mais pesquisa básica do que aplicada, não dirigida para a solução dos problemas brasileiros. Isto foi parcialmente resolvido com a criação dos fundos setoriais, o primeiro e com maior volume de recursos financeiros, o do petróleo e gás, em 1999, e depois estendido para o setor elétrico, das águas, aeronáutico, agronegócio, espacial, mineral, saúde, transporte, fundo verde-amarelo (universidade-empresa e inovação para a competitividade) e, em 2005, transporte aquaviário. Os recursos viriam das atividades desenvolvidas por estes setores produtivos para financiar a pesquisa e a infraestrutura de laboratórios e da universidade em geral. Foram anos de bonança, agora o declive com a queda de arrecadação das empresas estatais corroídas pela corrupção e pela má gestão.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) também reivindicado durante décadas e criado em 1985, foi extinto e acoplado ao Ministério das Comunicações, perdendo assim um espaço de organização e gestão desta área, juntamente com a redução de recursos financeiros.

Ciência, tecnologia e inovação estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento econômico e social de um país, seja como atividades que podem contribuir para este desenvolvimento, seja pela importância simbólica e quantidade de recursos recebidos, ou seja, pelo reconhecimento de seu papel para a continuidade e o aperfeiçoamento dos modelos de desenvolvimento.

Cito Simon Schwartzman:

Condenado pelos deuses, Sísifo tem a sina de levar uma grande pedra morro acima, para vê-la rolar ladeira abaixo, e recomeçar tudo novamente. É um trabalho insano, inglório, interminável. Mas ele persiste.

A maldição de Sísifo descreve, em boa parte, a própria história da comunidade científica brasileira, em que são poucos os sucessos e, em geral, efêmeros¹.

A maldição de Sísifo também explica, em boa parte, a história da UnB.

A UnB originou-se de um projeto inovador, discutido por vários cientistas, mas sofreu retrocessos, como a demissão de todos os professores, a reconstrução, as invasões militares, a gestão autoritária e a democratização. Esta significou também as eleições para reitores, questionadas por muitos como uma prática eficaz. Um colega me disse nos anos 1970, que dada a proximidade da UnB com o Palácio do Planalto, ele previa dificuldades no desenvolvimento desta universidade. Talvez seja esta proximidade que explique a partidarização das eleições e a grande influência/presença

Simon Schwartzman.
A formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 1.

dos partidos políticos na UnB. Certamente este fenômeno não tem – até hoje pelo menos – contribuído com a excelência das gestões acadêmicas.

O Departamento de Sociologia (SOL) continua brilhando graças a um esforço conjunto de seus docentes, técnicos e discentes. Destacarei o que considero ter sido extremamente positivo em sua formação: o recrutamento de um corpo docente capacitado e engajado na construção desta área de conhecimento; a criação do mestrado e do doutorado; a criação e o funcionamento das linhas de pesquisa, que vinculava o corpo docente entre si e com os discentes, orientava a contratação de professores, organizava a pesquisa e a apresentação de projetos de pesquisa e publicações.

A participação em associações nacionais como a Anpocs e a SBS e também nas agências como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também foram e continuam sendo importantíssimo.

Enfatizo, com muita convicção, que o trabalho científico envolve um esforço individual e coletivo. É um trabalho em equipe, pressupõe colaboração/competição, e os membros precisam ter objetivos comuns, pensar e trabalhar para o todo, além de avançarem nas suas carreiras individuais.

Artigos

Planejamento urbano, arquitetura e urbanismo: a serviços de uma outra geografia? Brasilmar Ferreira Nunes (em memória)

Recebido: 01.11.16

Aprovado: 30.01.17

Christiane Girard Ferreira Nunes
& Norma Lacerda*

* Christiane Girard Ferreira Nunes é professora da Universidade de Brasília. <girardchristiane@gmail.com>. Norma Lacerda é professora da Universidade Federal de Pernambuco. <norma_lac@yahoo.com.br>.

Resumo: O presente artigo trata de um escrito inacabado e inédito de autoria de Brasilmar Ferreira Nunes, falecido em abril de 2016. O objetivo de suas reflexões é mostrar como a nova e íntima associação entre planejamento urbano, urbanismo e arquitetura vem se destacando nas metrópoles, notadamente naquelas do Oriente e Oriente Médio, regiões do globo onde, por razões estratégicas e econômicas, o capitalismo vem se consolidando de forma hegemônica. Ao reconhecer a importante contribuição analítica de Brasilmar Nunes, Christiane Girard introduz o texto, salientando traços da trajetória deste sociólogo que tanto influiu na sua produção acadêmica. Norma Lacerda, por sua vez, finaliza chamando a atenção sobre o ineditismo do artigo e comentando sobre a diversidade de temas por ele abordados.

Palavras-chave: globalização, planejamento urbano, arquitetura, urbanismo

Introdução (Christiane Girard Ferreira Nunes)

Um dos muitos presentes que Brasilmar Nunes nos ofereceu é o seu interesse em compartilhar as suas análises das complexas cidades atuais, das relações sociais de poder que lá se estabelecem e das formas de resistências a elas. Neste texto inédito que tínhamos, eu e Norma, grande amiga de Brasilmar, consideramos o texto como uma discussão crítica sobre urbanismo, arquitetura, planejamento urbano. Mostra o envolvimento ativo desses setores com a reprodução capitalista, configurando sociedades de mercado. Tecem-se relações, reconfiguram-se espaços na reprodução sempre reinventada de visibilizar espaços de poder, seja ele econômico, de *status* ou político. É banalidade dizer que a lógica do espaço é apropriada pelo capital, mas é esclarecedor compreender como lógicas de cada campo e território são subjugadas por essa lógica global.

Neste texto, cada um poderá reconhecer a assinatura de Brasilmar Nunes, isto é, as palavras escolhidas com precisão, elegantes e discretas, seu estilo na arquitetura do pensar. Não desvendarei nada de privado dizendo que um de seus sonhos de juventude era tornar-se arquiteto. Na escolha de sua linha de pesquisa, vejo a

sua forma de manter, realizar, conciliar esse sonho sendo um estudioso do urbano. Olho para ele e vejo como contra “ventos e tempestades” do percurso de cada um, preservamos o que nos institui, bem como resguardamos o tanto quanto possível a feliz teimosia de tornarmos o que somos. É a partir desse lugar que o acompanho, observando o seu possível lugar de fala na articulação de sua trajetória existencial e coletiva, compartilhando a sua compreensão do Brasil (mesmo se esse artigo trata mais especificamente o tema da globalização).

Fecho os olhos e vejo um jovem cujo os pais mineiros do interior, pequenos produtores rurais, corajosos e sonhadores, se mudam para cidade de tamanho médio do interior paulista. Abrem um estabelecimento comercial. Faltam códigos para operar uma lógica comercial? Passados alguns anos, deverão continuar o processo migratório, recomeçar e continuar a caminhar. Aconteceu isso, talvez, mas não é somente devido às circunstâncias objetivas, há também o desejo de chegar à cidade grande, cada um tem suas razões no grupo familiar. Mas migrantes não voltam rumo às primeiras dificuldades, o que se dirá para aqueles que ficaram? São Paulo! São as crianças que realizarão os sonhos dos pais. O capital econômico se esvaiu pelo caminho, mas os filhos poderão estudar e adquirir códigos e estatutos que a geração dos pais não teve acesso. O desenvolvimentismo mostrou que filhos de pequenos produtores rurais podiam esperar passar em concurso do Banco do Brasil ou, quem sabe, ir mais longe ainda! Na grande cidade é possível trabalhar, estudar e até cuidar dos pais. A família se reconfigura. Na migração são os filhos que assumem, em parte, financeiramente o clã, a figura do pai preservada pela mãe simbolicamente continua, são novas contradições próprias à mudança. Não é ainda uma socialização feminista, preservam-se valores tradicionais, mesmo se os lugares e rearranjos modificam as relações familiares. Ainda é implícita. São necessárias adaptações para viver nessa cidade cada vez mais capitalista. Mudança nos papéis da família. A mobilidade social que virá será feita com o esforço do grupo, preservar valores que permitem coesão, mesmo se os filhos se tornam um pouco os pais dos pais. Essa trajetória era sem dúvida existencial, mas moldada pela dinâmica econômica do país. Não posso deixar de pensar sobre os imigrantes na França, sejam eles franceses do interior ou vindo de outras regiões do mundo. Quase sempre os filhos são os tradutores para os pais das regras e leis da cidade grande. Na capital, sem a ajuda do clã seria difícil sobreviver, cada um protege os demais. Nesse exemplo, os pais perdem um estatuto no interior para os filhos ganharem um estatuto na capital. É o que fazem muitos migrantes ao decidirem partir, quando os filhos recebem a injunção de realizar os sonhos dos pais.

Conciliar, ser leal preservando os valores e a história do clã, realizar o sonho dos pais e dos seus exige confrontar-se com muitos desafios e contradições. Brasilmar era

um urbanista que falava com as plantas e tinha uma grande intimidade com a terra, o cheiro depois da chuva, tipicamente saudoso e triste na lembrança da música do final de tarde aos domingos no interior. Mas convivia na mesma pessoa o urbano absoluto, que prezava em sua necessidade de ser anônimo nas metrópoles. Acompanhava-o a canção de Caetano Veloso “Sampa”, que melancólica e prazerosamente sempre cantarolava.

Ele se apaixonou pelo esforço de compreender e compartilhar a leitura dos complexos espaços e territórios, realizou seu desejo de anonimato: foi “flâneur” e “voyeur” em Nova York, Paris e São Paulo. Manifestou sempre seu engajamento para que a cidade preserve seu espaço da *Polis*. Ser um intelectual engajado foi um valor até o fim de sua vida.

Nunca deixou de ser um mineiro amante do campo, mas também nunca deixou de ser um urbanista apaixonado, fino observador, atento aos muitos movimentos, aceitando os desafios de se reconhecer em alguns. Parece-me que é a forma com a qual aceitamos nossas contradições, a que nos permite caminhar. Ao radicalizarmos um aspecto nosso, o confundimos com a nossa verdade. Somos plurais e contraditórios e talvez seja necessário criar um certo deslocamento interno de questionamento dessas verdades. É também o que faz o intelectual engajado. Analisar a complexidade.

Nessa caminhada, encontro um país tradicional e moderno com rupturas interessantes entre famílias, culturas e trabalho, mas esses aspectos serão objetos de outras leituras. Neste texto, quero lembrar como o Brasil construiu o meu Brasil (perdoem-me o jogo de palavra) e como ele respondeu ao esforço corajoso de ser autor.

Eu amava as suas contradições, obrigado Brasilmar, meu mineiro paulista que desejava ao mesmo tempo viver os últimos tempos de vida no campo, mas também não sair da universidade e voltar a Paris, sempre. Podemos decidir muito pouco talvez e assim também é a vida que decide?

Associação entre o planejamento urbano, a arquitetura e o urbanismo em tempos de globalização (Brasilmar Ferreira Nunes)

O ser humano é um construtor de cidades. Se voltarmos no tempo, iremos constatar que, uma vez dominadas as técnicas agrícolas, o homem deixa de ser nômade e passa a viver em grupos estabelecidos no território. É quando começam a surgir as primeiras aglomerações, futuras cidades.

É na aglomeração humana que as práticas de interação se desenvolvem e onde se firmam os princípios do “viver junto”, base do fenômeno societário. Embora tenhamos exemplos de cidades no mundo antigo – Egito, Assíria, Mesopotâmia, sem falarmos em antigas cidades asiáticas, ou até mesmo das cidades descritas na *Bíblia* –, as cidades começaram a se destacar, no Ocidente, a partir da Grécia e do Império Romano, que, em suas respectivas épocas, foram sociedades urbanas. Atenas guarda até hoje a áurea de ter sido uma cidade onde imperavam práticas democráticas e onde a intelectualidade encontrava terreno propício para se manifestar, o que comprova que a sociedade humana encontra nas cidades o ambiente adequado para se firmar. O Império Romano era urbano. Garantia o domínio de seus territórios conquistados por meio da construção de cidades. Roma, centro do Império, alcançou em seus momentos áureos uma população de mais de um milhão de habitantes. A decadência desse Império coincide com a decadência de Roma e de sua rede de cidades, apontando para um longo período de ostracismo de culturas baseadas em cidades na Europa (Weber, 1967).

Todavia o retorno da centralidade da cidade nas sociedades europeias vai acontecer lentamente, ao longo de séculos, culminando com o aparecimento da indústria, quando o território urbano deixa de ser exclusivamente lugar de troca e de consumo e passa a ser também lugar de produção. Com a indústria, o capital se concentra no território e com ele a população.

Lembre-mos que sociedades de mercado, naquela época, têm como característica a concorrência entre os agentes econômicos, fenômeno que, por um lado, força a inovação tecnológica na produção e, por outro, induz à expansão do modelo por diferentes contextos, incorporando novos territórios à sua lógica, mesmo quando pressupõe desmontar padrões urbanos preexistentes. Este modelo europeu de sociedade torna-se paradigma para o resto do mundo, consolidando assim o padrão urbano de ocupação do território – guardadas as especificidades locais – que se mantém de até os tempos atuais.

Importa destacar, dentre as diferentes possibilidades de se analisar a cidade, algumas das mais pertinentes, como aquela que considera o território não apenas como o lugar do social, mas ainda fator que participa da geração e reprodução do próprio social. Se assim é, poderíamos nos debruçar sobre a lógica da esfera social em sociedades de mercado e tentarmos delimitar a dinâmica de existência desse social em aglomerações urbanas. Por exemplo, um aspecto recorrente nessas sociedades, e especialmente em cidades, é a profunda lógica de hierarquização dos indivíduos e dos grupos, e que se manifesta em seus territórios. Fenômeno generalizável a praticamente todas as sociedades, a hierarquia – seja na esfera material (econo-

mia), seja na esfera social (*status*) ou na esfera política (poder político) – constitui uma tríplice base classificatória de indivíduos e grupos em sociedade, criando então estratos pertinentes a cada esfera. Além do mais, é frequente que essa tríplice hierarquia atue como instrumento de legitimação de profundas desigualdades que, às vezes, são constitutivas de diferentes sociedades. Interessa-nos aqui discernir em que medida tais esferas classificatórias atuam na produção do espaço construído em cidades para, a partir daí, lançar algumas hipóteses sobre a legitimidade que o espaço adquire como instrumento de reforço de tais esferas.

Inicialmente, teríamos que contextualizar o debate, pois não se pode tratar a questão de forma atemporal. Em outras palavras, o sistema social de classificação varia no tempo e no espaço. Se considerarmos o modelo medieval de estrutura urbana, há clara distinção entre a área no interior e no exterior das muralhas que, em geral, cercavam os núcleos urbanos. No caso da América colonial, o padrão urbano foi e continua sendo reflexo da estrutura social, a estabelecer o “centro” como lugar das classes dominantes e suas instituições, sem, no entanto, demarcações rígidas no território entre os diferentes grupos numa espécie de mosaico de padrões econômicos, sociais, culturais e políticos.

Posteriormente, com a hegemonia do mercado, consolida-se o padrão hierarquizado com base no valor da terra, capitaneado pelos interesses imobiliários de então (Igreja, governo, elites urbanas e rurais etc.). Nesse sentido, o modelo classificatório passa a ter no preço da terra o seu fator determinante. Desta maneira, entre os diferentes critérios classificatórios, o território, com suas próprias regras, passa a ser um dos mais recorrentes.

Outro recorte analítico que valeria destacar diz respeito à importância que a cidade vai adquirindo ao longo dos séculos. Lembremo-nos que, como “lugar de mercado”, ela sempre exerceu um papel especial na esfera econômica, como lugar de convivência de diferentes grupos com interesses muitas vezes contraditórios. Ao mesmo tempo, Weber (1967) argumenta que, do ponto de vista sociológico, a característica principal da cidade são as relações de vizinhança que nelas ocorrem, justamente em razão da proximidade físico-territorial. O autor se referia aqui às cidades medievais, na medida em que, em sua obra, não há atenção especial às cidades da Era Moderna. Entretanto, o argumento se aplica também à vida em cidades modernas, onde a densidade populacional se torna cada vez mais uma das características recorrentes da vida urbana e a vizinhança permanece sendo também um elemento relevante. Evidentemente essa condição de vizinhança não pressupõe única e exclusivamente relações amigáveis e com densas interações, a noção pode significar também animosidade, desconhecimento, distanciamento (Simmel, 2005), mas pressupõe sempre proximidade física.

Desde períodos remotos, quando não se tinha ainda o Estado nos moldes atuais, a cidade sintetizava interesses de áreas geográficas restritas ou amplas. A partir do momento em que o Estado-nação se consolida e passa a ser o foco das decisões políticas, a dinâmica das cidades torna-se subordinada ao poder central, perdendo sua autonomia, recuperada com o fenômeno da globalização. A cidade contemporânea (metrópole) amplia o grau de autonomia relativa frente ao próprio Estado. Dessa forma, temos diante de nós, mais uma vez, cidades que desempenham funções próprias para além do controle estatal. Assim, mesmo se levarmos em conta que, nas trocas econômicas, o grau de autonomia das metrópoles contemporâneas é algo costumeiro, é na esfera simbólica que a cidade se torna ícone dos interesses em jogo nas transações internacionais.

Em geral se reconhece que a metropolização é um fenômeno intimamente relacionado à globalização. Com os efeitos concretos dessa nova condição, renovou-se o interesse pelas cidades nesse início de século. O fato é que estamos vivendo um século urbano, com fortes indicações de sua firme consolidação como modelo de ocupação territorial. Nesse sentido, podemos utilizar o argumento de Claude Lacroix, segundo o qual

a metropolização é um conjunto de processos privilegiando as grandes dimensões urbanas marcadas pelas transformações do sistema produtivo observadas no nível internacional e mundial. Ela conduz a recomposições territoriais renovadas, tanto no plano interno dos conjuntos urbanos como sobre aquele de suas relações externas (Lacroix, 2005: 8).

Outro aspecto que merece ser destacado diz respeito ao intenso processo de urbanização/metropolização que vem ocorrendo nas regiões mais pobres do planeta, sobretudo no Hemisfério Sul. Por razões sobretudo relacionadas a fatores de expulsão presentes nas zonas rurais dessas regiões, decorrentes do elevado crescimento demográfico aí observado, levas de migrantes se deslocam e, no geral, se dirigem rumo às grandes aglomerações, generalizando o fenômeno da metropolização, independentemente do grau de desenvolvimento industrial e/ou econômico no sentido amplo. Estamos portanto, diante de um fenômeno universal que se espalhou pelo globo e onde as aglomerações situadas fora do eixo hegemônico do capitalismo apresentam, sistematicamente, um maior crescimento, seja populacional, seja nas atividades econômicas. Continua ainda excessivamente concentrada a geração de riquezas nas áreas metropolitanas históricas que apresentaram elevada competência para se adaptarem aos novos tempos da revolução tecnológica (Sassen, 1991).

Com essa atual representação nos tempos de globalização, as metrópoles contemporâneas acentuam ainda mais o seu tradicional “lugar de mercado”, radicalizando o significado dessa assertiva, até mesmo com a transformação da cidade em mercadoria que se oferece no sistema de troca. Essa lógica ganha importância para certas metrópoles no mundo, tendo relação com o papel que desempenham na dimensão econômica e que se estende para outras esferas do mundo social, tais como a cultural, a política e sobretudo a simbólica. São em geral enormes aglomerações populacionais, marcadas por uma forte presença de indivíduos provenientes de diferentes partes do mundo, a embaralharem os mosaicos que constituem a cidade, criando novas zonas morais, dinamizando a cultura da vida metropolitana, concentrações nas quais, além dessa grande fluência populacional, soma-se ainda o dinamismo de certos segmentos econômicos, que, muitas vezes, comandam setores na esfera mundial.

Se, em sua origem, o urbanismo se consolida a partir da necessidade de procurar soluções ao caos urbano que então se abatia sobre as cidades, sobretudo as principais, nos tempos da globalização ele se firma como disciplina que continua ainda a organizar o crescimento das cidades, mas se coloca também como um dos elementos mais expressivos da transformação do espaço urbano – e da cidade – em mercadoria. Entre a oferta de infraestrutura física para os serviços coletivos – tais como rede viária, transportes, equipamentos de acesso à água e esgoto, iluminação etc. – e os serviços sociais – como educação, saúde, lazer etc. – o urbanismo contemporâneo se consolida como vertente do planejamento urbano, justamente aquele sob a responsabilidade direta ou indireta do Estado. O seu objetivo é adequar e valorizar o espaço físico da cidade, transformando-o em ambiente o mais adequado para se viver, através de diversas intervenções que pode oferecer.

Pois bem, esse quadro caleidoscópico nas metrópoles é também um espaço físico que vem sendo fabricado por indivíduos que o habitam e usam no dia a dia, adaptando-o às expectativas e necessidades rotineiras, onde a originalidade é justamente a dimensão que assume essa produção física da cidade. Nesses novos centros “mundializados”, não se pode camuflar a íntima relação que se estabelece entre o urbanismo, a arquitetura e o planejamento urbano, notadamente na parte que se refere à edificação de estruturas para indivíduos privados. Mais ainda, a liberdade que encontram os profissionais da arquitetura e do urbanismo – para “experimentarem” novos usos e formas desses artefatos metropolitanos e do espaço da cidade (Figura 1) – diz respeito tanto às grandes obras de infraestrutura – pontes, avenidas, modernos sistemas de mobilidade etc.) – quanto a construções privadas, tais como edifícios que se apresentam como símbolos econômicos de grandes grupos empresariais ou até mesmo residências particulares que jogam papel importante no sistema de *status* no meio urbano.

FIGURA 1
INFINITY TOWER (DUBAI)



Fonte: <<http://worldtoptop.com/top-15-wonders-dubai/>>.

a Avenida Paulista, em São Paulo, também adota esse modelo de expressão das riquezas da cidade (e do país), através de edifícios, muitos com arquitetura arrojada, e que ocupam toda a extensão daquela tradicional avenida da cidade.

FIGURA 2
BURJ KHALIFA (DUBAI)



Fonte: <<http://not1.xpg.uol.com.br/9-maravilhas-modernas-arquitetonicas-oriente-mediofotos-e-informacoes/>>.

Sobretudo no último quartel do século passado, foi possível observar um deslocamento do eixo territorial planetário da acumulação do capital em razão da emergência de novos centros do capitalismo. Dessa vez, estendendo-se em direção a países produtores de petróleo (Figuras 2 e 3), e de regiões da Ásia, tendo como principais polos a China, a Coreia do Sul, a Malásia, a Tailândia.

Uma das consequências da globalização é justamente essa expansão do sistema, em sua dimensão mais dinâmica, que repete um modelo territorial preexistente. Ou seja, ali as metrópoles regionais se transformam em grandes centros de irradiação sistêmica, trazendo à baila uma nova concepção de metrópole. Assim, são nesses centros que se expõe a pujança sistêmica, mediante a estreita vinculação do urbanismo com a arquitetura. A adaptação às novas funções mundiais de tais centros vai sendo feita através

As grandes metrópoles do sistema de mercado já tinham essa estratégia explícita. Nova York, por exemplo, ao longo do século XX, com sua área de Manhattan, expunha a pujança do capitalismo por meio de seus arranha-céus que se apresentavam como símbolos de um capitalismo triunfante. Em menor escala e mais recentemente,

de remodelação físico-territorial das cidades, muitas das tradicionais centros urbanos nacionais, articulado com a construção de modernos edifícios, com uma arquitetura absolutamente original e arrojada que marca o novo eixo sistêmico. Se no capitalismo, sob a hegemonia norte-americana do século XX, tínhamos a síntese do sistema expressa por Manhattan, em Nova York, agora temos múltiplos centros urbanos que se apresentam como novas localidades que se firmam no cenário urbano mundial, sobretudo pelo estoque de edifícios ultra-arrojados em suas concepções.

FIGURA 3
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
DE PETRÓLEO REI ABDULLAH (ARÁBIA SAUDITA)



Fonte: <<http://not1.xpg.uol.com.br/9-maravilhas-modernas-arquiteticas-arquiteticas-oriental-mediofotos-e-informacoes/>>.

Se, por um lado, tais espaços construídos interferem em ritmos e modelos de interação social que ali ocorrem, sendo, portanto, também produtores de sociedade, por outro, dado o porte que adquirem, os aludidos artefatos físicos em tais metrópoles assumem destaques pela dimensão e forma que apresentam.

Essa nova e íntima associação entre planejamento urbano, urbanismo e arquitetura vem se destacando com vigor nas metrópoles do Oriente e Oriente Médio, justamente regiões do globo onde, por razões estratégicas e econômicas, o capitalismo vem se consolidando de forma hegemônica.

Cabe destacar que, desde tempos remotos, a construção de moradias sempre foi alvo de arquitetos. Esses profissionais – sempre preocupados com a estética dos edifícios – construíam palácios, templos e outros prédios com grandes superfícies. Buscavam sempre originalidade no desenho, beleza sensível. Baseavam-se em valores por meio dos quais os seres humanos reconheciam que determinados objetos artísticos ou naturais despertavam universalmente um sentimento de beleza (Sennet, 1997). Ou seja, pelo menos no Ocidente, a arquitetura na cidade sempre foi um território de experimentações artísticas e estéticas.

Outro aspecto que cabe destacar é a dinâmica que o capitalismo adquire nestas últimas décadas e que lhe confere uma nova dimensão em seus mecanismos de

expansão: a globalização. Um fenômeno que adquiriu, em diferentes níveis – acadêmico, econômico, cultural, entre outros –, unanimidade de analistas. O conceito, no geral, tem relação com o aumento quantitativo e qualitativo de relações sociais, alcançando a escala planetária, implicando em maiores conexões entre as diferentes regiões do globo. Um de seus efeitos é a resignificação das dimensões do tempo e do espaço, na medida em que acontecimentos locais são induzidos por episódios que ocorrem simultaneamente a enormes distâncias e em outros contextos e reciprocamente. O resultado é que com a globalização as dimensões global, local e cotidiana terminam se interconectando intimamente (Giddens, 2000).

Se retornarmos à dinâmica urbana, iremos nos dar conta de que a globalização alterou o lugar da cidade na dinâmica global, particularmente no lugar ocupado por algumas metrópoles no novo contexto. Atualmente, aumentou a concorrência entre territórios no que se refere à capacidade de atrair investimentos e pessoas, transformando as cidades em “lugares” privilegiados para esta estratégia. Tal “lugar” tem como pré-condição essencial adaptar e ajustar as cidades a fim de adequá-las às necessidades desse novo papel. Aqui, a imagem da cidade desempenha função central. Todo recurso que possa ser utilizado para transformar a cidade em lugar atrativo para investimentos será bem-vindo. O planejamento da cidade estará então voltado a esta dimensão e, conseqüentemente, acentuado no intuito de envolver a população nesse ideal.

Finalizando: um aceno de despedida (Norma Lacerda)

Revisitar esta minuta do artigo escrito pelo amigo Brasilmar Nunes, a mim enviada no final do ano 2014, foi estar com ele, com o seu pensamento, com as suas ideias. Senti, mais do que nunca, a nossa aproximação, a nossa sintonia intelectual. Afinal, sou arquiteta e urbanista. É sobre arquitetura e urbanismo que o texto discorre. Mostra como e o quanto essas duas disciplinas têm servido para a conformação de uma outra geografia urbana mundial.

Importa anotar que elas condensam diferentes arcabouços teóricos norteadores das ações criadoras de espaços construídos. São, portanto, disciplinas de natureza projetual. Sendo assim, os espaços decorrentes dessas ações não se confundem, teoricamente, com os espaços preexistentes, suportes físico-ambientais das ações projetuais, tampouco se confundem com os espaços sociais, essencialmente analíticos, promotores dessas ações (Leitão & Lacerda, 2016). Brasilmar – cujo sonho, como relembra Christiane na introdução deste texto, era ser arquiteto –, não po-

deria se furtar a olhar sociologicamente as ações de arquitetos urbanistas, mais especificamente aquelas que estão a serviço do estabelecimento de uma nova organização da urbanização em escala planetária.

É nessa escala que as metrópoles contemporâneas – segundo Brasilmar – assumem “ainda mais o seu tradicional ‘lugar de mercado’”. Transformam-se em mercadorias, dessa feita, por meio do incremento de meganegócios imobiliários que, na maioria das vezes, significam a destruição de estruturas horizontais de altíssima qualidade ambiental, por estruturas excessivamente verticalizadas. Esses negócios têm, portanto, intensificado o processo de mutação da espacialidade das principais aglomerações urbanas. Considero que aí reside um dos méritos do texto de Brasilmar Nunes: mostrar a funcionalidade da arquitetura e do urbanismo em tempos de globalização, revelar a liberdade dos profissionais dessas disciplinas para experimentarem novas formas e usos desses artefatos metropolitanos, mesmo ao custo da destruição.

Outro mérito ao reencontrar este texto em meus arquivos, especialmente para mim, foi estimular-me a fazer um levantamento de seus escritos. Impressionou-me a abundância de assuntos abordados – sociologicamente, é claro – por Brasilmar (sistema de C&T, juventude, urbano-rural, mídia eletrônica, práticas espaciais...). Chamou-me particular atenção uma curta matéria (três páginas), veiculada no *Jornal do Mauss Ibero-latinoamericano* com o título “O útil e o necessário: notas sobre crise e sociedade contemporânea”, de 2010. Brasilmar expressa de forma perspicaz que a crise da economia capitalista é analisada, sobretudo nos artigos de jornais, como se fosse um mero fenômeno “conjuntural”. Chega a ser curioso, como relata,

o fato de que a cada dia é um novo economista – muitos dos quais nunca se tinha ouvido falar, ou lido o que quer que seja – que vem afoitamente a público dar uma interpretação, em geral “a melhor” sobre o fenômeno. O resultado é que a conjuntura cai num emaranhado de subteses e de argumentos que pouco auxiliam na sua compreensão e em uma possível saída. [...] Mais ainda, que a dinâmica do progresso técnico ininterrupto termina gerando o seu próprio abismo. Esse poderia ser um recorte interessante para se refletir sobre o momento atual. Mas tal fato, simples e objetivo, é secundariamente analisado, concentrando-se, sobretudo em grandes falências, concordatas, quebraadeiras, desemprego, e tudo o que decorre desse caos na esfera econômico-financeira. Em outras palavras, estamos completamente absorvidos por um fenômeno midiático, onde o que interessa é a notícia bruta e pouco se sabe das reais razões dessa crise. E como sempre a mídia consegue desviar o olhar dos aspectos essenciais, por mais prevenidos que estejamos.

Sim, é isso que, na maioria das vezes, a mídia faz: desviar o olhar de milhões de espectadores do essencial, da verdade. Isso tem ficado evidente nesses dias tenebrosos vivenciados pelo Brasil, dias envoltos em denúncias de corrupção, mergulhados em uma crise econômica sem precedentes, aguçada pela força desenfreada do capital internacional, ávido por saquear as riquezas brasileiras.

Haveria muito mais para se dizer aqui sobre cidades, crises e economia à luz do pensamento de Brasilmar, ou Brasil, como carinhosamente muitos o chamavam. Ele faz falta em um momento como este que atravessa o país. Sobre isso, cabe uma nota a mais: o filósofo francês Gilles Deleuze, ao falar “amizade” na famosa entrevista conhecida por “Abecedário”, comenta que “todas as amizades têm esta base: ser sensível aos signos emitidos por alguém. A partir daí, pode-se passar horas com alguém sem dizer uma palavra ou, de preferência, dizendo coisas totalmente insignificantes”. Talvez seja isto que tenha acontecido com este texto de Brasilmar aqui apresentado. Tratava-se de uma conversa, um diálogo entre meu amigo e eu, cuja resposta não consegui dar, talvez porque não fosse mesmo necessário. Tudo já estava posto. Em seu texto que agora vem à luz. Em nossa amizade, que nunca esquecerei.

Abstract: This article is an unpublished and unfinished work written by Brasilmar Ferreira Nunes, who died in April 2016. The purpose of his reflections is to show how the new and intimate association between urban planning, urbanism and architecture has been prominent in the metropolis. Especially those in the East and Middle East, regions of the globe where, for strategic and economic reasons, capitalism has been consolidating in a hegemonic way. Recognizing the important analytical contribution of Brasilmar Nunes, Christiane Girard introduces it, highlighting traces of the trajectory of this sociologist who influenced both his academic production. Norma Lacerda, in turn, ends by drawing attention to the novelty of the text and commenting on the diversity of themes addressed by it.

Keywords: globalization, urban planning, architecture, urbanism.

Referências

NOVE MARAVILHAS MODERNAS ARQUITETÔNICAS ORIENTE MÉDIO, FOTOS E INFORMAÇÕES. <<http://not1.xpg.uol.com.br/9-maravilhas-modernas-arquitetonicas-oriente-mediofotos-e-informacoes>>. Acesso: 20 Nov. 2016.

DELEUZE, G. *O abecedário de Gilles Deleuze (transcrição integral do vídeo, para fins exclusivamente didáticos)*. <<http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>>. Acessado: 22 Dez. 2016.

GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 2000.

INFINITY TOWER DUBAI. <<http://worldtoptop.com/top-15-wonders-dubai/>> Acesso: 20 Nov. 2016.

JORNAL DO MAUSS IBEROLATINOAMERICANO. <http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2009_01_20_21_18_43_o_util_e_o_necessario.pdf>. Acesso: 18 Nov. 2016.

LACOUR, Claude. Métropolisation et métropoles: la boussole et le compas. *Revista Techni.cités*. Paris: Suplément, 23 Nov. 2005.

LEITÃO, L.; LACERDA, N. O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas. *Caderno Metrôpoles*, v. 18, n. 37, p. 803-822. São Paulo, Set.-Dez. 2016.

SASSEN, Saskia. *A global city*. New York: Paperback, 1991.

SENNET, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2. Rio de Janeiro, 2005.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação

Recebido: 12.01.16

Aprovado: 18.11.16

Helena Bomeny*

Cada país tem que ter o seu projeto. Esse projeto necessita ser formulado. As leis precisam ser feitas. Diante disso, eu quero me obrigar a acreditar na Utopia Brasil...

Darcy Ribeiro (1998: 101).

* Professora titular de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em sociologia pelo IUPERJ (1991), bolsista produtividade CNPq, autora, entre outros, de *Tempos de Capanema* (coautoria com Simon Schwartzman e Vanda Maria Ribeiro Costa), *Guardiães da razão*, *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado* e *Um poeta na política: Mário de Andrade, paixão e compromisso*. <helena.bomeny@hotmail.com>.

Resumo: Este artigo trata da criação da Universidade de Brasília e do protagonismo de Darcy Ribeiro nesse empreendimento. Três momentos na história da universidade marcam sua narrativa correspondentes a três tempos que ritmaram a criação da universidade: tempo da utopia; tempo do gabinete; tempo da distopia.

Palavras-chave: Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro..

A elaboração deste texto beneficiou-se de um retorno à documentação do acervo Darcy Ribeiro, depositado na UnB. A leitura da correspondência entre Darcy e um grupo de intelectuais no período compreendido entre 1958 e 1968 – os dez anos que definiram o próprio curso da universidade – sinaliza a dimensão especial conferida ao projeto frente às demais instituições de ensino superior no Brasil. Para caber no espaço comprimido deste texto, sugiro o que metodologicamente defini como três tempos:

Tempo I: a utopia de nação invade a universidade;

Tempo II: a utopia chega ao gabinete;

Tempo III: a distopia de nação refaz a universidade.

Os tempos são precedidos por fios que antecederam o engenho e definiram os passos de criação da universidade.

Antecedentes: o sonho de reparação

Inventar uma capital no Planalto Central do Brasil foi daquelas aventuras avassaladoras que se transbordaram em muitas fontes e frentes de divulgação. Foi desses feitos badalados pela crítica, por entusiastas do projeto, pelos profissionais que se envolveram no empreendimento, e pelos intelectuais que deram tratos à bola para explicar e conferir certa racionalidade ao gigantesco movimento de construção de uma cidade no espaço de terra vermelha, isolado, desprovido de atração. Não faltaram justificativas: unificar o país, criar um elo a partir do centro para as demais regiões do território nacional, irradiar pelo novo espaço valores sociais, políticos e estéticos capazes de traduzir a cultura brasileira em seus múltiplos aspectos. E, sobretudo, escapar dos vícios já arraigados da antiga capital litorânea – Rio de Janeiro. O discurso foi construído com a força argumentativa de algo que se edifica do zero, e sustentado na suposição da capacidade e da potência da razão em modelar um novo Brasil. Tudo isso foi unido em atmosfera onde se projetariam arquitetos artífices dos ideais de modernidade e beleza a presidirem a engenhosidade humana.

Brasília, que começou a ser construída no ano de 1956, veio de processo anterior e de investidas mais ou menos consequentes, protagonizadas por um espectro amplo de profissionais e políticos. Data deste período, entre 1957 e 1958, a luta pela criação da Universidade de Brasília (UnB). A ideia de criação de uma universidade na nova capital do país justificava-se pelo argumento de que o centro do poder deveria ter no plano cultural o equivalente ao que era exibido no plano arquitetônico ou urbanístico. A universidade corresponderia ao desafio inovador que a cidade de Brasília representava no cenário urbano brasileiro. O antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) esteve envolvido à exaustão nessa fase inicial de construção do que, em sua perspectiva, confirmaria o ineditismo da nova capital: a criação de uma universidade modelo, à frente de seu tempo, inovadora, sintonizada com os ares de refundação do país.

Só uma universidade capaz de expressar a nacionalidade – proclamava o antropólogo – podia conseguir que a nova capital não se acanhasse diante de São Paulo e de outras metrópoles brasileiras. Ela teria condições, dadas as peculiaridades de sua organização, de se replicar em “novas Brasília” de igual ousadia e correspondente qualidade, vocalizava Darcy Ribeiro. A criação da universidade, a despeito de uma ou outra voz dissonante, esteve e está associada à liderança de Darcy, o antropólogo que percorreu os espaços políticos na busca obsessiva de tirar o Brasil do atraso, da imobilidade, da dependência a marcos de referência externos, do rompimento com

a subalternidade na recusa a modelos exógenos conclamados para traduzir a cultura brasileira. Conhecido por fortes traços de personalidade, pela impetuosidade, paixão e fervor inventivo, Darcy é lembrado também pela impaciência, resistência e desobediência (com tudo o que sociologicamente significa) aos trâmites rotineiros de que se fazem os processos institucionais. Arroubos criativos enfrentavam os degraus da implantação com resultados nem sempre correspondentes ao estímulo original. O projeto de criação da universidade, aposta que fez a propósito da UnB, foi um dos seus mais cultivados impulsos de interferência na ordem pública pela cultura. Reinariam naquele ambiente universitário a cultura, a ciência e os experimentos de invenção democráticos.

Apostava-se que a universidade fosse capaz de assessorar o governo no plano científico humanístico. Afinal, tratava-se da nova capital, o espaço do poder. A universidade poderia levar para a capital a massa crítica necessária para cobrir todos os campos do saber. Para tanto, havia de ser livre, não sofrer punição nem premiação por suas ideias. Mais importante: havia de atrair os cérebros criativos e bem-dotados em áreas de atuação indispensáveis a uma universidade de excelência. Habitava ainda a atmosfera de criação da universidade a aspiração de que a instituição não fosse conivente com a ordem. A metáfora mobilizada era de “universidade útero”, dentro do qual se reproduzissem lideranças e competências em amplo espectro do conhecimento. No entanto, como um dos autores do projeto, Darcy Ribeiro alimentava sua tradicional desconfiança em relação à receptividade por parte da elite de empreendimento movido por tal ousadia. O projeto estava inserido em um país e era tributário de uma cultura política – insistia ele – onde a classe dominante desprezara historicamente a educação, além de ter se empenhado mediocrementemente em saúde e em todas as dimensões de aprimoramento da vida da população. Mas os idealizadores não podiam sucumbir diante da desconfiança; ao contrário, teriam de empunhar a bandeira de uma universidade estruturada de forma a representar a consciência crítica, o que só seria possível no interior de uma ordem democrática.

A UnB seria o centro de florescimento cultural, de criatividade nas letras e nas artes: o espaço privilegiado para a realização dos projetos de sensibilidade e cultura. Compareceram naquele ambiente cineastas, artistas plásticos, designers, arquitetos, poetas, escritores e atores, recriando, para um conjunto de recém-chegados à capital, oportunidades de conhecimento, formação e fruição de cultura em sua dimensão mais plural.

Na avaliação de Darcy Ribeiro, o Brasil já dera demonstrações de certas competências: formar médicos, físicos, químicos, farmacêuticos, matemáticos, antropólogos etc. Mas fazer outro Oscar Niemeyer, outro Cândido Portinari, outro Aleijadinho, era totalmente impossível. Não há replicação espontânea ou voluntária desse fenôme-

no, pontificava. Se não é possível saber como promover o florescimento cultural e a emergência de talentos de grande expressão, era possível criar um ambiente de liberdade de convivência no *campus* universitário em Brasília para que “surgissem figuras criativas, coatadas, que pudessem se expressar”. Por tudo isso, a UnB, quando convocada como plano, configurou-se como utopia concreta – a universidade ideal a que se queria chegar, uma universidade que “pedia silêncio”, na expressão de Darcy, para ser a melhor do mundo, uma universidade autônoma, dona de si mesma e libertária no sentido de dar ao país um instrumento de autonomia no seu desenvolvimento cultural. A desconfiança de Darcy Ribeiro reforça o primado da imposição do social, da estrutura sobre possibilidades de autonomia e desenvolvimento dos atores, dilema clássico da teoria social. Sua trajetória como intelectual público engajado politicamente é permeada de gestos, ações e deliberações que reforçam sua descrença na capacidade de, no ambiente de institucionalização, florescerem e serem cultivadas e mantidas propostas renovadoras provenientes da imaginação dos atores.

É possível dizer que a Universidade de Brasília, criada pela Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961, nasceu de um sonho e de um propósito de reparação. Um sonho de reparação ao destino que fora dado à Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Universidade de curta duração (1935-1939), mas de forte repercussão. Forte como projeto, efêmera pela intervenção autoritária. Vinte e tantos anos depois, ressurgiria com a UnB o modelo universitário pensado para o desenvolvimento da ciência e da cultura em ambiente de efervescência, criatividade e troca intelectual, inspirado no modelo que não vingou na antiga capital. A Universidade do Distrito Federal (UDF), apesar de sua vida bruscamente interrompida aos quatro anos de existência, deixara como memória institucional o que seria desejável manter na vida universitária em fundação. Os atores comprometidos com a universidade de Brasília foram protagonistas em ambas as iniciativas, e por isso, o cruzamento de sonho com reparação. Em julho de 1935, o educador Anísio Teixeira (1900-1971) se transformava em figura exponencial na montagem de um projeto universitário que se distinguiu na forma pela qual conhecimento e interação institucional se materializariam. À época, Anísio ocupava o cargo de diretor do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, capital federal do país. A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, era o modelo disponível. O desenho de universidade defendido para a UDF pretendia que os professores fossem profissionais ativos, criadores. Esta era a aposta registrada pelo físico Roberto Salmeron:

Efetivamente, os professores eram eminentes cientistas que trabalhavam em instituições existentes no Rio de Janeiro em ciências

humanas e ciências naturais e exatas, além de eminentes artistas. Para citar alguns exemplos, Mário de Andrade lecionava história e filosofia da arte; Cândido Portinari ensinava pintura; Villa-Lobos, música; Jorge de Lima, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Hermes Lima, Sérgio Buarque de Holanda, ensinavam ciências humanas (Salmeiron, 2005).

Sem qualquer indício de monumentalidade, a Universidade do Distrito Federal se mantinha com orçamento limitado, não se destacava por prédios majestosos. As aulas eram ministradas nos lugares de trabalho dos professores. Mantidos em seus espaços institucionais de origem, os professores recebiam da UDF um complemento para a atividade ali realizada. A despeito de tal singeleza, ficou intolerável para o regime autoritário. Com o golpe de 1937, viveu seu momento de perseguição até ser extinta por meio de artimanhas administrativas e um decreto federal em 1939. “Manter a disciplina e a ordem” – esta foi a sentença que fixou o ato discricionário. O “perigo vermelho” – expressão cunhada por Rodrigo Patto Sá Motta (2002) – teria, já ali, peso de legitimação do que se enterrava antes ainda da maturação. As tintas liberais que a modelaram foram transformadas em ameaças desestabilizadoras ao regime autoritário.

Não é momento de tratar da UDF, mas sua menção é requisitada pela maneira como a liderança envolvida na criação da Universidade de Brasília a ela se refere e dela se apropriou em nota positiva de um experimento singular, inspirador, à feição do que a USP iniciara em 1934, indicativa de uma brisa nova na estrutura do ensino superior brasileiro no momento de sua fecundação. A UDF foi abortada pela ação autoritária do regime político quando estava à frente do Ministério da Educação aquele que assinou o ato de sua extinção: Gustavo Capanema (1900-1985).

Tempo I: a utopia de nação invade a universidade

A revista *Arte Hoje*, em sua edição de 22 de abril de 1979, traz em beleza incomum, as fotos de Luís Humberto, fotógrafo que elegeu Brasília sua cidade de adoção. Luís Humberto foi homenageado e reconhecido como aquele que mais sofisticadamente captou a atmosfera daquela invenção urbana, aquele que, pelos olhos, nos leva a desvendar o enigma de uma cidade cuja monumentalidade constrói – palavras do fotógrafo – “uma relação entre o homem e os espaços da cidade, pensados em termos de liberdade”.

Luís Humberto mostra a Brasília não óbvia. Aquela que só olhos treinados podem descortinar. Sensibilidade e pesquisa são suas parceiras na descoberta. Um canto,

um prisma, um tipo de luz e encontramos o que não está disponível de imediato. O olho nu e a intuição não são suficientes para nos abrir essa janela. As imagens produzidas pelo fotógrafo foram a porta de entrada para o que se traduziu como capital estética do modernismo em sua plenitude. Como os olhos especializados do fotógrafo, outros olhos, também especializados, foram buscar as origens e os ensaios de construção da nova capital muito antes da velocidade com que ficou registrada na memória dos “cinquenta anos em cinco” dos tempos de JK. Brasília é capital do modernismo. Da monumentalidade. Da internacionalização da arquitetura brasileira na concepção de Lúcio Costa e nos traços de Oscar Niemeyer. Cidade sem esquina, espaços vazios, generosa amplitude na concepção urbana, dimensões não características do figurino das cidades brasileiras. E é também o experimento cultural capaz de emocionar aqueles que lá estiveram em sua construção.

A discussão sobre a mudança da capital mobilizou um conjunto de sugestões interpretativas sobre o Brasil. O tema da “desorganização”, a defesa da interiorização, o diagnóstico da dispersão nacional junto à retórica antifederalista que se vertebrou no pós-1930 transformaram negativamente o período anterior, nomeando-o “República Velha” – período compreendido entre 1889 e 1930. A adjetivação “velha” como que autorizou as expressões negativas que se seguiram: “República dos coronéis”, do “mandonismo local”, perfilando a dimensão de inorganicidade que o pós-30 atribuiu ao período que lhe antecedeu. A montagem do Estado nacional racionalizado, técnico e administrado segundo as regras impessoais do planejamento e da competência científica se contrapunha como correção histórica ao experimento anterior. Recentemente, historiadores e cientistas sociais têm se voltado ao período referindo-se a ele como Primeira República, um claro afastamento crítico à adjetivada República “Velha”. A própria terminologia “Revolução de 30” é expressivo do sentido de ruptura que se pretendeu imprimir à passagem de um a outro momento histórico-político brasileiro tematizado e mobilizado como reforço discursivo à defesa do ponto central de onde deveria irradiar a política e a administração brasileiras.

A extensão continental e a precária integração entre litoral e interior desafiaram a imaginação política e geográfica, e as expedições tratavam de enfrentar o problema e registrar o encontrado. O tema da mudança da capital para o Planalto estava posto praticamente no início do século XIX, com a vinda da família real. E a defesa do centro encontrava apoio em aspectos da geografia natural. Aos argumentos de ligação territorial somavam-se outros sobre a impropriedade do ambiente do litoral de uma cidade como o Rio de Janeiro para abrigar a capital do país – conversa antiga, perene, que acompanha a história da cidade do Rio de Janeiro, paraíso da espontaneidade, da informalidade e do cosmopolitismo; fonte da liberdade e criatividade, mas também da perversão e da luxúria. Não bastasse, o Rio do início da

República era a cidade das doenças, da insalubridade, da peste, do clima inclemente e da desordem urbana.

A construção de Brasília foi tomada, simbolicamente, de um sentido de refundação. Uma utopia de reconstrução nacional que aparece nos documentos, nas falas dos que estiveram naquele que foi cantado em prosa e verso como o canteiro de obras, ou, na expressão feliz de Angélica Madeira, “espaço quase em branco, sem referência cultural prévia” (Madeira, 2013).

Mobilizou-se uma caravana de geógrafos, engenheiros, estatísticos, intelectuais, fotógrafos, arquitetos, artistas, cineastas, empreendedores de toda ordem, no desafio de, em cinco anos, fazer de um terreno vazio uma cidade. A oportunidade histórica incomum de fazer tudo “do zero” era como uma reinvenção do país; oportunidade de reescrever a história e deixar para trás o que impedia o Brasil de avançar em um cotidiano de travas. Livrava-se o país das tradições que o emperravam. Dispensavam-se os embaraços burocráticos. Avançava-se apenas com a imaginação e o empenho em fazer. Os relatos que colhi em 2005 com um grupo de arquitetos, e com o próprio Luís Humberto, são evidências inequívocas das lembranças desse espírito inventivo, protagonista, liberto e criativo. A construção da capital supunha a mobilização da cultura, das artes plásticas, da arquitetura, das artes cênicas, da música. A defesa da criação da universidade ancorava-se no argumento irrecusável de abrigar as múltiplas manifestações de humanidade traduzidas na diversidade de expressão artística. A *urbs* estava criada; a *civita* seria tributária do ambiente da universidade pensada e construída sob esta ambição. A aura da construção da Universidade de Brasília, nas inúmeras frases de Darcy Ribeiro, confirma o clima otimista e desafiador da nova experiência liberta das amarras do tradicionalismo e da burocracia que tolhem os espíritos e acanham a cultura. Os depoimentos apaixonados de Darcy fazem coro com as vozes otimistas dos que presenciaram o experimento único e não reproduzível.

Das entrevistas realizadas com os arquitetos foi possível recuperar falas que expressavam a “emoção de viver sob maquetes” anunciando tudo o que representava a construção do real modelado por planos que poderiam ser alterados pelos atores. Nada estava fechado; tudo por fazer; espaço de incontestável liberdade e criatividade. A mais consequente aposta na razão criativa, emancipatória. A metáfora de o Brasil sair “dos puxadinhos” e entrar em maquetes estruturantes fortalecia a ideia de refundação da nação. Esta é uma ideia curiosa e interessante. O que significa sair dos puxadinhos? Significa para os arquitetos interromper um processo continuado de emendas, remendos, ampliações que esticam uma construção anterior mesmo sem garantia de guardar fidelidade ao que seria o desenho original. Mas significa

igualmente evitar o conhecido, o já posto. Espécie de negação do anteriormente estabelecido e aposta naquilo que nascerá do controle da razão. Não deixa de ser uma indicação de “liberdade planejada” com régua e compasso. A caravana de arquitetos que saiu do Rio de Janeiro rumo ao Planalto Central foi embalada no clima da saída do marasmo que assolava o Rio de Janeiro do ponto de vista da arquitetura. Começar do zero significava a oportunidade única e extraordinária de evitar os erros, corrigir as mazelas e os vícios convencionais, e de deixar sua marca autoral. Uma fé extraordinária na capacidade de imaginação sobre um espaço aberto à produção e ao aperfeiçoamento porque a aventura reconstrutora estava sob o comando de homens e mulheres racionais capazes de evitar os embaraços rotineiros que impediam o Brasil de chegar ao seu destino de civilização. A força desse sentimento coletivo tem sido uma marca da recuperação do período: expressões e categorias de análise têm ocupado a avaliação dos anos 1960: “romantismo revolucionário”; “estrutura de sentimentos” de brasilidade (Marcelo Ridenti); “ideias que fazem o Estado andar” (João Marcelo Maia); “sentido público e coletivo da atividade intelectual” (Maria Alice Rezende, Gildo Marçal); “intelectuais e espaço público” (Francisco de Oliveira), intelectuais orgânicos incubadores de projetos de nacionalidade, sentido uníssono de adesão coletiva a uma ideia (Thomaz Farkas), tudo isso atravessa a literatura sobre intelectuais no Brasil, sendo nela uma constante o não rotineiro dos anos 1960. O cineasta Thomaz Farkas fortalece o coro de certa unanimidade nas lembranças: “O que nos unia era um pensamento muito parecido”. O parecido era o som uníssono de mudar o Brasil, mostrar o Brasil aos brasileiros, trazer para a consciência da população o que a própria população desconhecia. Um ideal de nação que se ligava fortemente à ideia de transformação que seria disseminada não apenas pelos técnicos, mas se embrenharia nas manifestações mais distintas da imaginação política e criativa: a fotografia, o cinema, o teatro, a literatura, a música. Dar consciência era tão revolucionário quanto uma revolução, conclui o cineasta. A cidade – ela própria fruto da imaginação política e do desenho utópico de perfeição – ancorava o projeto transformador e se magnificava como centro do poder refundador da estética e da cultura nacionais.

Não apenas os arquitetos justificaram a capital da cultura. No livro de Angélica Madeira (2013), a autora reconstrói, passo a passo, a trajetória e a itinerância dos artistas na construção do campo das artes visuais da nova capital. Percorre o período entre 1958 e 2008 e oferece ao leitor um quadro detalhado do que fora aquele momento de invenção do Brasil pela construção da nova capital. Os monumentos, os espaços públicos, os prédios que abrigaram não só os ministérios, mas o Congresso Nacional, o Palácio do Governo, o Palácio da Justiça, o Palácio do Itamaraty, e a própria universidade construída na ocasião, receberam o selo, a assinatura e as obras de artistas consagrados no repertório da cultura modernista brasileira. A primeira

leva de artistas que chega à cidade, no final dos anos 1950, alguns vinculados a Oscar Niemeyer e a sua equipe, outros independentes, teve como mecenas principal o Estado, e deixou na nova capital os ingredientes necessários para a construção de uma memória de cidade capital, símbolo da cultura e da civilização ambicionadas. Angélica Madeira nos lembra da atmosfera dos anos 1950 para as artes plásticas, fomentadas pela criação da Bienal de São Paulo e a consolidação de recentes museus, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A fisionomia estética da cidade foi marcada por artistas como Athos Bulcão (1918-2008).

Athos envolve-se profundamente com o projeto da cidade, realizando obras que o definiram como um grande modelador da face pública de Brasília, inventor de um muralismo geométrico, original e renovado. Em Brasília também consagrou-se como artista intimista, como pintor e gravador (Madeira, 2013, 37).

A ideia de que a arquitetura brasileira havia levado o país para os grandes centros internacionais fica fortalecida com a presença dos artistas plásticos que assinaram obras expostas em fóruns internacionais como Lisboa, Madri, Milão, Munique, Tóquio em exposições onde croquis, desenhos, fotografias das obras de Brasília ocuparam a cena principal. Entre os espaços de divulgação dos feitos ali postos há que se dar relevo à crítica de arte, e ao papel fulcral que nela desempenhou a atuação de Mário Pedrosa (1900-1981) (Villas Bôas, 2013; Moura, 2014). Esses lembretes são apenas aperitivos para se dimensionar a importância do que foi se consolidando como o momento do moderno brasileiro em sua expressão mais aguda e sua repercussão mais concentrada. O que dá razão ao comentário de Madeira quando nos diz que

a inauguração da Nova Capital, em 21 de abril de 1960, ficou marcada na história brasileira como um emblema da modernização do país e da ousadia da proposta de interiorização, industrialização e integração encampadas pelo governo JK. Foi um marco também para mensurar a força e a energia da sociedade, seu envolvimento nesse projeto utópico. Desenhada, exata e racional, a cidade destaca-se, antes de mais nada, por sua concepção ortogonal, horizontalizada, delimitando com precisão a linha que separa a natureza da civilização, o cerrado da *urbs*. A sensibilidade moderna dos anos 1950 estabeleceu Brasília como o parâmetro de sua própria utopia (Madeira, 2013: 38).

A atmosfera de excepcionalidade não se restringiu aos que, em amplo sentido, protagonizaram o invento. A fala transbordou para jovens que viveram na incipiente cidade capital daquele momento, quer na condição de estudante secundarista, como o cientista político Sérgio Abranches, quer na posição de estudante universitária,

1. Entrevistas concedidas por Sérgio Abranches e Mariza Peirano a Helena Bomeny em 2004 e 2005, respectivamente.

como a antropóloga Mariza Peirano, arquitetura em formação no momento original da UnB. Os depoimentos de ambos reforçam a ideia de um clima especial onde se integrava na universidade um número de atividades e, particularmente, um tipo de interação entre professores, estudantes, instituições de ensino médio e universitário em nada comparável ao que se observou depois na própria UnB e o que se observa hoje em nossa estrutura de ensino superior¹.

A energia que tomava conta dos que se empolgavam com o projeto da nova capital espraiava para a universidade. Como se sabe, a universidade não foi incluída de imediato no projeto JK de reinvenção do Brasil. Os mineiros, na figura de Israel Pinheiro, engenheiro e construtor de Brasília, distante do projeto intelectual ali envolvido, temiam pelo que pudesse acontecer. Afinal, seriam incontáveis os efeitos da vida associativa das organizações estudantis, da mobilização das associações organizadas, representando riscos de instabilidade da ordem estabelecida. Imagine-se o que seria da capital com operários fazendo greves e estudantes promovendo passeatas! Argumentos dessa natureza alteravam até mesmo planos urbanísticos de Lúcio Costa, quando as sugestões de espaço reservado para o *campus* eram vetadas.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955, Darcy é convidado a colaborar na elaboração das diretrizes para o setor educacional do novo governo. Trabalhou em conjunto com Anísio Teixeira. Darcy chega a mencionar que foi uma luta convencer as autoridades de que seria incabível uma cidade construída sob parâmetros tão modernos, ousada e inovadora, com pretensões de estar associada ao futuro, não receber em seu ambiente a criação da universidade como um centro de qualificação que ficasse à altura da ousadia arquitetônica que exibia. No livro *Por que construí Brasília*, JK (1998) reserva um capítulo à universidade da nova capital, mas, como bem observou Salmeron, causa estranheza o fato de um capítulo de 18 páginas com esse título ter de fato tratado da universidade em quatro parágrafos. Neles, o presidente justifica a ausência da iniciativa no momento da construção de Brasília: tão ambiciosa era a ideia de construção de uma universidade, ou melhor, de uma Cidade Universitária, capaz de converter Brasília num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país, que a

Universidade de Brasília não poderia ser concebida antes que a cidade atingisse certo estágio de construção – o de seu acabamento (Salmeron, 1999: 43).

Uma estratégia eficaz de convencimento foi tocar na vaidade de um governante que pretendia passar à história como aquele que faria cinquenta anos em cinco em clima de liberdade democrática; que levaria o país ao banquete da civilização pela liberdade. Como era possível – replicava Darcy Ribeiro – que um projeto de cidade

de tal envergadura deixasse fora a universidade? Não ficava bem para uma grande liderança, como a que JK encarnava. Problemas foram contornados, o *campus* afinal acabou sendo levado para um espaço a sete quilômetros de Brasília.

Ao lado da resistência original, outra lhe concorria com igual vigor. A Igreja católica disputava o espaço com a proposta feita por Don Helder Câmara de criação de uma universidade católica sob o argumento de que, na capital norte-americana, a mais importante universidade era católica. JK, mineiramente, não se opôs. Ao contrário, “lavou as mãos”, registra Darcy Ribeiro. Mais um obstáculo ao projeto original que seria vencido pela negociação. A Universidade de Brasília seria construída como pública e laica, mas abrigaria em seu *campus* o Instituto de Teologia Católica. No documento onde Darcy Ribeiro relata o episódio, recuperamos o argumento: levou-se ao papa João XXIII a informação de que oito universidades católicas funcionavam no Brasil, todas formando dentistas, médicos, engenheiros, farmacêuticos, sendo que, em nenhuma delas havia espaço designado à formação teológica. A UnB poderia receber qualquer sacerdote com formação básica e seriam dados a esse sacerdote os complementos de estudo para ter mestrado em teologia e doutorado em teodiceia. Receberam o sinal verde de sua santidade, com o que, finalmente, o projeto da UnB poderia ser encaminhado à votação no Congresso Nacional, no tardio dia da inauguração da nova capital... Contara para o sucesso, ainda segundo nosso interlocutor, o braço dominicano na figura do frei Mateus Rocha, o mensageiro que foi a Roma procurar o santo padre João XXIII, em companhia do geral dos dominicanos – o chamado papa branco – a quem teria feito a entrega da proposta assinada por Darcy Ribeiro. Sem qualquer documento escrito, a Igreja declinou do projeto original e consentiu na sugestão do Instituto de Teologia Católica dentro da Universidade².

Outro momento de grande expectativa registrado na documentação por Darcy Ribeiro foi o dia da renúncia do então presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. O projeto da Universidade de Brasília estava em pauta para votação; o Congresso em convulsão. Darcy descreve com detalhes as manobras que tentou junto aos políticos para incluir como primeiro ponto de pauta a aprovação do projeto de criação da universidade. Perplexos, no primeiro momento, convencidos, em seguida, possivelmente até por incertezas sobre o curso parlamentar em tal conjuntura, a UnB recebeu a votação suficiente para partir para regulamentação, o que já ocorreu no governo João Goulart, vice-presidente eleito na chapa de oposição a Jânio Quadros, que presidiu o país em sucessão a JK. Com a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, e em meio a uma crise político militar, João Goulart assume a presidência como previa a Constituição, em setembro de 1961. Da Câmara ao Senado, as negociações pela aprovação do projeto da UnB prosseguiram. A sugestão do então primeiro-ministro, Hermes de Lima, com quem Darcy se aconselhou a respeito

2. É de Darcy Ribeiro o comentário: “Quando da decisão de fazer o Instituto de Teologia, frei Mateus acabou sendo vice-reitor da UnB. Nesta ocasião, vários colegas se rebelaram contra mim com a ideia de que eu fazia uma concessão tremenda, que era inaceitável no plano ideológico e houve até quem dissesse que aquela era uma atitude oportunista e talvez até fosse...” (Ribeiro, 1978).

3. O que se seguiu foi o tumulto de uma câmara que demorou alguns minutos a perceber do que se tratava, que era fazê-los exercer suas funções, discutindo uma lei de suprema importância. Os debates foram acalorados entre a UDN, como sempre contrária aos projetos do governo, e os outros partidos, com o pendor de aprová-lo. O mais veemente discurso contrário foi o do velho Raul Pilla, ponderando que, se nossos pais e avós mandavam seus filhos estudarem em Coimbra, bem poderia o povo de Brasília mandar os seus para as antigas universidades. Sem incorrer no risco de criar aventureiramente uma universidade em uma cidade apenas nascente. Na votação, o projeto da Universidade de Brasília foi aprovado com 154 votos a favor e 50 contra (Ribeiro, 1959).

4. A discussão sobre a criação da universidade de Brasília se cruzava com um movimento que ganhava força na comunidade científica pela reforma universitária no Brasil. Uma das iniciativas veio da SBPC em uma reunião especial no Rio de Janeiro, em outubro de 1960. Os intelectuais presentes nesta reunião em boa medida se

da melhor estratégia de convencimento junto aos senadores, foi que procurasse Filinto Müller. “Tratava-se de aproximar dois extremos simbólicos – o meu de esquerdista e o de Filinto, direitista” – registra Darcy. “Não se inquieta, professor. O problema agora é meu. Breve eu lhe farei saber quando será a discussão final em plenário” – teria respondido Filinto, na lembrança recuperada por Darcy. Também ali, o projeto foi aprovado por imensa maioria, a despeito do discurso do senador Mem de Sá que chamava a atenção para a competência, a inteligência e a coerência de Darcy Ribeiro, mas também sua afinidade com a esquerda e um reconhecido comunista. A universidade – alertava o senador – seria uma universidade comunista. Finalmente, depois de três anos de negociações e controvérsias, foi aprovada a criação da universidade em dezembro de 1961³. Aprovava-se afinal a universidade pública, laica e gratuita, como rezava a cartilha dos pioneiros da educação nova transposta para a invenção do ensino superior, em troca da criação, no interior da universidade, de um instituto de teologia. Convencido do acerto do projeto, o presidente autorizou sua realização. Naquele momento, extravasou para o clima de construção do projeto universitário a atmosfera do “partir do zero”, no sentido da invenção, tal como representava para a nação, o “partir do zero” da construção da nova capital, parteira de novo país. Darcy Ribeiro seria o primeiro reitor, e Anísio Teixeira, o vice-reitor.

O espírito inovador traduziria a experiência da universidade. O tom dos missivistas (matemáticos, físicos, cientistas sociais brasileiros e norte-americanos, cineastas e fotógrafos) é de esperança e entusiasmo⁴. Em carta datada de 1960, Agostinho da Silva dá mostras do espírito que presidia a receptividade da fundação daquela universidade. Embrenharam-se na universidade com a força de quem olha para algo por se construir: “as maquetes intelectuais” construídas nos artifícios da colaboração. Poderia ser um centro de nucleação cultural, estimuladora e nova diante de estruturas tão obsoletas do ensino superior vigentes no período anterior à Reforma de 1968. A receita era clara: esperança de, finalmente, rompendo as amarras de uma tradição inerte e viciada, construir algo novo, fora da burocracia, flexível, criativa, imaginativa. Sobre uma folha em branco, o traçado da imaginação. Uma ambição ampla: a universidade funcionaria como um centro de cultura que teria influência e interlocução com a América Latina e com ex-colônias africanas em processo de independência.

Não esqueça – escrevia Agostinho da Silva a Darcy – que provavelmente Portugal não aguentará muitos anos as atuais províncias ultramarinas e que a presença cultural do Brasil vai ser nesses pontos de fundamental importância; para os territórios e para as áreas vizinhas: África sudanesa e banta, Índia, Indonésia e China. O momento de coordenar e preparar tudo isso é agora, e acho até

que antes de findar esse período governativo: seria, parece-me, uma excelente forma de lançar as atividades culturais de Brasília (Silva, 1960).

Antes da Reforma Universitária de 1968, a UnB já abandonara o regime de cátedra que vigia em todo ensino superior brasileiro. O ar de renovação impregnava toda aquela geração convocada por Darcy Ribeiro de forma apaixonada, errática e bastante informal, no “largue tudo e venha realizar seu sonho”, como matemático, físico, cineasta, artista, fotógrafo, designer, cientista social, arquiteto, linguista etc. “Se você tem um sonho, esta é a hora de apostar. Venha! E foram” – assim se expressou o matemático Elon Lajes em entrevista concedida à autora. Afinal, não era pouco: tratava-se de uma universidade participante do próprio projeto de nação, integrada nas grandes questões nacionais e, ao mesmo tempo, referência de conhecimento, inovação, criatividade, flexibilidade.

Um ano depois de criada, a UnB abria cursos em base transitória para que, posteriormente, fossem absorvidos pelos Institutos Centrais. Cursos considerados de alto padrão em direito, administração pública, economia, arquitetura e urbanismo e letras brasileiras. O destaque vinha com os cursos de pós-graduação, procurados por estudantes brasileiros e estrangeiros abrigados nas residências para alunos e professores que vinham de outros estados ou outros países. Ampliava-se assim a convocação em escala internacional com alunos de países como a Checoslováquia e o México, atraídos pelos cursos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, estimulados pela possibilidade de estágio no escritório de Oscar Niemeyer.

A UnB começou a funcionar no dia 9 abril de 1962, graças a Anísio Teixeira, que conseguiu duas coisas importantes: salas emprestadas pelo Ministério da Educação e verbas de emergência. Os primeiros cursos da foram reunidos em três grupos chamados “cursos troncos”: letras brasileiras, coordenado por Cyro dos Anjos, que deu origem ao futuro Instituto Central de Letras; administração, direito e economia, coordenado por Victor Nunes Leal, germen do Instituto Central de Ciências Humanas; arquitetura e urbanismo, iniciado por Alcides da Rocha Miranda, posteriormente dividido em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, coordenada por Oscar Niemeyer, e Instituto Central de Artes, coordenado pelo próprio Rocha Miranda.

As aulas eram dadas no Ministério da Educação. Os primeiros cursos ministrados no *campus* da Universidade foram os de arquitetura, no pequeno e modesto edifício de madeira carinhosamente chamado “Oca”, construído por Sérgio Rodrigues, edifício que ainda existe e que se reclama seja conservado como monumento histórico da Universidade de Brasília.

envolveram também na implantação da Universidade de Brasília, indicando a sintonia da criação de uma universidade com uma atmosfera crítica a respeito do modelo existente no país. Estiveram na reunião os físicos Gleb Wataghin, José Leite Lopes, Mário Schembert, José Goldemberg, Jayme Tiomno, Richard Wallauschek, Oscar Sala, Guido Beck, Lauro Nepomuceno; os matemáticos Leopoldo Nachbin, Maria Laura Leite Lopes, A. Pereira Gomes; os químicos J. Cristóvão Cardoso, Jacques Danon, Walter B. Mors, Júlio Pudles, Ricardo Ferreira, Lúcia Furtado; os geógrafos Orlando Valverde, Pinchas Geiger, Fábio M. S. Guimarães, o diplomata Wladimir Murtinho; o filósofo Euryalo Cannabrava; os biólogos Paulo Sawaya, F. Brigueur, Carlos Chagas F., W. Oswaldo Cruz, Haiti Moussatché, M. Rocha e Silva, Crodovaldo Pavan, Newton F. Maia, J. Ribeiro do Valle, S. Baeta Henriques, Annie P. Danon, Amadeu Cury, Herman Lent, Antonio Couceiro, O. Frota Pessoa, Segadas Viana, Carlos Zilberstchmidt; os médicos Arthur Moses, Paulo de Góes, M. de Freitas Amorim, Haydée G. Dourado; os escritores Cyro dos Anjos, Paulo Duarte, Afrânio Coutinho,

J. I. Mendonça, P. Madureira de Pinho; os historiadores Maria Yedda Leite Linhares, Francisco Iglésias; o crítico de arte Mário Pedrosa; os antropólogos Darcy Ribeiro, Carlos de Araújo Moreira Neto, Roberto Cardoso de Oliveira, Josidelth G. Consorte; os economistas Celso Furtado, Pompeu Acioly Borges, Ignácio Rangel; os educadores Anísio Teixeira, Almir de Castro, Jayme Abreu, Faria Goes Sobrinho, Alberto Venâncio Filho; o sociólogo Florestan Fernandes.

5. Argumento paralelo ao de outra invenção, igualmente mineira, quando da construção de Belo Horizonte no final do século XIX. A cidade planejada cartesianamente com régua e compasso viria substituir a barroca e sinuosa Ouro Preto, levando a modernidade e a racionalidade ao estado de Minas Gerais (Bomeny, 1994b).

A avaliação de Darcy Ribeiro sobre a excepcionalidade do projeto de universidade implantado na capital da República repousava ainda na forma como fora construído. Da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) a um conjunto significativo de intelectuais oriundos dos diversos campos do saber, a UnB recebia apoio para sua fundação na aposta de que se tratava de uma instituição que não era cópia de qualquer padrão estrangeiro, mas provinha do esforço concreto de repensar radicalmente a universidade. Desde as bases, ela deveria ser uma “universidade instrumento”, diferente, nas palavras de Darcy, da “universidade fruto”.

A construção da memória tem suas particularidades. E tem seus defeitos. Conta com artifícios estratégicos de seleção, inclusão, valorização, mas também, e muito fortemente, de omissão. Não chamar a atenção para uma ou outra dimensão é parte desse processo que, aprendemos com a literatura, nada tem de natural. Memória não é história, embora seja, indiscutivelmente, uma das dimensões incorporadas no trabalho historiográfico. Daí a importância de um livro como *Veredas de Brasília* (Senra, 2010) composto por um conjunto de capítulos escritos com o objetivo de percorrer o trajeto da discussão sobre a mudança da capital, bastante anterior à data fixada no governo JK. Na abertura, Nísia Trindade Lima recupera todo o debate secular a respeito da conveniência de levar o país ao interior. A análise dos projetos, os dispositivos constitucionais e os estudos cuja origem – nos lembra ela – remonta ao século XVIII estão ali perfilados. A tramitação das comissões e a atuação dos envolvidos na discussão sobre a mudança da capital, os interlocutores e as sugestões possíveis de local sustentam os demais textos desenhados a partir de recortes mais específicos. Uma reflexão sobre os impasses e obstáculos à construção de um país dividido entre litoral e sertão, divisão mais que geográfica, política, social, econômica e cultural (Lima, 1999).

Em todas as expedições, a reiteração da tese da necessidade de se encontrar o ponto ótimo a partir do qual a integração nacional fosse efetivada. A desafiar os atores a geopolítica na construção de um ideário de comunicação nacional, de construção do ideal de nação ligada em toda sua extensão continental⁵.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) proporcionou a realização de expedições, estudos, debates e produção de dados sobre possibilidades e riscos de opções concorrentes à eleição do espaço para a nova capital. O discurso político em torno da mudança da capital e do esforço monumental de uma produção de tal envergadura em cinco anos consagrou no senso comum a ideia de um fazer “a partir do zero”. O livro (Senra, 2010) foi uma resposta crítica a essa presunção. Cumpriu a intenção de mostrar o quanto havia sido pavimentado para que fosse possível a

concretização, em prazo tão exíguo, de obra gigantesca. Um esforço que mobilizou o trânsito de milhares de trabalhadores, sobretudo os que deixaram as agruras do Nordeste em busca do novo, da oportunidade de encontrar um lugar que, por eles construído, poderia ser por eles habitado como cidadãos legítimos. Um longo percurso até 1953 pautou de forma mais sistemática o projeto de mudança da capital e a decisão pelo lugar onde se situaria. Ou seja, a aprovação do local em 1953 guarda uma história anterior, recuperada, tratada, exposta em toda sua complexidade.

A importância da publicação do IBGE (Senra, 2010) consiste na ampliação do escopo daquilo que deve ser selecionado como parte da recuperação histórico-sociológica de um evento como o da mudança da capital. 1948 é marco; 1953, igualmente. Mas, os textos iniciais do livro já mostraram: há muita água embaixo dessa ponte, entre o Brasil do sertão e o Brasil do litoral como ficou configurada a ligação feita pela nova capital.

O mesmo contraponto precisa alcançar a utopia de universidade. Desenhada com as linhas da imaginação e da paixão por perfeição, é confrontada com a rotina que demanda providências, ação continuada, cumprimento de promessas. Sobretudo, exige regularidade e previsibilidade. Duas condições estranhas ao voo da imaginação que convocou os integrantes a embarcarem na viagem intelectual que daria sentido às suas vidas.

Tempo II: a utopia chega ao gabinete

Duas correspondências condensam a mensagem que proponho para esse segundo tempo de análise. Ambas das áreas das ciências exatas: a do matemático Alexandre Augusto Martins Rodrigues e a do físico Roberto Salmeron, autor de um dos livros mais importantes sobre a experiência da UnB (Salmeron, 1999). O matemático Alexandre Augusto Martins Rodrigues, em carta a Darcy Ribeiro, datada de 2 de outubro de 1963, já quebrava o som unísono do romantismo universitário. Afinal, saímos das maquetes e adentramos os gabinetes! Em sua avaliação, a universidade não havia se esforçado o bastante para trazer para a UnB os melhores matemáticos brasileiros. Entre as razões que o atraíram para a universidade predominou a convicção de que aquela aventura consistia em um projeto sério de formação superior qualificada com cientistas e técnicos de alto nível do país. No entanto, prossegue:

Não me cabe a tarefa de planejar, organizar e convidar professores do futuro Instituto de Matemática, pois para isso designou a Universidade um coordenador. Presentemente conta o Departamento

6. Em 26 de fevereiro de 1962, o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília cria a universidade cuja estrutura básica são os institutos centrais e as faculdades. Surge o Instituto Central de Matemática, cujo primeiro curso foi de pós-graduação em matemática coordenado por Leopoldo Nachbin. Elon Lages o substituiu na coordenação logo após, em virtude de viagem de Nachbin ao exterior. Lages foi responsável pelo convite aos matemáticos Geraldo Ávila e Djairo Guedes de Figueiredo, recém-chegados do doutorado em Nova York, trazendo quatro instrutores que faziam disciplinas no mestrado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Em abril de 1962, iniciam-se as aulas no Instituto Central de Matemática na UnB.

de Matemática com dois únicos professores. Julgo que em nenhuma ocasião fez-se tentativa realmente séria de para cá trazer os matemáticos brasileiros mais qualificados. Djairo, Geraldo e eu não fomos convidados, oferecemo-nos para vir. Os instrutores foram atraídos por Djairo e Geraldo... (Rodrigues, 1963)⁶.

Ele não acredita que sua colaboração com o Departamento seja efetiva.

Anuncia sua pretensão de voltar a São Paulo. Ao longo de 1964, acreditava, o instituto poderia ser fortalecido com a volta dos brasileiros que estavam no exterior se aperfeiçoando e, em 1965, a UnB poderia contar mais efetivamente com a presença desses profissionais para a consolidação do instituto. Essa carta, no entanto, tem antecedentes no interior das relações entre professores do Departamento de Matemática. A Leopoldo Nachbin (1922-1993), considerado o mais representativo matemático brasileiro, notabilizado como membro fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) – duas referências de excelência no campo das ciências brasileiras –, foi atribuída a coordenação do que viria a se constituir como o Instituto de Ciência Matemática (ICM). O teor da correspondência sinaliza o tipo de tensão, disputa e frágil consolidação que campeavam nesta fase original da criação dos centros de referência dentro da universidade.

Em carta datada de 22 de setembro de 1963, dez dias antes da missiva que Alexandre Rodrigues dirigiu a Darcy Ribeiro, Nachbin manifesta sua dura crítica à decisão dos professores Djairo (Guedes de Figueiredo) e Geraldo (Severo de Souza Ávila) de deixarem a UnB, não querendo

dar agora um número grande e contínuo de anos de seus esforços ajudando outros jovens brasileiros a encontrarem o rumo certo em suas carreiras matemáticas. Ambos foram muito ajudados [prossegue Nachbin]. Imediatamente após terem terminado seus cursos no Brasil, gozaram quatro anos consecutivos de bolsas nos EEUU (1957-1961), dentro de um programa especial do CNPq proposto por mim, em 1956, ao tempo em que fui diretor do Setor de Pesquisas Matemáticas do CNPq. Candidataram-se em 1962, um ano apenas após terem regressado ao Brasil, a bolsas da Fundação Guggenheim. Achei isso prematuro: disse a ambos. Ouvido pela Guggenheim, dei parecer vivamente favorável à concessão dessas duas bolsas; mas apelei insistentemente junto a eles, para que ficassem quatro anos no Brasil, até 1965, ajudando os nossos jovens, enquanto outros brasileiros completavam o PhD em Matemática, regressando ao Brasil (Nachbin, 1963).

Questão delicada considerada pelo missivista incompatível com a atitude de um profissional que havia recebido grande apoio do Brasil em sua formação, não se sentindo no dever de ajudar o país, em gesto de reciprocidade e responsabilidade. E o fato de, já em 1962, ter se candidatado à bolsa no exterior indicaria sua disposição planejada de abandonar o projeto do Departamento na UnB. Insatisfações no interior do campo profissional são registradas na correspondência em fase de dupla formação: a da própria universidade e a dos profissionais que se firmavam como intelectuais e cientistas em momentos distintos da formação acadêmica. A rotina exibía incongruências, vantagens consideradas indevidas e responsabilidades não assumidas, revelando diferenças e disputas no interior do grupo, processo que não escapou ao sociólogo Pierre Bourdieu quando formulou o conceito de *campo intelectual* como território de concorrência e disputa entre iguais.

A rotina de contratações, a formalização e a efetivação dos convites encontravam os embaraços para os quais o projeto original não havia se preparado para enfrentar. Há cartas de professores que se queixam do descompasso entre os esforços feitos para motivar jovens profissionais por aquela que seria a experiência universitária inovadora em um local distante dos grandes centros, mas aberto aos que se dispusessem a trabalhar e construir suas próprias áreas de especialização e o silêncio da administração central em efetivamente concretizar as contratações. Professores que teriam de se decidir por Brasília, renunciando a possibilidades de trabalho em centros de excelência, como a Universidade de São Paulo ou em algum centro internacional, cobravam informações precisas sobre condições de contrato, moradia, salário, apoio para trazer a família e fixar residência na capital federal. Este momento intermediário entre o ciclo fundador e o início da institucionalização é marcado na documentação por manifestações de descontentamento pela falta de segurança, de informação e de previsão a respeito de seus próprios envolvimento como profissionais da universidade. O tempo da imaginação encontrava resistência nas rotinas de gabinete. Anísio Teixeira, reitor da UnB, era o alvo das sondagens e das perguntas dirigidas pelos interessados em compor a equipe de professores universitários.

À altura do funcionamento da universidade, Darcy Ribeiro já estava em outra ocupação. Foi ministro da Educação durante o regime parlamentarista do governo João Goulart, entre 18 de setembro de 1962 e 24 de janeiro de 1963, e chefe da Casa Civil, entre 18 de junho de 1963 e 31 de março de 1964. Ocupava o governo, se mantinha em Brasília, não mais à frente da universidade, tendo assumido a reitoria seu parceiro de antes, Anísio Teixeira. As cartas são dirigidas a Darcy e naturalmente que deveriam mesmo ser a ele dirigidas. Foi afinal quem convocou as mentes brilhantes para compor o quadro da universidade inovadora, para inventar o espaço da

criação, da liberdade de pensamento e do avanço científico em todas as áreas. Mas quem acompanha a trajetória de Darcy Ribeiro toma contato com o impulso incontável pela invenção de projetos, pela defesa de causas, pela imaginação incontida no sentido de alterar rotinas consideradas tradicionais ou obsoletas – a Universidade de Brasília talvez tenha sido um dos mais fortes exemplos. Ela teria como missão virar a página da tradição universitária brasileira considerada emperrada, pesada, azeitada com procedimentos escorados em privilégios em vez de estímulo à incorporação de ideias, pessoas e projetos novos. Darcy encarna em sua figura pública o dilema sociológico implicado na institucionalização de procedimentos, o que supõe permanência, planejamento, transparência, antecipação de providências, cálculo para estabelecimento dos passos esperados na constituição das rotinas. A continuidade de gabinete soa empobrecimento e provoca impaciência em uma personalidade tão independente e ambiciosa quanto a do intelectual engajado em causas e avesso aos vícios do dia a dia. Além disso, as cidades são e serão sempre “artefatos culturais inacabados” porque são obras que transitam por gerações e gerações (Madeira, 2013). Criam e sofrem os efeitos do tempo, das vontades, das conjunturas e das forças nem sempre consonantes. A interrupção violenta com o Golpe de 1964 e o recrudescimento da repressão que a ele se sucedeu acabaram fortalecendo os impasses esperados em todos os processos de tamanha complexidade como a que implicava a montagem de uma universidade como a que se previa.

Tempo III: a distopia de nação refaz a universidade

No dia 9 de abril de 1964, nove dias depois do golpe de Estado, tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais invadiram o *campus* da universidade, com manobras que davam a impressão de estarem tomando uma fortaleza. Foram transportadas por 14 ônibus e acompanhadas de três ambulâncias, demonstração óbvia de que esperavam resistência armada. Os invasores ficaram surpresos ao constatar o ambiente de trabalho que encontraram... (Salmeron, 2015).

O Golpe de 1964 trouxe anos difíceis para a UnB. Mais perto, no epicentro do poder, a instituição foi das mais atingidas pela ação da repressão. Perseguição a professores e a estudantes acabou sendo rotina, alterando a vida universitária de forma aguda. A primeira invasão aconteceu em 9 de abril de 1964. O reitor e o vice-reitor, Anísio Teixeira e Almir de Castro, respectivamente, foram surpreendidos por tropas do Exército e por policiais de Minas Gerais. Há informações de que os militares invadiram salas de aula, revistaram estudantes, buscavam armas e materiais de propaganda subversiva; procuravam 12 professores que deveriam

ser detidos e interrogados; interditaram a biblioteca e as salas de trabalho dos professores. Depois desta invasão, Tanto Anísio Teixeira como Almir de Castro foram demitidos. O governo militar nomeou para reitor *pro tempore*, o professor de medicina veterinária da USP, Zeferino Vaz, cujo mandato foi de 13 de abril de 1964 a 25 de agosto de 1965.

Mas, a despeito dos atos decorridos em função do Golpe de 1964, a Universidade de Brasília manteve ainda a aura de universidade experimento para onde olhares e interesses se voltavam como campo possível à inovação. Roberto Salmeron faz menção ao número expressivo de professores que o procuravam interessados em integrarem o corpo docente da universidade. Mesmo com a nomeação pelos militares de Zeferino Vaz, prevalecia a convicção de que aquele era um espaço destacado pela maneira como fora concebido, pelas ousadias ali ensaiadas e pelos desafios que anunciava para enfrentar a burocratização e o excessivo formalismo. Mas os sinais de repressão foram ficando mais e mais acentuados com uma caça ao que fosse identificado como vestígio de comunismo – o que poderia ser encontrado em diversos espaços por distintos indícios. Um dos primeiros atos do reitor foi demitir nove professores: José Albertino Rosário Rodrigues, Perseu Abramo (setor de sociologia); Edgard de Albuquerque Graeff, Eustáquio Toledo Machado Filho e José Zanini Caldas (curso de arquitetura e artes); Francisco Heron de Alencar (Departamento de Letras); Jairo Simões (direito); Lincoln Ribeiro e Ruy Mauro de Araújo Marini (política).

De abril de 1964 a outubro de 1965, a universidade foi sendo progressivamente encurralada por medidas crescentes de repressão. O fato de estar situada no epicentro do poder facultou muitas das ações intervencionistas no *campus*. Ainda que conferido pelos professores um “voto de confiança” aos dois reitores interventores nomeados, Zeferino Vaz e seu sucessor Laerte Ramos de Carvalho pela manifestação inicial de preservar o projeto original da universidade, os desdobramentos de ambas as gestões foram recrudescidos pela onda repressiva que assolava a vida política do país⁷. As consequências sobre a comunidade universitária foram duras com perseguições, demissões, com devolução de professores a cargos administrativos que exerceram anteriormente, forma de impedir sua função de magistério, caça a indícios de subversão (Cunha, 2007).

O ano de 1965 registrou mais uma invasão. Setembro foi marcado por uma greve do corpo docente por 24 horas. Uma greve em resposta à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, sob a alegação de “conveniência da administração”. Já estava em vigor a reitoria de Laerte Ramos de Carvalho, nomeado em 25 de agosto de 1965, com mandato estendido

7. No documento citado anteriormente em que Darcy Ribeiro concede entrevista aos pesquisadores (Ribeiro, 1978c), há uma avaliação feita por ele bastante desigual com relação aos dois reitores que a universidade recebeu pós-64. Embora faça menção ao conservadorismo de Zeferino Vaz, acentuou sua competência em manter a universidade e protegê-la da destruição, ao contrário da referência bastante negativa que destinou a Laerte Ramos de Carvalho nos termos adjetivados e cortantes que caracterizaram as falas de Darcy.

a 3 de novembro de 1967. Instaurou-se o clima de apreensão continuada entre os que ficaram sob vigilância, à espreita de ações arbitrárias. Laerte Ramos de Carvalho, diante da movimentação que incluía professores e estudantes, solicitou envio de tropas militares ao *campus* da universidade dando lugar à segunda invasão, na madrugada de 11 de outubro de 1965. A ação militar impedia a entrada e saída do *campus*, bloqueava ainda a entrada nos laboratórios para prosseguimento de atividades de pesquisa ali em andamento. Quinze dias depois, o reitor demitiu 15 professores, atribuindo a eles a responsabilidade pelo clima de subversão da ordem. As demissões foram justificadas como “medida disciplinar”. Entre os demitidos estava Sepúlveda Pertence, mais tarde, presidente do Supremo Tribunal Federal. Em reação a esta medida, 223 dos 305 professores da universidade demitiram-se. Assim descreveu Roberto Salmeron: “Chegara o momento em que devíamos escolher com lucidez entre somente duas alternativas: aceitar as interferências externas ou recusá-las”. Cerca de 80% dos professores decidiram recusar. Em 18 de outubro, a universidade que acabara de nascer perdia a maior parte dos cérebros selecionados para construir a instituição de vanguarda idealizada por Darcy Ribeiro. As ações de repressão que atingiram a Universidade de Brasília foram bem dimensionadas por Rodrigo Patto Sá Motta:

O tratamento violento dispensado à UnB explica-se pela imagem que a jovem universidade (fundada em 1962) tinha nos meios conservadores. Ela era considerada um antro de comunistas reunidos pelo marxista Darcy Ribeiro, um de seus fundadores, com o objetivo de desencaminhar a juventude brasileira. De fato, entre os professores contratados pela UnB, havia gente de esquerda, incluindo alguns intelectuais ligados ao PCB, como Oscar Niemeyer, Claudio Santoro e Fritz Teixeira de Salles, por exemplo. Porém, para os defensores do projeto da universidade, a presença de professores de esquerda era coincidência, e não fruto de um plano perverso. Haveria uma convergência entre os fatores juventude, simpatia por reformas sociais e entusiasmo pelo projeto acadêmico arrojado da UnB. De qualquer forma, a imagem de ninho de subversão era francamente exagerada, pois a maioria dos professores não tinha militância política. Os receios que a UnB gerava deviam-se, em parte, à ousadia e à audácia do seu projeto, pois fora planejada para servir de ponta de lança para a reforma das universidades brasileiras (Sá Motta, 2014: 32).

No entanto, o ano de 1968 estava por vir. E com este ano, emblemático na história política brasileira, veio igualmente a Reforma Universitária que mobilizou os principais ambientes universitários do país com estudantes e professores em discussão permanente sobre o modelo que deveria presidir a vida universitária brasileira. A experiência da Universidade de Brasília foi precursora do que viria, em muitas di-

mensões, se institucionalizar com a Reforma de 68. Uma reforma que ficou marcada pela forma como foi implantada. Sob o regime militar e em cenário cada vez mais opressor, ela perdeu muito do que a animava e até mesmo do que a justificava antes mesmo do golpe de 1964 (ver Bomeny, 1994a).

O ambiente político se polarizava em todo o país. A alta do preço da comida no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro, anunciada para o dia 28 de março de 1968, provocou o protesto dos estudantes e a organização de uma passeata relâmpago. Ao reagir à ação dos militares, estudantes se abrigaram no restaurante e responderam à repressão arremessando paus e pedras, levando os militares a recuarem. O retorno das forças policiais recrudescer o confronto levando à morte um dos estudantes: Edson Luís de Lima Souto. O movimento ultrapassou o Rio e alcançou estudantes da UnB. Reunidos na praça localizada entre a Faculdade de Educação e a quadra de basquete, três mil estudantes protestavam com palavras de ordem contra a repressão continuada que fez como vítima o jovem estudante no Rio de Janeiro. Esse foi o estopim para o decreto da prisão de sete universitários, entre eles, o líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães, morto pela repressão em 1971.

O episódio da morte de Edson Luís no Rio de Janeiro já foi objeto de várias pesquisas no âmbito do regime autoritário no Brasil. Foi mesmo considerada como detonadora do movimento estudantil que àquela altura passava por ligeiro descenso, abalado pelas ações de repressão aos estudantes, fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) pelas forças da repressão. O movimento retomou fôlego movido por sentimento de protesto contra a morte do estudante provocada pela invasão da polícia e do confronto no interior do Calabouço. O corpo do estudante foi levado para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi velado por uma multidão que acompanhou o cortejo fúnebre tomando ruas e reunindo milhares de pessoas.

Com a posse do professor, doutor em física e oficial da Marinha, José Carlos de Almeida Azevedo, em maio de 1976, as manifestações recomeçaram na UnB. Um ano após a mudança na reitoria, multiplicaram-se os protestos de alunos contra a má qualidade do ensino, a ociosidade nos laboratórios e a falta de professores. A crise política da UnB ultrapassou os limites do *campus*. O Senado criou uma comissão para interferir no conflito. Cerca de 150 professores entraram como mediadores entre a reitoria e os estudantes. Novamente, em seis de junho de 1977, tropas militares invadiram a UnB, prenderam estudantes e intimaram professores e funcionários. Desta vez, o estopim foi a greve que estudantes e professores declararam para dar um fim às agressões que sofriam. “Foi uma luta pela dignidade da UnB, para dizer

que aqui não aceitaríamos mais esse tratamento”, explica Antônio Ramaiana Ribeiro (2009), engenheiro, formado pela UnB, autor do livro *UnB 1977: O Início do Fim*. Ao se valer de documentos, fotos e matérias que saíram na imprensa, Ramaiana Ribeiro relata a reorganização do movimento estudantil desde 1976. A eclosão do movimento veio com um manifesto: o Dia Nacional de Luta contra Prisões Arbitrárias, em 19 de maio de 1977. Descreve a atmosfera que inspirou o livro como cenário de repressão, tendo o “capitão de mar e guerra José Carlos Azevedo” à frente da reitoria. A punição dos estudantes por participarem do protesto resultou na greve dos alunos exigindo o fim das punições e a saída do reitor. Quatro meses de paralisação e repercussão no noticiário nacional foram responsáveis pela classificação do movimento como um dos mais importantes desde 1968.

As invasões só acabaram com o início da abertura política no Brasil. Em 1979, o Congresso aprovou a Lei de Anistia que perdoou os crimes políticos cometidos desde 1961. A democracia na universidade é retomada em 1984, com a eleição do reitor Cristovam Buarque.

Epílogo

Só muito lentamente, ao longo de sofridas décadas, essa nossa Universidade de Brasília começa a renascer. Isso se dá pelo trabalho recôndito, silente, daqueles que se fizeram aqui o sal de sua carne. Retomaram nosso ideal de implantar nesta cidade-capital do Brasil uma comunidade autônoma e independente de sábios capazes de operar em duas órbitas. A de dominar todo o saber humano, para ganhar existência própria dentro da comunidade científica mundial, tarefa indispensável para que o Brasil realize as suas potencialidades. E também a de acercar-se ao nosso povo mais humilhado e oprimido para buscar os caminhos de sua libertação e prosperidade (Darcy Ribeiro, 15 de março de 1995).

O sonho de uma universidade modelo nasceu como resposta ao diagnóstico crítico que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro compartilharam a respeito do sistema universitário brasileiro. Projeto ambicioso, pensado no momento efervescente da construção da nova capital, quando estiveram em pauta esforços de convencimento a respeito da construção de um plano de integração do Brasil Central. A despeito de todas as reações desconfiadas sobre o acerto de uma decisão de tal magnitude, e do sucesso que se poderia esperar de um desenvolvimento pelo interior, a capital foi tomando forma, e com ela, o que seria uma universidade modelo, nascida da experiência e do desejo de reparação do destino de outra iniciativa, resgatada pela memória como de igual vigor, interrompida pela força do autoritarismo. A Universidade de Brasília teria a marca de um experimento de ensino superior pensado no contexto de re-

formulação da educação básica, da democratização do ensino com a campanha em defesa da universalização da educação pública gratuita, leiga e de tempo integral à população em idade escolar, independentemente de *status* social e da situação econômica. A UnB nascia no contexto de extensão do movimento da Escola Nova, da mesma maneira que a Universidade do Distrito Federal (UDF), na década de 1930, havia sido concebida na atmosfera da inovação, da descentralização, da democratização do ensino superior. Os ataques desferidos contra ela no regime militar são uma evidência do quanto se mostrava diferente do usualmente conhecido como estrutura universitária em nosso país. A utopia democrática invadira a universidade; a intolerância autoritária impôs-lhe o cerceamento à liberdade e à flexibilidade que foram suas marcas de nascimento. Entre um e outro processo, a rotina institucional retirou-lhe o brilho do entusiasmo que capturou o interesse e a disposição de profissionais que se deslocaram dos mais distantes centros em nome da fundação de algo completamente novo. Darcy Ribeiro manteve a convicção do espírito que presidira a criação da universidade sempre que a ela se referia. Em 1990, com a publicação de *Testemunho*, trouxe para o leitor a memória de uma homenagem recebida em 1979 com o título de “Doutor *honoris causa*”, concedido pela Sorbonne. Deixa registrado o desafio que foi escrever um discurso para ser pronunciado na ocasião. Pois está lá a convicção do que deveria distinguir o projeto da Universidade de Brasília frente às experiências mais convencionalmente instituídas:

O desafio foi quase paralisante. De fato, nunca tive tanta dificuldade de escrever um discurso. Dois eram os obstáculos. Por um lado, não queria fazer o elogio da Sorbonne em seu papel de suposta avó das universidades ou de mãe fecunda da cultura ocidental. Tenho planejado a universidade de Brasília, repensando a universidade desde a raiz, não podia cair em basbaquices. A outra dificuldade era não fazer elogio da antropologia francesa, especialmente de Lévi-Strauss, tão admirado e papagaiado por toda parte, principalmente aqui, por uma antropologia desumana, insensata e infiel... (Ribeiro, 1990: 13 apud Coelho, 2009: 94).

O caráter de balão de ensaio deixou marcas. A universidade anteciperia a Reforma de 1968, sobretudo no artigo que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, havia mantido por resistência daqueles que perderiam com a alteração: o sistema de cátedra que acarretava tantas críticas, e que foi matéria de inúmeras manifestações ao longo da década de 1950 e início da de 1960. A UnB, portanto, inovava em sua exceção. Já fora concebida sem a admissão de catedráticos. A aposta dos idealizadores, sobretudo de Darcy Ribeiro, foi que ela não seria domesticável nem pela tradição que enrijecia e mantinha privilégios a uns poucos, nem pelo sistema regressivo e repressivo que se montou com o regime militar. Teria o mito fundador de sua existência força inspiradora para interpelar criticamente o

inevitável e decorrente processo de institucionalização em suas rotinas nem sempre mantidas à luz da criatividade e da autonomia? Esta talvez seja a questão sociológica permanente a provocar a imaginação daqueles que se empenham na avaliação distanciada do sistema universitário.

Abstract: The article deals with the foundation of the University of Brasilia and Darcy Ribeiro's impact in it. It identifies three moments in the history of the University, corresponding to three different timings in the University's trajectory: utopia times, bureaucracy times, and dystopia times.

Keywords: Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro

Referências

BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

———. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 26, p.51-65, Out. 1994a.

———. *Guardiões da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora UFRJ; Tempo Brasileiro, 1994b.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Ideias e intelectuais: modos de usar. *Lua Nova*, n. 54, 2001.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 18-31, Out. 2007.

COELHO, Haydée Ribeiro. Darcy Ribeiro e outros atores: interseções no diálogo França-Brasil. *O eixo e a Roda*, v. 18, n. 1. Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, Luiz Antonio. *Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1998.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; Universidade Cândido Mendes; Revan, 1999.

MADEIRA, Angélica. *Itinerância dos artistas. A construção do campo das artes visuais em Brasília 1958-2008*. Brasília: Editora UnB, 2013.

MAIA, João Marcelo. "As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central". *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3, p. 621- 655, 2010.

MOURA, Flávio. Mário Pedrosa e o neoconcretismo: a centralidade de um projeto crítico. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 99. São Paulo, Jul. 2014; Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000200008>>.

NACHBIN, Leopoldo, Carta a Darcy Ribeiro em 22 Set. 1963. Documento do Acervo Darcy e Berta Ribeiro. Memorial Darcy Ribeiro/Fundar. Universidade de Brasília, Brasília [Nachbin, DR id/1959.08.06, v.4/3. P.1], 1963.

OLIVEIRA, Francisco de. Intelectuais, conhecimento e espaço público. Conferência de abertura da 24ª Reunião Anual da Anped. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, p. 125-132, Set.-Dez. 2001.

OLIVEIRA, Marcio de. O Iseb e a construção de Brasília: correspondências míticas. *Sociedade e Estado*. v. 21, p. 487-512, Maio/Ago. 2006.

RAMAIANA RIBEIRO, Antônio. *UnB 1977: o início do fim*. Brasília: Paralelo 15, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990.

———. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

———. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978b.

———. Entrevista com o professor Darcy Ribeiro. Entrevistadores: Tjerk G. Franken, Maria Clara Mariani, Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, Maria Tereza Lopes e Carla Costa. Documento do Acervo Darcy e Berta Ribeiro. Brasília: Memorial Darcy Ribeiro/Fundar, [DR/Ribeiro, D; pi/ 1978.02.15; 78pp], 1978c.

———. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

———. Documento do Acervo Darcy e Berta Ribeiro. Memorial Darcy Ribeiro/Fundar, [DR/Ribeiro, D; id/1959.08.06, v.9/4, p.6], 1959.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e política no Brasil pós-1960: itinerários da brasilidade. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e Estado*, p. 229-262. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

———. Intelectuais e romantismo revolucionário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 13-19, 2001.

RODRIGUES, Alexandre Augusto Martins. Carta a Darcy Ribeiro, 2 Out. 1963. Documento do Acervo Darcy e Berta Ribeiro. Brasília: Memorial Darcy Ribeiro/Fundar, 1963.

SALMERON, Roberto. Discurso proferido ao receber o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 19 Out. 2005.

———. *A universidade interrompida*. Brasília: Editora UnB, 1999.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

———. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SILVA, Agostinho. Carta a Darcy Ribeiro, datada de Salvador, 27 Maio 1960. Documento do Acervo Darcy e Berta Ribeiro. Brasília: Memorial Darcy Ribeiro/Fundar, 1960.

SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Brasília; Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

VILLAS BÔAS, Gláucia K. Os dois lados do concretismo. In: REINHEIMER, Patrícia; SANT’ANNA, Sabrina Parracho (Orgs.). *Reflexões sobre arte e cultura material*, p. 73-88. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2013.

A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília

Recebido: 11.11.16

Aprovado: 30.01.17

Sadi Dal Rosso
& Raphael Lana Seabra*

Resumo: Propõe-se, neste artigo, analisar a contribuição da produção social de quatro intelectuais que trabalharam nos primórdios da Universidade de Brasília com relação à teoria marxista da dependência. São utilizados textos e memoriais produzidos à época e duas entrevistas realizadas recentemente, além da bibliografia sobre o assunto. Encontrou-se evidência de que a Universidade de Brasília foi lugar de embate teórico travado entre funcionalismo e marxismo, da necessidade de fundamentar a produção analítica dos intelectuais com o aporte metodológico e teórico do marxismo, da realização da crítica sobre a concepção da relação entre países que fazem parte do sistema mundial como desenvolvidos e subdesenvolvidos, sem com isso envolver uma relação de exploração, embora se tenha encontrado nos textos referências e raízes de elementos da teoria da dependência, tal como o mecanismo da exploração redobrada pela burguesia nacional e pelo capital internacional. O artigo destaca a formação militante de pelo menos três dos quatro intelectuais nas fileiras da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) e sua influência sobre a atuação política e a necessidade da revolução socialista.

Palavras-chave: teoria marxista da dependência, desenvolvimento, subdesenvolvimento, império, Universidade de Brasília.

Introdução

A teoria da dependência ocupa espaço de relevância no debate acadêmico brasileiro, latino-americano e mundial desde sua formulação, há quase meio século. Nas duas últimas décadas, é notável no meio universitário o resgate e a divulgação de obras de seus principais autores, como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank¹. Tal retomada da teoria da dependência abre um novo marco de reconsideração e interpretação de seus principais elementos teóricos e analíticos para o estudo do desenvolvimento capitalista. Veem-se cada vez mais trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos e livros assumirem proposições teóricas da dependência como elementos de base para a análise sociológica contemporânea.

Na maioria dos trabalhos sobre a teoria da dependência, enfatiza-se seu desenvolvimento chileno, mais especificamente no Centro de Estudos Socioeconômicos

* Sadi Dal Rosso é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. <sadidalrosso@gmail.com>. Raphael Lana Seabra é doutor em sociologia pela Universidade de Brasília e autor/organizador de *Dependência e Marxismo: contribuição ao debate crítico latino-americano*. <raphaelseabra@hotmail.com>.

1. Um importante marco para este resgate e reavaliação foi a publicação de *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, sob a organização Emir Sader, em 2000.

(Ceso) da Universidade do Chile, e posteriormente no México, momento em que esta contribuição alcançou maior visibilidade nas ciências sociais mundiais (Palma, 1987; Kay, 1989; Larrain, 1998). Ora, na trajetória histórica da teoria da dependência, ocorreu um momento em que importantes nomes responsáveis pela teoria encontraram-se e conviveram durante praticamente dois anos na Universidade de Brasília. Donde emerge a pergunta sobre o papel que teria preenchido – se houve algum – a presença desses intelectuais nessa universidade no processo de construção daquela teoria. Este aspecto dos estudos sobre a teoria da dependência ainda não foi explorado por pesquisadores sociais, tanto quanto está ao alcance de nosso conhecimento, de modo que se converte em interessante objeto de investigação. A publicação de um dossiê sobre os caminhos percorridos pela sociologia na Universidade de Brasília através da revista *Sociedade e Estado* oferece a oportunidade para esquadrinhar a trajetória da pesquisa sobre tal questão.

Nosso entendimento provisório é de que seria muito difícil imaginar que quatro intelectuais do porte dos integrantes da teoria da dependência ter-se-iam encontrado e convivido durante dois anos sem que nada tivessem aportado à formulação teórica das relações entre países centrais e periféricos, ainda que de forma embrionária. Seriam ideias, propostas, análises e interpretações tais como raízes de uma formulação sistemática que se consolida posteriormente, em períodos mais longos de permanência no Chile e no México, junto a um coletivo de colaboradores muito mais expressivo e diversificado. Tal qual uma árvore não pode ser impunemente podada de suas raízes, assim também uma formulação teórica.

O objetivo principal deste artigo é, pois, contribuir para o conhecimento dessas raízes durante o curto período de dois anos durante os quais estes jovens intelectuais estiveram na Universidade de Brasília. Para tal empreitada lançamos mão de elementos desenvolvidos durante sua permanência na Universidade de Brasília e que podem ser encontrados sob a forma de livros, artigos, teses de mestrado, memoriais escritos pelos próprios autores e duas entrevistas realizadas, uma com Theotônio dos Santos, outra com Vânia Bambirra. Como alguns desses materiais não estão inteiramente disponíveis – a tese de mestrado de Ruy Mauro Marini teria sido destruída durante a invasão militar da UnB, em 1964, bem como artigos redigidos para revistas de circulação de massa, jornais e panfletos não estão disponíveis –, nosso artigo assume um caráter de estudo inicial sobre o tema, podendo ser modificado à medida que novos elementos sejam descobertos. Além dessas primárias fontes mencionadas, já existe uma bibliografia relativamente extensa e crescente em número sobre a história da teoria marxista da dependência, a qual incide sobre o período anterior e posterior à passagem, nada porém sobre a estada do “grupo dos quatro” na Universidade de Brasília, representando um vazio de conhecimento.

Antes de dar início ao objeto do artigo propriamente dito, fazemos menção a aspectos do contexto social em que ocorreu a participação dos formuladores da teoria da dependência na Universidade de Brasília. Um deles é de caráter mais pessoal e individual, como é o caso da juventude de nossos sujeitos, que permite uma inserção na relação entre sujeito e estrutura. Em segundo lugar, o projeto da Universidade de Brasília, que é de caráter mais institucional e político, e, por último, o contexto sociopolítico nacional e internacional no qual estão imersos os autores e o Brasil como um todo, novamente propiciando uma entrada na relação dos sujeitos com a história em formação.

A formação de uma sociologia militante: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária e a Universidade de Brasília

Que a teoria marxista da dependência tenha iniciado seu desenvolvimento no Brasil não foi fruto do acaso, sobretudo se levarmos em conta que as principais referências desta corrente ainda são o “grupo dos quatro”. Deste modo, é importante levantar três fontes determinantes para sua formação no país: a primeira deve-se ao ambiente político e intelectualmente instigante de combate às concepções liberais, que abriram espaço para o debate público sobre a modernização e o desenvolvimento, cujo centro irradiador era Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), fundado durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, em 1955; a segunda, o aprofundamento das críticas provenientes de círculos intelectuais radicais aos partidos que até então polarizaram as esquerdas no país, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o desgosto com a crise do movimento comunista internacional devido ao informe de Nikita Krushev sobre os crimes de Stalin e o impacto causado pela Revolução Cubana de 1959; por fim, como país de maior desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina, suas contradições se apresentaram mais rapidamente e mais profundas ao final dos anos 1950, fatos que levaram à ruptura do regime democrático e a instauração da ditadura militar como novo modelo de dominação burguesa na década seguinte. Essas condições geraram uma fecunda luta político-ideológica que buscou superar os esquemas teóricos até então hegemônicos, como também conduziram à gestação de novas organizações políticas de esquerda.

Neste contexto, surge a *Esquerda Revolucionária*, definição que abrange o conjunto de grupos ou organizações que, em resposta ao reformismo do PCB e do PTB, adotam como denominador comum o caminho da insurreição como única via para a revolução. Rompe-se a tese política de conciliação com as frações industriais da

burguesia e reivindica-se a plena autonomia organizativa e política do movimento proletário frente à burguesia. A maioria dos grupos, organizações e partidos da *Esquerda Revolucionária* postulavam a falta de vocação revolucionária da burguesia brasileira. Não havia caminho gradual e pacífico para o socialismo (Bambirra, 1972; Reis Filho, 2007). Todavia, existia nessas organizações diferenças substanciais em relação à definição da natureza da revolução, o modo de conceber as formas de insurreição, como também o sujeito da revolução².

2. Não é possível repassar em detalhes as características de cada organização, assim, consideramos válida a divisão estabelecida por Bambirra (1972, p. 52-71) em pró-chineses, foquistas e a nova esquerda. A Política Operária situa-se na última vertente.

A tarefa de fazer circular a imperiosidade de renovação do campo de esquerda e de articular esse campo no sentido da construção de uma alternativa foi dirigida pelo militante austríaco Eric Sachs³ desde a publicação, em 1959, da revista *O Movimento Socialista*. Essa publicação obteve certa repercussão, atraindo grupos dissidentes do trabalhismo em Minas Gerais, o grupo luxemburguista Liga Socialista Independente de São Paulo e a Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Rio de Janeiro, além de outros militantes independentes.

3. Militante da Oposição Comunista Alemã e fugitivo da perseguição nazista, Eric Sachs foi naturalizado brasileiro em fins dos anos 1930. Eric escreveria sob os pseudônimos Eurico Mendes e, mais recorrentemente, Ernesto Martins.

A partir da recepção positiva da revista e da ampliação dos contatos, foi lançada a convocatória, em julho de 1960, para o I Congresso da Polop que ocorreria em fevereiro de 1961, no interior de São Paulo. As teses da nova organização eram influenciadas por referências diversas, desde Nikolai Bukharin, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e Vladimir Lenin, até intelectuais menos conhecidos no Brasil como dois militantes da Liga Espartakista alemã Heinrich Brandler e August Talheimer, inspiradores do ideário da Oposição Comunista Alemã antistalinista e caracterizada por sua autonomia criadora de uma elaboração original (Meyer, 2009).

Sua militância era formada por estudantes, militares de baixa patente e, em menor número, por operários industriais, mas com claro predomínio de intelectuais (Mattos, 2007). De acordo com Marini (1971: 133), sem dispor de aparatos armados e carente de uma base proletária significativa, a organização buscou amparar-se em seus princípios, em sua capacidade de produção teórica para lograr se afirmar no seio da esquerda. Esse fato levantou uma série de críticas ao suposto intelectualismo da organização, porém a maior limitação da organização para favorecer a aglutinação da *Esquerda Revolucionária* resultou, principalmente, de sua incapacidade de aprofundar seus acertos teóricos e convertê-los em estratégia global de ação, que respondesse às exigências da luta de classes em nível político e militar.

A Polop instaura, através de suas circulares documentos de debate e o próprio programa político, um novo marco de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro: a identificação do caráter capitalista da sociedade brasileira, e que nesse sentido a revolução brasileira não demandaria a “realização” e a “superação” de

etapas históricas de transição, senão que caminharia diretamente ao socialismo; a defesa consistente de que não haveria possibilidade da reprodução de experiências estrangeiras para a superação do subdesenvolvimento brasileiro, seja a reprodução do capitalismo central, sejam as experiências socialistas; através do uso original do marxismo como meio de aprofundar a conceituação e compreensão da dinâmica histórica do capitalismo brasileiro, assim, a organização desenvolve uma análise dialética entre a vinculação subordinada brasileira ao mercado mundial e aos interesses dos países imperialistas (Mattos, 2007; Polop, 2009; Leal, 2014).

A síntese expositiva sobre a Polop é fundamental, uma vez que contesta as interpretações correntes que colocam a teoria da dependência meramente como *subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal)*. Para Ruy Mauro Marini, as raízes da vertente marxista da teoria da dependência estão

nas concepções que a “Nova Esquerda” – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas (Marini, 1971: 66).

A Cepal só se converteria em alvo no momento em que os comunistas passaram a apoiar as teses desenvolvimentistas para sustentar sua estratégia etapista da revolução. Vânia Bambirra também defende o papel da Polop para a conformação de uma visão alternativa, posto que na

Política Operária, tratou-se de desenvolver estas teses na busca de uma fundamentação mais sólida para contra-arrestar os argumentos que defendiam a aliança de classes preconizada pelo Partido Comunista e que havia sido levada à prática no governo de Goulart (Bambirra, 1983: 21).

Não há qualquer demérito na relação simbiótica entre as formulações teórico-políticas *polopistas* e aquelas que virão a ser conhecidas posteriormente como teoria marxista da dependência. Sem dúvidas, os manifestos, as resoluções e os programas dos partidos de esquerda constituem um tipo de produção intelectual distinto da produção acadêmica, principalmente por não seguir os mesmos padrões formais, tais como a “neutralidade axiológica”. É tão verdadeiro que esse conhecimento produzido no meio militante se aproprie de metodologias e teorias das ciências sociais, como também o inverso. Desse modo, enquanto uma organização política pressupõe quadros que falem a mesma linguagem comum e tenham maior nível de centralização, a novel Universidade de Brasília, sem perder de vistas a imperiosidade

4. “O instrutor não estava na carreira universitária, era estudante de pós-graduação, fazia cursos especializados, trabalhava uma tese de mestrado e recebia um salário para auxiliar no ensino”, escreve Roberto A. Salmeron (2007: 90).

5. “A Universidade de Brasília inaugurou seus cursos no dia 9 de abril de 1962, em salas emprestadas pelo Ministério da Educação e Cultura”, escreve mais uma vez Salmeron (2007: 99).

6. As fundações já eram amplamente utilizadas nos Estados Unidos e de lá foram importadas como proposta modernizante de organizar as universidades institucionalmente, com mais autonomia frente aos governos, mas também com maior interferência do setor privado em seu conselho diretor.

7. “Então, ele [Darcy Ribeiro, o reitor] me chamou e falou: Vânia, o Theotônio já é daqui e você agora tá vindo, vocês vão se enriquecer às custas da Universidade... então, eu vou cortar o seu salário pela metade. (Vânia) Ah, mas eu virei uma arara e o que salvou ele... foi para a Casa Civil... senão ia fazer greve e derrubar ele, porque ninguém tava satisfeito com isso” (Entrevista com Vânia Bambilra, 2013: 29).

de superar o subdesenvolvimento, foi fundamental como espaço crítico, inovador, produtor de conhecimentos científicos. A Fundação da Universidade de Brasília, em 1962, acabará reunindo alguns intelectuais destacados que se formaram sob a influência do desenvolvimentismo, embora não diretamente ligados a ele (Dos Santos, 1991: 26).

“Instrutores”, assim eram denominados os professores iniciantes na carreira, recém-contratados pela Universidade de Brasília para ensinar, pesquisar e realizar extensão de conhecimentos⁴. Os “instrutores” de que trata este artigo eram extremamente jovens, por volta dos 20 e 30 anos de vida, tendo elaborado ou estando em preparação de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Pela juventude, não se pode exigir produção teórica além do que ela permite, ao mesmo tempo, é a etapa da vida que possibilita grandes envolvimento pessoais e sociais emocionantes. O primeiro a chegar, em 1962, foi Theotônio dos Santos, seguido posteriormente de sua esposa, Vânia Bambilra, e de Ruy Mauro Marini, todos integrados ao curso de graduação em ciência política e à pós-graduação em ideologia brasileira. Em 1963, André Gunder Frank é integrado ao Instituto de ciências sociais como professor convidado por Darcy Ribeiro.

A Universidade de Brasília, instituição que os acolheu, estava em seu início⁵ e se propunha um projeto inovador ao enfatizar as atividades de pesquisa, dar importância à relação entre universidade e sociedade por meio dos cursos de extensão, ao colocar os temas nacionais e internacionais entre os compromissos dos docentes e ao dar início a outra forma institucional, a fundação⁶. Como a universidade estava começando, instrutores e professores tinham ampla liberdade de organizar os programas letivos e de desenvolver atividades extracurriculares.

É curioso o fato de que um intelectual progressista como Darcy Ribeiro tenha protagonizado um episódio de claro machismo em relação à Vânia Bambilra. Quando integrada como docente da universidade, Ribeiro se “esforçou” por convencer Bambilra de que, por ser mulher, sua remuneração deveria ser inferior à de seu marido Theotônio dos Santos. Este ocorrido fez com que Bambilra se mobilizasse, denunciasse o machismo de Ribeiro, ameaçasse com greve e lançasse a ideia da fundação de uma associação ou sindicato para defender os professores, ideia que precede em quinze anos a criação da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), logrando reverter a imposição e perspectiva de Darcy Ribeiro⁷. Como parte do objetivo de construir um pensamento próprio sobre o Brasil e sobre a região, Dos Santos em entrevista⁸ levanta a informação de que Darcy Ribeiro firmou contrato com a Cepal através de seu instituto subsidiário, o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), para que ministrasse um curso trimestral

sobre teoria do desenvolvimento. Isso proporcionou maior contato desse grupo de jovens professores com o que havia de mais avançado nas ciências sociais da época. Outra iniciativa tomada pelo grupo de professores participantes do Instituto de Ciências Sociais consistiu na organização de um seminário contínuo de leitura de *O Capital*, de Marx, acompanhando experiências em vários outros lugares, seja de Paris, seja da Universidade de São Paulo. Participaram do seminário um grupo grande de professores e instrutores entre os quais Teothônio dos Santos, Vânia Bampirra, Ruy M. Marini, Perseu Abramo e José Albertino Rodrigues (Dos Santos, 2013: 4-5).

A presença de André Gunder Frank tem importância significativa, dado seu contato com grupo da revista marxista norte-americana *Monthly Review*, dirigida por Paul Baran, Leo Huberman e Paul Sweezy. Mas também por sua formação na Escola de Chicago, o que permitiu que ministrasse seminário e curso sobre o pensamento estrutural-funcionalista nas ciências sociais norte-americanas para os jovens “instrutores”. Quando de sua chegada à UnB, Frank já havia começado sua ruptura com a referida escola, principalmente pela percepção da aversão que o grupo de Chicago tinha à teoria do desenvolvimento, mas também muito impactado pela Revolução Cubana durante sua breve passagem pelo México, em 1962 (Frank, 1991).

A criação da Universidade de Brasília é um elemento chave para o entendimento da construção da teoria marxista da dependência. Importantes universidades públicas já existiam nas capitais dos estados: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e tantas outras. Entretanto, somente a Universidade de Brasília foi capaz de reunir tantos intelectuais em um mesmo lugar, na mesma época, trabalhando num projeto coletivo. O que seria capaz de atrair tantos quadros? Uma fundação universitária com um projeto aberto para a discussão dos problemas nacionais e internacionais, com liberdade de ensino, pesquisa e iniciativas acadêmicas, tais e outras condições em conjunto foram responsáveis por reunir intelectuais e colocá-los a trabalhar em um plano. Theotônio dos Santos analisa com amplitude o projeto da Universidade de Brasília que conseguiu reunir tantos intelectuais:

A universidade de Brasília não era “mais uma” universidade, ela era a ideia da nova universidade que colocaria o Brasil no plano internacional, realmente entre os grandes centros de conhecimento, dos grandes centros de produção do conhecimento, mas não só de conhecimento, mas de produção de artes também, afinal o próprio projetista da universidade... vai dar à universidade uma personalidade muito forte na sua concepção arquitetônica... Nas ciências sociais o grupo é muito forte... Era uma universidade que

8. Com o apoio da *Comissão UnB 50 anos – História e Futuro*, Sadi Dal Rosso, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, no intuito de resgatar a importância das ciências sociais da UnB, entrevistou Theotônio dos Santos e Vânia Bampirra.

reunia o melhor que pudesse... para desenvolver a universidade, com um concepção pedagógica nova, muito flexível, um trabalho mais de equipe... então todos nós estávamos ali com a ideia de que estávamos criando uma coisa nova. Ali se inicia também a ideia dos cursos de extensão... com várias modalidades de contato com a população... o trabalho de pesquisa... com grande participação dos alunos... Era um laboratório fantástico. Infelizmente o golpe de Estado... em 1964 os militares invadiram a universidade em busca de armas e as únicas que encontraram foram abridores de livros (Dos Santos, 2013: 3-4).

Condições análogas para o trabalho acadêmico foram encontradas mais tarde no Centro de Estudios Socio-Económico (Ceso) da Universidade do Chile e, então, foi retomado com ainda mais vigor – porquanto a equipe era muito maior, mais diversificada internacionalmente e com maior sistematicidade – o projeto da teoria da dependência. Vale também acentuar que Santiago era sede de desenvolvimento do pensamento crítico cepalino.

Sendo assim, a mescla entre a análise empírica e teórica dos jovens instrutores provenientes da Polop, com o ambiente pedagógica e intelectualmente instigante da nova universidade, a preocupação vigente entre professores e instrutores pelos temas do imperialismo, do desenvolvimento e subdesenvolvimento e da dependência, comprovam que, naqueles breves anos, a UnB seguiu sua vocação mais ampla como universidade ao submeter todas as verdades à crítica impiedosa e criadora.

Theotônio dos Santos: a centralidade da UnB para a teoria da dependência

Dentre os quatro autores, Theotônio dos Santos foi o primeiro a chegar à Universidade de Brasília, em 1962, aos 26 anos, sendo integrado como mestrando instrutor. Havia se formado um ano antes em sociologia e política, e ainda em administração pública, pela UFMG, e, como militante da Polop, trazia em sua bagagem a imperiosidade de aplicar originalmente o marxismo à realidade brasileira, como também as influências nacionalistas do Iseb, mais especificamente de Alberto Guerreiro Ramos. Em seu memorial apresentado à UnB, em 1994, Theotônio dos Santos é direto sobre a centralidade da universidade para o desenvolvimento da teoria marxista da dependência:

A UnB foi uma experiência extremamente rica no campo pedagógico, mas também pelo contato com o que havia de mais ousado na intelectualidade brasileira. Foi na UnB também que conheci André Gunder Frank e iniciamos sistematicamente uma colaboração de décadas com Ruy Mauro Marini que junto com minha então espo-

sa Vânia Bambirra formamos um trio polemizado no mundo inteiro (Dos Santos, 1994: 21).

Para Dos Santos, a UnB foi fundamental para dar início ao projeto da teoria marxista da dependência, ainda que seus resultados futuros jamais tivessem sido imaginados por qualquer dos integrantes. O autor reafirma em entrevista que

na Universidade de Brasília, o grupo [Frank, Marini, Bambirra e Dos Santos] se desenvolve em conjunto e depois vamos nos reencontrar no Chile com o André outra vez e dar continuidade ao tipo de problemática que a gente já desenvolvia aqui (Dos Santos, 2013: 6).

Como paralelo entre as universidades de Brasília e do Chile está o ambiente acadêmico que reuniu problemas cruciais de âmbito nacional e internacional; ambos os países passaram por processos políticos em que o enfrentamento de classes terminou com golpe de Estado e destruição dos projetos teóricos em andamento, perseguição e fuga dos intelectuais envolvidos.

Theotônio dos Santos relata que o seminário de leitura de *O Capital*, ainda que de curta duração,

permitiu avançar no marxismo nas suas formas originais porque muitos já tinham trabalhado outros textos... eu tinha trabalhado quase toda a obra de Marx, o Ruy, a Vânia tinha(m) um vasto conhecimento. O resto do grupo também (Dos Santos, 2013: 5).

Destacamos como peça importante de sua passagem pela UnB a obra *Quais são os inimigos do povo*, de 1962, o primeiro livro publicado por Dos Santos. Compunha um dos números da coletânea “Cadernos do Povo Brasileiro”, era o desdobramento de sua dissertação de mestrado defendida na UnB no mesmo ano, “As classes sociais no Brasil: primeira parte – os proprietários”⁹. O texto apresenta uma análise das classes sociais no Brasil, com linguagem clara, popular e didática sobre os componentes essenciais da complexa estrutura das classes sociais no Brasil. Sua análise é instigante ao desconstruir a noção de “povo” apropriada tanto pelo reformismo como pelo desenvolvimentismo. Sua concepção de *povo* remete à construção *polopista* de *Frente dos trabalhadores da cidade e do campo*, de modo que o povo seria composto por operários e assalariados em geral, camponeses, estudantes, intelectuais e pequenos proprietários. Essa concepção genericamente é convocada por algumas frações da burguesia sob o manto do nacionalismo, todavia, no momento em que as contradições se acirram e o movimento popular tende à autonomia político-reivindicativa, a noção de *povo* demonstra seus cortes

9. O autor aponta mais um fio da continuidade do projeto iniciado na UnB e aquele efetivado no Cesó: “Retomei este tema em 1966-1967 quando cheguei ao Chile e realizei um seminário de um semestre no Centro de Estudos Socioeconômicos sobre ‘O conceito de classe social’” (Dos Santos, 1994: 24).

internos em classes sociais antagônicas. Deste modo, a burguesia é apresentada em suas frações, interesses específicos e suas relações internas de oposição-associação, dividida em frações: imperialista, latifundiária, comercial (açambarcadores e especuladores), financeira (banqueiros e financistas), e grandes industriais.

Como na primeira obra do autor não é possível encontrar ainda o conceito de dependência, suas referências ainda são ao *subdesenvolvimento*, ao *atraso*, à *dominação imperialista*, à *aliança com o capital internacional*, à *troca desigual* e ao *sistema colonial*. Mas o texto rechaça qualquer esboço de feudalismo ou semifeudalismo no país, defende ao final o caráter já socialista da revolução, faz a crítica às concepções sobre a suposta neutralidade do Estado nacional-desenvolvimentista, e coloca em cena uma das marcas características da teoria marxista da dependência: a associação de interesses entre capital nacional e capital imperialista, quer dizer, a necessidade da análise integrada dos níveis interno e externo para a compreensão da dinâmica do capitalismo brasileiro. Vale a leitura do trecho abaixo:

Assim considerando, pergunta-se, é necessário o capital estrangeiro? Podemos responder que, para o sistema econômico dominado pela burguesia, isto é, pelos grandes grupos e a livre empresa, ele é de fato necessário, na medida em que supre às suas demandas. Ao mesmo tempo é prejudicial a esta mesma classe e, principalmente, ao povo, na medida em que submete nossa economia aos interesses do imperialismo internacional (Dos Santos, 1962: 44).

Não parece haver sugestão de estancamento do capitalismo brasileiro, mas justamente que sua maior integração e submissão ao capital estrangeiro limitam qualquer posição genuinamente soberana, quer dizer, que interessem ao povo como todo. Outro ponto que será trabalhado posteriormente refere-se às suas considerações sobre a dinâmica do desenvolvimento industrial brasileiro, que, nos anos 1930, teria sofrido maior impulso, aproveitando-se das brechas do sistema capitalista mundial, porém, nos anos 1950, essa industrialização espontânea esbarra nos limites da

10. “Na nova forma de dependência – a tecnológica-industrial [...] –, a produção industrial que se desenvolve se encontra condicionada de várias maneiras pelas exigências do mercado internacional de bens e capitais” (Dos Santos, 1973: 51).

ausência de técnica e capitais nacionais, assim como de um aparelho estatal que planificasse efetivamente o desenvolvimento e enfrentasse os interesses do imperialismo [...] [deste modo,] esta nova fase do desenvolvimento foi feita em estreita aliança com o capital internacional que passou a controlar vastos ramos de nossa indústria (Dos Santos, 1962: 98-99).

Ainda que de modo simplificado e exploratório vemos aqui a origem da nova dependência¹⁰.

Vânia Bambirra: a UnB como fonte da teoria marxista da dependência

Além de Marta Harnecker, Vânia Bambirra é uma das poucas mulheres que é apresentada como participante formal da construção da teoria marxista da dependência e que pode falar das raízes durante a breve passagem pela Universidade de Brasília, entre 1963 e 1964, espaços tão dominados pelo sexo masculino. Analisar sua contribuição apresenta a dupla vantagem de revelar o olhar feminino sobre a teoria da dependência e sobre o lugar das mulheres na revolução e na construção do socialismo.

Bambirra chega à UnB em 1963, aos 23 anos, aprovada como mestranda instrutora no Departamento de Sociologia. É difícil recolher a produção intelectual desta parte de sua vida, pois sua pouca idade ainda não havia lhe permitido reflexões mais acabadas, como também seu mestrado fora interrompido pelo golpe civil-militar de abril de 1964. A análise, pois, empregará inicialmente materiais obtidos em seu memorial e por entrevista formal com a autora¹¹. Durante a entrevista, Vânia foi indagada sobre o papel da Universidade de Brasília no desenvolvimento da teoria da dependência e ela assim se posicionou:

E a gente então começou, era um grupo grande, era muita gente envolvida... nós começamos [a estudar *O Capital*]... Fomos interrompidos pelo golpe... A ideia da teoria da dependência não tinha desabrochado. Claro que nas teses da Polop já havia, já se percebia, já estava anotado que as burguesias nacionais eram vinculadas ao imperialismo, a ideia da classe dominante dominada, que a gente vai desenvolver depois no Chile... Eu me lembro que você me perguntou pelo telefone... se por acaso a teoria da dependência tinha surgido na UnB. Eu digo que não, que realmente ela desabrochou, a equipe mesmo... foi composta na Faculdade de Economia da Universidade do Chile e no Centro de Estudios Socio-Económico (Ceso) (Bambirra, 2013: 32).

Como se supunha, a entrevistada é peremptória em afirmar – “Eu digo que não” – em resposta ao questionamento sobre a teoria da dependência ter desabrochado na Universidade de Brasília, principalmente se considerarmos que sua obra mais divulgada só seria redigida em 1970¹². Mais adiante, a entrevista retorna ao tema com a pergunta refeita da seguinte maneira: “O que resultou teoricamente desse grupo de estudos na UnB? Houve algum acúmulo relevante?” E Vânia responde cheia de dúvidas: “Não... não... formação... nem chegou a tanto porque ficou muito no começo, veio o golpe logo” (Bambirra, 2013: 34-35).

11. A entrevista foi realizada por Sadi Dal Rosso, em 19 de outubro de 2013, com apoio do projeto *Comissão UnB 50 anos – História e Futuro*, a quem o entrevistador agradece.

12. O capitalismo dependente latino-americano foi resultado do grupo de trabalho do Ceso, sob a direção de Theotônio dos Santos, e publicado no Chile, em 1972.

Então o grupo de estudos de *O Capital* teve vida muito breve, não permitindo o amadurecimento e o acúmulo da discussão, em razão do golpe de Estado desfechado em abril de 1964.

Tal afirmação não encerra a questão sobre o papel da universidade, uma vez que Vânia permaneceu mais de um ano – entre 1963 e 1964 – trabalhando na universidade que facultava um ambiente propício à discussão das relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, discussão encabeçada por André Gunder Frank, entre outros que faziam parte do quadro universitário, além do debate estimulado pelo curso da Cepal aí realizado.

Há um aspecto da revolução socialista e, conseqüentemente, da teoria da dependência, pouco explorado na biografia de Vânia. Trata-se de sua defesa da mulher e tentativa de analisar a mulher na revolução socialista. Esta questão, que certamente já fora despertada nos cursos universitários, aprofunda-se com a relação conflituosa com André Gunder Frank, na Universidade de Brasília. Fala Vânia:

[André Gunder Frank] era norte-americano e conservador... Depois desta questão de dizer que no Brasil tinha latifúndio, a gente sempre caiu em cima dele... Eu tinha brigas homéricas com o Frank. Eu pessoalmente não gostava dele, tinha um certo asco com o Gunder Frank (Entrevista com Vânia Bambirra, 2013: 37-38).

13. Enquanto em várias de suas obras Frank deixa a entender que o salto de qualidade entre a condição colonial para a dependência é quase insignificante, para Bambirra este salto de qualidade se deve não apenas à mudança na condição da formalidade da independência, mas também à própria dinâmica do desenvolvimento capitalista mundial, da passagem da predominância do capital mercantil para o industrial, tornando mais complexa a integração das novas nações dependentes à divisão internacional do trabalho.

A relação era conflituosa por razões teóricas acerca do entendimento sobre a dinâmica complexa entre a estrutura fundiária e a integração do Brasil ao sistema mundial capitalista¹³, a raiz funcionalista de Frank, e em razão das relações de gênero entre homem e mulher. Esta última questão iniciada na Universidade de Brasília continua a martelar a cabeça da autora quando já no Chile, rumo a um processo revolucionário, escreveu um artigo que tem por título “La mujer chilena en la transición al socialismo”. O artigo é emoldurado por uma frase de Lenin pela incorporação das mulheres no serviço público, na milícia e na vida política, e que, sem arrancar a mulher do lar, não se chega à liberdade, à democracia e ao socialismo, mas é propiciado concretamente pela realização de uma assembleia das mulheres comunistas do Chile, ocasião que lhe permite suscitar um número de questões sobre o papel da mulher. Desenvolve uma parte histórica sobre o processo de conquista dos direitos civis para a mulher. A partir daí analisa a situação concreta da mulher nos países desenvolvidos e nos países dependentes, aprofunda a situação da mulher no Chile, enaltecendo as conquistas já realizadas. Reconhece o papel da mulher na política e como isso ainda significa pouco para as camadas jovens. Analisa a situação da dona de casa até chegar à mulher independente.

A mulher “independente” é que com família ou sem família não está subjugada à condição de dona de casa; tem independência

econômica e é capaz de decidir por si mesma sobre sua atuação nos diversos níveis sociais dos quais participa (Bambirra, 1971: 6).

Com esta perspectiva de *la mujer independiente* lança perguntas sobre o significado da palavra de ordem de Che Guevara a respeito da tarefa de criação de um homem novo.

O conteúdo geral desta tarefa [...] supõe a liberação do homem – no sentido de ser humano – de suas limitações mais agudas, materiais e morais (Bambirra, 1971: 7),

e aí prossegue na discussão de estratégias e de táticas. O artigo é importante não só por ter sido escrito por uma mulher, mas ainda por dirigir-se a elas com propostas libertárias. Mantém a mesma posição coerente no agir e pensar daquela jovem que, recém-chegada à Universidade de Brasília, foi capaz de enfrentar o machismo dos intelectuais.

André Gunder Frank: a Universidade de Brasília e a intuição sobre desenvolvimento do subdesenvolvimento

André Gunder Frank tinha 33 anos ao chegar à Universidade de Brasília, em 1963. Embora jovem, já era uma figura relativamente polêmica e conhecida no meio intelectual norte-americano. Tanto que fora indicado a Darcy Ribeiro pelo antropólogo Eric Wolf. Estudou economia na Universidade de Chicago, foi aluno de Milton Friedman e, em 1957, obteve o título de doutor em economia. Em 1958 passou três meses no Centro de Estudos Internacionais (Cenis) no Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde conheceu Walt Whitman Rostow. Gradualmente, Frank se aproxima da antropologia, chegando cada vez mais à conclusão de que os fatores de desenvolvimento econômico eram, sobretudo, sociais e políticos. A Revolução Cubana abalou profundamente Frank, fazendo com que abandonasse o cargo de professor assistente na Universidade de Michigan e seguisse para o mundo subdesenvolvido com objetivo de construir uma visão no teatro de operações (Frank, 1991).

Ao contrário de seus colegas dependentistas, Frank se estabelece na UnB como professor visitante. Assim, na condição de instrutores, Marini, Dos Santos e Bambirra foram seus alunos no já mencionado curso sobre funcional-estruturalismo.

De acordo com Marini, ainda que Frank já possuísse um pensamento inquieto e original, foi somente na UnB que absorveu os novos elementos teóricos que surgiam na *Nova Esquerda Revolucionária* brasileira – mais especificamente da Polop – os quais o levariam a esboçar suas primeiras teses ainda em Brasília (Marini, 2005: 66). Dois ensaios são importantíssimos para essa mudança de rumo: “Sociologia do

desenvolvimento e o subdesenvolvimento da sociologia”, e também “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo”. Nas palavras do próprio Frank:

Estes trabalhos estavam direcionados, ao mesmo tempo, contra a teoria e a política do desenvolvimentismo derivada da – ou camuflada pela – teoria do desenvolvimento neoclássica e monetarista; contra as explicações keynesianas e estruturalistas; e contra a teoria, política e práxis da Cepal, da Aliança para o Progresso e dos partidos comunistas e marxistas ortodoxos. Coloquei todos no mesmo saco. Porque pesem suas diferenças, todos compartilhavam a visão de que o subdesenvolvimento era original ou tradicional. Todos postulavam que o desenvolvimento poderia ter lugar através de reformas graduais em sociedades e/ou economias duais, donde o setor moderno se expandiria e eliminaria o setor tradicional (Frank, 1991: 35).

O primeiro ensaio já traz a marca das inversões tão características do estilo frankiano, “Sociologia do desenvolvimento e o subdesenvolvimento da sociologia”, e representa uma espécie de acerto de contas com o seu passado estrutural-funcionalista. Suas críticas ácidas atingem diretamente os seus velhos amigos de Chicago, como Bert Hoselitz, e também alguns conhecidos do MIT, como Walt Rostow. Seus alvos declarados são as teorias dos padrões de variáveis neoparsonianas e da mudança cultural e psicológica neweuberiana. A introdução ao texto é direta:

Submetida à análise crítica, esta nova sociologia do desenvolvimento mostra-se empiricamente nula quando confrontada com a realidade, teoricamente inadequada em termos de suas próprias normas clássicas sociocientíficas, e ineficaz em seu propósito de levar a cabo suas supostas intenções de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (Frank, 1973: 35).

O texto ainda denuncia que estas teorias sociológicas comumente protegidas sob o manto da *neutralidade axiológica universitária*, na realidade serviram (e, diríamos, ainda servem) inúmeras vezes à Central de Inteligência Americana (CIA) e ao Departamento de Estado Norte-Americano (Frank, 1973: 42-44). Não seria ousado conjecturar o fato de que este ensaio tenha se fundamentado no curso preparado para os instrutores na UnB sobre o funcional-estruturalismo norte-americano.

O segundo ensaio – “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo” – nos parece mais interessante, pois, ainda que reflita menor nível de maturidade teórica, esboça a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento:

Este ensaio sugere que as causas e a explicação da crise agrícola não devem ser buscadas no feudalismo e, sim, no próprio capitalismo. A economia do Brasil, inclusive a agricultura, é parte do siste-

ma capitalista. A evolução deste sistema *produz desenvolvimento e subdesenvolvimento ao mesmo tempo* e explica a terrível realidade que vive a agricultura no Brasil e em outros países (Frank, 2005: 37, grifos nossos).

Seu objeto inicial de crítica é o *dualismo estrutural*, coincidente com ensaio anterior. Todavia, este objeto da crítica traz em si a influência do ambiente político-intelectual brasileiro: dos embates tanto à esquerda como à direita sobre a caracterização da economia e da sociedade brasileiras entre feudal, semifeudal ou definitivamente capitalista, como também sobre a natureza da revolução, nacional-democrática ou socialista. Tanto é assim, que, após analisar a estrutura comercial monopolista da agricultura brasileira, sua maior capitalização, ao tempo em que aumenta a produtividade e introduz técnicas mais modernas aprofunda a concentração de terras, amplia a inflação dos preços dos alimentos e a oferta de força de trabalho para as cidades, o que traduz justamente sua estrutura capitalista-mercantil e não um suposto feudalismo, o que constitui a contradição central no Brasil. Frank conclui, portanto, que

O Brasil, em seu conjunto, por mais feudais que suas características possam parecer, deve sua formação e sua natureza atual à expansão e ao desenvolvimento de um único sistema mercantil-capitalista que alcança (hoje com exceção dos países socialistas) o mundo inteiro. [...] este sistema capitalista, em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja –, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema “capitalista” como o outro. [...] Chamar “capitalista” ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao “feudalismo” é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos (Frank, 2005: 58).

Ainda que não encontremos a categoria *dependência*, vemos o esboço do desenvolvimento do subdesenvolvimento, a crítica às concepções dualistas e a originalidade do subdesenvolvimento, a imperiosidade da análise integrada entre o interno e o externo para a compreensão mais adequada do desenvolvimento capitalista brasileiro, como também os equívocos políticos resultantes das imprecisões teóricas, todas concepções gestadas durante sua passagem pela Universidade de Brasília e de seus contatos dos embates políticos no âmbito da *Nova Esquerda* brasileira.

Ruy Mauro Marini: a UnB e o prelúdio de subdesenvolvimento e revolução

Ruy Mauro Marini inicia sua formação acadêmica em 1956, na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, com uma passagem de dois anos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, o *SciencesPo*. Ao regressar ao Brasil, em 1960, Marini integra o grupo fundacional da Polop, mas também desenvolve intensa atividade jornalística na *Prensa Latina* e em *O Metropolitano*, e aos 30 anos fora integrado como instrutor à UnB, em setembro de 1962, por meio de indicação de Theotônio dos Santos. Em 1963, já passa à condição de professor assistente. Assim como Dos Santos, suas relações com o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos foram fundamentais para a elaboração de um pensamento crítico e aberto.

Sobre a Universidade de Brasília, Marini é bastante generoso com a experiência, oferecendo um relato rico sobre sua passagem:

Uma das experiências mais ricas da minha vida acadêmica, já como docente, lecionando com Victor Nunes Leal, Lincoln Ribeiro e Theotônio dos Santos, as cadeiras de Introdução à ciência política e Teoria política, a nível de graduação, e codirigindo o seminário de pós-graduação sobre Ideologia brasileira; já como estudante, preparando minha tese de doutorado sobre o bonapartismo no Brasil (cujo texto e materiais se perderiam em 1964, quando da primeira invasão da Universidade pelo Exército); já participando das atividades diversas que a Universidade promovia, tanto internamente como no plano da extensão; já, finalmente, convivendo com os colegas já mencionados, além de outros —como André Gunder Frank, que ali aportou em 1963 (Marini, 2005: 65-66).

Como já referido, Marini considera fundamental as concepções da Nova Esquerda para a formação da teoria marxista da dependência, e reitera o fato de que seu desenvolvimento inicial tenha se dado na primeira metade dos anos 1960, no Brasil, que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições importantes para a abertura do caminho de uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia cepalina. Mas reconhece que seu amadurecimento teórico só viria após o golpe civil-militar de 1964, momento em que a jovem intelectualidade militante encontraria tempo para se dedicar plenamente ao trabalho acadêmico, e se veria convocada a isso pela situação imperante em toda a América Latina assolada pela contrarrevolução. Portanto, no começo da década de 1960,

a teorização encontrava-se ainda estreitamente ligada ao combate político e os êxitos ou fracassos se mediam através de indicadores muito concretos (Marini, 2005: 67).

É possível encontrar uma série de artigos publicados por Marini entre 1958 e 1964, todavia, são textos em grande parte de caráter jornalístico ou militante. Seu primeiro trabalho de envergadura só vem a público em abril de 1965, “Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo”, veiculado pela revista mexicana *Foro Internacional*. Ainda que seja uma produção vinculada a seu primeiro exílio mexicano, ela é intimamente relacionada à sua trajetória polopista e brasiliense. Isso por dois motivos: primeiro porque a temática do artigo envolve a reciprocidade dialética entre as estruturas de poder político e econômico, com foco para o fenômeno bonapartista (objeto da dissertação de mestrado destruída pelo golpe de 1964); segundo, foi amplamente baseado no relatório sobre a situação política brasileira apresentado na última reunião do comitê central da Polop, em março de 1965.

Não é possível avaliar o artigo em toda sua profundidade, portanto, nos limitaremos aos aspectos relativos à formação da teoria da dependência, deixando de fora a rica análise histórico-política do texto. O artigo se esforça por ampliar as bases explicativas do processo brasileiro pós-1930, principalmente em não limitar o golpe civil-militar de 1964 à mera correia de transmissão dos interesses dos Estados Unidos no país, como simples fator exógeno observável pela maior presença pós-1964 de capitais provenientes daquele país no Brasil. Logo nos primeiros parágrafos lemos que

num mundo caracterizado pela interdependência, quiçá pela integração, ninguém nega a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, sobretudo quando se está em presença de uma economia das chamadas “dominantes” ou “metropolitanas” e um país subdesenvolvido (Marini, 1965: 511).

Tal como os trabalhos de Dos Santos e de Frank, Marini também não utiliza a categoria *dependência*, encontramos mesmo referência ao latifúndio exportador como “sistema semicolonial de exportação” (Marini, 1965: 516), todavia, o texto já traz parte do método de análise característico desta corrente¹⁴: a forma de integração subordinada de um país subdesenvolvido ao sistema capitalista mundial, a dependência como relação de dominação e exploração entre países formalmente independentes e, no âmbito do país dependente, entre as classes sociais, articulando assim os níveis externos e internos da análise. De modo que, para Marini, a explicação das políticas de industrialização para a substituição de importações, no Brasil, ainda que possua suas características nacionais específicas, tem de ser integrada às crises e à desorganização temporária do sistema capitalista mundial (1914-1918,

14. Isso nos parece muito procedente, uma vez que este artigo associado a um segundo texto, também de 1965 – “Brazilian interdependency and imperialist integration” –, fornecerão a síntese para a “Dialética do desenvolvimento capitalista brasileiro”, texto que irá compor seu clássico sobre a teoria marxista da dependência, *Subdesenvolvimento e revolução*, de 1967.

depois entre 1929-1932 e 1939-1945). E a estrutura específica do desenvolvimento do capital industrial no país, sinônimo de desenvolvimento econômico, faz com que os interesses da nascente burguesia industrial nunca sejam definitivamente separados daqueles relativos ao latifúndio exportador – desde as relações de produção-consumo, até a demanda de divisas para importação de bens de capital –, como também do capital estrangeiro. Essa simbiose de interesses fez com que, por volta dos anos 1960, o capitalismo dependente entrasse em sua primeira crise estrutural, quer dizer, sem relação direta com qualquer crise internacional, levando aos limites qualquer esforço reformista (Marini, 1965: 522).

Os dois esforços de instalação de um governo civil forte – primeiro o bonapartismo carismático de Jânio Quadros, em 1961, e depois o bonapartismo de massas de João Goulart –, representam a última aposta no bloco dominante na contenção do movimento popular que, desde fins dos anos 1950, crescia vertiginosamente. A saída do bonapartismo militar foi a maneira de resguardar o sistema de exploração estruturado na reciprocidade de interesses da burguesia industrial nacional, do capital imperialista e do setor latifundiário exportador. Como conclusão, o texto deixa claro o abandono da burguesia nacional de qualquer pretensão ao desenvolvimento capitalista autônomo, e que tal papel de sócio menor do capital estrangeiro que levava à maior capitalização da indústria tinha como consequências rebaixar ainda mais o nível de vida popular e concentrar ainda mais os capitais dispersos entre a pequena e média burguesia nas mãos do grande capital. Para Marini já estava claro que não se trataria de um episódio exclusivo ao Brasil, mas de uma tendência confirmada na América Latina, principalmente no Cone Sul. Fato provado pelo golpe cívico-militar argentino em 1966.

Reconsiderando as ciências sociais na Universidade de Brasília

O leitor interessado na teoria marxista da dependência sabe que está aberta a discussão sobre a produção de quatro de seus principais intelectuais que trabalharam durante dois anos na Universidade de Brasília. Este artigo introduz o debate sobre a produção de ideias e sobre o desenvolvimento da teoria neste ambiente universitário, empregando análise de documentos, entrevistas e memoriais dos próprios autores, o que leva à reflexão de que houve sim um papel insubstituível desempenhado durante o período de trabalho como instrutores e como professor (no caso da André Gunder Frank) da Universidade de Brasília. As ideias se entrelaçam com as condições materiais circundantes, daí a importante e incontornável influência político-teórico da Polop para a elaboração do novo enfoque das ciências sociais. Empregamos a metáfora de raízes para designar este papel na formulação da teoria

da dependência, para evidenciar elementos que contribuíram para lançar bases à teoria. Por um lado, André Gunder Frank defende vigorosamente o papel da Universidade não só como fonte, mas como unidade de participação no desenvolvimento da teoria mesmo, posição em que é secundado por Theotônio, enquanto os demais – Vânia e Ruy Mauro – pendem para a construção da teoria no Chile e no México. A questão, em nosso entender, não deve ficar apenas em opiniões, pontos de vista, avaliações e sim buscar elementos concretos para embasar as hipóteses.

A universidade, como eminente espaço crítico, propiciou que fosse travado um vigoroso embate, inicialmente metodológico, entre as grandes correntes do funcionalismo e do marxismo nas ciências sociais. Este embate tomou lugar por meio de seminário e de curso realizados na Universidade de Brasília por André Gunder Frank. Posteriormente, este choque se projetou na discussão entre weberianismo e marxismo que está na base das duas correntes que daí procederam na análise das relações entre países por meio das categorias de dependência e de interdependência.

Por outro lado, o grupo que empregava mais a metodologia e a teoria marxista para o desenvolvimento da análise e para a pesquisa, procurou reforçar suas proposições conceituais e teóricas mediante a realização de um grupo de estudo aberto de leitura de *O Capital*, que alcançou grande interesse de outros instrutores e professores da Universidade de Brasília. Relatos apontam para brevidade da existência do grupo de leitura por força do golpe de Estado o que teria impedido o desenvolvimento de categorias cruciais, tal como a superexploração ou exploração redobrada, conforme aparece nas bases da teoria da dependência.

Outro elemento importante durante a estada na Universidade de Brasília consiste no curso realizado pelo Ilpes sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que possibilitou o debate sobre as condições do subdesenvolvimento como inseparáveis do movimento do capitalismo mundial. Este debate contemplava a ideia de uma dupla redobrada exploração dos trabalhadores, primeiro pelas empresas multinacionais e segundo pelas empresas nacionais. Entretanto, o elo da dependência por meio da sobre-exploração dos trabalhadores pela via do pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho como mecanismo que as empresas nacionais empregavam para compensar o retirada dos valores produzidos nos países dependentes pelo capital internacional, transformando o fundo de consumo num fundo de acumulação, não encontramos evidência empírica concreta de que tenha sido elaborado durante o período de docência e pesquisa na Universidade de Brasília. Outras condições de pertença a Universidade de Brasília que também contribuíram ou não com a teoria da dependência, tais como a liberdade e a autonomia no desenho dos programas

das disciplinas, o trabalho de pesquisa coletiva com os estudantes e textos escritos produzidos localmente àquela época requerem continuada investigação, dada a condição inicial deste artigo de suscitar temas para o debate. Além do papel da universidade, entendemos que é importante buscar as raízes políticas do engajamento dos intelectuais com a organização Polop para o desenvolvimento pleno da teoria da dependência.

Abstract: It is proposed in this paper to study the contribution of four intellectuals, who worked in the beginnings of the University of Brasília, Brazil, to the marxist theory of dependency. Texts and memorials written by them as well as two interviews recently made are used as sources of information, besides the usual bibliography about the subject matter. Evidence was found that the University of Brasília has been the place for theoretical disputes between structural functionalism and marxism, for the need to lay foundations for the analytical production of these intellectuals with the methodological and theoretical contributions of marxism, for making the criticism of the conceptions of the relations between countries that are part of the world system as developed and underdeveloped, without implicating a relation of exploitation among them, while the references of a general formulation of the theory of dependency were more as roots and beginnings, there including the mechanism of a double exploitation, either by the national bourgeoisies or by the international capitals. The paper indicates the militant formation of at least three of the four intellectuals in the ranges of Polop (Marxist Revolutionary Organization – Proletarian Politics) and its influence over political action and over the need of a socialist revolution,

Keywords: marxist dependency theory, development, underdevelopment, Empire, University of Brasília.

Referências

BAMBIRRA, Vânia. La mujer chilena en la transición al socialismo. *Punto Final*, n. 133, p.1-8, Jun. 1971.

———. Diez años de insurrección en América Latina. In. ——— (Comp.). *Diez años de insurrección en América Latina*. v. 1. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972.

———. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Era, 1983.

———. *Teoria da dependência. Lugar e papel das ciências sociais da UnB*. Brasília: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, p. 27-71. II- Entrevista com Vânia Bambirra, concedida a Sadi Dal Rosso, em 18 Out. 2013.

BLÖMSTROM, Magnus; HETTNE, Bjorn. *Development theory in transition. The dependency debate and beyond: third world responses*. London: Zed Books, 1984.

Dos Santos, Theotônio. *Quais são os inimigos do povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

- . *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.
- . *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- . *Memorial*. Niterói, 1994 (mimeo).
- . *Teoria da dependência. Lugar e papel das ciências sociais da UnB*. Brasília: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, p. 3-24. I- Entrevista com Theotônio dos Santos, em 18 Out. 2013.
- . *Teoria da dependência. Lugar e papel das ciências sociais da UnB*. Brasília: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, p. 3-24 III - Palestra de Theotônio dos Santos, realizada em 2013, no Departamento de Sociologia da UnB.
- FRANK, André Gunder. La sociología del desarrollo y el subdesarrollo de la sociología. In: —— (Org.). *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era, 1973.
- . *El desarrollo del subdesarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- . A agricultura brasileira: o capitalismo e o mito do feudalismo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LARRAIN, Jorge. *Theories of development. Capitalism, colonialism and dependency*. Oxford: Polity Press, 1998.
- LEAL, Leovegildo Pereira. *História da Polop: alternativa marxista ao reformismo na esquerda brasileira*. Pará de Minas: Virtual Books, 2014.
- MARINI, Ruy Mauro. Contradicções em Brasil contemporâneo. *Foro Internacional*, v. 5, n. 4, p. 511-546, Abr.-Jun. 1965.
- . La izquierda revolucionária brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de clases. In: BAMBIRRA, Vânia (Comp.). *Diez años de insurrección en América Latina*, v. 2. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1971.
- . Memória. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 5. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

MEYER, Victor. Frágua inovadora: o tormentoso percurso da Polop. In: Centro de Estudos Victor Meyer (Org.). *Polop. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Artetexto, 2009.

PALMA, Gabriel. “Dependencia y desarrollo: una visión crítica”. In: SEERS, D. (Org.). *La teoría de la dependencia: una revaluación crítica*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA. Programa Socialista para o Brasil. In: Centro de Estudos Victor Meyer (Org.). *Polop. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Artetexto, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop. In: FERREIRA, Jorge ; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: 1964-1965*. Brasília: Editora UnB, 2007.

Sociologia e história na obra de José de Souza Martins

Recebido: 06.04.15

Aprovado: 18.02.16

William Héctor Gómez Soto*

* Professor do curso de ciências sociais e do mestrado em sociologia da Universidade Federal de Pelotas. <william.hecktor@gmail.com>

Resumo: O autor analisa a sociologia de José de Souza Martins, centrando a atenção em sua perspectiva teórica e seu método dialético. Martins escolhe como objeto aquilo que está à margem da sociedade e das ciências sociais, como, por exemplo, o destino das populações rurais, os sonhos dos trabalhadores das grandes cidades, a aparição do demônio numa fábrica e a vida cotidiana do homem simples. Discípulo de Florestan Fernandes, Martins dialoga com Marx e Lefebvre, dos quais toma duas noções fundamentais: a de menos-valia e a de resíduo. O autor deste artigo destaca que essas duas noções, aparentemente insignificantes, são a chave para compreender a contribuição de Martins. Na sociologia de Martins, o que está à margem e que é liminar não apenas é um tema como também, e principalmente, um recurso metodológico.

Palavras-chave: menos-valia, resíduo, sociologia, história, método dialético.

Introdução

A obra de José de Souza Martins não pode ser caracterizada como “sociologia histórica”, porém em sua pesquisa sociológica há uma perspectiva particular que combina sociologia e história, o que confere uma das principais características de sua sociologia, ou seja, seu enraizamento nas condições históricas e nas peculiaridades da sociedade brasileira. A perspectiva que articula sociologia e história é uma tradição retomada por Martins de Karl Marx, Henri Lefebvre e Florestan Fernandes. É a partir da pesquisa empírica e histórica que Martins descobre as diferenças da sociedade brasileira em relação a outras sociedades, principalmente a inglesa, que foi a principal referência para os estudos de Marx.

Martins é crítico do que ele chama de sociologia da cópia e da importação, ou seja, da incorporação de teorias produzidas em outras condições históricas, e que são utilizadas ou transpostas sem crítica, para a sociedade brasileira. De Florestan Fernandes, Martins retoma o esforço de construir uma sociologia enraizada no processo histórico da sociedade brasileira e, desta forma, destacar suas particularidades e contradições. Por isso sua sociologia não se reduz a uma especialidade, como é a “sociologia histórica”, a articulação entre história e sociologia forma parte do método adotado e que sintetiza sua crítica às importações de teorias produzidas em outras temporalidades. Não há nele nenhuma pretensão de afirmação de uma “sociologia nacional”, muito pelo contrário, a sua sociologia é um amplo diálogo, rico e

frutífero com uma grande diversidade de autores e teorias clássicas e contemporâneas. De forma criativa, Martins dialoga com esses diversos autores para construir uma sociologia enraizada. Herdeiro de Florestan Fernandes, percorre novos caminhos, descobre novos temas e, sobretudo, cria um estilo e um método particular de fazer sociologia.

A dialética como método e o seminário sobre *O capital*

Martins utiliza criativamente o método de Marx – a dialética –, uma dialética viva, não esterilizada pelo dogmatismo; retorna a Marx, a seu pensamento, mas reconhece a Marx como pensador datado, humano, portanto com limites e, além disso, autor de uma obra inacabada e contraditória. Com o objetivo de apreender o método dialético, organizou, de 1975 a 1987, um seminário para estudar a obra de Marx; posteriormente, coordenaria um seminário para analisar a obra de Henri Lefebvre. Este último seminário durou seis anos (Martins, 1996b). Lefebvre é um pensador francês contemporâneo, cujo principal desafio foi atualizar o pensamento de Marx à luz das mudanças sociais ocorridas no último século. O filósofo e sociólogo francês traz novos temas e conceitos para a análise da sociedade contemporânea e, sobretudo, oferece-nos uma nova forma de abordagem para a explicação dos fenômenos sociais. Lefebvre é o sociólogo da vida cotidiana, da produção do espaço e da modernidade. Em sua vasta contribuição, é possível destacar a teoria e o método dos resíduos, que passando despercebida para os estudiosos lefebvrianos, ajuda-nos a compreender e a explicar a sociologia de José de Souza Martins. Voltaremos a essa questão com detalhes mais adiante.

Martins não é simplesmente influenciado por Lefebvre, ele estabelece um diálogo crítico com o sociólogo francês, apropriando-se principalmente de seu método, de sua concepção de historicidade, da coexistência de temporalidades diferentes. Martins explicita seu método e a perspectiva teórica de sua sociologia. É essa perspectiva teórica que dá coerência a sua sociologia. Em seu livro *O cativo da terra* (2010), Martins deixa claro o ponto de vista teórico e metodológico de sua sociologia, e nele é possível compreender sua concepção da história. Esse ponto de vista teórico fica explicitado nas suas próprias palavras:

Venho orientando a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista (Martins, 2010: 19).

A reprodução das relações sociais

Essa ideia é central para compreender a sociologia de Martins e, sobretudo, para mostrar sua inovação teórica. Assim, voltamos a Lefebvre que recuperou de Marx o conceito de reprodução das relações sociais capitalistas. Os seguidores de Marx prestaram pouca atenção a essa problemática, primeiro por causa de uma concepção mecanicista e quase automática da reprodução das relações sociais, através dos “aparelhos ideológicos do Estado”; mas também porque esperavam a derrubada iminente do capitalismo. Lefebvre (1973) defende a tese de que o capitalismo reproduz as relações sociais capitalistas, mas, ao mesmo tempo, produz novas relações sociais. Ou seja, não há só repetição e reprodução, mas também inovação e produção de novas relações sociais, como aquelas relacionadas com os variados tipos de economia solidária, de cooperação ou as vinculadas com iniciativas de sustentabilidade ambiental e social, de consumo consciente e novas formas de mercado. Portanto, o capitalismo é capaz de produzir novas relações sociais que Lefebvre encontra principalmente na vida cotidiana, mas também no espaço e no fenômeno urbano. Vale a pena chamar a atenção sobre a referência proposta por Lefebvre sobre a reprodução de relações tipicamente capitalistas, porém a pesquisa empírica e histórica que Martins realiza sobre as singularidades da formação da sociedade brasileira o conduz a novas conclusões e, desta forma, sua sociologia se constitui na continuidade da sociologia crítica e criativa de Florestan Fernandes interrompida pelo golpe militar de 1964.

O golpe militar e a sociologia de Florestan Fernandes

O golpe militar significou uma grave interrupção na formação da sociologia brasileira e em seus criativos e originais desdobramentos. Martins assim se refere a essa ruptura de continuidade da sociologia de Florestan Fernandes, provocada pelo golpe militar:

As cassações, que atingiram profundamente a Faculdade de Filosofia, interromperam uma história em andamento, tanto na pesquisa quanto no ensino, quanto, ainda, nas orientações temáticas de cursos e pesquisas (Martins, 2013: 42).

Esta ruptura provocou um vácuo de memória. Os professores cassados não voltaram com a anistia decretada pelo regime militar em 1979. “A ditadura conseguiu quebrar a espinha dorsal da chamada ‘escola sociológica da USP’” (Martins, 2013: 43). Martins é um representante dessa “geração órfã”, como ele mesmo denomina a geração que perdeu seus professores, aqueles que tinham sido formados pela

missão francesa que fundou a USP. Porém, ele não só dá continuidade às grandes preocupações sociológicas do grupo de Florestan Fernandes, mas provoca a renovação dos temas, da teoria e dos métodos. Nas condições adversas criadas pelo golpe militar, ele contribui para a diversificação e o enriquecimento da sociologia brasileira. Essa situação dramática é descrita por Martins:

Na antiga cadeira de Sociologia 1, de Florestan Fernandes, que fora a cadeira de Lévi-Strauss e, depois, de Roger Bastide, havia uma articulação temática, na pesquisa, decorrente de um projeto de estudo que Florestan elaborara, Economia e sociedade no Brasil [...]. Alguns temas se tornaram obsoletos da noite para o dia. Apesar de teoricamente sólida e original, internacionalmente reconhecida e respeitada, a sociologia brasileira que se fazia aqui na Faculdade, em torno de Florestan Fernandes, foi aos poucos sendo marginalizada em nome de modismos, sobretudo europeus. Hoje pensamos o Brasil com cabeça estrangeira (Martins, 2013: 45).

Após as cassações de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, seus professores, Martins inicia sua longa e criativa carreira de pesquisador. Decide explorar a nova fronteira na região da Amazônia, onde as populações nativas estavam sendo expulsas.

A Amazônia – disse Martins – era e é a última fronteira do mundo, o último recanto da terra em que povos desconhecidos estavam na iminência de um contato catastrófico com as forças corrosivas e genocidas da chamada civilização ou, mais corretamente, da sociedade moderna (Martins, 2013: 252).

É nesse contexto de destruição da natureza, de eliminação e de escravidão das populações camponesas, que ele prolonga o esforço de Florestan Fernandes. Para Martins, o desafio dos cientistas era documentar esse processo violento de ocupação do território, pelo capital. Segundo ele, os antropólogos e os geógrafos já estavam no terreno buscando compreender o que estava acontecendo na Amazônia, porém o processo não tinha despertado o interesse dos sociólogos, precisamente porque, nas palavras dele:

Sociólogos se interessam por sociedades instituídas e organizadas e não propriamente por sociedades nascentes, ainda nos primeiros dias de formação e reformulação, que era o que ocorria na Região Amazônica. Uma sociedade velha que renascia e se reinventava no banho de sangue da anulação de regras sociais estabelecidas e criação das regras provisórias dominadas pela lei do mais forte (Martins, 2013: 253).

O relevante está em que a análise desta situação tornava evidente – para Martins – os desencontros dos tempos históricos, as temporalidades diferentes e o ritmo desigual das relações sociais e, principalmente, a relevância metodológica daquilo que está à margem, na periferia. Isto é interessante, como veremos na sequência, porque expressa a originalidade do ponto de vista do sociólogo brasileiro e sua concepção não determinista e não linear da história. Como ele mesmo diz,

coisa raramente perceptível em sociedades urbanas estabilizadas e secularizadas, com regras seguras e horizontes definidos. A sociedade da fronteira era um desafio na última oportunidade que se abria para o estudo sociológico desse momento do processo histórico numa sociedade nova (Martins, 2013: 253).

Foi fazer pesquisa de campo no Mato Grosso, no Pará e em Rondônia, regiões de tensões e conflitos, mas com dinâmicas distintas. Não só estudou os conflitos e as tensões sociais, mas também a criatividade e o imaginário dessas populações. E foi nelas, nesse contexto específico de hostilidade e enfrentamento, que descobriu os novos sujeitos sociais do processo histórico brasileiro. Ele não se refere só às populações indígenas, como novos sujeitos sociais da fronteira, mas também aos posseiros e aos trabalhadores rurais, os homens simples divididos entre o mundo tradicional e o mundo moderno. Ele chega à conclusão de que há uma nova cena histórica, distinta daquela presente na literatura e que marca uma distância profunda entre a academia e a vida cotidiana dessas populações. “O país que se discutia nos meios de acadêmicos estava bem longe do país que abrangia dois terços do território nacional” (Martins, 2013: 270).

Uma hipótese inicial, na elaboração da sua sociologia, contribui para entender que Martins não só prolonga as ideias, os temas e os métodos do grupo de Florestan Fernandes, mas também propõe novos problemas sociológicos e, principalmente, traz um ponto de vista original, a partir de uma perspectiva teórica e metodológica. Desde muito cedo, no fim dos anos 1960, Martins levanta novas hipóteses para explicar a sociedade brasileira. Contraria certo consenso vigente na academia – em relação à tendência inevitável do desaparecimento das relações arcaicas – ao mostrar que essas relações não são antagônicas com as relações capitalistas, ao contrário, desempenham um papel fundamental na reprodução ampliada do capital. Sua hipótese contém uma crítica explícita ao determinismo histórico, ou seja, à visão de que o desenvolvimento do capitalismo levaria à eliminação de relações sociais não capitalistas.

É precisamente na sua dissertação de mestrado, concluída em 1966, que Martins levanta essa hipótese, que se transforma em tese, após a pesquisa de campo. Esta

ideia inicial é fundamental para compreender sua sociologia e entender como ele interpreta e explica a sociedade brasileira. Ideia que depois vai se enriquecendo ao longo de sua reflexão e, sobretudo, com a descoberta da obra de Henri Lefebvre. Em 1965, realiza uma extensa pesquisa na zona rural da Alta Sorocabana, da Baixa Mogiana e do Alto Paraíba, precisamente com o objetivo de analisar as repercussões das transformações sociais na agricultura, comparando a agricultura moderna e a agricultura tradicional (Martins, 1975).

O tema das mudanças sociais era central para o grupo de Florestan Fernandes, porém pensado em uma perspectiva diferente daquela proposta por Martins em sua pesquisa de mestrado. No grupo de Florestan, predominava a ideia de que havia uma resistência às mudanças sociais e às inovações por parte das populações tradicionais.

Preparei um projeto baseado na hipótese teórica oposta, em confronto com a sociologia da cadeia à qual eu me vinculava, a de Florestan. Minha hipótese era a de que a agricultura tradicional, não moderna, a que não seguia padrões de racionalidade econômica, porque baseada no mero costume, tinha uma função no próprio processo de acumulação de capital e, portanto, uma função moderna [...]. O tradicionalismo, em minha hipótese, não era anticapitalista, embora o agricultor estivesse distante do empresário de tipo weberiano. Ele não acumulava necessariamente, mas era peça decisiva no processo de acumulação e, portanto, da modernização, que viabilizava, mas da qual não se beneficiava (Martins, 2013: 33).

O mundo tradicional e a modernidade

Os resultados dessa pesquisa, publicados num dos primeiros livros de Martins com o título de *Capitalismo e tradicionalismo*, de 1975, constituem a base fundamental da crítica da razão dualista. Ao defender a tese de que as relações sociais “arcaicas”, não capitalistas, não estariam em contradição antagônica com o capitalismo, mas que, ao contrário, cumpririam uma função no processo de acumulação do capital, Martins estava deslocando a discussão do moderno para o capitalismo, isto é, da problemática da resistência às mudanças, para a análise das particularidades históricas do capitalismo brasileiro. Esse giro é importante, porque representa um esforço para não considerar o capitalismo como mera abstração. Vale destacar que membros do grupo de Florestan Fernandes já tinham se esforçado no sentido de desvendar o caráter histórico do capitalismo brasileiro, mostrando suas contradições.

Nos anos 1960, Fernando Henrique analisa a contradição entre a forma mercantil da economia e as relações sociais baseadas no trabalho escravo, entendendo-a não como anomalia, mas como contradição constitutiva da realidade.

A insistência de Martins sobre a importância da pesquisa empírica e histórica não é por acaso, é dela que surgem suas principais contribuições para a compreensão sociológica da sociedade brasileira. Em *O cativo da terra* (2010), critica as muitas interpretações que consideram que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre adquiriu a forma de trabalho assalariado, como ocorreu em outros países. Martins mostra que essa transição se baseou em relações sociais não capitalistas. Essa mudança no modo de produção do capital se fez a partir da imigração de trabalhadores italianos e espanhóis, processo organizado pelas elites brasileiras que consideravam economicamente inviável continuar com a utilização do trabalho escravo.

Os mecanismos que garantiam a reprodução das relações sociais passaram da violência e do domínio sobre o corpo do escravo, para um mecanismo ideológico baseado na ilusão de que o trabalhador, através do sacrifício, da poupança, um dia se transformaria em proprietário. A produção da mais-valia, nas fazendas de café, se deu a partir de relações não capitalistas. Mesmo existindo, o salário não era relevante. O mais importante para os trabalhadores era a possibilidade real oferecida pelo fazendeiro para produzir seus bens de subsistência. Nas palavras de Martins:

Também aí havia outro problema, envolvendo os vários autores que trataram da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Difundiu-se por médio deles a concepção de que o trabalho escravo fora substituído pelo trabalho assalariado e não simplesmente pelo trabalho do trabalhador juridicamente livre, mas não formalmente assalariado [...]. O trabalho escravo fora, na verdade, substituído pelo regime de colonato, que combinava várias relações arcaicas de trabalho, como a prestação gratuita de serviços, a renda em trabalho e a produção direta dos meios de vida. Só em pequena parte, essas modalidades de uso da terra foram complementadas pelo pagamento propriamente salarial da colheita de café pela família do colono (Martins, 2013: 37).

Como já foi dito anteriormente, há em Martins, desde o início de sua trajetória como pesquisador, uma preocupação com o método dialético, pela apropriação do método de Marx, e essa apropriação marca ao mesmo tempo a continuidade e a renovação da sociologia em relação ao grupo de Florestan Fernandes. Martins resgata um Marx datado e autor de uma obra, como já foi exposto, incompleta e desigual. O importante de Marx é o método – disse Martins –, apesar disso, ele utiliza em sua análise e interpretação da sociedade brasileira os conceitos centrais de Marx, como mais-valia, alienação, acumulação de capital e reprodução das relações sociais de produção.

A presença de Lefebvre

A influência de Lefebvre marca um ponto de inflexão na sociologia de Martins. É essa influência que cria a possibilidade de abertura de sua sociologia para novos temas e enfoques metodológicos.

Fizemos em conjunto a leitura e releitura de boa parte da obra de Marx durante doze anos, às sextas-feiras de manhã, em semestres alternados. Terminado esse período, o seminário sobre o método dialético teve continuidade na leitura de um marxista de envergadura clássica, Henri Lefebvre, o autor de uma leitura propriamente sociológica da obra de Marx. O autor que trazia Marx cientista para o século XX. Lemos e analisamos boa parte da obra de Lefebvre nos seis anos seguintes. É Lefebvre quem propõe que a sociologia marxiana é uma coisa e o marxismo é outra [...]. Lefebvre dedicou especial interesse e atenção na linha, justamente, da sociologia marxiana e da sociologia clássica, à pesquisa empírica e a suas conexões com o trabalho teórico, à articulação entre método de investigação e método de explicação (Martins, 2013: 47).

Martins destaca a importância da pesquisa empírica em Lefebvre, um traço comum interessante entre os dois:

Sua obra interpretativa é toda marcada pela centralidade do empírico. Para realização das descobertas teóricas que estão nos fundamentos de seus livros sobre o espaço e a cidade, Lefebvre tornou-se motorista de táxi em Paris [...]. Foi por essa via que Lefebvre desvendou as tensões entre produção social e reprodução social, a reprodução ampliada de capital como reprodução ampliada de contradições sociais. Portanto, abriu o caminho para a compreensão sociológica da cotidianidade e do reprodutivo e, também, do âmbito desdobrado da revolução como revolução urbana e como revolução na vida cotidiana (Martins, 2013: 48).

A sociologia de Martins aborda uma ampla diversidade de temas, como estudos sobre as populações tradicionais, a vida cotidiana, o subúrbio, os movimentos sociais, os linchamentos, as contradições da modernidade, a questão agrária e a reforma agrária, entre outros, mas, longe de serem temas isolados, fazem parte de um conjunto coerente.

O que dá unidade a minha obra é a investigação da historicidade nas diferentes manifestações da vida social, isto é, a identificação das condições e fatores da mudança social nos diferentes âmbitos da realidade, mesmo na realidade mínima e cotidiana [...]. Oriento-me pela identificação do que é histórica e concretamente

possível e dos obstáculos e cerceamentos à sua manifestação e realização. Dou continuidade, numa perspectiva peculiar, ao que foi o centro das preocupações teóricas e empíricas da chamada “Escola Sociológica de São Paulo”, que teve em Florestan Fernandes o centro e a referência. A dialética, na orientação metodológica do resgate que dela faz Lefebvre, foi fundamental para dar a dimensão de conjunto aos meus livros e artigos [...]. Basicamente, interrogo a história e o possível que se escondem no cotidiano, no banal, no repetitivo e nas meras formas do aparente (Martins, 2013: 40).

Uma sociologia da margem

É nessa perspectiva que ele propõe uma nova sociologia, chamando a atenção para o que está no limite e à margem, como possibilidade explicativa das contradições da sociedade brasileira. O que está à margem, no limite, é o método explicitado e teorizado por Martins. Por isso, durante muito tempo, em sua trajetória, dedicou-se a estudar as particularidades do rural, do drama das populações na fronteira entre a tradição e a modernidade. Tomar o que está à margem como princípio metodológico é um traço marcante de sua sociologia.

E este é um aspecto compartilhado com Lefebvre, que valorizava a periferia como ponto de vista privilegiado de observação e análise. Aqui também existe uma ligação curiosa entre esse ponto de vista metodológico e a origem social de Martins e Lefebvre. Lefebvre se considerava da periferia da sociedade, ele nasceu na região dos Pirineus franceses, e adotava uma postura crítica em relação aos intelectuais de Paris. Para Lefebvre, “[...] *la conciencia periférica dirigida metódicamente permite alcanzar el conocimiento del centro y de la mundialidad*” (Lefebvre, 1976: 58). Num de seus textos, Martins explora as semelhanças da origem social de Henri Lefebvre e Florestan Fernandes. A proposta metodológica de Martins surge explicitamente em 1975, coincidentemente com o início do seminário organizado por ele sobre o método dialético em Marx.

Afirma que quem está no limite tem uma visão crítica da sociedade, diferente de quem está integrado. As pessoas que estão no limite conseguem ver mais, ver além, por exemplo, as populações rurais, que são pessoas que estão num mundo dividido, em crise, num mundo tradicional ameaçado pelo mundo moderno.

Quem está nessa situação, vê o todo porque vê o que está acabando, vê que a sociedade é processo, movimento, transformação, finitude, mais do que estabilidade, permanência, estrutura (Martins, 2013: 59).

Na sua sociologia, o tempo é cíclico, não linear. Na sua análise, o capitalismo brasileiro não elimina as formas sociais e culturais tradicionais. Essa ideia, como já foi mencionado, aparece no início da sua trajetória. Para ele, a sociedade brasileira é uma sociedade híbrida, de tempos sociais que se combinam e se misturam, uma característica da chamada modernidade. A modernidade é essa mistura de tempos que muitos denominam de pós-modernidade, mas não existe uma distinção clara e rígida entre modernidade e pós-modernidade. Essas relações sociais diversas, diferentes, que se combinam no capitalismo brasileiro, não são necessariamente contemporâneas, pertencem a temporalidades diferentes.

Nessa combinação de tempos históricos, não apenas se expressa o passado e o presente, mas também as possibilidades futuras. É no mundo rural que se encontra mais claramente essa diversidade de tempos históricos de relações sociais datadas, o que explica o fato de Martins dedicar uma parte importante de sua obra às questões relativas ao mundo rural brasileiro. Essas relações sociais diversas não necessariamente são antagônicas com o capitalismo brasileiro, que não as elimina, pelo contrário, as reproduz e as subordina às necessidades da acumulação do capital.

Desde esta perspectiva, o moderno não pode ser considerado apenas a superação inevitável do mundo tradicional, uma concepção muito difundida na América Latina. Na sociologia de Martins, o tradicional aparece como crítica incompleta dos efeitos e consequências da modernidade. Nas visões de cunho positivista – disse Martins – o tradicionalismo dos pobres do campo migrados para as cidades, a cultura popular e a própria pobreza não fariam parte da modernidade. Nessas interpretações,

seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização (Martins: 2000: 18).

Na perspectiva de Martins, a análise da modernidade na América Latina implica o reconhecimento de sua anomalia e sua inconclusividade.

As misérias, como o desemprego e o subemprego, os valores e as mentalidades produzidos pelo desenvolvimento dependente são partes integrantes da modernidade, embora de um ponto de vista teórico e tipológico não façam parte do moderno. A modernidade só o é quando pode ser ao mesmo tempo o moderno e a consciência crítica do moderno [...]. A modernidade, nesse sentido, não se confunde com objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital; que introduziu na vida social e na moralidade,

até mesmo do homem comum, o cálculo, a ação social calculada na relação de meios e fins, a reconstituição cotidiana do sentido da ação e sua compreensão como mediação da sociabilidade (Martins, 2000: 18).

Martins analisa as contradições da modernidade brasileira mostrando a coexistência de tempos e relações sociais diversas; sua análise é expressão de uma concepção da história não linear, cíclica. Há uma crítica às interpretações deterministas da história e à inevitável eliminação das formas tradicionalistas, consideradas atrasadas. Essas formas tradicionalistas fazem parte da modernidade brasileira e, muitas vezes, se colocam como crítica à sociedade moderna e suas consequências. Em um de seus últimos livros – *Aparição do demônio na fábrica (origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário)* (2008c) –, ele revela a presença da cultura tradicional como expressão crítica da modernidade, fazendo parte dela, porém não sendo propriamente moderna.

Ele reconstrói um fato extraordinário ocorrido numa fábrica de cerâmica que ficou guardado na memória por várias décadas. Martins trabalhou adolescente nessa fábrica e foi testemunha da aparição do demônio. Ele recorre à memória como instrumento inicial de pesquisa, anota cuidadosamente os detalhes do processo de produção e as recordações que ficaram guardadas durante muito tempo. Realizou entrevistas com algumas pessoas chave para verificar e confrontar com suas lembranças. Ele analisa esse fenômeno para mostrar a presença de relações sociais não capitalistas e da cultura tradicional que não só faz parte da modernidade brasileira, mas que se apresenta como crítica à modernidade, porém uma crítica insuficiente e limitada. Seu objetivo foi mostrar as características específicas da modernidade brasileira, estabelecendo as diferenças e as distâncias em relação a outras sociedades capitalistas.

Como se mencionou anteriormente, Lefebvre é a principal referência teórica de Martins, evidentemente não a única. Aliás, umas das marcas da sociologia brasileira de José de Souza Martins é sua abertura e a diversidade de suas fontes teóricas. Mais do que um uso específico dessas teorias, trata-se de um diálogo crítico com as ideias, os conceitos e as perspectivas de um universo de autores. Não há, em Martins, evidências de proibições como as que ainda estão presentes na academia.

Ele dialoga criticamente, se apropria de forma original de conceitos e ideias desses autores, tendo como preocupação e objeto de estudo o processo histórico de formação da sociedade brasileira. De Lefebvre, retoma uma noção fundamental: a ideia da reprodução das relações sociais. Em sua interpretação sobre a sociedade

brasileira, tendo como base sua longa pesquisa empírica e histórica, propõe a noção de reprodução capitalista de relações não capitalistas para compreender as particularidades do capitalismo brasileiro, uma sociedade onde ainda persistem relações sociais baseadas na renda da terra e no trabalho escravo.

Nesse mesmo sentido, sua crítica ao discurso da exclusão social (Martins, 2008b; 2009) e da modernidade anômala se fundamenta na ideia de que o capitalismo brasileiro é uma totalidade inacabada e contraditória. A teoria lefebvriana dos resíduos pode contribuir para explicar essa crítica de Martins. A teoria e o método lefebvrianos dos resíduos têm sido pouco explorados pelos estudiosos do pensamento de Lefebvre. Essa teoria aparece em várias obras do autor francês, principalmente em *Metafilosofia* (1967), coincidentemente o seu primeiro livro publicado no Brasil. Lefebvre também é um crítico da concepção de sistema fechados. Para ele, os sistemas de poder não conseguem reduzir os resíduos que os compõem. Ele chama esses elementos de irredutíveis. Por exemplo, o poderio constituído pela religião não consegue reduzir e dominar o corpo, da mesma forma o poder do Estado é incapaz de controlar o cotidiano.

Segundo Lefebvre e Martins, na reunião desses irredutíveis existe a possibilidade de transformação social. Não foi por acaso que uma das bandeiras das revoltas de maio de 68, na França, foi a revolução do cotidiano. Os resíduos explicam a sociologia de Martins, sua crítica à modernidade brasileira, seus temas e seu método. Por isso que parte importante da sua sociologia é dedicada a temas como o rural e o cotidiano, a irracionalidade dos sonhos e da presença do mundo tradicional na modernidade brasileira. Os resíduos aparecem como base da crítica sociológica e social; da superação da alienação e também como expressão das contradições dos processos sociais e, portanto, da inovação e da repetição. E aqui toma sentido sua afirmação de que a modernidade brasileira é inconclusa, justamente para chamar a atenção das contradições da modernidade brasileira que se expressam nos resíduos. A modernidade é inconclusa e anômala porque a sua crítica aparece de forma incompleta, desconstruída e descompassada entre o moderno e a consciência crítica.

Um demônio na fábrica

O demônio aparece na fábrica de São Caetano como crítica ao moderno processo de produção e às inovações técnicas. A crítica ao moderno se transfigura de demônio, não surge como crítica racional às mudanças sociais e tecnológicas, por isso essa crítica é inconclusa e incompleta. Os ritmos desiguais do desenvolvimento capitalista aparecem na fábrica, onde formas modernas se combinam com formas atrasadas. Na fábrica de São Caetano, alguns dos setores ficaram de fora das inovações tecno-

lógicas, combinando-se as duas formas de sujeição já referidas por Marx: sujeição real e a sujeição formal.

O capitalismo não consegue “modernizar” todos os setores de forma homogênea, por isso, alguns setores escapam à modernização. Por exemplo, no processo de trabalho da cana-de-açúcar, um setor atrasado (a produção agrícola), não modernizado, antecede à etapa industrializada do processo, isto é, moderno. Na fábrica de São Caetano, o setor atrasado, artesanal, estava situado no final das etapas modernizadas. Ele se refere ao setor da escolha e classificação dos ladrilhos, como sendo atrasado, artesanal, mas que também era alcançado pela modernização tecnológica, indiretamente, através do ritmo intenso de trabalho,

o momento artesanal do processo de trabalho foi criado pela própria grande indústria, na falta de recursos técnicos que compatibilizassem o trabalho de escolha e classificação dos ladrilhos com os outros momentos do processo de trabalho (Martins, 2008c: 170).

Martins encontra no invisível e na anomalia, como é o caso da aparição do demônio, a chave para explicar as características da modernização e suas relações com a modernidade.

A modernização do processo de trabalho na fábrica implicou também a imposição e disseminação do conhecimento técnico dos engenheiros que entrou em contradição com o saber dos mestres que eram portadores de concepções e valores tradicionais. Eles eram representantes de um mundo que estava desaparecendo. A modernização na fábrica de São Caetano estava implantando uma nova divisão de trabalho que separava o trabalho intelectual do trabalho manual, porém esse processo é desigual, e na seção de escolha e classificação, que era principalmente formado por mulheres trabalhadoras, não tinha sido alcançado diretamente por essas modificações e inovações tecnológicas. O trabalho na seção de escolha dependia principalmente das habilidades das trabalhadoras, porém o ritmo de trabalho era imposto pelas máquinas e a tecnologia das etapas anteriores do processo de trabalho. Então, Martins aponta uma contradição fundamental entre o ritmo imposto pelas máquinas nas etapas anteriores e o trabalho na seção de escolha. Foi nesse desencontro de ritmos que o demônio se fez visível para as mulheres da seção de escolha.

Os ladrilhos estavam saindo rachados e com defeitos do novo forno. Porém do velho forno, 90% dos ladrilhos não só saíam sem defeitos, mas eram de primeira qualidade. Para os engenheiros, a situação devia se resolver apenas com ajustes nas novas máquinas. Para as operárias, era um momento de incerteza que escapa-

va ao controle, e interpretaram a situação de outro modo: elas atribuíram os ladrilhos defeituosos à presença do demônio e, precisamente por isso, elas se sentiram ameaçadas.

Ele era visto meio sorridente, bem vestido, como os engenheiros, num canto da seção. As operárias alegavam, também, que nos momentos em que ele aparecia, sentiam cheiro de enxofre, um cheiro que a cultura popular associa à figura de Satanás. A contramestre da seção, era uma senhora muito católica, moradora no bairro vizinho à fábrica em que também moravam as operárias [...]. Alegavam as operárias que o demônio estava ali presente porque a fábrica começara a funcionar antes de receber a bênção do padre (Martins, 2008: 173-174).

Martins explica sociologicamente a aparição do demônio: sua presença tornou visível as modificações tecnológicas e a intensificação do ritmo de trabalho que se apossaram do corpo das trabalhadoras, mas também salienta que há na visão das trabalhadoras uma determinada concepção de riqueza. Para elas, a riqueza é paga e se constitui em negação da humanidade do trabalhador que a produz, ao mesmo tempo em que se descobre separado de sua obra. A crítica à inconclusividade da modernidade brasileira é uma das formas em que aparece o tema de alienação na sociologia de Martins. Um tema central na obra de Marx e Lefebvre.

Na aparição do demônio na fábrica, a crítica da alienação se apresenta de forma incompleta e inconclusa, sua “superação” – ou a “desalienação” – é inconclusa porque é resolvida através de rituais da cultura tradicional e religiosa das populações rurais, porque reconcilia os antagonismos legitimando-os. É por isso que a modernidade é inconclusa, porque a crítica é limitada, baseada em valores tradicionais, e essa combinação entre o moderno e o tradicional, que aqui aparece como consciência incompleta, é contraditória. Em outras palavras, Martins distingue o moderno, ou seja, o novo, as tecnologias, as máquinas, e a modernidade, que supõe, além do novo, também uma consciência crítica do moderno.

É o rito da bênção dos locais, meios e condições da produção que reconcilia simbolicamente o trabalhador com seu produto. Legitimando, porém, o antagonismo que os confronta. De fato, celebrada a missa e benzidas as instalações, com a presença dos proprietários, dos engenheiros, mestres e de todos operários, inclusive os das velhas seções das duas divisões da fábrica, o demônio não se fez mais visível. Nesse meio tempo, foi descoberta a causa dos defeitos nos ladrilhos, que passaram a ser produzidos com a qualidade tradicional (Martins, 2008c: 174).

Num trabalho anterior sobre a obra de Martins, argumentei que, em minha interpretação, duas eram as noções centrais que possibilitam compreender a sociologia e a concepção de história de Martins: as noções de resíduos e a de menos-valia. Como já foi dito, a primeira pertence a Lefebvre; a segunda, surpreendentemente, a Marx.

Os resíduos e os poderios

Os resíduos, apontados por Lefebvre, envolvem uma potência constituída em “mundo” e um largo alcance explicativo. Os resíduos são, em termos teóricos e metodológicos, uma grande descoberta, que, apropriados criticamente por Martins, são transformados, enriquecidos e reconstruídos de forma original e inovadora. Esses resíduos e o residual constituem uma das chaves explicativas da obra de Martins. Descartados por outras interpretações, os resíduos tornam-se os elementos essenciais para compreender sua sociologia.

Martins reúne os resíduos dispersos produzidos no processo histórico de constituição da sociedade brasileira, descobre que o residual contém potencialidades esclarecedoras sobre o possível oculto nas misérias e injustiças sociais do presente. A teoria dos resíduos de Lefebvre permite compreender os temas tratados por Martins: a visão das crianças sobre o mundo dos adultos, o silêncio, o não dito e o indizível, os sonhos (Martins, 1996a), os desencontros da modernidade e do moderno, a vida cotidiana e a alienação, os tempos e ritmos diferentes das relações sociais que não se excluem, apesar de estarem em contradição.

Segundo Lefebvre (1967), é nos resíduos que há possibilidade de resistência e transformação. Como já foi dito, os sistemas deixam um resíduo que, irreduzível, deles escapa. Lefebvre se refere especialmente ao estruturalismo que pretende fundar um sistema. Mas recua, se enfraquece, e deixa um resíduo que dele escapa: o tempo. É o tempo que distingue as conexões das formas que nele se realizam. Nos resíduos, existem as possibilidades de criar, do novo. Mesmo a matemática não constitui um sistema fechado, nela há a possibilidade de criação. A matemática produz um resíduo: o drama que escapa ao número, mas que o ilumina, esclarecendo-o. Nas palavras de Lefebvre, “a diversidade dos resíduos e seu caráter residual só tem sentido nos e pelos sistemas que tentam reabsorvê-los” (Lefebvre, 1967: 374). Do que se conclui que os resíduos contêm significativas potencialidades teóricas e metodológicas para compreender os sistemas de poder e que estes sistemas não são fechados. Lefebvre é um crítico radical da noção de sistema entendida como totalidade acabada e fechada. Crítica que é compartilhada por Martins que, como já foi dito, considera o capitalismo brasileiro como uma totalidade inacabada.

A teoria dos resíduos de Lefebvre retoma o tema do romantismo, mas dando-lhe um novo sentido, isto é, o tema da negatividade, da contestação e da crítica radical. O método lefebvriano busca, em primeiro lugar, detectar os resíduos, apostar e mostrar neles a sua essência, reuni-los e organizar suas revoltas. Um resíduo é um irreduzível que deve ser apreendido novamente.

Neste sentido também pode compreender-se a obra de Martins, isto é, a partir do residual ele cria uma nova sociologia e uma nova prática sociológica. O primeiro passo – disse Lefebvre – é reunir os resíduos que são depositados pelos sistemas que procuram inutilmente constituir-se em totalidades. A religião não consegue acabar com a vida carnal e a vitalidade espontânea. A filosofia deixa escapar o elemento lúdico e cotidiano, que não é capaz de absorver. Assim como o drama escapa à matemática, a estrutura e o estruturalismo deixam novos resíduos: o tempo, a história, o particular e as particularidades específicas. A máquina e a técnica mostram aquilo que lhe resiste: o sexo e o desejo; o Estado é implacável contra a liberdade, mas a qualifica. A centralidade do Estado salienta a descentralização irreduzível das regiões. A arte deixa um resíduo, a criatividade. A burocracia não consegue reduzir o indivíduo, o singular, assim como a organização não pode eliminar o espontâneo e o desejo. Esses são os irreduzíveis.

O método dos resíduos de Lefebvre não mostra uma imagem enganadora do futuro, mas apela para o possível, para a imaginação. Ao partir do atual, sem descuidar do imprevisível, o método lefebvriano presta atenção ao novo que surge na história. Os resíduos não são só o mais precioso, mas fazem explodir por dentro os sistemas que querem absorvê-los.

Nesse sentido, a *poiésis*, que deles se apodera, deve revelar-se criadora de objetos, de atos e, mais geralmente, de situações (Lefebvre, 1967: 377).

Martins, do mesmo modo que Lefebvre, constrói sua sociologia a partir daquilo que não tem valor, ou que não tem mais valor, isto é, o cotidiano, a ambiguidade, a palavra incerta. Esses são os resíduos a que se refere Lefebvre e que estão presentes na sociologia de Martins.

É do residual do qual parte a *poiésis*, isto é, as potencialidades da criação. As imensas possibilidades tecnológicas atuais – disse Lefebvre – chegam às pessoas como resíduos daquilo que foi destinado à alimentação dos sistemas de poder. Um exemplo típico é a internet, da qual hoje se beneficiam milhões de pessoas mundo afora. Em sua origem destinada a alimentar o sistema militar, chega de forma residual às pessoas, que a utilizam, a potencializam e transformam.

Os estudos de Martins sobre as populações camponesas (Martins, 1981) buscam encontrar no residual as possibilidades de interpretação sociológica da sociedade brasileira. Lefebvre também fez seu doutorado em sociologia rural. Nessa pesquisa, ele fez a reconstituição de mil anos de história de uma aldeia francesa, encontrando o significado dos confrontos políticos centenários e de concepções de vida que não poderiam ser identificadas a partir de uma perspectiva evolucionista e linear. Assim, tanto para Martins como para Lefebvre, o rural possui uma riqueza metodológica que não existe em outros lugares. É no mundo rural que existe uma maior diversidade e tensão de tempos históricos e relações sociais.

A noção de menos-valia

A teoria de Marx tem na noção de mais-valia sua contribuição mais importante, superando com ela, a teoria de Adam Smith e David Ricardo. A preferência metodológica de Martins pelo residual e marginal o leva a descobrir uma noção aparentemente sem importância, numa linha perdida de *O capital*: é a noção de *menos-valia*. Uma noção que é marginal e que nenhum dos seguidores de Marx prestou atenção. A noção de menos-valia é, a meu ver, a melhor manifestação da concepção não linear da história, da combinação de temporalidades e relações sociais diferentes, presentes na sociologia de José de Souza Martins, atento às coisas desimportantes, àquilo que parece secundário, oculto, capaz de descobrir uma noção oculta no pensamento de Marx, mas que é reveladora de uma particular interpretação da história e do desenvolvimento desigual do capitalismo em sociedades como a brasileira.

A noção de menos-valia aparece num livro de fotografia, aparentemente desimportante de Martins (2008a), por isso, despercebida. A desimportância do livro é apenas aparente, na introdução intitulada reveladoramente “Retratos do silêncio”, ele se refere a essa noção perdida em Marx. Ao resgatar a noção de menos-valia, a confronta com a noção mais conhecida pelos marxistas: a mais-valia. Mostra que, em Marx, há uma concepção não linear da história que se expressa na noção de menos-valia. As noções de resíduo e menos-valia se constituem num caminho para a construção de uma interpretação e de uma compreensão de sociologia de Martins. Evidentemente não é o único, mas é o caminho interpretativo que proponho neste texto. A noção de menos-valia, salienta Martins (2008a), se apresenta como contraponto da tentação de linearidade da história, expressão do que de residual há na história, bem como manifestação da temporalidade do social. Nas palavras do autor:

Numa linha perdida de um dos três volumes de *O capital*, de passagem, Karl Marx usa a noção de menos-valia. Num denso e inacaba-

do livro sobre a mais-valia, a exploração do homem pelo homem, a forma social de extração e acumulação da riqueza na sociedade contemporânea, a fonte da imensa massa do capital que transfigurou a sociedade, fonte do poder que os circunda e nos conforma, essa referência é o contraponto dialético à tentação de linearidade, do discurso meramente conceitual, do modo único de dizer e de compreender (Martins, 2008a: 9).

É, portanto, nos resíduos da história e do social que Martins encontra as referências para sua sociologia enraizada, no menos que significa mais, naquilo que parece insignificante, mesmo não sendo, no homem simples que não se considera ator da história, embora seja, mas que se encontra alienado e dividido.

Abstract: In this paper, the author examines the sociology of José de Souza Martins by focusing on his theoretical perspective and dialectical method. Martins addresses what is on the edge of society and the Social Sciences, which includes, for instance, the fate of rural people, the dreams of workers in large cities, the apparition of the devil in a factory, and the everyday life of ordinary men. Disciple of Florestan Fernandes, Martins establishes a dialog with Marx and Lefebvre from whom two essential notions are taken: those of capital loss and residue. The author of this article points out that these two notions, seemingly insignificant, are key to understanding the contribution of Martins. In Martins' Sociology, what is in on the edge is not just a theme, but it is also and primarily a methodological resource.

Keyword: capital loss, residue, sociology, history, dialectical method

Referências

- LEFEBVRE, Henri. *Tiempos equívocos*. Barcelona: Editorial Kairós, 1976.
- . *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Scorpião, 1973.
- . *Metafilosofia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- MARTINS, José de Souza. *A sociologia como aventura – memórias*. São Paulo: Contexto, 2013.
- . *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- . *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2009.
- . *José de Souza Martins*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008a.
- . *A sociedade vista do abismo (Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais)*. Petrópolis: Vozes, 2008b.

- . *A aparição do demônio na fábrica (origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário)*. São Paulo: Editora 34, 2008c.
- . *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- (Org.). *(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- . *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- . *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil

Recebido: 02.05.15

Aprovado: 26.07.16

Celi Regina Jardim Pinto*

* Doutora em ciência política pela University of Essex (Inglaterra) e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <celirjp@gmail.com>

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as teorias do reconhecimento como instrumental para a análise das manifestações de rua ocorridas no Brasil em junho de 2013. Examina três autores: Nancy Fraser, Axel Honneth e Judith Butler, descrevendo os pontos centrais da teoria do reconhecimento de cada um deles, para assim apontar as possibilidades e os limites de sua aplicação no estudo em pauta. A hipótese que norteia o artigo é a seguinte: nas manifestações de rua de 2013, a ausência de sujeitos coletivos organizados caracterizou uma condição de dispersão e fragmentação, resultando em uma demanda por reconhecimento antipolítica e individualizada. Tendo em vista esse cenário, chegou-se à conclusão de que as teses de Judith Butler sobre reconhecimento foram as que se mostraram mais apropriadas à análise dos eventos.

Palavras-chave: teoria social, teorias do reconhecimento, pós-estruturalismo, Nancy Fraser, Axel Honneth, Judith Butler, manifestações de rua no Brasil em junho de 2013.

[...]

Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
Sei que não vou por aí!

José Régio (1901-1969), "Poemas de Deus e do Diabo" (1925).

1. Neste artigo, serão empregadas "teorias do reconhecimento", no plural, e não teoria do reconhecimento, por tratar de duas perspectivas teóricas distintas: a de Nancy Fraser e a de Axel Honneth, representantes da teoria social, e a de Judith Butler, pós-estruturalista desconstrutivista.

O presente artigo tem como objetivo discutir as teses das teorias do reconhecimento¹ com o intuito de avaliar a sua aplicação na análise das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 no Brasil. Parte-se da premissa de que a teoria dos movimentos sociais e a teoria da representação, vistas *lato sensu* no escopo da teoria democrática, não propiciam as melhores ferramentas para eventos como esses, que se apresentam como não políticos, antipolíticos, não organizados, espontâneos e individualizados.

Os manifestantes que tomaram as ruas naquele momento podem ser divididos *grosso modo* em dois grandes grupos: o primeiro, minoritário, composto de militantes de movimentos com histórias anteriores às manifestações; o segundo, majoritário, constituído por uma massa fragmentada de pessoas, que foram para as ruas sem qualquer organização anterior. O primeiro grupo tem sido vastamente trabalhado

2. Desde as últimas décadas do século XX, os movimentos sociais têm ocupado a literatura sociológica nacional e internacional com estudos teóricos e empíricos, como os de Cohen e Arato (1994), Melucci (2001), Dagnino (2002), Gohn (1997; 2008), Costa (2002) e Scherer-Warren (1993).

3. Há exercícios de mapeamento das redes sociais que se interligaram em 2013 muito bem elaborados no site <www.labic.net>.

4. Dentre a grande produção acadêmica nacional e internacional acerca das teorias de Fraser e Honneth e a polêmica entre os dois, destacam-se textos mais atuais e alguns que se tornaram referência na área: Grueso (2012), Mendonça (2011a; 2011b), Garret (2010), Ibañez (2010), Pinto (2008), Matos (2004), Swanson (2005) e Zurn (2003).

5. Em seu site, o MPL assim se define: “o Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito, para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. Quanto à sua história, afirma:

na literatura sociológica²; o segundo, entretanto, é a novidade que os estudiosos têm dificuldade de entender para além das explicações que tratam de redes sociais³. Ou seja, pouco se tem avançado sobre os estudos do fenômeno em si. É, pois, com foco nessa novidade que este artigo irá discutir as teorias do reconhecimento de Nancy Fraser, Axel Honneth e Judith Butler.

As diferentes propostas desses autores oferecem perspectivas promissoras para tal entendimento, com destaque para as teses de Butler, cujas ferramentas mostraram-se mais apropriadas para a análise dos eventos, visto que o momento do sujeito nas manifestações não corresponde aos sujeitos da teoria social, que buscam um porvir: a paridade de representação em Fraser e a “boa vida” em Honneth.

Inicialmente neste artigo se fará uma breve apresentação dos acontecimentos. Se passará a um recorrido das teses que embasaram a polêmica entre Fraser e Honneth, não se pretendendo, porém, repetir o encontrado, com bastante qualidade, na extensa produção sobre esses autores⁴. Assim, se retomará apenas os pontos que contribuem para desenvolver o argumento deste artigo, citando-se a conhecida polêmica na medida em que ela possa esclarecer as diferentes posições dos autores, principalmente no que se refere ao autorreconhecimento. Na sequência, se discutirá as teses de Butler sobre reconhecimento, comparadas, quando necessário, às de Fraser e Honneth, e se chegará, por fim, a algumas conclusões a respeito das teorias do reconhecimento aplicadas à análise das manifestações de rua ocorridas no Brasil em junho de 2013.

Breve apresentação dos acontecimentos

Em junho de 2013, a onda de manifestações que varreu o Brasil de norte a sul levou centenas de milhares de pessoas às ruas. A motivação inicial foi a mobilização do Movimento Passe Livre (MPL)⁵ contra as propostas de aumento das tarifas de ônibus anunciadas por algumas prefeituras; as manifestações ocorreram agrupando um conjunto heterogêneo de pessoas, com demandas que variavam de questões muito específicas, como “contra a PEC 37”⁶ e até mesmo “contra tudo que está aí”. Entre os manifestantes havia uma minoria com militância política e adesão a movimentos sociais; outros, todavia, participavam pela primeira vez de um evento coletivo dessa natureza e tinham ido às ruas por curiosidade, convite de amigos ou colegas. Se há uma característica que primeiro qualifica essa multidão é a diversidade.

Em suma, nos dois grandes grupos identificados estavam, o primeiro – o Movimento Passe Livre – contava com militantes da esquerda radical, incluindo pequenos partidos, e os Black Blocs (BB) e suas derivações anarquistas; o segundo, agrupava

a já citada majoritária massa disforme. No discurso de todos, há uma constante: o afastamento da política partidária e dos políticos. “Eles não nos representam” era um *slogan* encontrado em todos os grupos. O MPL, os BB, os grupos anarquistas e de militantes da extrema esquerda defendiam a democracia direta e participativa, portanto não poderiam se sentir representados por aquilo que era justamente a motivação e causa do protesto. A grande maioria das pessoas que foram para as ruas com cartazes feitos à mão⁷ não se identificava, pelo menos publicamente, com partidos políticos e tinham uma relação escorregadia com a política, estavam nas ruas pelos motivos mais diversos, mas, contraditoriamente, em suas manifestações não aparecia uma decepção com a política partidária, mas a sua negação, o que tem um sentido bastante distinto; não havia uma luta por mudança na política, apenas o repetido bordão de que a política e os políticos não representavam os manifestantes. Queriam estar longe de qualquer solução política.

Este artigo, não é um estudo da ideologia política dos manifestantes, tampouco uma análise das eventuais intenções veladas da saída às ruas. A novidade do fenômeno é um grande grupo de pessoas terem saído às ruas afirmando que não gostavam de política, que eram contra os partidos, que não estavam envolvidos com a política⁸.

Os reconhecimentos de Fraser e Honneth

Nancy Fraser parte de uma crítica ao multiculturalismo, que, segundo ela, havia desprezado o lado econômico em proveito do cultural. Introduz a questão da redistribuição com estatuto diferenciado em relação ao reconhecimento, defendendo que ambos são uma questão de justiça e que não podem ser reduzidos a uma questão psicológica de autorreconhecimento e estima social, como acusa Honneth de fazê-lo. Afirma que:

Não se trata de ser tomado por uma identidade distorcida ou uma subjetividade enfraquecida como resultado de ser depreciado pelos outros. É, em vez disso, ser constituído por padrões institucionalizados de valores culturais de tal forma que impossibilite atuar com paridade na vida social (Fraser & Honneth, 2003: 29)⁹.

Fraser abre com sua definição a possibilidade de reconhecimento sem autorreconhecimento, apoiando sua tese unicamente na questão de justiça. Tal possibilidade só existe porque Fraser separa reconhecimento de redistribuição, mesmo que admita que isso seja apenas uma distinção analítica. Pode-se concordar com a autora no que se refere à redistribuição, no sentido de que possa haver políticas de redistribuição anteriores a lutas por reconhecimento, mas é difícil entender como Fraser pensa que isso possa vir a se realizar, pois uma política redistributiva só se

“o MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006 o MPL realizou seu III Encontro Nacional, com a participação de mais de dez cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra]”. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br>>. Acessado em: 10 Jun. 2014.

6. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37 tirava do Ministério Público (MP) o direito de investigação. O MP fez grande campanha contra a sua aprovação. Nas ruas, apareceram cartazes, não artesanais mas todos iguais contra a PEC 37. Essa demanda e a forma como apareceu nas manifestações diferia muito do que acontecia de modo geral nas ruas, indicando um possível aparelhamento.

7. Havia cartazes contra a corrupção e contra todos os

políticos: “somos contra tudo que está aí” era uma frase que se repetia em todas as cidades, “o povo unido não precisa de partido” era outra. A corrupção foi associada às obras para a Copa do Mundo de 2014 e para a Copa das Confederações, que acontecia na mesma época das manifestações. Havia também claras manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff em cartazes que diziam: “Dilma nós não acordamos fortes, nós somos fortes” ou “Sai Dilma, o povo é o dono do país”. Estiveram muito presentes cartazes com trechos do hino nacional, como “verás que um filho teu não foge à luta” ou respondendo a frase “gigante pela própria natureza” com cartazes dizendo “o gigante acordou”. Também havia manifestações claramente de direita como “Não à ditadura comunista no Brasil” ou “Chega de corrupção: intervenção militar já”.

8. Ao observar o Brasil entre 1954 e 2013, é possível verificar um conjunto robusto de manifestações de rua, sempre com posições políticas muito bem definidas. As primeiras delas ocorreram dias 25 de agosto de 1954, quando grande quantidade de

concretizará se houver um processo de reconhecimento, mesmo *a posteriori*, já que ninguém se autorreconhece como pobre; de nada adianta uma política de renda mínima, como o Bolsa Família, para usar um exemplo brasileiro, ou uma política de cotas para indígenas, se ninguém se reconhecer como tal.

Para fugir do que chama de psicologização, Fraser descarta o conceito de autorreconhecimento e, de certa forma, o de indivíduo, e adota duas unidades de análise e uma possibilidade de porvir. As unidades de análise são as classes e as identidades, o porvir seria a dissolução dessas classes e as diferenças contidas nas identidades, em uma proposta muito avizinhada à ideia original de comunismo em Marx. O problema, no entanto, se expressa porque Fraser trabalha sempre com sujeitos já sujeitos, numa perspectiva quase althusseriana (Althusser, 1971) do sempre já sujeito, não incorporando o processo de reconhecimento: independente de afro-brasileiros lutarem ou não por políticas de cotas, houve antes alguém que se identificou como negro, e esse processo de autorreconhecimento é parte essencial para que a luta aconteça e mesmo para que o aparato institucional tome medidas que promovam a justiça. Não haveria possibilidade de existir um discurso feminista se nenhuma mulher no mundo tivesse se sentido dominada e reconhecida como tal. Isso constitui uma impossibilidade lógica. E não haver luta contra a dominação não implica a inexistência de dominação, porém, para que se construa a noção de justiça como motor das demandas, devem estar presentes as condições de emergência da experiência da dominação. Em Fraser, a noção de justiça está amparada na contraposição a padrões culturais institucionalizados de injustiça, o que é correto; o problema está na não discussão das maneiras como os sujeitos se constituem dando forma a esses padrões e/ou se opondo a eles.

Aqui uma questão se impõe: quem se reconheceria como sendo objeto da violação da justiça? Dito de outra forma: quais as condições que necessitam ser dadas para que a luta por reconhecimento ou redistribuição aconteça? Fraser não se coloca essa indagação, uma vez que está implícita e explicitamente tratando de identidades pré-constituídas: classes, mulheres, negros em luta. São a eles que ela atribui as lutas por reconhecimento. O que não está presente na discussão de Fraser é que, para lutar por reconhecimento, deve haver um reconhecimento anterior. Fraser parte da crítica às identidades sem discutir como elas se formam. Não é por coincidência que o capítulo que abre a famosa polêmica com Honneth tem por título “Justiça social na era das políticas de identidade” (Fraser & Honneth, 2003).

Ao identificar identidades como problema e não como um evento histórico, Fraser, em “Reconhecimento”, no livro *Justice interruptus: critical reflections on the “post-socialist” condition*, publicado em 1997, expressava claramente seu desconforto

com as políticas identitárias e lançava as noções de política de afirmação e política de transformação tanto para questões de distribuição como de reconhecimento, onde o momento ótimo das políticas de transformação levaria ao socialismo e à desconstrução das identidades. Dois problemas se apresentam nessa construção, o primeiro é que Fraser não tem uma teoria da revolução que dê suporte à sua proposta. No texto de 2003, aponta a estratégia de uma reforma não reformista e atribui a agência dessa reforma a “um bloco contra-hegemônico de movimentos sociais” (Fraser & Honneth, 2003: 86)¹⁰. O segundo problema que a proposta de Fraser enfrenta é uma espécie de “novo mundo comunista”, onde as desigualdades acabariam junto com as diferenças. Aqui seria necessário buscar suporte em uma teoria da democracia consistente, pois, de outra forma, se poderia estar descrevendo uma experiência totalitária¹¹.

A teoria de Fraser poderia explicar o caso do Movimento Passe Livre como unidimensional. A gratuidade das passagens do transporte urbano é uma luta antiga, relacionada à dificuldade que muitos trabalhadores têm no Brasil de arcar com o alto custo do transporte diário. Quando, em junho de 2013, os representantes do grupo diziam que estavam lutando por 20 centavos, eles queriam reafirmar seu compromisso com essa questão econômica. Era uma luta por redistribuição, porém acrescida de uma perspectiva política que não se esgotava na redistribuição: o MPL também afirmava estar lutando por uma nova forma de participação política, através da participação direta dos cidadãos, o que implicaria reformas mais profundas.

Nas manifestações de junho de 2013, encontrava-se repetidamente marcada a ideia de distância entre quem está se manifestando e quem constitui o corpo da política institucional e, nesse sentido, Fraser tem pouco a contribuir. Esse afastamento talvez tenha sido a única questão que uniu todos os que estiveram nas ruas, mas o conteúdo do afastamento era muito diversificado. Mesmo quando uma demanda se repetia, ela aparecia dispersa entre os manifestantes. Não havia grupo lutando por uma demanda qualificada e com conteúdo específico¹². Os grupos organizados, como o MPL e os BB tinham uma perspectiva política em sua participação no sentido de agirem, violentamente ou não, com um claro discurso antidemocracia representativa, afirmando que ela não funcionava como democracia, lutando, pois, por uma democracia direta, capaz de promover igualdade de participação¹³. A luta desses grupos é pelo reconhecimento de um novo tipo de cidadania, com a participação direta dos cidadãos nas decisões sobre a redistribuição.

A teoria de Fraser oferece algumas linhas de explicação para as lutas dos grupos organizados que estavam nas ruas para uma ação política, isto é, para lutar contra a democracia representativa, propondo, mesmo que muito vagamente, um novo

pessoas saíram às ruas nas principais cidades brasileiras acusando a União Democrática Nacional (UDN), Lacerda e o imperialismo de serem responsáveis pelo suicídio de Getúlio. Nos primeiros meses de 1964, grandes manifestações ocorreram, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, contra o governo de João Goulart, acusado de comunista, a favor da família, de Deus e da propriedade. Em 1968, uma manifestação no Rio de Janeiro, conhecida como “a passeata dos 100 mil”, fazia coro contra o governo militar, a censura e a tortura. Em 1983-1984, o Brasil se mobilizou novamente para pedir eleições diretas para presidente da República, na campanha *Diretas-já!*, contra o governo militar agonizante. Poder-se-ia listar um número bem maior de manifestações no período, todas marcadamente políticas em sua forma de expressão. Não há nenhuma dificuldade para identificar cada uma delas no espectro político direita-esquerda. A distinção, em 2013, é a negação explícita de relações com a política e com suas ideologias, o que evidentemente não exclui a possibilidade de que essas pessoas

tivessem posições políticas. Mas isto foge ao argumento deste artigo.

9. Todas as citações foram traduzidas pela autora, para uso exclusivo neste artigo.

10. Vale notar quase como curiosidade que Fraser explica o bloco contra-hegemônico em uma nota de rodapé. Novamente aqui, como não tem uma teoria do conflito ou da revolução, ela constrói um discurso sem sujeito: “Existem duas formas de conceber tal bloco contra-hegemônico. Em um primeiro cenário (front unido), os movimentos componentes agrupam-se para dividir uma estratégia programática integrada unicamente para fazer frente à má distribuição e ao falso reconhecimento [...]. Em um segundo cenário (mais descentralizado), eles [os movimentos] remanescem relativamente separados e a coordenação é um contínuo processo de sintonia dentro de um fluxo conjunto de movimentos, cada um consciente e pensando bidimensionalmente em distribuição e reconhecimento (Fraser & Honneth, 2003, nota 102: 109).

11. De forma alguma estou indicando que Fraser sugere ou aceitaria uma solução

tipo de sociedade. Mas as teses de Fraser são limitadas para explicar o que houve de novo nas manifestações brasileiras, a massa de pessoas, centenas de milhares que foram às ruas não para buscar redistribuição ou lutar por participação paritária na política. Foram às ruas para dizer não à política, para negar a política. A frase repetida muitas vezes “O Brasil é meu partido” ou versos escolhidos do hino nacional afastavam essa massa da política institucional e mesmo de qualquer posicionamento político. Certamente eles estavam dizendo com seus cartazes feitos em casa alguma coisa, havia um reclamo por reconhecimento, mas parece que em Fraser não se obtém pistas para entender essa massa de não reconhecidos. A imensa maioria era composta de jovens universitários de classe média, mas não havia qualquer direcionamento que envolvesse a luta por algum direito dos jovens. Nunca o fato de serem jovens foi articulado em um discurso que lutasse por alguma forma de reconhecimento nos termos entendidos por Fraser¹⁴.

A teoria do reconhecimento de Fraser tem uma dimensão política, deve levar à paridade de participação, “uma paridade que se estabelece no direito à igualdade de cidadania” (Fraser & Honneth, 2003: 29). A noção de paridade de participação sofre do mesmo problema da ideia de transformação através do reconhecimento, ou seja, como se chega a uma condição de igualdade? Se essa condição é necessária para a paridade, há necessidade de se dar conta das lutas anteriores que propiciarão as condições para acontecer a igualdade¹⁵. Da mesma forma que Fraser não explica como pensa a chegada ao socialismo, ela não consegue sair de uma armadilha por ela mesma colocada em relação à paridade participativa, que define como:

[...] de acordo com esta norma [participação paritária], justiça requer arranjos sociais que permitam a todos (adultos) os membros de uma sociedade interagirem uns com os outros como pares. Para a paridade participativa ser possível, duas condições devem ser satisfeitas. A primeira: a distribuição dos recursos deve ser tal que assegure independência e voz aos participantes. [...] A segunda condição requer que padrões institucionalizados de valores culturais expressem igual respeito por todos os participantes e assegure igual oportunidade para que adquiram estima social (Fraser & Honneth, 2003: 36).

A primeira condição, ela enquadra em condições objetivas; a segunda, em intersubjetivas. A questão que a proposta de Fraser enseja é de como é possível chegar a preencher esses requisitos em uma sociedade em que a participação paritária não existe. Como essas condições seriam dadas fora da participação paritária? Por não possuir uma teoria do conflito (ou seria da revolução?), Fraser parece inverter o sentido do processo. A participação paritária deveria ser o resultado das lutas por

redistribuição e reconhecimento e não o pré-requisito. Não há espaço para o encontro de forças antagônicas capazes de transformar, por um processo revolucionário (violento ou não), as condições anteriormente existentes. Salvo, o que é pouco provável, se Fraser constituísse como sujeito oculto uma vanguarda capaz de realizar a mudança em nome dos não paritários.

A teoria do reconhecimento de Honneth se estrutura a partir de três questões:

- (i) a negação da dualidade redistribuição/reconhecimento;
- (ii) a centralidade no indivíduo e na condição de desrespeito como motor da luta por reconhecimento;
- (iii) a necessidade de uma teoria moral da “boa vida” sem a qual é impossível lutar por justiça.

Honneth define sua tese como

[...] uma tentativa de renovar os reclamos compreensivos da Teoria Crítica sob as condições presentes, faz melhor em orientar-se por um enquadramento categórico de uma teoria do reconhecimento suficientemente diferenciada, uma vez que estabelece ligação entre as causas sociais do disperso sentimento de injustiça e os objetivos normativos de movimentos emancipatórios (Fraser & Honneth, 2003: 113).

Honneth não admite o dualismo, presente em Fraser. Afirma que não existe possibilidade de distinguir o material do simbólico. A polêmica entre os dois teóricos é de difícil solução. Fraser fala de hibridismo, advoga uma distinção analítica e tem dificuldade de identificar a luta meramente econômica. Em certo momento de sua argumentação, indica a luta de classes como uma luta econômica, mas, ao contrário das lutas por reconhecimento, não consegue chegar ao exemplo empírico dessa luta. Seria a luta sindical uma luta por redistribuição? O mesmo seria para a luta do Movimento Passe Livre? Em nenhum dos dois exemplos estamos frente à luta de classes, pelo menos no sentido dado a ela por Marx.

Mesmo admitindo que na luta sindical e na especificidade do MPL haja um momento de pura luta por redistribuição, ela nunca se expressa sozinha; no caso do Passe Livre, permeia a ideia de desrespeito aos direitos dos trabalhadores a um transporte público digno. Na luta sindical dos professores da rede pública brasileira por melhores salários e melhores condições de trabalho, por exemplo, existe, no discurso em tempo de greve, o princípio do desrespeito ao trabalho de professor, que começa nas instâncias de governo e acaba dentro da sala de aula.

de tipo totalitário, apenas aponto a falta de saídas políticas decorrentes de sua proposta.

12. Marcos Melo e Carlos Pereira (2013: 165), comentando as manifestações de 2013 no Brasil, são enfáticos em mostrar a dispersão de possíveis demandas: “Que fatores explicam a onda de protestos de junho de 2013 em todo o país, que em uma primeira vista poderiam sugerir níveis significantes de instituições insatisfatórias e com mal funcionamento? Diferente de muitos especialistas, nós defendemos que o problema não é de falha do desenho institucional ou instituições políticas disfuncionais. A recente onda de protestos e espalhadas manifestações no país não resultam nem de democratização insuficiente nem da falta de representação política, no sentido que nenhum interesse político está fora ou não é representado no jogo político”.

13. Nossa sociedade é permeada por símbolos. Participar dos Black Blocs é usá-los para quebrar preconceitos, não somente o alvo atacado, mas a ideia de vandalismo. Não há violência, mas performance. “Eu não me sinto

representado pelos partidos.” “E não sou a favor da democracia representativa, mas da democracia direta.” “Não é depredação pelo simples prazer de quebrar coisas, mas atacar símbolos que estão representados lá” (Roberto, nome fictício em entrevista à revista *Carta Capital*, em 5 Ago. 2013).

14. O Ibope fez uma pesquisa nacional, no dia 20 de junho de 2013, dia de pico das manifestações, e chegou a dados muito significativos sobre quem estava nas ruas. Dos manifestantes, 63% tinham entre 14 e 29 anos; 92% tinham o colegial completo, estavam na universidade ou já a haviam concluído; 72% trabalhavam e 52% estudavam; 56% tinham renda familiar entre 2 e 10 salários mínimos e 23%, renda familiar acima de 10 salários mínimos. Disponível em: <g1.globo.com>. Acessado em: 18 Set. 2013.

15. Este tema foi discutido por mim em artigo anterior. Ver Pinto (2008).

16. “O ‘amor’ (a ideia central das relações íntimas), a igualdade de princípios (as normas das relações legais) e o princípio de realização (o padrão da hierarquia social) representam perspectivas normativas acerca

As teses de Honneth parecem muito apropriadas para mostrar que, nas lutas contemporâneas (e talvez não somente nelas), não há um abandono da questão da redistribuição, que, de forma diversa, sempre estiveram ancoradas nas lutas por reconhecimento.

Honneth articula diretamente o reconhecimento ao sentimento de desrespeito vivenciado por classes, grupos e indivíduos. O reconhecimento, para o sociólogo alemão, passa por três esferas: a do amor, a da lei e a da estima¹⁶. A primeira está no campo das relações pessoais; a segunda, da igualdade de todos os cidadãos perante a lei; e a terceira busca o reconhecimento que anule a hierarquia da escala de valores da sociedade. Com a terceira esfera, ele pretende enfrentar o que indica como uma das bases do capitalismo, “onde, à exceção da burguesia, as pessoas só têm reconhecimento pelo que conseguem alcançar como cidadãos produtivos”. Para o autor, o indivíduo e sua autonomia são essenciais para que haja uma luta pelo que chama de “boa vida”. O reconhecimento nessas três esferas é entendido por ele como “a possibilidade do crescente assegurar da singularidade da própria personalidade em um contexto de aprovação social” (Fraser & Honneth, 2003: 143).

Fraser critica fortemente Honneth por reduzir todas as lutas em luta por reconhecimento, perdendo, com isso, a especificidade do conceito. E afirma que, para o sociólogo alemão, há um reconhecimento pré-político, que assim descreve:

Longe de constituir genuinamente um ponto de referência iminentemente empírico, sua invocação do sofrimento pré-político serve como pretexto para introduzir uma psicologia moral quase transcendental, que sustenta estabelecer uma vez por todas que o reconhecimento é sempre e em qualquer lugar a única e suficiente categoria da moralidade (Fraser & Honneth, 2003: 207).

Ricardo Mendonça (2012: 132) percebe com muita precisão a fragilidade da crítica à dimensão psicológica presente nas teses de Honneth: “Do contrário, a própria formação do *self* e as relações que a atravessam passam a merecer atenção”.

A preocupação empírica pressuposta neste artigo demanda especial cuidado com a questão do indivíduo, muitas vezes marcado negativamente na teoria social como uma invenção iluminista, recriado constantemente pelo capitalismo como cidadão, consumidor, contribuinte, corpo a ser dominando. Pensá-lo como ente desprovido de classe, gênero, sexo, etnia, história seria um erro primário, mas apagá-lo, imergindo-o em uma categoria de natureza coletiva, seria um erro da mesma sorte. As teses de Honneth parecem contribuir para trazer esse indivíduo à cena, ao mesmo

tempo autônomo e historicizado. A categoria de autorreconhecimento possibilita identificar a massa de injustiçados fora dos movimentos sociais e das identidades forjadas por estes, pois, segundo Honneth, já teriam um nível de reconhecimento na própria condição de pertencer ou estar incluído no movimento social. Tal perspectiva abre possibilidades de análise dessas multidões que vão às ruas, sem nomes próprios atribuídos pelos movimentos sociais. Honneth dá especial atenção à questão quando afirma em relação aos últimos:

O erro reside na tácita premissa inicial de que “movimentos sociais” podem proporcionar à teoria social crítica um tipo de fio condutor, empiricamente visível, para diagnosticar normativamente áreas de problemas relevantes. O que esse procedimento deixa de fora é o fato de que a designação oficial de “movimento social” é em si o resultado de uma luta subterrânea por reconhecimento, conduzida por grupos ou pessoas afetados por sofrimento social que fazem o público perceber e registrar seus problemas (Fraser & Honneth, 2003: 120).

A última questão fundamental para Honneth é a reafirmação da própria teoria social, no sentido de seu compromisso moral com a libertação. Há uma perspectiva moral quando ele associa reconhecimento a um sinal positivo essencial, chegando a falar de um “interesse quase transcendental da raça humana que objetiva desmantelar assimetrias sociais e exclusões” (Fraser & Honneth, 2003: 174). Para isso, retoma seus três princípios de reconhecimento – o amor, as normas legais e o princípio das realizações –, que promoveriam uma existência de indivíduos interagindo em um mundo de integração social.

A teoria do reconhecimento desenvolvida por Honneth pode ser vista em relação à de Fraser de duas formas: Fraser postula um problema eminentemente político em seu esforço de trazer à superfície o tema da redistribuição e da paridade de participação; Honneth trata de construir uma teoria complexa de reconhecimento, a partir de um princípio moral de justiça. Uma segunda distinção entre as duas teses refere-se ao fato de que Honneth representa um avanço em uma espécie de teoria não declarada do sujeito, não presente em Fraser. Essa teoria não declarada do sujeito, através do autorreconhecimento em três esferas distintas, abre perspectivas para se examinar a fragmentação do sujeito, da qual são bons exemplos os manifestantes nas ruas das cidades brasileiras em 2013. É bastante razoável afirmar que, se algo havia naquelas manifestações, era a luta por reconhecimento, não obstante muito peculiar, pois buscava um reconhecimento como indivíduos não políticos, não identitários e, portanto, reivindicando uma espécie de pureza, se autoidentificando como não tocados pelo poder ou pela corrupção.

das quais os sujeitos podem razoavelmente argumentar que as formas existentes de reconhecimento são inadequadas ou insuficientes e necessitam ser expandidas” (Fraser & Honneth, 2003: 143).

Uma contribuição interessante a essa questão é o argumento de Jacinta Swanson, que, ao criticar o mecanicismo de Iris Young e Nancy Fraser em atribuírem posturas determinadas aos oprimidos, afirma:

[...] aqueles que são oprimidos interpretam suas opressões em uma larga variedade de formas: podem negar que são oprimidos, podem justificar suas opressões como natural ou como socialmente benéficas, podem ativamente resistirem às suas opressões (embora essa resistência também possa vir de variadas formas) etc. Por essas duas razões, os objetivos políticos e as identidades de membros de um mesmo grupo são plausíveis, podendo variar amplamente (Swanson, 2005: 106).

Em relação a Swanson, é possível avançar mais ainda, admitindo-se que a luta por reconhecimento não é obrigatoriamente contra a opressão; o sentimento de desrespeito pode mobilizar grupos dominantes em contextos de ameaça de perda de poder. Nessa direção, Veit Bader (2007), em um texto bastante crítico à teoria do reconhecimento de Honneth, levanta uma questão fundamental para dissociar o elemento moral, ou mesmo de justiça, da teoria do reconhecimento. Bader comenta:

[...] mas as reclamações de falso reconhecimento são particularmente difíceis de avaliar: é muito difícil traçar uma linha entre queixas legítimas e ilegítimas porque elas são fortemente moldadas por assimetrias de poder. Essa é a causa por que todos os antigos donos de escravos, altas castas, estamentos e classes – em suma, todos os positivamente privilegiados – queixam-se de ser moralmente injuriados, particularmente por não serem tratados com “o devido respeito”, e porque demandas de identidade, autenticidade e integridade são tão maleáveis e estrategicamente manipuladas (Bader, 2007: 259).

A crítica de Bader abre uma interessante perspectiva que, incorporando a teoria de reconhecimento de Honneth e suas três esferas, permite pensar em lutas por reconhecimento que não caminhem na direção da justiça ou da moralmente definida “vida boa”, mas, ao contrário, lutas que reforcem os privilégios algumas vezes ameaçados. Nesse sentido, pode-se pensar nas múltiplas lutas por reconhecimento presentes nas manifestações de 2013, que caminhavam até mesmo em sentido contrário umas das outras. Havia os que lutavam para ser reconhecidos como cidadãos com direitos sociais garantidos e, no polo oposto, os que lutavam para ser reconhecidos como indivíduos prejudicados pelo alargamento de direitos sociais.

O reconhecimento no desvio – Judith Butler

Quais os avanços manifestados por Judith Butler em relação a Nancy Fraser e Axel Honneth, como possibilidade de explicação para as manifestações de rua de 2013? Em Butler, pode-se perceber e incluir como variável importante na explicação dos eventos a condição de dispersão. A ideia de que “eu não estou aqui em nome de ninguém, não estou representando nenhum partido, nenhum movimento, estou aqui apenas em meu próprio nome” foi o que prevaleceu nesses acontecimentos. Esse “sujeito indivíduo” clama por reconhecimento de sua individualidade, de sua condição de opositor, seja ao Estado, ao governo de plantão, ao capitalismo, aos impostos que paga, aos programas de renda mínima e de saúde do governo etc. É um sujeito que se constitui fora do âmbito político em sua maioria, não propõe, não defende ideias, não faz diferença se é de esquerda ou direita – fato este apenas perceptível quando se observa contra o que grita nas ruas. Manifesta-se contra os políticos, dizendo que eles não o representam, mas não pede outra forma de representação (fora os grupos organizados e minoritários, como os BB, que defendem uma democracia de direita, mas sem nenhuma liderança entre as massas das ruas). Não é um sujeito pré-político, mas antipolítico.

As interpretações acadêmicas ou advindas de políticos acerca das manifestações que ocorreram ao redor do mundo em 2011 e 2013 parecem bastante distanciadas do sentido que tiveram para quem estava nas ruas. A pouca ou nenhuma repercussão das propostas da presidenta Dilma¹⁷ ou o exagerado entusiasmo de acadêmicos como Manuel Castells¹⁸ com os indignados europeus, indicam que tanto a chefe de Estado como o sociólogo falavam de um sujeito que não era aquele presente nas manifestações.

Butler (2012), em sua crítica à noção de identidade de gênero, traz para a discussão pontos que possibilitam uma perspectiva diferenciada de análise dessa questão. Nas primeiras páginas de seu livro *Problemas de gênero*, referindo-se às mulheres, afirma:

Se alguém “é uma mulher”, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2012: 20).

17. Entre os dias 20 e 24 de junho de 2013, a presidenta Dilma foi duas vezes à televisão para falar em cadeia nacional sobre as manifestações. No dia 21 de julho, ela foi a televisão pela primeira vez, quando as manifestações ainda ocupavam as ruas. Nessa oportunidade, seu discurso enfatizou três pontos: o direito das pessoas de se manifestarem; a necessidade da manutenção da ordem e da não aceitação de qualquer tipo de violência; as ações que o governo tomaria em relação ao transporte e à reforma política. A reforma política surgiu no discurso presidencial como central, em que pese não ter sido mencionada nas ruas, mas estava muito claro que havia um grande distanciamento entre os cidadãos e a política institucional nas repetidas declarações dos manifestantes, de que não tinham nada a ver com os partidos e que nenhum político os representavam. A resposta do governo foi reforçar a importância da política. Tanto que a presidenta afirmou: “quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país

possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes”. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos>>. Acessado em: 20 Nov. 2013.

18. Castells encontra nos movimentos de 2011 a semente de um novo projeto político de democracia participativa e de empoderamento popular. Reconhece que são movimentos com demandas muito variadas e, por isso, barram a possibilidade de construir um foco de luta, mesmo assim afirma que são movimentos fundamentalmente políticos: “Em particular quando eles propõem e diretamente praticam democracia deliberativa baseada em uma democracia de rede” (Castells, 2012: 222).

19. Butler, e outros pós-estruturalistas (às vezes também chamados de pós-modernos, quase como uma ofensa) têm sido acusados de desconstrutivistas, psicologizantes e arautos da fragmentação. Há aqueles que veem a fragmentação como ponto de partida

Na assertiva de Butler, gênero pode ser substituído por incontáveis outros sujeitos da modernidade, o que possibilita trazer para a discussão o distanciamento entre o sujeito nominado por outrem e o sujeito concreto em sua vida cotidiana. A complexidade dos sujeitos concretos atuais escorre entre os dedos daqueles que querem aprisionar suas identidades. Uma crítica feita a Butler, e aos desconstrutivistas em geral, é de que não há como não admitir momentos de articulação de identidades, não é possível trabalhar apenas com a fragmentação. Butler responde a essa crítica perguntando: “A unidade é necessária para a ação política?”, e acrescenta:

Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a “unidade” da categoria mulher não é nem pressuposta nem desejada. Não implicaria a “unidade” uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de ações que rompesse as próprias fronteiras dos conceitos de identidade, ou que buscasse precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político explícito? (Butler, 2012: 36)¹⁹.

Butler trata de desconstruir identidades, mas não acolhe a ideia de uma fragmentação essencial, ao contrário, defende a possibilidade de uma coalizão aberta, a qual

portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *télos* normativo e definidor (Butler, 2012: 37)²⁰.

Quando Butler se refere a “identidades instituídas e abandonadas”, isso demonstra que ela prevê sua existência, mas nega, ao mesmo tempo, certo essencialismo, isto é, a necessidade dessa existência. As diversas leituras que podem ser feitas das manifestações de 2013 no Brasil estão muito relacionadas à pluralidade e à fragmentação de demandas por reconhecimento que estiveram nas ruas. A realidade desses eventos radicaliza a posição de Butler, pois muito pouco provável seria haver coalizão, em uma mesma manifestação, entre usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) demandando por mais serviços públicos de qualidade e médicos lutando contra as políticas de deselitização da medicina.

Na introdução à coletânea *The question of gender – Joan W. Scott’s critical feminism*, de 2011, Butler, ao abordar a crítica de Scott ao conceito de classe trabalhadora em Thompson, levanta uma questão já muito debatida acerca de classe, mas que provoca reações muito acirradas quando o objeto são outras identidades:

Nós temos de perguntar isto? Através de que meios a classe trabalhadora emerge como categoria histórica? Se a classe trabalhadora é em si uma emergência histórica específica, e sua chegada como categoria histórica é a consequência de certa mudança no nosso entendimento da história, então a emergência da categoria (ou conceito) é em si uma mudança histórica digna de nota (Butler, 2011: 17).

Desse entendimento deriva sua noção de agência, que emergiria do processo histórico sem determinações estruturais, o que lhe permite apontar para a historicidade de termos como gênero, trabalho e desigualdade. As teses de Butler promovem maior acuidade para se perceber que há momentos na história em que são visíveis sujeitos coletivos em confronto, em luta por direitos, por transformações; mas como eles são históricos, nada indica que não haja momentos de muita fragmentação, onde é impossível a constituição de coletividades, ou são momentos de sujeitos coletivos em crise.

As manifestações de 2013 no Brasil evidenciaram um momento de fragmentação das identidades, nenhuma identidade anteriormente construída teve condições de construir um discurso capaz de representar quem pretendia representar ou qualquer outra identidade. Quando os manifestantes diziam “ninguém me representa” estavam também falando do manifestante ao lado. As atitudes violentas contra a presença de bandeiras de partidos políticos nessas manifestações parecem revelar o temor por parte de alguns manifestantes de serem confundidos com os que se sentiam representados por aquelas bandeiras.

Dessa forma se conclui que não havia uma demanda por reconhecimento político, mas basicamente uma luta por reconhecimento da existência do sujeito que se queria fora da política. Esses manifestantes deixam Fraser e Honneth órfãos, pois, ao mesmo tempo que se pode identificar neles uma luta por reconhecimento, até mesmo mais próximo do que Honneth propõe, não há qualquer tipo de articulação que possibilite ver a ideia de força de justiça ou de “boa vida”. Em suma, não há um porvir pelo qual se luta. Trata-se da luta pelo reconhecimento do outro (o político) como negação, de si como a própria negação do político, a negação da ação pública, e uma espécie de privatização do espaço público, diferente, por exemplo, de indivíduos que participam de um comício durante uma campanha eleitoral, quando se está lá como militante, como eleitor, como sujeito de uma visão de mundo. Esse não foi o caso do Junho de 2013, em que a luta era pelo reconhecimento do indivíduo, particularizado, com interesses pessoais, posições pessoais; negava o interesse público, a solução coletiva, que viesse de um partido ou de uma visão de mundo articulada.

e de chegada. Representam o outro lado da mesma moeda das teorias da totalidade. Entretanto, a percepção de que totalidades e identidades – sejam de classe ou gênero, etnia, raça, sexualidade – estão sofrendo um processo de esgotamento, pelas formas que as lutas tomaram ou pelo atual momento do capitalismo globalizado e imperialista, é um achado fundamental para se entender as novas configurações das lutas. Isso não implica *a priori* que novas ou velhas identidades não se articulem no decorrer das lutas. Nesse sentido, as teses de Ernesto Laclau podem ser consideradas precursoras desse posicionamento teórico: “A impossibilidade de uma fixação última de significado implica que tem de haver fixações parciais – de outra forma, as reais flutuações de diferenças seriam impossíveis. Mesmo para diferir, subverter um significado, tem de haver um significado” (Laclau & Mouffe, 1985: 112).

20. Iris Young (1989: 268), no artigo “A critique of the ideal of universal citizenship” defende a ideia de uma coalizão aberta, arco-íris: “Na forma tradicional de coalizão, grupos

diversos trabalham juntos para fins que eles concordam ou que lhes afetam de forma similar, e eles geralmente concordam que essas diferenças de perspectivas, interesses, ou opinião entre eles, não aflorarão nas manifestações públicas e nas ações da coalizão. Na coalizão arco-íris, em contraste, cada um dos grupos constituintes afirma a presença dos outros e afirma a especificidade de sua experiência e perspectiva nas questões sociais". A coalizão proposta por Young mantém a identidade de grupos, mas já contém uma clara abertura para a incompletude ou seja, para o espaço do outro, que não permite ser nenhum dos grupos completamente fechados.

Sem entrar na complexa discussão sobre as possíveis relações entre o Junho de 2013 e os movimentos de 2011 e 2012 na Europa e na chamada Primavera Árabe, cabe, neste momento, apenas para elucidação do argumento que está se desenvolvendo, citar que há uma distinção interessante a ser observada entre eles. Nas manifestações europeias, e mesmo as acontecidas na África e Ásia, houve ocupação do espaço das praças e a construção de um Eu coletivo, de uma coalizão do tipo indicado por Butler. A relação entre os Eus foi-se então modificando naquele tempo/ espaço, constituindo-se em nova dinâmica. O jovem que chegou sozinho na praça e se incorporou ao movimento (e são inúmeros os relatos), possivelmente voltou sozinho para casa após alguns dias de ocupação, mas o retorno ao privado é o retorno do Eu modificado, porque, seguindo o pensamento de Butler (2004: 19), o retorno ao privado nessas circunstâncias seria vivido como perda, como luto, que resulta em um ganho do Eu renovado.

No caso brasileiro, não houve o momento da ocupação espacial e temporal que possibilitasse a construção de um Eu coletivo, houve a pulverização de Eus buscando o reconhecimento individual da negação do político. Daí haver uma barreira para pensar ou se reconhecer no coletivo. A volta à casa após poucas horas de manifestação "solitária" não é vivenciada como perda, como luto capaz de transformar cada Eu.

No enalço de Hegel, Butler chama a atenção para o fato de que, ao reconhecermos, estamos compelidos a ser reconhecidos, o que coloca as identidades em relação e não como identidades separadas. Para a filósofa, reconhecer a humanidade do outro modifica nossa humanidade. Quando reconhecemos a vulnerabilidade do outro, isto é, sua humanidade, estamos reconhecendo a nossa própria vulnerabilidade como humanos.

Reconhecer ou lutar por reconhecimento é um ato de transformar-se. Uma vez que sou reconhecido, não sou mais o Eu anterior, pois sou o Eu reconhecido. Da mesma forma acontece com quem reconhece. Esse entendimento do reconhecimento é muito distinto das teses de Fraser e Honneth e acrescenta uma questão não discutida por eles, que se poderia chamar de uma dialética do reconhecimento, a qual envolve a transformação do outro que reconhece, que pode se autorreconhecer como ameaçado pela necessidade de reconhecer aquele que interrompe sua ilusão de completude. Quando uma classe, ou grupo, que se sente plenamente segura em seus privilégios é ameaçada pela necessidade (criada pelas condições históricas e de lutas) de reconhecimento do outro, há a possibilidade de reações conservadoras, racistas, homofóbicas etc. Quando não mais só os brancos podem chegar às universidades, ou quando não só as famílias heterossexuais são reconhecidas legalmente,

brancos heterossexuais tendem a reagir negativamente. Tais circunstâncias dão a medida da complexidade dos processos de reconhecimento.

Para os propósitos deste artigo, não avançarei na questão filosófico-psicanalítica que embasa a questão da vulnerabilidade na obra de Butler, tomarei outro rumo e me fixarei no seu último livro, de 2013, escrito em forma de diálogo com Athena Athanasiou, onde as duas discutem a noção de reconhecimento incorporando as dimensões política e de poder. É mister chamar a atenção para o fato de que estas são dimensões fundamentais, ausentes das teses de Fraser e Honneth, pois, na medida em que pensam reconhecimento como libertação, a dimensão das relações de poder só faria sentido no não reconhecimento ou no falso reconhecimento.

Athanasiou introduz a noção de astúcia do reconhecimento no que concerne ao reconhecimento legal, institucional e discursivo, que reproduz as desigualdades dos regimes nacionais liberais (Butler & Athanasiou, 2013: 75). Sua questão é de como se sobrevive a esse tipo de reconhecimento desafiando-o ao mesmo tempo. Butler responde com a questão levantada por Gayatri Spivak sobre “coisas que nós não podemos não querer”. O exemplo que oferece é o da mulher que recorre ao aparato legal quando é estuprada. Independentemente de ser o Estado liberal e até sexista, da existência de exploração da mulher no trabalho etc., as mulheres não podem não aceitar uma lei, desse mesmo Estado, que lhes protege contra o estupro.

Segundo Butler, isso nos coloca frente ao que não podemos não querer, pois a lei que reconhece o crime de estupro é fundamental. O diálogo entre Butler e Athanasiou aborda questões da luta política que abrem possibilidades de melhor entendimento das manifestações de 2013. A primeira questão se refere à presença do outro, aquele que reconhece. Não se trata de uma perspectiva voluntarista; o reconhecimento é resultado de luta.

É razoável pensar que a luta por reconhecimento é um jogo de soma zero, onde o ato de reconhecer torna o reconhecedor menos poderoso e o reconhecido empoderado. Quando milhares de pessoas saem às ruas em manifestações, fecham avenidas, transformam o cotidiano das grandes cidades, elas provocam um tipo de reconhecimento (não necessariamente o que buscam) por parte do Estado (aparato policial, Poder Executivo).

Athanasiou, mesmo concordando com Butler, pergunta:

Como a teoria sobre a luta por reconhecimento necessita ser reformulada para envolver as relações de poder que equalizam elegibili-

dade por reconhecimento com as normas que determinam a viabilidade da subjetividade humana? (Butler & Athanasiou, 2013: 78).

Argumenta que as teorias do reconhecimento partem de um agente preexistente, que luta por reconhecimento, não levando em conta as relações de poder que estão envolvidas nesses sujeitos. Seu questionamento é no sentido de se perguntar como o sujeito que necessita aceitar o que não pode deixar de aceitar, isto é, o ordenamento liberal da sociedade, pode se manter aberto para futuras rearticulações. Athanasiou radicaliza uma questão nunca aprofundada por Fraser ou Honneth, que é a do enfrentamento com o ordenamento do poder da sociedade. Na verdade, a antropóloga grega está se perguntando como se sai de um momento para o outro. E segue seu raciocínio agregando outra questão ausente nos debates sobre reconhecimento, que é a presença do Estado como o grande ente reconhecedor. Novamente se pergunta como o novo acontece frente a este poder.

Nas manifestações de 2013, no Brasil, havia uma polícia militarizada, violenta e mal treinada, para atuar durante as grandes concentrações, o que resultou em um confronto entre a força policial e alguns manifestantes. Nenhum lado encontrou no outro o limite (“o que não podemos não aceitar”). Esses manifestantes foram “reconhecidos” pela mídia e pelas autoridades estatais como vândalos, em contraposição a manifestantes legítimos, que desapareciam quando a violência começava, porque estava apenas querendo que fosse reconhecido o seu direito de se manifestar, completamente reconhecido pelo Estado e pela grande mídia que acompanhava as manifestações. De forma distinta, o Estado não podia reconhecer aquele que não o reconhecia como autoridade, porque esse é um dos princípios primordiais de sua própria existência. Aquele que teoricamente detém o monopólio da violência não pode reconhecer, pelo menos pública e legitimamente, a violência fora dele.

De que forma deve-se pensar em uma luta por reconhecimento que parta da luta para reconhecer a existência de um grupo que não aceita não poder deixar de aceitar?

Isso pode ser tanto uma manifestação anarquista ou um momento revolucionário ou até mesmo uma ação criminal. Athanasiou avança nessa perspectiva:

Eu concordo que reconhecimento tem de ser ele mesmo transformador, autodesconstrutor, força. Também penso que essa questão viabiliza um espaço de trabalho para a esquerda política e os movimentos sociais nas nossas condições contemporâneas, os quais necessitam considerar como somar reconhecimento sem perpetuar e intensificar os termos estabelecidos de reconhecença que eles buscam opor (Butler & Athanasiou, 2013: 88).

Em síntese, a perspectiva de Butler acrescida das intervenções de Athanasiou são especialmente importantes de serem consideradas quando o fenômeno a ser analisado é caracterizado pela dispersão. A busca de sentido, nesse caso, pode ser o não sentido coletivo, a não presença da política.

À guisa de conclusão

Seria possível criticar este artigo pelo fato de comparar propostas teóricas não comparáveis. Que o reconhecimento de que falam Fraser e Honneth não parte das mesmas premissas epistemológicas de Butler. A crítica é sempre possível, mas a defesa também o é. Há um princípio articulador nesses três autores que permite tal comparação: todos estão preocupados com a superação das atuais formas de dominação, todos estão focados em sujeitos contemporâneos e em crise, todos os três têm a luta pelo reconhecimento como central na superação (ou desconstrução) do modo capitalista de dominação.

O propósito de usar esses três autores foi o de buscar ferramentas para analisar um evento que não foi, nem no Brasil, nem em suas variantes no resto do mundo, voltado sempre para a libertação, a justiça, a igualdade, a paridade. Porém, no caso do Brasil (e penso que provavelmente em muitos outros países), a questão do reconhecimento foi muito articuladora, mas nem sempre de posturas de luta, de conteúdo, de reconhecimento de identidades equivalentes. E, nesse sentido, os três autores estudados têm contribuições para se refletir sobre esse novo tipo de ação pública. Há um crescendo de possibilidades de análise a partir deles, que começa timidamente com Fraser, tem mais protagonismo com Honneth e chega aos textos inquiridores de Butler, que, na minha hipótese, é a que melhor pode instrumentalizar a análise a partir da noção de reconhecimento.

À guisa de conclusão, gostaria de recuperar os principais pontos discutidos ao longo do texto, tendo como referência básica as manifestações de junho de 2013 no Brasil. Esses eventos foram muito particulares porque não caracterizaram uma ideologia, uma luta específica, um tipo de categoria profissional, nem mesmo um objetivo. Apareceram como grandes manifestações públicas convocadas primordialmente pelas redes sociais e desapareceram deixando como herança a força que mostraram parando cidades: o que foi recuperado com frequência por grupos organizados, sindicatos, trabalhadores em luta com os sindicatos, moradores descontentes com as condições das ruas de seus bairros, o movimento dos sem teto, os usuários do transporte público etc. Estes todos são sujeitos organizados com pautas claras. Durante o Junho de 2013 havia apenas uma luta comum: os manifestantes queriam ser reconhecidos como não políticos, como diferentes dos políticos. Eram apenas

indivíduos e insistiam muito nessa condição. Fraser deixa fora de sua análise os não organizados, que não têm senso político. Por isso, sua teoria dualista pode explicar as lutas específicas que aconteceram dentro das manifestações, mas deixa pairando no ar a grande maioria que foi para as ruas. Honneth, por outro lado, com sua percepção do autorreconhecimento e das três esferas de luta por reconhecimento, dá guarida aos deixados de fora por Fraser. Não é difícil identificar nos manifestantes a busca por reconhecimento legal (contra a corrupção; por melhores serviços públicos etc.) e até por estima, quando médicos, por exemplo, se sentiram desrespeitados pelo governo federal com a instituição do Programa Mais Médicos, para suprir a falta desses profissionais em diversas partes do país no atendimento à população.

No entanto, os dois teóricos têm o *télos* da libertação em suas teses. O crítico de Honneth – Veit Bader – aponta com muita clareza para a dificuldade de aceitar todas as queixas de falso reconhecimento como justas. Isso é particularmente interessante quando percebemos que, nas manifestações de junho de 2013, enquanto um pedia mais segurança, outro saqueava lojas e quebrava portas de bancos. Enquanto a maioria se dizia contra a política, grupos organizados lutavam por democracia direta. Enquanto uns se enrolavam na bandeira nacional e cantavam o hino, outros declaravam-se anarquistas. Quando a grande maioria dizia “eles não nos representam”, essas pessoas não estavam pedindo por reformas para que fossem mais representados. Há luta por reconhecimento nessas manifestações? Diria que sim, e mais, diria que não há nada além de uma luta por reconhecimento de indivíduos fragmentados, individualizados e sem uma perspectiva política única, ou melhor, sem objetivos políticos. Lutaram por serem reconhecidos como sujeitos fora do campo político, como a negação do campo, fossem eles de que coloração política fosse.

As manifestações de junho de 2013 resultaram em um momento aparentemente contraditório: as massas se moviam pelas avenidas das grandes cidades, porém sem construírem um sentido de coletivo, um ou mais objetivos que unissem os indivíduos, conquistas pelas quais lutar, inimigo comum contra o qual se unir. Foi o domínio da fragmentação. Os grupos minoritários organizados foram praticamente expulsos das ruas, ou por temer serem confundidos com seus contrários, como foi o caso do MPL, ou pela revolta dos apartidários, caso dos militantes de partidos. Restou à massa a luta por ser reconhecida como não política, não partidária.

Quais as consequências dessas manifestações pensando a partir da perspectiva de lutas por reconhecimento? As possibilidades estão abertas, três parecem mais prováveis: a continuidade da dispersão e a confluência de demandas legítimas e ilegítimas por reconhecimento; a possibilidade de lutas por reconhecimento a partir de coalizões abertas mais ou menos estruturadas conforme o momento na perspectiva

trabalhada por Butler; a continuidade e mesmo o reforço de grupo organizados, já reconhecidos como tal, como diria Honneth, que tiveram grande visibilidade durante os eventos. Nada, entretanto, indica que o Junho de 2013 tinha potencial para provocar mudanças a partir da mobilização de sujeitos que buscavam uma nova forma de pacto social ou político ou econômico. Para isso, a luta por reconhecimento teria de ser outra.

Finalmente, de 2014 a 2016, houve muitas manifestações de rua, que reuniram milhões de pessoas e onde grupos organizados através de redes sociais chamaram as pessoas com demandas específicas e politizadas. Este artigo não analisou estes eventos, mas quer pontuar que a fragmentação identificada em 2013 foi fundamental como matéria-prima para o que aconteceu nos anos seguintes.

Abstract: This article aims to discuss the theories of recognition as instruments for analysis of street demonstrations that took place in Brazil in June 2013. It examines three authors: Nancy Fraser, Axel Honneth and Judith Butler, describing the central points of the theory of recognition of each one of them, in order to point out the possibilities and limits of its application in the study at hand. The hypothesis that guides the article is as follows: in the 2013 street demonstrations, the absence of organized collective subjects featured a dispersion and fragmentation condition, resulting in a demand for anti-political and individual recognition. Given this scenario, the article concludes that Judith Butler's theses on recognition were the ones that were more appropriate to the analysis of events.

Keywords: social theory, theories of recognition, poststructuralism, Nancy Fraser, Axel Honneth, Judith Butler, Street demonstrations in Brazil in July 2013.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Lenin and philosophy*. London: New Left Review Editions, 1971.
- BADER, Veit. Misrecognition, power, and democracy. In: BRINK; Bert van den; OWEN, David. *Recognition and power. Axel Honneth and the tradition of critical social theory*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- . Speaking up, talking back: Joan Scott's critical feminism. In: BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth (Eds.). *The question of gender, Joan W Scott's critical feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 2011.
- . *Prearious life*. London: Verso, 2004.

- BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *Networks of outrage and hope*. London: Polity Press, 2012.
- CARTA CAPITAL. n. 760, p. 36, 5 Ago. 2013. Entrevista sobre Black Blocs.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrews. *Civil society and the political theory*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- COSTA, Sergio. *As cores de Ercília*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge, 1997.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?* London: Verso, 2003.
- GARRETT, Paul Michael. Recognizing the limitations of the political theory of recognition: Axel Honneth, Nancy Fraser and social work. *British Journal of Social Work*, v. 40, n. 5, p.1517-1533, 2010.
- GOHN, Maria da Gloria. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- . *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRUESO, Delfín Ignacio. Teoría crítica, justicia y metafísica: la validación de la filosofía política en Nancy Fraser y Axel Honneth. *Eidos – Revista de Filosofía*, n. 162, 2012.
- IBAÑEZ, Franklin. Nancy Fraser: escalas de justicia. *Areté – Revista de Filosofía*, v. 22, n. 2, p. 303-310, 2010.
- LACLAU, E.; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy*. London: Verso, 1985.
- MATOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. *Lua Nova*, n. 63, p. 143-161, 2004.
- MELO, Marcos; PEREIRA, Carlos. *Making Brazil work checking the president in a multiparty system*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia e desigualdade – as contribuições à teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 119-146, 2012.

———. Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy. *Political Studies*, v. 59, n. 4, p. 940-958, 2011a.

———. Reconhecimento e (qual?) deliberação. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 206-227, 2011b.

PINTO, Céli Regina Jardim. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*, n. 74, p. 35-93, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. *Carta Capital*, n. 760, p. 36, 5 Ago. 2013.

SWANSON, Jacinta. Recognition and redistribution rethinking culture and the economic. *Theory, Culture & Society*, v. 22, n. 4, p. 87-118, 2005.

YOUNG, Iris. A critique of the ideal of universal citizenship. *Ethics*, v. 99, n. 2, p. 250-274, 1989.

ZURN, Christopher. Identity or status? Struggles over “recognition” in Fraser, Honneth, and Taylor. *Constellations*, v. 10, n. 4, p. 519-537, 2003.

Normas para publicação

Universidade de Brasília- UnB / Instituto de Ciências Sociais- ICS
Departamento de Sociologia- SOL
Revista Sociedade&Estado
novo prédio ICS
Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade e Estado)

A Revista Sociedade & Estado busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

Trabalhos originais em sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação sociedade/Estado em diferentes contextos sócio-históricos e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas;
2. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais;
3. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica;
4. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados;
5. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa;
6. Resenhas;

7. Homenagens;

8. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um(a) professor(a) do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador(a) associado(a) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da UnB;

9. Notícias.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A revista publica artigos de doutores/as, bem como de doutores/as e doutorandos/as. Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela direção da revista, que fará uso de, pelo menos, dois(duas) especialistas no tema para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria;

3. Os(as) autores(as) serão notificados(as) da aceitação ou recusa de seus artigos;

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao(à) autor(a), que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês;

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação deve ser realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver) e o nome do(s)(a)(as) autor(es)(a)(as). Também deverão trazer os dados sobre o(s)(a)(as) autor(es)(a)(as) (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*);

5. As resenhas deverão vir com no máximo oito laudas em espaçamento duplo.

6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores(as) no correr do texto devem subordinar-se à forma autor(a), data, página;]

7. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração;

8. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

9. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

□ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

□ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. XIII, n. 1, p. 160-187, 1998.

□ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

□ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

10. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é do(a) autor(a); e

11. Cada autor(a) receberá três exemplares do fascículo no qual seu artigo foi publicado.

